

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E LITERATURAS
ESPAÑHOLA E HISPANO-AMERICANA

ANDREA SILVA PONTE

***General, globalizada, neutra, panhispánica e transnacional: la lengua,
muitos nomes, um produto***

v.1

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E LITERATURAS
ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

***General, globalizada, neutra, panhispánica e transnacional: la lengua,
muitos nomes, um produto***

Andrea Silva Ponte

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas espanhola e
hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Neide T. Maia González

v.1

São Paulo
2013

PONTE, A. S. **General, globalizada, neutra, panhispánica e transnacional: la lengua, muitos nomes, um produto.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para P e Cata

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Neide T. Maia González pela orientação, como sempre, impecável, e por ser uma excelente leitora e interlocutora em toda e qualquer circunstância. Aproveito para agradecer também pela amizade, apoio e carinho que vem me dedicando nos últimos vinte anos.

Aos Profs. Drs. Adrián Fanjul e Xoán Lagares agradeço a leitura criteriosa e as sugestões valiosas no exame de qualificação: elas foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto cujo se resultado se apresenta aqui.

Ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba, em especial os colegas da área de língua espanhola: María Hortensia Blanco García Murga, Pilar Roca Escalante, Ana Berenice P. Martorelli, Maria Luiza T. Batista, Juan Ignacio Centurión, Silvia Ribeiro e Marcelo Sá Rangel, que arcaram com minhas atribuições na universidade permitindo assim meu afastamento para a redação da tese. A eles, meu reconhecimento e gratidão.

A Zenaide Romanovsky Silva, que com esforço e dedicação foi responsável não só pelas traduções desta tese, mas também por conseguir todo o material e as informações provenientes do Instituto Cervantes presentes nesta análise. E como se não fosse bastante, durante os anos do doutorado sempre ofereceu o ânimo constante e o apoio inabalável característicos somente das mães.

Obrigada também e sobre tudo a Paulo Rossi e a Catarina Ponte Rossi, que pacientemente me acompanharam e me apoiaram nesta “lição de casa que não termina nunca”. E a todos os amigos e colegas que, de diferentes maneiras, colaboraram, ajudaram e participaram de todo o processo: a diretoria da ABH — pela espera paciente —, Graciela Foglia — companheira de inúmeras batalhas —, Mariana Pérez — pela tradução e o *suporte* —, Silvana Nascimento — pelo transporte —, e tantos outros cujos nomes, infelizmente, não cabem aqui.

RESUMO

PONTE, A. S. ***General, globalizada, neutra, panhispánica e transnacional: la lengua, muitos nomes, um produto.*** 2013. 201 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Segundo os principais representantes da atual política linguística espanhola, o *español general* é uma variedade transnacional da língua. Comum, neutra e globalizada, não se impõe a ninguém, mas faz parte do repertório linguístico de todo falante culto do mundo hispânico. Nas últimas décadas, e com diferentes nomes, ele habita os instrumentos normativos produzidos pelas *academias de la lengua*, protagoniza grandes eventos promovidos pelo Instituto Cervantes e é difundido mundo afora como língua estrangeira pela mesma instituição, carro chefe do atual projeto de planificação linguística do Estado espanhol. O presente estudo trata de situar o dito *español general* na política linguística espanhola da década de 90 do século XX até o final da primeira década do século XXI e tem como tese central que a invenção, promoção, defesa e difusão dessa variedade visam a comercialização da língua. A pesquisa se situa no campo teórico da glotopolítica e tem como objetivo analisar ações de política e planificação linguística — esta última de acordo com o modelo de Robert Cooper — e as ideologias que as acompanham. Para tanto se faz, por meio de revisão bibliográfica, uma análise da conformação do *habitus* linguístico espanhol desde sua instalação no *Novo Mundo*, a posição que ocupou nas jovens nações americanas no momento das independências, o surgimento e construção da autoridade linguística da *Real Academia de la Lengua Española* até sua atual política linguística *panhispánica*. Analisa-se também a criação e atuação do *Instituto Cervantes* (por meio da propaganda por ele veiculada, seus eventos e discursos de seus representantes), instituição espanhola responsável pela difusão e expansão mundial da língua. O presente estudo não poderia se realizar sem levar em conta o contexto político, social e econômico em que se elabora e executa o projeto de planificação linguística analisado, além de tratar de avaliar em que medida a ideia de língua enquanto *activo económico* (recurso e ativo econômico) serve de motor para tal projeto. Finalmente, são analisados os instrumentos linguísticos elaborados e adotados pelo *Instituto Cervantes* — currículos, livros didáticos e manual de estilo — com o objetivo de verificar de que maneira a planificação linguística espanhola chega à sala de aula e qual é a língua-produto adquirida pelo aluno de espanhol como língua estrangeira (mercado internacional). Toda a análise realizada ao longo deste estudo termina por revelar quem é e como soa o tão festejado *español general*.

Palavras-chave: glotopolítica, planificação linguística espanhola, política linguística.

ABSTRACT

PONTE, A. S. ***General, globalizada, neutra, panhispánica and transnacional: la lengua, many names, one product.*** 2013. 201 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

According to the current main researchers on Spanish Language Policy Studies, the *español general* is a transnational variety of the language. As it is ordinary, neutral and globalized, it cannot be imposed on anybody, but it is part of the linguistic repertoire of every educated speaker in the Hispanic World. For the past decades, and bearing different names, it has been referred to in all normative documents written by the *academias de la lengua*, has been the theme of important events promoted by the Cervantes Institute and also spread around the world as a foreign language by the same institution, the flagship of the current linguistic planning project of the Spanish State. The objective of this study is to situate the so-called *español general* within the Spanish language policy from the 90's of the 20th century to the end of the first decade of the 21st century. The central thesis underpinning this research is that the invention, promotion, defense and propaganda of this variety aim at the commercialization of the language. Situated in the field of Glotopolitics, this piece of research aims to analyze actions of language policy and planning – the latter by following Robert Cooper's model – and the ideologies that accompany them. In order to do so, a bibliographical study is carried out concerning an analysis of the conformation of the Spanish linguistic *habitus* since its installation in the *Novo Mundo*, the position it occupied in the new American nations at the moment of their independence, the beginning and construction of the linguistic authority of the *Real Academia de la lengua española* up to its current *panhispánica* linguistic policy. We also analyze the creation and actions of the Cervantes Institute (through its propaganda, events and representatives' speeches), the Spanish institution responsible for the language diffusion and spread in the world. This present study could not have been carried out without taking into account the political, social and economic context in which the language planning analyzed is designed and implemented. It also evaluates to what extent the concept of language as *activo económico* (economic resource and asset) drives such a project. Lastly, the linguistic instruments designed and adopted by the Cervantes Institute – such as curricula, books and style manuals - are analyzed aiming at verifying in what ways the Spanish language planning reaches the classrooms and which is the product-language learned by the student of Spanish as a foreign language (international market). The analysis carried out reveals what the much-feted *español general* is and what it sounds like.

Keywords: glotopolitics, Spanish language planning, language policy.

RESUMEN

PONTE, A. S. ***General, globalizada, neutra, panhispánica y transnacional: la lengua, muchos nombres, um producto.*** 2013. 201 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Los principales representantes de la actual política lingüística española afirman que el *español general* es una variedad transnacional de la lengua. Común, neutra y globalizada, no se le impone a nadie sino que forma parte del bagaje lingüístico de todos los hablantes cultos del mundo hispánico. En las últimas décadas, y con diferentes nombres, es posible encontrarlo en los instrumentos normativos producidos por las academias de la lengua, o como protagonista de los grandes eventos promovidos por el Instituto Cervantes, que también lo difunde por el mundo como lengua extranjera, según su relevante papel dentro del actual proyecto de planificación lingüística del Estado español. Este trabajo trata de situar el presunto *español general* en la política lingüística española desde la década de 90 del siglo XX hasta el final de la primera década del siglo XXI y defiende la tesis central de que la invención, promoción, defensa y difusión de esa variedad tiene como finalidad el comercio de la lengua. La investigación se sitúa en el campo teórico de la glotopolítica y tiene el objetivo de analizar acciones de política y planificación lingüística —la última según el modelo de Robert Cooper— y las ideologías que las acompañan. Para eso se realiza, por medio de revisión bibliográfica, un análisis de la conformación del *habitus* lingüístico español desde su instalación en el *Nuevo Mundo*, la posición que ocupó en las jóvenes naciones americanas en el momento de las independencias, el surgimiento y construcción de la autoridad lingüística de la Real Academia de la Lengua Española hasta su actual política lingüística panhispánica. Se analiza también la creación y actuación del Instituto Cervantes (por medio de la propaganda que vehicula, sus eventos y discursos de sus representantes), institución española responsable por la difusión y expansión mundial de la lengua. Este trabajo no se podría haber realizado sin tener en cuenta el contexto político, social y económico en que se elabora y ejecuta el proyecto de planificación lingüística analizado, además de intentar evaluar en qué medida la idea de lengua en cuanto activo económico funciona como motor para dicho proyecto. Finalmente, se analizan los instrumentos lingüísticos elaborados y adoptados por el Instituto Cervantes —plan curricular, libros didácticos y manual de estilo— con el objetivo de averiguar de qué manera la planificación lingüística llega al aula y cuál es la lengua-producto que adquiere el alumno de español como lengua extranjera (mercado internacional). Todo el análisis que se realiza a lo largo de este trabajo termina por revelar quién es y cómo suena el tan celebrado *español general*.

Palabras clave: glotopolítica, planificación lingüística española, política lingüística.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 — Rubén Martínez para *Diario de Alcalá*. Disponível em
<<http://www.diariodealcala.es/articulo/general/2311/el-ladrillo-ha-muerto-viva-el-idioma>>.

Acesso: 27/5/2013..... 98

Ilustração 2 — Imagem da página do Facebook da *Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil*. Disponível em
<<https://www.facebook.com/consejeria.educacion?fref=ts>>. Acesso

01/6/2013..... 119

Ilustração 3 — Víctor García de la Concha e os Reis da Espanha durante apresentação do texto básico na *Nueva Gramática de la lengua española* em Medellín, Colômbia.

Disponível em
<<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/03/24/cultura/1174762678.html>>. Acesso

08/07/2013..... 148

LISTA DE SIGLAS

AVE	<i>Aula Virtual de Español (Instituto Cervantes)</i>
ASALE	<i>Asociación de Academias de la Lengua Española</i>
CEELE	<i>Certificado de Calidad em la Enseñanza de Español como lengua extranjera</i>
CILE	<i>Congreso Internacional de la Lengua Española</i>
CVC	<i>Centro Virtual Cervantes</i>
DELE	<i>Diploma de Español como Lengua Extranjera</i>
DPD	<i>Diccionario Panhispánico de Dudas</i>
FEDELE	<i>Federación de Escuelas de Español como Lengua Extranjera</i>
FUNDEU	<i>Fundación Español Urgente</i>
IC	<i>Instituto Cervantes</i>
ICEX	<i>Instituto Español de Comercio Exterior</i>
MCER	<i>Marco Común Europeo de Referencia para las lenguas</i>
OFINES	<i>Oficina Internacional de Información y Observación del español</i>
RAE	<i>Real Academia de la Lengua Española</i>
SICELE	<i>Sistema Internacional de Certificación del Español como Lengua Extranjera</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. UMA INTRODUÇÃO À POLÍTICA LINGUÍSTICA ESPANHOLA: HUMBERTO LÓPEZ MORALES E SUAS OBRAS EXEMPLARES	16
2. ANTES DA LEI, O GESTO	49
2.1 Um lugar teórico	50
2.2 Rumo à civilização	55
3. DO GESTO À GESTÃO: DO SURGIMENTO DAS ACADEMIAS À <i>POLÍTICA LINGÜÍSTICA PANHISPÁNICA</i>	70
3.1 <i>Unidad vs Diversidad</i> ou <i>Unidad en la Diversidad?</i>	81
4. <i>EL ESPAÑOL A SERVIÇO DE LO ESPAÑOL</i>	98
5. O ESPANHOL E SEU DIA: A PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA E SUA EXECUÇÃO	126
5.1 As diversas faces da planificação linguística	127
5.2 Instituto Cervantes	135
6. <i>¿LA LENGUA?</i>	152
6.1 Central vs Policêntrico: a dança das cadeiras dos enunciados <i>panhispánicos</i>	153
6.2 Material didático	162
6.3 <i>El libro del español correcto</i>	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	200

Apresentação

Esta primeira parte da tese recebe aqui o nome de apresentação e não introdução, uma vez que ela, a introdução, ocorre realmente no capítulo 1, como se verá mais adiante.

O objetivo aqui é apresentar a reflexão desenvolvida e apontar os principais pontos tratados em cada capítulo.

Este estudo se dedica à política linguística espanhola no período compreendido entre a década de 90 do século XX e a primeira década do século XXI (até 2012, aproximadamente) e tem como eixo o *español general*, sua invenção, difusão, expansão e comercialização internacional enquanto língua estrangeira dentro do projeto de planificação linguística executado pelo Estado espanhol. A tese que se defende aqui é que no âmbito da planificação linguística espanhola, o *español general* é promovido e uma legião de professores é formada para difundi-lo — comercializá-lo — como língua estrangeira (língua internacional) por meio de instituições e instrumentos que compõem a engrenagem da política linguística espanhola e que estão, direta ou indiretamente, a cargo da expansão da língua espanhola no mundo — *Real Academia de la Lengua Española*, Instituto Cervantes, empresas multinacionais, imprensa. Para realizar esta reflexão, procura-se responder às seguintes questões: quando surgem as ideologias linguísticas que marcam o espanhol na atualidade? Como evoluiu o tratamento dado à diversidade e como age a política *panhispánica* nessa evolução? Como situar a comercialização da língua na bibliografia da política linguística? De que maneira operam os instrumentos — instituições e seus produtos — da planificação linguística espanhola? Em que medida o *español como activo económico* serve de impulso e sustentação dessa planificação? Para responder a essas perguntas, parte-se de uma revisão bibliográfica que se situa na área de políticas e ideologias linguísticas, e também na área de história da língua, de sociologia e de análise do discurso. Também se analisam os instrumentos normativos (dicionários, gramática e ortografia, mais especificamente seus prólogos e introduções) e instrumentos linguísticos (plano curricular, materiais didáticos e manual de estilo) elaborados pela maquinaria da política linguística espanhola: *Real Academia Española*,

Asociación de Academias de la Lengua Española, Instituto Cervantes e *Consejería de Educación de la Embajada de España*. Também serão observados os eventos (e seus produtos) e as ações promovidas por essas instituições (*Congresos Internacionales de la Lengua Española*, *Día E*), e propaganda por elas veiculada enquanto espaço de propagação de ideologias linguísticas.

Pode-se afirmar que, no que se refere às políticas linguísticas, a capacidade espanhola para elaboração, gestão e manutenção é admirável. Ao longo do trabalho será possível observar de que maneira a Espanha, desde muito cedo, lida com as línguas (as suas e eventualmente outras) de forma a inclui-las, de diferentes maneiras e por diferentes caminhos, em espaços diretamente relacionados ao exercício do poder — em suas diferentes manifestações e áreas: político, econômico, religioso etc. Dessa forma, a Espanha oferece um rico espaço glotopolítico cuja análise pode se concentrar em diferentes momentos de sua história e com diferentes vieses.

No capítulo 1, que introduz o estudo proposto, faz-se uma rápida análise de duas das obras de Humberto López Morales — grande defensor do *español general* e também o ponto de partida das inquietações que deram lugar ao presente projeto — e trata-se de situar a variedade estudada (*español general*) no contexto da atual política linguística praticada pela Espanha. Para tanto, recorre-se a linhas teóricas distintas, como a Análise do Discurso e a Sociologia que, a pesar de não serem o eixo teórico da tese, serão sumamente importantes para a análise realizada. Neste capítulo também se delimitam os objetivos desta reflexão.

Já o capítulo 2 apresenta o referencial teórico, que se situa no âmbito da glotopolítica e analisa o atual projeto de política e planificação linguística espanhola, esta última partindo do referencial teórico de Robert Cooper (1997) e com foco na difusão e expansão linguística. Nesse mesmo capítulo tem início a análise da conformação do *habitus* linguístico espanhol, por meio de uma revisão histórica que tem como foco gestos, ações e determinações legais relacionados à língua espanhola e às demais línguas que com ela convivem em sua incursão (e assentamento) no Novo Mundo.

O capítulo 3 ainda trata a conformação desse *habitus* mencionado no parágrafo anterior, mas agora com foco na construção da autoridade linguística da *Real Academia Española* e demais instituições encarregadas da execução da planificação linguística e da propagação e circulação da ideologia por meio da qual ela se realiza. Nesse capítulo se vê o surgimento da *Academia*, sua evolução, a maneira como ocupa paulatinamente o espaço de autoridade máxima da língua, as preocupações relacionadas à manutenção da unidade linguística e, finalmente, a atual *política lingüística panhispánica*.

O capítulo 4 tem como objetivo situar a política linguística espanhola no contexto social, político e econômico (mercantil) no qual se desenvolve. Nele, por meio da intervenção de alguns economistas — agora também profissionais do universo das línguas — é possível ver de que maneira a língua espanhola (*el español*) participa de forma determinante na conformação de uma imagem positiva da Espanha, seus produtos, serviços e empresas (*lo español, Marca España*). Também mostra o processo de internacionalização da empresa espanhola no final da década de 80 e a reocupação de seu mercado natural, a América Latina, e de que forma a língua — enquanto signo de irmandade e rentabilidade de acordo com a ideologia propagada — circula nesses espaços.

Os capítulos 5 e 6 analisam como se põe em prática a planificação linguística estudada nesta tese de diferentes maneiras. O 5, após apresentar o referencial teórico em que se apoia — Cooper, 1997 — se dedica ao Instituto Cervantes e suas ações concretas no plano linguístico e cultural. Por meio de um olhar mais atento para o *Día E* — dia do espanhol, celebração anual festejada mundialmente pela instituição — é possível ver, de forma bastante palpável, marcas da *hispanofonía* (DEL VALLE, 2007a) plasmadas na projeção da língua espanhola e de suas culturas. Já o 6 se dedica a verificar de que maneira a mencionada planificação linguística chega à sala de aula do Instituto Cervantes — órgão estatal responsável pela difusão e expansão do espanhol — e o que recebe o aluno de espanhol língua estrangeira (aqui representante do mercado internacional) quando adquire esse produto-língua. O capítulo 6 finalmente mostra quem é e como soa o tão comentado *español general*, e de que forma ele se relaciona

com a diversidade, característica amplamente festajada na ideologia linguística *panhispánica*.

As considerações finais, como não podia ser diferente, tentam atar as pontas de cada capítulo e assim responder as questões que impulsionaram esta pesquisa, sem, contudo, apresentar respostas definitivas em todos os âmbitos de um projeto de planificação linguística que ainda se encontra em plena execução.

Capítulo 1

Uma introdução à política linguística espanhola: Humberto López Morales e suas obras exemplares

*Tu futuro se escribe en español*¹

O primeiro objetivo deste capítulo é explicar qual foi o elemento desencadeador das reflexões que levaram à elaboração da pesquisa apresentada aqui. Após a leitura do título, seria óbvio concluir que tal elemento são as obras de Humberto López Morales, no entanto, o gatilho desta tese foi a pessoa antes da obra, e para um melhor entendimento, permito-me contar uma pequena anedota pessoal.

Aconteceu no *I Simposio Internacional de Lengua Española* promovido pelo Instituto Cervantes de São Paulo em 2008. Humberto López Morales foi responsável pela palestra que tinha como título *¿Hacia dónde va la lengua española?* Em sua apresentação, falou da diversidade do espanhol e também de sua considerável homogeneidade, apresentou dados numéricos com os quais demonstrava a existência de um *español general* (espanhol geral), fruto da globalização do léxico hispânico. Insistiu ainda em que dito *español general* não deve ser visto de forma negativa, que estão garantidas e preservadas as particularidades de cada variedade e que a globalização do léxico hispânico nada tem a ver com uma possível projeção de variedades peninsulares, visto que no *español general* há palavras de diferentes procedências. Terminada a apresentação, e a propósito desse último comentário, o então *jefe de estudios* (coordenador dos cursos) que presidia a mesa afirma que é com orgulho que ele pode afirmar que no Instituto Cervantes de São Paulo há professores procedentes de vários países de língua espanhola e não exclusivamente da Espanha como se costuma imaginar; “Tenemos incluso profesores brasileños, y Brasil *todavía* no es un país hispanohablante”, diz ele. “*Todo se andará*”², responde o palestrante.

De alguma forma esse *todo se andará* poderia resumir a justificativa para o projeto cujo resultado se apresenta aqui. Após a palestra mencionada, a leitura de *La*

¹ “Seu futuro se escreve em espanhol”. Slogan da *Fundación Comillas* para promoção do *Grado en Estudios Hispánicos*.

² “Temos inclusive professores brasileiros e o Brasil *ainda* não é um país hispanoparlante”; “Tudo a seu tempo”.

globalización del léxico hispánico (A globalização do léxico hispânico) termina de dar forma à ideia que virou projeto, que virou pesquisa e culminou nesta tese. E assim, da pessoa passou-se à obra.

Humberto López Morales é um entusiasta da promoção do *español general* e grande defensor da globalização lexical da qual advém esta variedade. Secretário Geral da *Asociación de Academias de la Lengua Española*, membro do Conselho de Administração do Instituto Cervantes, presidente de honra da *Asociación de Lingüística y Filología de América Latina* e presidente da *Asociación de Historia de la Lengua Española*, dirigiu a elaboração do *Diccionario Académico de Americanismos* publicado em 2010, ganhou o *Premio Ensayo Isabel Polanco*,³ também em 2010, com a obra *La andadura del español por el mundo* (*As andanças do espanhol pelo mundo*), publicou em 2006 *La globalización del léxico hispánico* e uma série de outros títulos ao longo de sua vida acadêmica. É possível afirmar que López Morales não só circula, mas participa ativamente em instituições promotoras da política linguística espanhola, e que suas atividades acadêmicas, pelo menos nos últimos anos, também estão relacionadas a essa política e à sua execução.

A pesquisa que se apresenta aqui nasce a partir da promoção do chamado *español general*, variedade analisada e esmiuçada pelo referido autor em sua obra *La globalización del léxico hispánico*. Neste capítulo introdutório, se fará uma pequena resenha dessa obra e também serão comentados aspectos de *La andadura del español por el mundo*; com o fim de observar de que maneira ambas as obras se inscrevem no contexto da política linguística espanhola das décadas analisadas.

O autor inicia *La globalización del léxico hispánico* com uma longa introdução na qual explica em que consiste o *español general* e a globalização linguística. Falantes da mesma língua — neste caso o espanhol —, procedentes de diferentes regiões, em algumas ocasiões optam por um léxico menos regional e mais neutro com o fim de evitar desnecessários “ruídos” na comunicação.

³ Prêmio Outorgado pela Fundação Santillana em colaboração com a *Feria Internacional del libro* de Guadalajara.

En estas ocasiones, estamos ante fenómenos de neutralización léxica, que consisten en que el hablante o el escritor que se dirige a alguien ajeno a su norma dialectal acude al español general, que todos entienden sin dificultad. Estas neutralizaciones son viejas en la comunicación humana, y se dan en todas las lenguas, y aunque no todos tienen acceso a ellas, sí son frecuentes entre los hablantes de español, y cada día lo serán más, como veremos más adelante.⁴(LÓPEZ MORALES, 2006, p. 26)

O *español general* configura-se em um primeiro momento como uma opção dos falantes, trata-se, segundo o autor, de conhecer e escolher, e não de algum tipo de imposição.

López Morales (2006) usa a definição do termo *globalización*⁵ (globalização) do dicionário da *Real Academia Española — nuestro diccionario mayor*⁶, segundo ele — e indica suas duas acepções:

1) Difusión mundial de una lengua que fomenta la uniformidad lingüística más allá de sus fronteras nacionales. 2) Difusión internacional de una variedad dialectal específica de una lengua natural que fomenta la uniformidad lingüística en todo su ámbito idiomático.⁷ (id. *ibid.*, pp. 23-24)

A primeira acepção precisaria de ajustes para poder contemplar o caso do *español general*, uma vez que não há fronteiras nacionais envolvidas; no entanto, a segunda acepção, como se procurará demonstrar neste trabalho, se ajusta perfeitamente ao *español general* e à sua promoção como variedade de espanhol como língua estrangeira — ELE. Como se verá, a manutenção da unidade e o *buen uso* (bom uso) da língua sempre permearam os discursos relacionados a esse espanhol neutro; por outro lado, a presença de interesses econômicos como guia e a expansão da língua espanhola pelo mundo indicam a necessidade de uma variedade comum que possa ser difundida; a insígnia da *globalización* remete a língua a uma comunidade mais atraente.

⁴“Nestas ocasiões estamos diante de fenômenos de globalização léxica, que consistem em que o falante ou o escritor que se dirige a alguém alheio à sua norma dialetal recorre ao espanhol geral que todos entendem sem dificuldade. Estas neutralizações são antigas na comunicação humana e acontecem em todas as línguas, e ainda que nem todos tenham acesso a elas, sim são frequentes entre os hispanoparlantes, e o serão cada dia mais, como veremos mais adiante”.

⁵ Aqui são mencionadas somente as acepções da palavra *globalización* (globalização) relacionadas ao âmbito linguístico.

⁶ “nosso dicionário maior”

⁷ “1) Difusão mundial de uma língua que fomenta a uniformidade linguística mais além de suas fronteiras nacionais. 2) Difusão internacional de uma variedade dialetal específica de uma língua natural que fomenta a uniformidade linguística em todo seu âmbito idiomático”.

Não obstante, o autor se vale das acepções de *globalización* entre outras coisas para indicar que não há por trás dessa ideia o intuito de promover uma variedade dialetal específica; e usa como exemplo as palavras *autobús* e *acera* (ônibus e calçada), segundo ele pertencentes a essa nova variedade. Elas não fazem parte do *español general* porque pertencem a uma variedade peninsular, afirma ele, mas sim porque, ao serem habituais em diferentes variedades, sobretudo as de maior prestígio, são capazes de neutralizar outras variedades dialetais.

Ao falar de prestígio, termina-se por fazer avaliações sociais sobre os falantes. Não se trata de avaliar formas linguísticas, mas sim de “juízos e valores sociais atribuídos a quem se serve delas” (BAGNO, 2007, p. 76). No caso do *español general*, para além da já tradicional valorização do nível socioeconômico e cultural, o prestígio está relacionado aos que melhor transitam em diferentes espaços, os ditos mais globalizados. Essa valoração é atribuída ao *español general* e também é vendida junto com ele: os representantes dessa variedade, ao menos é o que se prega, são aqueles que estão no mundo e pelo mundo.

Na defesa de sua ideia, López Morales cita uma série de outros linguistas que tratam de definir ou comentar o *español general*, como é o caso de Violeta Demonte (2001, apud LÓPEZ MORALES, 2006, p. 28)

(...) una variedad única de síntesis que tiende cada vez más a ajustarse a un modelo de coherencia entre dialectos, y no de dominio de uno sobre otros, (...) un modelo que aspira a la intercomprensión y a la negociación.⁸

Ou Irene Lozano (2005, apud LÓPEZ MORALES, 2006, p. 193), que afirma que

(...) la globalización lingüística tiende a eliminar los privilegios, contruidos gracias a ciertos usos perversos de las lenguas (o de sus variedades), que otorgan a sus hablantes dominación o primacía. Las barreras idiomáticas — no se trata de nada nuevo — suelen permitir, entre otras cosas igualmente nefastas, el control del poder.⁹

⁸ “(...) uma variedade única de síntese que tenda cada vez mais a se ajustar a um modelo de coerência entre dialetos, e não de domínio de um sobre outros, (...) um modelo que aspira à intercompreensão e à negociação”.

⁹ “(...) a globalização linguística tende a eliminar os privilégios construídos graças a certos usos perversos das línguas (ou de suas variedades), que outorgam a seus falantes dominação ou primazia. As barreiras

O discurso que perpassa a obra aqui referida é aquele que afirma que, como membros de uma sociedade global, somos todos supostamente iguais, daí as ideias de *intercomprensión, negociación e eliminación de privilegios* defendidas por Demonte e Lozano, citadas acima. Assim, o *español general* se caracteriza, na obra descrita aqui, por uma marca ideológica que o eleva às mais altas aspirações do mundo globalizado: comunicação e igualdade.

Como essa nova variedade é, segundo o autor, um sinal dos tempos e tem como grandes agentes os meios de comunicação de massa e a internet, López Morales dedica parte significativa de *La globalización del léxico hispánico* a uma análise dos meios de comunicação (berço do *español general*, segundo ele): TV, rádio, imprensa escrita e digital, literatura, telenovelas e cinema. Nessa análise ele adota uma perspectiva histórica e narra como outras épocas foram marcadas pela falta de diálogo entre as diferentes variedades dialetais: jornalistas e dirigentes de agências de imprensa que não consideravam usos linguísticos de outras regiões, obras literárias que não puderam sair de suas fronteiras por usos regionais ininteligíveis, filmes e uma série de outras obras que, ao atravessarem o Atlântico, não puderam ser compreendidos, além da tradicional imagem de um espanhol peninsular melhor ou mais correto.

Depois, a análise é retomada já centrada no final do século XX e início do século XXI, e passam a ser descritas as mudanças que caracterizam o período e o crescente desejo de intercompreensão que parece acometer os povos de língua espanhola à medida que aumentam a velocidade, o poder e os lucros dos meios de comunicação internacionais.

Segundo López Morales, tanto na imprensa escrita quanto na TV, sempre prevaleceu o registro culto, geralmente de caráter homogêneo; no entanto, marcas das variedades dialetais provocavam alguns problemas no intercâmbio de agências e redes internacionais. À medida que os meios de comunicação passam a estar presentes em um maior número de regiões e que a velocidade de suas transmissões aumenta, a

idiomáticas – não se trata de nada novo – costumam permitir, entre outras coisas igualmente nefastas, o controle do poder”.

variação dialetal passa a ser vista de outra forma: já não se trata de discutir qual é melhor ou mais correta, mas sim de optar pela supostamente mais neutra, a que pode ser entendida em mais lugares sem precisar de ajustes ou revisões, muitas vezes dispendiosos. Observamos, assim, um deslocamento do mais correto ao mais entendido nas imagens relacionadas à variação.

La globalización léxica ocurre solo cuando las variantes autóctonas de una determinada región son sustituidas paulatinamente por otras que no son más generales, sino que pertenecen a una norma dialectal ajena. ¿Por qué ocurre esto? Las respuestas a esa pregunta son múltiples y de naturaleza muy heterogénea. Van desde la creencia de que las formas sustitutas son más prestigiosas, o más útiles – o tenidas por tales – que las autóctonas, hasta consideraciones de orden económico – basados en el ahorro de tiempo y de dinero – ya que, por ejemplo, se usan despachos de prensa procedentes de otro país – en los que vive una diferente norma dialectal – sin que ningún corrector de estilo los revise y los sustituya por el de la norma nacional. (2006, p. 27)¹⁰

Conforme aumenta o montante gerado pelos meios de comunicação de massa, aumenta o interesse em usar uma variedade única. Claros exemplos desse interesse podem ser encontrados na agência EFE e no canal CNN internacional.

No final da década de 70, a agência EFE de notícias (quarta maior do mundo), encomenda a Fernando Lázaro Carreter a elaboração do primeiro manual de estilo para os redatores da agência, publicado em 1978. Em 1980, junto com o *Instituto de Cooperación Iberoamericano* (ICI) cria o DEU- *Departamento Español Urgente*, formado na época por filólogos e membros da *Real Academia Española*. A função do DEU era revisar, encontrar erros e aconselhar os jornalistas. Em 2005, com o patrocínio do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, cria-se a FUNDEU BBVA – *Fundación Español Urgente BBVA*, “(...) institución sin ánimo de lucro que tiene como objetivo impulsar el buen

¹⁰ “A globalização léxica só acontece quando as variantes autóctones de uma determinada região são substituídas paulatinamente por outras que não são mais gerais, mas que pertencem a uma norma dialetal alheia. Por que acontece isto? As respostas para esta pergunta são múltiplas e de natureza muito heterogênea. Vão desde a crença de que as formas substitutas são mais prestigiosas, ou mais úteis – ou consideradas assim – do que as autóctones, até considerações de ordem econômica – baseadas na economia de tempo e dinheiro – já que, por exemplo, usam-se expedientes de imprensa procedentes de outro país – com uma outra norma dialetal – sem que nenhum corretor de estilos os revise e os substitua pela da norma nacional”.

uso del idioma español en los medios de comunicación, cuya influencia en el desarrollo de nuestra lengua es cada vez mayor.”¹¹ (www.fundeu.es¹³). Como se verá no capítulo 4, a presença de um banco como partícipe e patrocinador de assuntos linguísticos (neste caso a difusão de instrumentos linguísticos) é marca dos tempos atuais, em que língua e dinheiro têm uma relação estreita e indissociável.

Com o fim de alcançar essa variedade una, neutra e correta nos meios de comunicação, ao longo desses 40 anos foram elaborados o *Manual Español Urgente*, o Dicionário *Español Urgente* e a lista *Apuntes*, usada como fórum de consulta. “Es natural que todas las agencias de noticias aspiren no solo a utilizar un instrumento comunicativo correcto, sino también a hacerse entender por sus «clientes» de prensa, radio y televisión de los países con los que trabajan.”¹⁴ (LÓPEZ MORALES, 2006, p. 67)

No mesmo caminho, a CNN, canal de televisão internacional que desde 1997 oferece 24 horas de notícias em espanhol para a América (incluída boa parte da América do Norte) e para a Espanha, usa um espanhol que é “resultado de la necesidad de conseguir una comprensión a nivel mundial, con un lenguaje claro, simple y de uso general.”¹⁵ (LÓPEZ MORALES, 2006, p. 102). No intuito de alcançar essa variedade, a língua na CNN em espanhol é regida pelo *Manual de estilo y referencia*, elaborado pela própria instituição e responsável pelo “estilo CNN”. Em um subcapítulo intitulado “¡Aquí hay negocio!”, López Morales descreve o crescimento da CNN e seu alcance em 2006, época da publicação da obra: “(...) CNN en español tiene más de dos millones de abonados en los Estados Unidos, y un público potencial de no menos de treinta y nueve millones, y llega a más de doce millones de hogares en Hispanoamérica”¹⁶, e sua impressionante margem de lucro. “Cuanto más medios, más afirmación del idioma y,

¹¹ “(...) instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo impulsionar o bom uso do idioma espanhol nos meios de comunicação, cuja influência no desenvolvimento de nossa língua é cada vez maior”.

¹² Acesso 15/02/11.

¹³ Acesso 15/02/11.

¹⁴ “É natural que todas as agências de notícias aspirem não somente a utilizar um instrumento comunicativo correto, como também a fazer-se entender por seus ‘clientes’ de imprensa, rádio e televisão dos países com os que trabalham”.

¹⁵ “(...) resultado da necessidade de conseguir uma compreensão em nível mundial, com uma linguagem clara, simples e de uso geral”.

¹⁶ “(...) CNN em espanhol tem mais de dois milhões de assinantes nos Estados Unidos, e um público potencial de não menos de trinta e nove milhões e chega a mais de doze milhões de lares na América Latina”.

por lo tanto, más demandas de medios en español”¹⁷ (p. 113). E a *força expansiva* continua, afirma o autor.

Cabe observar como um ideário a princípio destinado especificamente a falantes de espanhol ganha um público internacional — de diferentes línguas — com a internacionalização dos meios de comunicação. O *español general* já não é assunto somente daqueles que têm o espanhol como língua materna, mas de todos aqueles que de alguma forma transitam em um mundo do qual o espanhol faz parte. Assim, o *español general* vai ganhando força como variedade de língua estrangeira, de língua internacional. López Morales tem razão: não se trata de impor o *español general* em detrimento das variedades dialetais do espanhol, pelo menos não quando nos referimos ao espanhol como língua materna, não obstante, acreditamos que a mesma assertiva não pode ser aplicada quando se pensa no espanhol como língua estrangeira, como se tratará de demonstrar ao longo deste trabalho.

Nas conclusões de *La globalización del léxico hispánico*, o autor afirma que há, dentre os meios de comunicação internacionais, aqueles que preferem manter sua variedade regional, e que muitas vezes programas de enorme sucesso na televisão, por exemplo, não são os que se produzem para um público internacional, mas sim os produzidos para o público nacional, conseqüentemente com uma variedade dialetal determinada. Assim, conclui ele, não somos bombardeados diariamente somente por amostras desse *español general* ao qual se refere ao longo da obra, o que implica, portanto, que as diferentes variedades dialetais em momento algum estariam em situação de risco. López Morales indica uma série de pesquisas e apresenta uma série de números e porcentagens que demonstram que o espanhol culto presente nos meios de comunicação sempre se caracterizou pela unidade e que *español general* não é uma invenção dos meios de comunicação de massa modernos.

Neste trabalho assume-se que de fato, não se trata de inventar, mas sim de promover. Sempre houve unidade no espanhol, principalmente naquele dos meios de comunicação. Sempre houve escolhas e negociações na comunicação, e não só na

¹⁷ “(...) quanto mais meios, mais afirmação do idioma e, portanto, mais demandas de meios em espanhol.”

comunicação entre pessoas de diferentes variedades. Sempre houve aqueles que optam por esse *español general*, em outras épocas chamado *español estándar* (espanhol standard), em determinadas situações. No entanto, a promoção e a defesa da ideia são recentes e coincidem com uma nova política relacionada à variedade da língua e à sua difusão, plasmadas na excelente relação que parecem manter, dentro de uma ideologia *panhispánica*¹⁸, a *Real Academia Española* e as 21 Academias americanas. O próprio autor menciona a elaboração do *Diccionario Panhispánico de Dudas*, obra que segundo ele, tem como objetivo orientar o público no discernimento de usos divergentes, indicar o que pertence ao *español general* e o que está marcado geograficamente ou socioculturalmente, indicar o que é inaceitável ou incorreto.

(...) que no se intentan eliminar ni minimizar aquellos fenómenos lingüísticos que son sentidos como correctos y prestigiosos en una comunidad de habla dada (aunque parezcan incluso deplorables en otra). Esto significa riqueza idiomática. Lo que se persigue es favorecer la corrección y, en los casos de neologismos, la uniformidad de elección. (...) E DPD propone soluciones unitarias para todo el mundo hispánico, y aun fuera de él; estamos ante un instrumento que, además, reforzará la unidad de nuestra lengua, sin borrar nuestras diferencias, que constituyen señas de identidad cultural¹⁹. (2006, pp. 183- 184)

Vale considerar, no entanto, uma visão mais apurada desse fenômeno. Einar Haugen (apud DEL VALLE, 2007c) afirma que os processos de padronização vão além da aplicação de conhecimentos linguísticos, e que, ao entrarem em uma área relacionada às decisões sobre formas linguísticas disponíveis, se inscrevem em um campo claramente político, “(...) la estandarización se concibe ya no sólo como la solución

¹⁸ A *política lingüística panhispánica* é a praticada pela *Real Academia Española* nos últimos anos e consiste (supostamente) em uma relação de cooperação e igualdade entre ela e as demais academias de língua espanhola do mundo na planificação de *corpus* da língua. Dessa forma, segundo afirma a RAE, os instrumentos normativos são elaborados conjuntamente por todas as academias da língua.

¹⁹ “(...) que não se tenta eliminar nem minimizar aqueles fenômenos linguísticos que são considerados corretos e prestigiosos em uma comunidade de determinada fala (mesmo que inclusive pareçam deploráveis em outra). Isto significa riqueza idiomática. O que se busca é favorecer a correlação e, nos casos de neologismos, a uniformidade de escolha. (...) E o DPD propõe soluções unitárias para todo o mundo hispânico, e também para fora dele; estamos diante de um instrumento que, além de tudo, reforçará a unidade de nossa língua, sem apagar nossas diferenças, que constituem sinais de identidade cultural”.

técnica a un problema práctico sino como fundamentalmente ideológico”²⁰ (DEL VALLE, 2007c, p. 24).

É possível afirmar que a ideia desse *español general* que ocupa as páginas da obra de López Morales nasce nos meios de comunicação internacional²¹ — incluída a internet —, cercado por essa constante necessidade de velocidade e sobretudo de incremento na margem de lucros. No entanto, sua promoção como variedade do espanhol no mundo globalizado não é responsabilidade apenas desses meios de comunicação.

A tese que se defende aqui situa o *español general* na política expansionista do espanhol como língua estrangeira. Trata-se de uma variedade inventada como tal — não necessariamente palpável —, cuja promoção e defesa têm como objetivo a comercialização da língua. Na perspectiva da planificação linguística espanhola, o *español general* é promovido e uma legião de professores é formada para difundi-lo como variedade de língua estrangeira — de língua internacional — por meio de instituições e instrumentos que compõem a engrenagem da política linguística espanhola e que estão, direta ou indiretamente, a cargo da expansão da língua espanhola no mundo — *Real Academia Española*, Instituto Cervantes, empresas multinacionais, imprensa internacional.

Ao falar de política linguística e, neste caso, de política linguística espanhola, é necessário remeter a conceitos inerentes a ela. O conceito de ideologia é talvez o mais importante deles.

Aqui será adotada a definição de Woolard (2007) que afirma que o termo ideologia linguística se refere a representações da intersecção entre a linguagem, a dimensão social e a carga de interesses políticos e morais presentes nessas representações. As ideologias linguísticas, afirma a autora, estão inseridas nas estruturas sociais e no exercício do poder, “Constituyen un instrumento al servicio no sólo de la interacción

²⁰ “(...) a padronização já é concebida não só como a solução técnica para um problema prático mas como fundamentalmente ideológico”.

²¹ Das 98 indicações bibliográficas fornecidas pelo autor, 57 fazem alusão explícita aos meios de comunicação em seus títulos.

verbal sino también de la acción política y de la imposición, fortalecimiento y disputa de las jerarquías sociales”²² (p. 129).

No caso do espanhol, há uma sólida ideologia linguística na base da política linguística praticada pela Espanha a partir da década de 80. Como se verá nos próximos capítulos deste trabalho, uma série de fatores que conformam a realidade política e econômica tanto da Espanha quanto dos demais países hispanoparlantes, associada ao contexto político, econômico e cultural mundial, oferecem um terreno mais do que propício para a execução dessa política linguística que será analisada ao longo desta tese. Nela, a língua espanhola, agora produto, amparada por representações que remontam a diferentes momentos de sua história, passa a ser o cerne não só da referida política, mas também da ideologia por ela propagada, “(...) não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social” (BAKTHIN, 2002, p.45). E a língua, como veremos, adquiriu altíssimo valor social, de cunho cultural e econômico, nas últimas décadas: “A realidade ideológica é uma super-estrutura situada imediatamente acima da base econômica” (p. 36).

José de Valle (2007a) denomina *hispanofonía* a ideologia linguística sobre e a partir da qual a política linguística espanhola é executada. Trata-se, como se verá no capítulo 3, de considerar a língua como responsável pela existência de uma grande comunidade unida afetiva e historicamente, na qual a Espanha ocupa —natural e legitimamente— um papel de destaque. A *hispanofonía* apresenta uma língua espanhola cuja imagem está marcada pelas seguintes características: língua de encontro (a língua como pátria comum de diferentes povos), língua universal (graças a sua presença e capacidade de expansão) e recurso econômico (língua como produto).

Como mencionado, a *hispanofonía* será retomada mais adiante e analisada cuidadosamente. No entanto, os elementos expostos neste capítulo introdutório são suficientes para a análise da segunda obra exemplar de Humberto López Morales: *La andadura del español por el mundo*. Diferente de *La globalización del léxico hispánico*, que promove o *español general* como língua do mundo globalizado, e

²² “Constituem um instrumento a serviço não só da interação verbal mas também da ação coletiva e da imposição, fortalecimento e disputa das hierarquias sociais”,

consequentemente se debruça somente sobre uma das características dessa língua espanhola da perspectiva da *hispanofonía*, *La andadura del español por el mundo* inscreve toda a história da língua espanhola dentro do ideário da política linguística espanhola aqui analisada.

El libro que el lector tiene en sus manos no es una historia interna de la lengua española, en la que se explique el largo proceso que va desde sus orígenes hasta nuestros días, y se presente la situación actual de todas sus variantes fonológicas, sintácticas, léxicas y discursivas. Aunque en estos temas aún queda terreno por caminar, lo cierto es que muchos de esos objetivos ya han sido total o parcialmente cumplidos por un corto pero bien documentado grupo de lingüistas, a través de trabajos monográficos de gran calidad. Aunque apoyado en estas obras y en algunas investigaciones propias, mi propósito al escribir este ensayo es otro: señalar los momentos cumbre de este devenir histórico, indicar lo más relevante de ese proceso, con énfasis especial en el español americano, y mostrar el posible camino —muy feliz por cierto— que parece aguardar a la lengua española²³ (LÓPEZ MORALES, 2010, p. 17)

O parágrafo transcrito acima é o primeiro da introdução da obra, e nele o autor manifesta claramente algumas das marcas que caracterizarão o ensaio. Por um lado, fica clara a escolha de episódios e processos relacionados à língua e à sua história — *señalar los momentos cumbre, indicar lo más relevante* —, por outro, deixa-se ver um uso de adjetivos — *camino muy feliz* — que, como se verá, é bastante particular e revelador. Serão apontadas também as menções a autores — *bien documentado grupo de lingüistas* — e o uso que se faz delas; e finalmente, a exposição de uma sorte de inimigo oculto, que de alguma forma ocupa o lugar das adversidades enfrentadas pela língua ao longo de sua história.

A própria ata do júri que outorgou o *II Premio Internacional de Ensayo Isabel Polanco* à obra já anuncia que ela

²³ “O livro que o leitor tem em mãos não é uma história interna da língua espanhola onde se explica o longo processo que vai de suas origens até nossos dias e onde se apresenta a situação atual de todas as suas variantes fonológicas, sintáticas, léxicas e discursivas. Ainda que nestes temas exista terreno para caminhar, o certo é que muitos destes objetivos já tenham sido parcial ou totalmente cumpridos por um grupo de linguistas pequeno, mas bem documentado através de trabalhos gráficos de grande qualidade. Ainda que apoiado nestas obras e em algumas pesquisas próprias, meu propósito ao escrever este ensaio é outro: assinalar os momentos máximos deste porvir histórico, indicar o mais relevante deste processo, com ênfase especial no espanhol americano, e mostrar o possível caminho – com certeza muito feliz – que parece aguardar a língua espanhola.”

Da una imagen espléndida del poderío del español, hoy por hoy la segunda lengua más hablada del mundo y una de las más importantes de comunicación internacional y de su gran vitalidad, en la que son dignas de mención la unidad, que la fortalece no obstante el alto número de países que la tienen como suya, y la variedad, que tanto la enriquece.²⁴ (p. 464)

Camino feliz, poderío del español, segunda lengua más hablada del mundo: assertivas que inscrevem a língua espanhola em uma história harmônica e sólida e a projetam para um futuro igualmente perfeito.

La andadura del español por el mundo se divide em duas partes — “Una mirada al pasado” (Um olhar para passado) e “La situación actual” (A situação atual) — e no caso desta obra, ao invés de fazer uma resenha completa como na primeira obra analisada, serão exemplificadas as características apontadas nos parágrafos anteriores.

É natural, e comprovadamente inevitável, escolher e qualificar episódios ao contar uma história. Um autor imprime sua marca, determinada por suas crenças e vivências, naquilo que escreve. Enquanto sujeito, ele fala de um lugar determinado que imprime certos sentidos (e não outros) ao que é dito. Também é verdade que às vezes é possível detectar no autor o intuito de realizar um exercício de imparcialidade, ao observar que ele, autor, trata de mostrar as diferentes facetas dos episódios selecionados, além de apresentar o maior número possível de acontecimentos e leituras, para, desta forma, permitir diferentes olhares por parte dos leitores (o que não o exime de seu lugar como sujeito). Ao ler a obra analisada, percebe-se que seu autor está completamente convencido da importância dos fatos apresentados e bastante confortável no lugar a partir do qual fala. Como mencionado, Morales afirma indicar *lo más relevante* na história da língua espanhola, e ao dizer *relevante*, fica claro que se trata de uma visão determinada, uma vez que *relevante* é uma qualidade marcada por uma visão parcial, resultante de uma seleção feita a partir de um critério. Portanto, não é objetivo da obra a promoção de diversos olhares ou conclusões por parte dos leitores.

²⁴ “Dá una imagen espléndida do poder do espanhol, atualmente a segunda língua mais falada do mundo e uma das mais importantes de comunicação internacional e de sua grande vitalidade, na qual são dignas de menção a unidade que a fortalece não obstante o alto número de países que a têm como sua, e a variedade, que tanto a enriquece”.

Para iniciar a análise, mais do que discutir o que é relevante ou não para o autor, o que se propõe é um olhar apurado ao uso que ele faz de outras vozes, as quais contribuem de forma muito significativa na construção da credibilidade da obra. Para tanto, serão apresentados dois exemplos.

Na primeira parte do livro, López Morales fala das origens do romance castelhano e das circunstâncias históricas e políticas que favoreceram sua difusão, junto com sua capacidade aparentemente nata de expansão. Fala, por exemplo, das determinações de Alfonso X que dão início ao uso institucional do castelhano. Cita Inés Fernández-Ordóñez quando diz que “(...) el castellano fue la lengua preferida para las prácticas jurídicas y administrativas concernientes al señorío del castellano-leonés²⁵ (...)” (apud LÓPEZ MORALES, 2010, p. 124), no entanto, ao falar da expansão do romance na Península Ibérica, em momento algum faz referência à tese da mesma autora que questiona o mito do papel preponderante do castelhano (e sua natureza supostamente expansiva) na formação do espanhol, difundido durante décadas a partir das pesquisas de Menéndez Pidal.

Si en el espacio peninsular convivían y conviven diversas lenguas, parece lógico pensar que estas pueden compartir rasgos o influir mutuamente. Para Ramón [Menéndez Pidal], sin embargo, la influencia única o fundamental fue la del castellano sobre las variedades lingüísticas laterales.²⁶ (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, 2011, p.22)

Em outro momento da obra, em um subcapítulo intitulado “Todos los países que integran Mercosur serán bilingües español-portugués en un tiempo relativamente breve” (Todos os países que integram o Mercosul serão bilíngues espanhol – português em relativamente pouco tempo), Morales nos apresenta um breve relato sobre a criação do Mercosul e a consequente determinação do bilinguismo espanhol–português dos países integrantes. Fala das dificuldades enfrentadas pela Argentina devido à forte tradição do estudo de francês e explica a atual situação do Brasil com relação à implantação do espanhol no seu sistema educativo. Nenhuma menção é feita

²⁵ “(...) o castelhano foi a língua preferida para as práticas jurídicas e administrativas concernentes ao domínio do castelhano-leonês (...)”

²⁶ “Se no espaço peninsular conviviam e convivem diversas línguas, parece lógico pensar que estas possam compartilhar rasgos ou se influenciar mutuamente. Para Ramón [Menéndez Pidal], entretanto, a influência única ou fundamental foi a do castelhano sobre as variedades linguísticas laterais.”

aos demais países do Mercosul (na época da publicação da obra, Uruguai e Paraguai). Ao explicar a situação brasileira, e o futuro, segundo ele promissor, do ensino de espanhol neste país, o autor menciona Celada e Rodrigues (2005) ao afirmar que “Todo ello ha sido posible gracias a que el español es tenido en el país por lengua no solo importante sino prestigiosa²⁷” (LÓPEZ MORALES, 2010, p.389), porém nada diz sobre os diferentes lugares ocupados pela língua espanhola no imaginário brasileiro — nem sempre importante ou prestigiosa —, tema amplamente analisado pelas autoras no artigo usado por ele.

En este análisis se examinan las transformaciones que ha experimentado el español en el imaginario brasileño en los últimos años, teniendo en cuenta la proximidad cultural con los vecinos hispanoamericanos, y en contraste con la influencia del inglés como la lengua vehicular por excelencia.²⁸ (CELADA & RODRIGUES, 2005, p.01)

O autor também situa, de forma bastante contundente, o papel protagonista da Espanha em todo o processo que leva à inserção do espanhol no sistema educativo brasileiro.

No cabe la menor duda de que en todo este entramado que tejió en torno a esta legislación, España fue la verdadera protagonista, ganando una enconada batalla diplomática a sus principales oponentes europeos. (LÓPEZ MORALES, 2010, p.389)²⁹

(...) al margen de la creación de Mercosur, la aparición de grandes empresas españolas ha llevado al estrechamiento de lazos comerciales entre ambos países [Brasil e Espanha]. No hay que desear que también haya influido el peso y brillantez de la cultura hispánica en general. (pp. 389-390)³⁰

Brasil consume una buena cantidad de literatura hispanoamericana, algunos de cuyos autores son admirados y aplaudidos con tanto o más entusiasmo que en países hispanos de su alrededor; también

²⁷ “Tudo isto foi possível graças a que o espanhol é tido no país como língua não só importante mas também de prestígio”.

²⁸ “Nesta análise se examinam as transformações que o espanhol sofreu no imaginário brasileiro nos últimos anos, levando-se em conta a proximidade cultural com os vizinhos hispano-americanos, e em contraste com a influência do inglês como a língua vehicular por excelência.”

²⁹ “Não cabe a menor dúvida de que em toda esta trama tecida em torno a esta legislação, a Espanha foi a verdadeira protagonista, ganhando uma batalha diplomática visceral contra seus principais oponentes europeus”.

³⁰ “À margem da criação do Mercosul, a aparição de grandes empresas espanholas levou ao estreitamento dos laços comerciais entre ambos países [Brasil e Espanha]. Não se pode menosprezar que também teve grande influência o peso e o brilhantismo da cultura hispânica em geral.”

España es mirada con admiración y respeto, por sus manifestaciones artísticas y culturales, también, por la comunión futbolística que existe entre ambos países. (p. 390)³¹

O autor aponta e reconhece a importante relação entre o Brasil e os demais países da América Latina, no entanto, situa a Espanha no mesmo patamar e ignora muitas das marcas que, no passado, determinaram a relação entre os dois continentes. Isto não ocorreria se Morales fizesse menção à conclusão do artigo de Celada e Rodrigues citado por ele:

(...) trabajamos a partir de un lugar teórico que no obtura sino que canaliza una cierta sensibilidad frente al lenguaje: la que tiene que ver con la forma específica en que fuimos, brasileños e hispanoamericanos, en tanto sujetos de colonización, afectados por las lenguas que nos constituyen y, de alguna forma, nos integran³². (CELADA & RODRIGUES, 2005, p.04)

Conclusão na qual a Espanha não só não ocupa um lugar destacado, mas poderia ser relacionada à figura do colonizador, situações impensáveis dentro da ideologia linguística plasmada na obra de López Morales, onde impera a concórdia entre os povos.

Ao destacar esses dois momentos da obra analisada, o objetivo é chamar a atenção para o jogo que se faz dentro do espaço de difusão ideológica: análises muitas vezes são lidas, recortadas ou parcialmente descartadas para que possam se inscrever adequadamente em um ideário; não é preciso estar em comunhão com a *hispanofonía* para participar dela.

Nesse jogo, ideais da *hispanofonía* passam a compor uma sorte de senso comum³³ que perpassa diferentes espaços do mundo hispânico. Segundo Gramsci³⁴, ele, o senso comum, se constrói a partir de uma história da qual a memória popular extrai

³¹ “O Brasil consome uma boa quantidade de literatura hispano-americana, onde alguns autores são admirados e aplaudidos com tanto ou mais entusiasmo que nos países hispanos ao seu redor; a Espanha também é vista com admiração e respeito por suas manifestações artísticas e culturais, também pela comunhão futebolística que existe entre ambos os países”.

³² “(...) trabajamos a partir de un lugar teórico que não obstrui, mas sim canaliza uma certa sensibilidade frente à linguagem: a que tem a ver com a forma específica em que fomos, brasileiros e hispano-americanos, enquanto sujeitos de colonização, afetados pelas línguas que nos constituem e, de alguma forma, nos integram.

³³ “Sentido común” no original em espanhol.

³⁴ Os conceitos de Gramsci mencionados neste capítulo são analisados a partir da obra *La lingüística en Gramsci: Teoría de la Comunicación Política*, de Antonio Paoli (1989).

referências e valorações, e é a partir de sua conformação que se dá a sensação de pertencimento a um coletivo determinado. No entanto, em nenhuma sociedade há uma harmonia perfeita: a coexistência de diferentes concepções de mundo, de diferentes costumes, de disputas políticas e a pluralidade cultural surgem como contradições de ordem histórico-cultural. Assim, esse contraste entre dizeres e fatos, ou seja, essa coexistência de diferentes concepções de uma determinada realidade, não se deve sempre à má fé, mas deixa à mostra a existência de contradições mais profundas. Veremos, ao longo deste trabalho, que a *hispanofonía* é marcada por essas contradições, motivo pelo qual é constantemente cuidada e fortalecida, apesar de sua aparência sólida e estável. E aqui adota-se outro conceito de Gramsci, que ajuda a entender essa constante manutenção da *hispanofonía*, o “aparelho de hegemonia”³⁵.

(...) sistema político-cultural de clase que tiende a cohesionar cada vez más orgánicamente a determinado contingente humano y a imponerle sus finalidades sociales, sus formas ideales de organización político-económica, y por ello mismo, se estructura como un sistema de dirección y dominio.³⁶(PAOLI, 1989, p.28)

O aparelho de hegemonia pode definir formas de pensar ou agir que incidirão sobre o senso comum de um coletivo e esses elementos tendem a formar uma identidade. Ele gera instituições e, por meio delas, se transforma em educador. Nesse sentido, é possível afirmar que obras como as de Humberto López Morales fazem parte desse conjunto institucional com caráter educador, uma vez que, de diferentes formas e com abordagens variadas, trata de direcionar um determinado senso comum.

Seria possível ainda, lançar sobre isso tudo um olhar a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha franco-brasileira. Nesse caso, o conceito de formação discursiva enquanto definidora daquilo que pode e deve ser dito em uma dada formação ideológica, se aplicaria perfeitamente à posição ocupada pelas obras de Humberto López Morales no discurso da política linguística espanhola. Brandão (1998, p. 37) afirma que “o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza”. Nessa perspectiva, a formação discursiva representa um modo de se

³⁵ “Aparato de hegemonía” no original em espanhol.

³⁶ “(...) sistema político-cultural de classe que tende a unir cada vez mais organicamente determinado contingente humano e a impor-lhe suas finalidades sociais, suas formas ideais de organização político-econômica, e por isso mesmo, estrutura-se como um sistema de direção e domínio.”

relacionar com a ideologia vigente, e corresponde a um domínio de saber (INDURSKY, 2008). Apesar de o referencial teórico deste trabalho não ser a Análise do Discurso, cabe estabelecer a relação com alguns de seus conceitos, no sentido de fortalecer a tese defendida aqui.

Dito isso, pode-se passar à análise do segundo aspecto que queremos ressaltar em *La andadura del español por el mundo*: a aparente existência de um tipo de inimigo oculto, que em diferentes momentos da obra surge, mas é rapidamente ‘vencido’ pelo transcurso supostamente sereno da história da língua espanhola. Novamente, serão mencionados dois exemplos.

Ao falar da conquista da América, o autor dedica várias páginas a dados relativos ao povo antilhano, primeiro grupo indígena com o qual os espanhóis tiveram contato, e aos problemas causados pela comunicação gestual, que foi uma constante durante as primeiras tentativas de interação com os índios. O autor termina fazendo um levantamento numérico dos indígenas nas primeiras cidades do Novo Mundo, e menciona as razões do elevado índice de mortalidade entre os nativos: suicídios coletivos causados pela crise psicológica decorrente da crença de abandono dos deuses, doenças europeias e trabalhos excessivos — eram incapazes, segundo Morales, de se adaptar aos “cánones de la agricultura europea” (modelos da agricultura europeia) —. Afirma ainda que nem mesmo os desejos da coroa, para a qual o índio era o único tesouro daquela terra sem ouro, nem os esforços dos religiosos, puderam deter os números da mortalidade. Finalmente diz:

Hoy, supuestamente desaparecido el afán de agrandar las cosas, cuando no se manejan cifras con espíritu partidista, cuando no hay que subrayar el valor temerario de capitanes y soldados, cuando ha pasado el deseo de exaltar la obra evangelizadora de algunas órdenes religiosas y cuando no es necesario acudir a grandes números para enaltecer el pasado de algunas culturas indígenas, el panorama demográfico que aparece ante nosotros es muy diferente de aquel fantasmagórico de años anteriores, repleto de millones.³⁷ (LÓPEZ MORALES, 2010, p.44)

³⁷ “Hoje, supostamente desaparecido o afã de engrandecer as coisas, quando não se manejam cifras com espírito partidário, quando não se tem de indicar o valor temerário de capitães e soldados, quando passou o desejo de exaltar a obra evangelizadora de algumas ordens religiosas, e quando não é necessário acudir a grandes números para enaltecer o passado de algumas culturas indígenas, o

A ausência de um sujeito explícito no fragmento citado — *cuando no se manejan cifras* — mostra essa espécie de inimigo oculto: quem terá manejado as cifras para fazer com que a devastação dos povos indígenas parecesse maior do que foi na concepção do autor? Dentro da *hispanofonía*, o apagamento da violência inerente à conquista e à colonização é fundamental. Essa violência apagada dá lugar a um elo entre os povos que deve se traduzir em irmandade (*hispanidad*) e se situa em um sentimento de pertencimento a algo maior. Maior e comum: este é o lugar ocupado pela língua espanhola.

Em outro momento, ao introduzir a política linguística *panhispánica*, López Morales conta como em diferentes momentos da história do espanhol surgiram temores com relação a uma possível fragmentação linguística que pusesse em perigo a unidade da língua espanhola. Afirma que atualmente a unidade está garantida,

(...) a pesar de que en ocasiones saltan por aquí y por allá algunas posturas teóricas, que esgrimiendo el estandarte del llamado <<policentrismo>> harían pensar en la existencia de una diversidad más que acentuada. Hacen alusión estos investigadores a <<discrepancias>> que estiman contundentes como lo relativo a la pronunciación y a la entonación, por una parte, y al vocabulario por otra. (2010, p.358)³⁸

Aqui o inimigo oculto toma forma em *posturas teóricas defensoras do policentrismo e estos investigadores* e perde seu anonimato completo.

A presença do que chamamos inimigo oculto funciona como uma amostra controlada de aspectos negativos presentes na existência da língua espanhola, não só em seu passado, mas também no presente e no futuro. Não seria verossímil mostrar uma língua cujo trajeto está marcado somente pelo positivo e pelo memorável. Por outro lado, não convém mencionar muitos episódios marcados pelo conflito ou pela discórdia, que poderiam provocar outras leituras a respeito do espanhol ou expor

panorama demográfico que aparece diante de nós é muito diferente daquele fantasmagórico de anos anteriores repleto de milhões”.

³⁸ “(...) apesar de que em certas ocasiões aparecem por aqui e por ali algumas políticas teóricas, que esgrimindo o estandarte do chamado <<policentrismo>> fariam pensar na existência de uma diversidade mais do que acentuada. Esses pesquisadores fazem alusão a <<discrepâncias>> que consideram contundentes como o relativo à pronúncia e à entonação, por um lado, e ao vocabulário por outro.”

cicatrizes não tão gloriosas de sua história. A mostra controlada da adversidade só vem a engrandecer o avanço *imparable*³⁹, como afirma Morales, da língua espanhola em seu curso.

Na obra de López Morales, a hegemonia espanhola é uma constante na história da língua, apesar das inúmeras menções à importância da América, de seus falantes, de suas culturas e de suas variedades. A hegemonia — terceiro conceito de Gramsci (apud PAOLI, 1989) que se adotará aqui — só pode existir e se desenvolver por meio de um aparelho de hegemonia bem organizado e capaz de gerar um conjunto de instituições e um processo de transformações adequado a suas necessidades. A hegemonia, afirma Gramsci (apud PAOLI, 1989), só pode ser exercida sobre um contingente humano que de alguma maneira se uniu e conformou um bloco: bloco histórico que, apesar de apresentar peculiaridades comuns que de alguma forma o definem, traz em si as contradições inerentes a qualquer conglomerado histórico-cultural (PAOLI, 1989).

Daí a importância de construir a ideia de uma grande nação ibero-americana, cujas marcas indesejáveis do passado (conquista, colonização, devastação de povos nativos etc.), são cuidadosamente reorientadas pelas instituições criadas pelo aparelho de hegemonia. As ações impostas por elas criarão as condições para o surgimento de um *novo* bloco histórico, “(...) que no puede más que surgir del viejo, que es el viejo pero negado y transformado por una nueva voluntad política que se convierte en hegemonía⁴⁰.” (PAOLI, 1989, p. 29)

Seria possível perguntar aqui se a autoridade da Espanha com relação à gestão da língua pertence ao senso comum das nações de língua espanhola, o que lhe garantiria a tão desejada posição hegemônica. Para esta reflexão, passa-se à análise da terceira característica apontada na obra de Morales: seu uso particular da adjetivação. Para tanto, é preciso prestar especial atenção ao capítulo 16 de *La andadura del español por el mundo*, “Hacia una estrecha unidad lingüística panhispánica” (Em direção a uma estreita unidade linguística pan-hispânica).

³⁹ Que não pode ser detido.

⁴⁰ “(...) que não pode mais do que surgir do velho, que é o velho mas negado e transformado por uma nova vontade política que se converte em hegemonia”.

Nesse capítulo, o autor conta como ocorreu o surgimento de filiais hispano-americanas da *Real Academia Española*. Morales inicia afirmando que campanhas separatistas fomentadas durante e depois dos processos de independência da América não deixaram rastros na *Real Academia Española*. A partir de 1845, americanos de diferentes nacionalidades — residentes em Madri —, começam a ser nomeados como membros honorários da Academia. Até 1890, cresce o número de membros da *distinguida nómina* (lista ilustre).

La idea de crear Academias en Hispanoamérica no era completamente nueva. Antecedentes, aunque *débiles e insustanciales*, habían nacido en Buenos Aires (1823), preñado este de un *ingenuo* nacionalismo, en Bogotá y en México, estos últimos más ambiciosos, que propugnaban por esos mismos años la creación de una gran Academia Hispanoamericana de la Lengua, en la que participarían los más reconocidos intelectuales del continente. Pero ese breve capítulo se cerró del todo, dejando tras sí apenas un *curioso puñado* de documentos para la historia⁴¹. (LÓPEZ MORALES, 2010, pp. 353-354)⁴²

Em 1870, em uma *memorable sesión* (sessão memorável), a RAE elabora uma resolução que permite a criação de academias correspondentes na América. Mais tarde, em 1951, nasce a *Asociación de Academias de Lengua Española* em reunião convocada pelo então presidente do México, Miguel Alemán.

El presidente Alemán actuaba con *ejemplar clarividencia*. Era necesaria la unión de todos para actuar con fuerza en medio de los poderosos bloques político-culturales que se repartían el mundo. La lengua española, con todo lo que ella significaba, tendría una voz más potente, una proyección más sólida, un reconocimiento más *indiscutible*. El papel de las Academias de la lengua adquirió con ello una *importancia inusitada*, pasando a ocupar *lugares protagónicos* en el ámbito internacional hispánico y fuera de él⁴³. (p. 355)⁴⁴

⁴¹ “A idéia de criar Academias na América Latina não era completamente nova. Antecedentes, ainda que *frágeis e insustanciais*, haviam nascido em Buenos Aires (1823), marcados por um *ingênuo* nacionalismo, e em Bogotá e no México, estes últimos mais ambiciosos que propugnavam nestes mesmos anos a criação de uma grande Academia Hispano-americana da Língua, da qual participariam os mais reconhecidos intelectuais do continente. Mas este breve capítulo encerrou-se totalmente, deixando atrás de si apenas um *curioso punhado* de documentos para a história”.

⁴² Os grifos são nossos.

⁴³ “O presidente Alemán atuava com *exemplar clarividência*. Era necessária a união de todos para atuar com força em meio aos poderosos blocos político-culturais que se espalhavam pelo mundo. A língua espanhola, com tudo o que significava, teria uma voz mais potente, uma projeção mais sólida, um reconhecimento mais *indiscutível*. O papel das Academias da língua adquiriu com isto uma *importância inusitada*, passando a ocupar *lugares de protagonismo* no âmbito internacional hispânico e fora dele.

E conclui, “La *flamante* Asociación nació y vivió en la Ciudad de México hasta 1956⁴⁵ (...)” (p. 355).

Ao observar os termos grifados nos últimos parágrafos, é possível advertir uma clara divisão em dois blocos: 1) *distinguida nómina, memorable sesión, ejemplar clarividencia, reconocimiento indiscutible, importancia inusitada, lugares protagónicos e flamante asociación*; 2) *antecedentes débiles e insustanciales, ingenuo nacionalismo, curioso puñado de documentos*. A obra sobrevaloriza explicitamente aquilo que julga importante e até mesmo verdadeiro no trajeto da língua espanhola e desdenha aquilo que não julga relevante, mesmo sendo, como no exemplo mencionado aqui, um evento histórico significativo como o da independência das nações americanas e seus desdobramentos. A maneira como López Morales usa seus adjetivos e emite seus juízos de valor, imprime a seu ensaio um tom de imprensa sensacionalista partidária, que produz ruídos para uma leitura de cunho mais acadêmico. O pragmatismo, permeado pela noção de língua como produto, salta à vista. Não obstante, isso não distancia a obra de seus objetivos, muito pelo contrário.

Esta obra no es solo para especialistas —que aquí encontrarán datos útiles y de muy reciente factura— sino para todo aquel interesado en esta importante parcela de nuestra vida cotidiana. Así ha sido concebida; de aquí la prosa directa, la casi total ausencia de tecnicismos lingüísticos y la abundancia de apoyos para la mejor comprensión textual. Quería estar seguro de que no hubiese obstáculos de ningún tipo para entender y asimilar estas líneas⁴⁶. (pp. 17-18)

Alcançar o maior público possível, acadêmico ou não, amparado em uma posição estável dentro do mundo acadêmico e das instituições que velam pela língua: Humberto López Morales e suas obras são, de fato, um exemplo a ser seguido no contexto das instituições do aparelho de hegemonia espanhola.

⁴⁴ Os grifos são nossos.

⁴⁵ “A flamante Associação nasceu e viveu na Cidade do México até 1956 (...)”

⁴⁶ “Esta obra não é só para especialistas — que aqui encontrarão dados úteis e de execução recente — mas sim para todo aquele interessado nesta importante parcela de nossa vida cotidiana. Assim foi concebida; daí a prosa direta, a quase total ausência de tecnicismos linguísticos e a abundância de suportes para a melhor compreensão textual. Queria estar seguro de que não houvesse obstáculos de nenhum tipo para entender e assimilar estas linhas”.

Vale observar também como em seu relato todos os eventos da história da língua parecem se encaixar perfeitamente nas máximas da *hispanofonía*, exemplo de como o novo surge do velho transformado, reorientado, negado. Para corroborar essa ideia, é possível ainda mencionar a explicação dada pelo autor sobre a nova *política panhispánica* (política pan-hispânica).

Morales afirma que, uma vez garantida e assentada a unidade do espanhol, e uma vez comprovada a capacidade de todo hispanoparlante de compreender “los otros” (e o autor faz mais de uma menção a este “otros”, sempre entre aspas, e dá a entender em princípio que se refere aos demais falantes de espanhol) graças às *nóminas pasivas*⁴⁷ — vocabulário geral entendido em qualquer lugar do mundo hispânico — a ação da *política panhispánica* se dá no sentido de contribuir, elaborando instrumentos linguísticos, com este contexto onde prima a igualdade (ao menos linguística) e a intercompreensão. E encerra com um parágrafo emblemático:

¿Cómo se ha podido llegar a tales acuerdos, otrora impensables? Pues con una política de cooperación entre todas las Academias existentes tanto en España como en América (incluyendo naturalmente la Norteamericana), como en Asia, como es el caso de la Filipina. La Real Academia Española, *primus inter pares*, se ha negado a firmar en solitario ninguna obra más. Y así ya van saliendo nuestras principales herramientas lingüísticas de unidad. ¿No es algo aleccionador para muchos otros?⁴⁸ (2010, p. 359)

Nota-se aqui novamente a menção ao inimigo oculto e, mais que a simples menção, surge uma espécie de recado — “vejam o que fazemos e aprendam conosco” — expressa em *¿No es algo aleccionador para muchos otros?*. Resta saber se esses “otros” — que neste subcapítulo aparece pela primeira vez sem aspas — são os mesmos que *esgrimen el estandarte del policentrismo*, ou os que *agrandan las cifras con espíritu partidista* ao falar da conquista da América, ou ainda outros “otros”. Difícil saber.

⁴⁷ *Nómina pasiva* é, segundo Morales, uma espécie de banco lexical que cada falante possui e, apesar de não usá-lo ao falar, permite que ele entenda variedades de outras regiões ou de diferentes registros.

⁴⁸ “Como se conseguiu chegar a tais acordos, outrora impensáveis? Pois com uma política de cooperação entre todas as Academias existentes tanto na Espanha como na América (incluindo naturalmente a Norte-americana), como na Ásia, como é o caso da Filipina. A Real Academia Espanhola, *primus inter pares* se negou a assinar sozinha nenhuma obra mais. E assim já vão saindo nossas principais ferramentas linguísticas de unidade. Não é algo instrutivo para muitos outros?”

Atenta-se também para a reorientação de antigos conceitos, aparentemente inaceitáveis dentro do contexto ideológico em que se encontram hoje, expressa na frase “La Real Academia Española, *primus inter pares*, se ha negado a firmar en solitario ninguna obra más”. Como *primus inter pares*? Não se trata de festejar a igualdade entre todas as Academias? Como é possível então que uma delas se destaque e seja a primeira (mesmo que entre iguais)? Aliás, por que ela se destaca do resto do grupo? Por que não se menciona simplesmente o conjunto de academias sem nenhum tipo de distinção? Tais indagações respondem à pergunta formulada há alguns parágrafos sobre a possível presença da autoridade linguística espanhola no senso comum de um determinado coletivo que se configura como bloco histórico. E apesar de todas as contradições e rachaduras que podem ser detectadas, e que em certa medida colocam em risco a posição ocupada pela Espanha, a resposta é sim, o papel gestor da Espanha é um fato natural e legítimo em muitos espaços do mundo hispânico, e uma prova disso é o parágrafo que se acaba de citar: a *hispanofonía* muitas vezes é propagada por meio de enunciados que na verdade depõem contra ela. É o caso da *Real Academia Española – primus inter pares* e de outros enunciados que se mencionarão ao longo deste trabalho.

Nos últimos capítulos de *La andadura del español por el mundo*, López Morales fala da expansão do espanhol pelo mundo, do aumento do número de falantes e, naturalmente, da globalização lexical e do *español general*. Novamente, apresenta uma análise dos meios de comunicação e ressalta sua importância, seja por escolher e propagar o *español general*, seja por optar por variedades marcadamente regionais e assim aumentar a *nómina pasiva* dos falantes de diferentes lugares do mundo hispânico.

Há, no entanto, duas diferenças entre esta obra e *La globalización del léxico hispánico* no que tange ao *español general*.

Lo que preocupa a muchos (...) es que la necesidad de homogeneizar nuestras variedades dialectales fuerce a crear un «español neutro» (etiqueta empleada con fuertes matices peyorativos) en el que

desaparezcan los rasgos definitorios de la personalidad cultural que esas variedades conllevan⁴⁹. (2010, p. 396)

Note-se que o autor fala da necessidade de homogeneizar variedades, porém, em *La globalización del léxico hispánico*, tal homogeneização aparece como consequência natural da intercomunicação mundial: escolhas coletivas que conformavam uma nova variedade que, pelo menos em parte dos meios de comunicação de massa, era legitimada por meio de sua reprodução. A existência desse *español general* era narrada como movimento de geração espontânea — festejado e reconhecido —, como sinal dos tempos, mas nunca como necessidade ou como ação coordenada.

Em *La andadura del español por el mundo* o autor fala também da extensão dessa suposta variedade:

No todas las palabras de nuestra lengua, por supuesto, tienen equivalencias indiscutibles en el español general, como suele suceder en todas las lenguas de gran extensión y de muchas variedades dialectales.⁵⁰ (p. 427)

E usa como exemplo as palavras *dirección / guía / manubrio / manivela / timón / volante* (volante): apesar de *volante* ser, segundo ele, a mais frequente entre 79,8% de falantes nativos de espanhol, ela não é facilmente compreendida pelos demais membros da comunidade hispanoparlante, e por isso não integra o *español general* (p. 428).

Observa-se, portanto, que em uma das obras de Morales, o *español general* é um fato consumado, enquanto na outra é um processo em andamento.

La norma general hispánica, como se ve, no está formada del todo, pues aun siendo cierto que a ella pertenece una gran cantidad de términos, otros están en vías de solución. Parece natural que los grandes medios de comunicación panhispánicos y las Academias tengan mucho que decir en este sentido.⁵¹ (p. 428)

⁴⁹ “O que preocupa a muitos (...) é que a necessidade de homogeneizar nossas variedades dialetais force a criar um ‘español neutro’ (etiqueta empregada com fortes matizes pejorativos) no qual desapareçam os rasgos definidores da personalidade cultural que estas variedades implicam.”

⁵⁰ “Nem todas as palavras de nossa língua, é claro, têm equivalências indiscutíveis no *español general*, como costuma acontecer em todas as línguas de grande extensão e de muitas variedades dialetais.”

⁵¹ “A norma geral hispânica, como se pode ver, não está totalmente formada, pois ainda que seja certo que a ela pertence uma grande quantidade de termos, outros estão em vias de solução. Parece natural

E aqui fica transparente a participação de determinados agentes na conformação dessa variedade. Ao se referir especificamente à filiação *panhispánica* desses agentes, o autor inscreve a tarefa de criar e propagar o *español general* ao aparelho de hegemonia da atual política linguística espanhola. As instituições nele inscritas agem sobre o senso comum de diferentes coletivos — hispanoparlantes — com o fim de formar uma identidade. Tal identidade é fundamental para a propagação da *hispanofonía*.

Mas López Morales, também um educador do aparelho de hegemonia mencionado, situa os processos de globalização lexical, e conseqüentemente a política linguística espanhola, em um patamar onde residem as mais nobres aspirações humanas. E é possível observar isso nas referências — presentes nas duas obras analisadas aqui — a Irene Lozano e seu livro *Lenguas en guerra* de 2005.

(...) habría que insistir, como se ha encargado de hacer muy recientemente Irene Lozano (2005), en que la globalización lingüística tiende a eliminar los privilegios, construídos gracias a ciertos usos perversos de las lenguas (o de sus variedades), que otorgan a sus hablantes dominación o primacía. Las barreras idiomáticas —no se trata de nada nuevo— suelen permitir, entre otras cosas igualmente nefastas, el control del poder. ¿Por qué, por ejemplo, no se convierte en bilingües (lengua materna / español) a ciertas poblaciones aborígenes de América?⁵² (p. 435)

É difícil crer, no entanto, que o advento de uma (suposta) nova variedade — qualquer que seja ela — esteja isento da disputa pelo poder. Para aprofundar esta discussão pode-se recorrer novamente a Gramsci, para quem o estudo da linguagem é fundamental pelos sistemas linguístico-culturais que tendem a se desenvolver como expressão de uma vontade política unificada, mais do que a conformação isolada de palavras (PAOLI, 1989). Para ele, transformar o senso comum significa, entre outras coisas, transformar a língua, e o fato de que o senso comum de um determinado

que os grandes meios de comunicação pan-hispânicos e as Academias tenham muito a dizer neste sentido”.

⁵² “(...) haveria que insistir, como se encarregou de fazê-lo recentemente Lozano (2005), em que a globalização linguística tende a eliminar os privilégios, construídos graças a certos usos perversos das línguas (ou de suas variedades), que outorgam a seus falantes dominação ou primazia. As barreiras idiomáticas – não se trata de nada novo - costumam permitir, entre outras coisas igualmente nefastas, o controle do poder. Por que, por exemplo, não se convertem em bilíngues (língua materna /espanhol) certas populações de América?

coletivo reconheça o papel gestor da Espanha em assuntos linguísticos é muito significativo. Diferentemente do que podem afirmar Lozano ou Morales, esse reconhecimento lhe confere poder. Pode-se perguntar o que tem a Espanha a ver com o processo de globalização lexical, já que este, aparentemente, ocorre por todo o mundo hispânico. Como se trata de apontar ao longo deste capítulo, a resposta está nas assertivas de López Morales: “Parece natural que los grandes medios de comunicación panhispánicos y las Academias tengan mucho que decir en ese sentido” (LÓPEZ MORALES, 2010, p. 428). Ora, o *panhispanismo* é a política linguística da Real Academia de la Lengua Española (RAE), que por sua vez encabeça o trabalho conjunto com as demais Academias (como *primus inter pares* que é). Os grandes meios de comunicação agem em consonância com as Academias e todos eles equipam a língua planificando seu *corpus* com gramáticas, dicionários, manuais de estilo etc.

La gramática normativa escrita presupone siempre (...) una elección; una dirección cultural, es decir, un acto de política cultural nacional. Podrá discutirse sobre la mejor manera de presentar la «elección» y la «dirección» para hacerles aceptar voluntariamente, es decir, podrá discutirse sobre los medios más oportunos para obtener el fin: pero no puede haber dudas de que existe un fin a alcanzar que tiene necesidad de medios idóneos y adecuados, es decir, que se trata de un acto político⁵³. (PAOLI, 1989, p. 33)

Tais instrumentos linguísticos conferem uma estrutura de poder às entidades que os representam e essas entidades estão situadas dentro de um projeto político de estado. A hegemonia não é um assunto pessoal, mas sim o domínio que se pode exercer sobre um contingente humano que se confirma como bloco (p. 28). Sendo assim, é possível concluir que o *español general* não eliminaria *usos perversos de la lengua* ou *dominación* e *primacía* de determinados grupos de falantes, uma vez que as relações de poder e dominação são inerentes a todas as sociedades.

Pode-se também, para uma compreensão mais ampla da relação entre poder e relações sociais, recorrer a Pierre Bourdieu. Para tanto, é necessário situar o conceito

⁵³ “A gramática normativa escrita pressupõe sempre (...) uma escolha; uma direção cultural, ou seja, um ato de política cultural nacional. Poderá discutir-se sobre a melhor maneira de apresentar a ‘escolha’ e a ‘direção’ para fazê-los aceitar voluntariamente, ou seja, poderá discutir-se sobre os meios mais oportunos para obter o fim: mas não pode haver dúvidas de que existe um fim a alcançar que tem necessidade de meios idôneos e adequados, ou seja, que se trata de um ato político”.

de campo, neste caso, campo linguístico. Segundo Bourdieu (2003), para entender qualquer produção de natureza cultural não é suficiente referir-se unicamente ao conteúdo textual dessa produção, e nem ao contexto social, tratando de estabelecer uma relação direta entre texto e contexto. O autor afirma que entre esses dois pólos existe um universo intermediário — o campo — no qual há agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem a produção cultural em questão, ou seja, a língua. O campo é um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias. Apesar de possuir autonomia, ele não escapa às imposições do macrocosmo — espaço social global — e a natureza das pressões por ele exercidas caracterizarão esta autonomia (BOURDIEU, 2003, pp. 20-21).

Situar a questão linguística na noção de campo de Bourdieu permite constatar, uma vez mais, que assuntos relacionados à língua não estão isentos das relações de poder inerentes às sociedades: todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Os agentes criam o espaço e este só existe pelas relações entre eles. É a posição ocupada pelos agentes nessa estrutura de relações que determina ou orienta suas tomadas de posição. Ou seja, só é possível compreender o que faz um agente ao saber de onde ele fala, ao saber que posição ele ocupa nesse campo (pp. 23-24). Novamente, ao traçar um paralelo com a Análise do Discurso, o agente, agora sujeito, constitui um lugar determinado na estrutura social: o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz e se plasma em suas palavras (BRANDÃO, 1998).

De volta à teoria de Bourdieu, cada campo é também o lugar de constituição de uma forma específica de capital.

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico. (BOURDIEU, 2003, p. 26)

É importante dizer que nem todo capital é de natureza financeira, para tanto, o autor usa o exemplo de Einstein:

(...) seu capital repousa sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado. (p. 27)

Os agentes aos que se refere Bourdieu não estão todos passivamente conduzidos pelas forças do campo. Suas posições dependem de seu capital, suas disposições estão relacionadas a seu *habitus*. Burawoy (2011) define o *habitus* como algo que se compõe em camadas, as mais profundas adquiridas na infância. Segundo ele, trata-se de uma espécie de criatividade canalizada e delimitada pela estrutura social (BURAWOY, 2011, pp. 52-53). Portanto, um agente pode apresentar disposições divergentes daquelas exigidas pelo campo e estar sempre deslocado, ou pode ainda lutar e resistir às forças do campo e tentar modificar suas estruturas em razão de suas próprias disposições. A natureza dos agentes corrobora, assim, a ideia de eterna disputa de forças inerente à noção de campo.

Uma vez situada a noção de campo linguístico, pode-se voltar a atenção ao *español general* e aos processos de globalização lexical analisados ao longo deste capítulo.

Em uma de suas explanações sobre a globalização do léxico e seus desdobramentos, López Morales, ao mencionar o aumento da *nómina pasiva* dos falantes de espanhol, afirma: “la comunicación está salvada, que es, sin la menor duda, lo importante⁵⁴” (2010, p. 435). Não há aqui a intenção diminuir a importância da comunicação entre os falantes, não obstante, acreditamos que ressaltá-la ou superestimá-la pode conduzir a uma visão reducionista dos processos linguísticos e de suas implicações. Bourdieu (2008) afirma que as relações de comunicação são também relações de poder simbólico “onde se atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos” (p. 24). É nessa perspectiva que se situa nesta tese a promoção do *español general*: uma perspectiva marcada pela relação de forças.

Morales adota em suas obras a ideia de língua como tesouro universal, uma ilusão de comunismo linguístico na que a língua pertence igualmente a todos os membros da

⁵⁴ “(...) a comunicação está garantida, o que é, sem a menor dúvida, o importante”.

comunidade que a fala. Contudo, Bourdieu observa uma distinção constitutiva nos usos linguísticos e afirma que a língua (em oposição ao dialeto) se beneficia das condições institucionais para codificação e imposição generalizadas.

Assim conhecida e reconhecida (mais ou menos completamente) em toda a jurisdição de certa autoridade política, ela [a língua] contribui, por sua vez, para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação: ela assegura de fato entre todos os membros da «comunidade linguística» (...) o mínimo de comunicação que é a condição da produção econômica e mesmo da dominação simbólica. (BOURDIEU, 2008, p. 31)

Portanto, a língua raramente funciona como puro instrumento de comunicação, da mesma forma que a adoção de uma determinada variedade não poderia ser a responsável pela igualdade e intercompreensão entre diferentes povos ou classes. Os discursos, afirma Bourdieu, são também signos de riqueza (avaliados e apreciados) e signos de autoridade (acreditados e obedecidos) (p. 54).

A constituição de um mercado linguístico criará as condições de disputa nas quais os usos linguísticos podem funcionar como capital linguístico. É possível afirmar que, ao longo do século XX, o espanhol ganha valor no mercado linguístico. Língua de diferentes nações, capaz de manter sua unidade diante da diversidade de suas realizações, língua estrangeira de uso crescente, língua presente na expansão de mercados e nos meios de comunicação do mundo globalizado, detentora de um corpo de instituições e profissionais investidos de seu uso legítimo.

Para cumprir uma função social de distinção no mercado internacional, a promoção de uma variedade legítima (legitimamente internacional) é fundamental: um lucro de distinção que resulta de uma competência linguística específica, a do *español general*. No intuito de promover o reconhecimento dessa variedade, uma série de agentes (escritores, linguistas, gramáticos e personalidades do âmbito cultural) agem sobre ela impondo novas formas de ver e valorizar sua existência: “trata-se da contribuição que eles fazem à produção, à consagração e à disposição de uma língua distinta e distintiva” (p. 46).

Para que um modo de expressão entre outros (...) se imponha como único legítimo, é preciso que o mercado linguístico seja unificado e

que os diferentes dialetos (classistas, regionais ou étnicos) estejam praticamente referidos à língua ou ao uso legítimo. Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma «comunidade linguística» constitui a condição da instauração de relações de dominação linguística. (ibid. p. 32)

Ao considerar o *español general* um “modo de expressão” como o mencionado acima por Bourdieu, vê-se com maior clareza a necessidade da existência de uma grande comunidade ibero-americana, fundamental na *hispanofonía* apresentada por Del Valle (2007a) e no conceito de hegemonia de Gramsci (apud PAOLI, 1989), e é possível situar o projeto de estado espanhol com relação à língua em uma perspectiva de dominação política nesse campo.

Definitivamente, a existência de uma variedade que seja capaz de eliminar dominação ou primazia defendida por Morales não parece possível dentro de uma análise um pouco mais profunda das relações sociais. Em todo caso, seria possível falar de deslocamentos de dominação, mas não de eliminação da mesma.

O *español general* está em processo de promoção e reconhecimento como variedade do espanhol como língua estrangeira. Para que ele realmente adquira valor no mundo globalizado, ele deverá adquirir um *status* oficial com relação às demais variedades da língua.

(...) a oficialização encontra sua plena realização na manifestação, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto. (BOURDIEU, 2008, p. 112)

E o que se fará ao longo deste trabalho é analisar ações e processos que têm como objetivo essa oficialização, esse ser “percebido como distinto”.

A adoção de teorias de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu para a análise realizada aqui se justifica pela natureza das perspectivas intelectuais desses autores: ambos se

interessavam principalmente por questões relacionadas à dominação e à sua reprodução (BURAWOY, 2011), e tais questões são importantes para a análise de políticas linguísticas.

No caso da política linguística espanhola e da ideologia que ela tem como base, a desconstrução de um ideário centrado na concórdia, na igualdade e na irmandade é, da perspectiva adotada aqui, o ponto de partida para a análise de seus processos e ações, e a exposição das relações de poder e dominação presentes nesses processos é, portanto, fundamental.

Apesar das teorias divergentes no que se refere à transformação da sociedade e conseqüentemente à dominação⁵⁵, julgamos que os muitos paralelos entre as perspectivas desses autores se sobrepõem, principalmente em um contexto como o desta tese: o trabalho aqui apresentado não se insere no campo da Sociologia, somente faz uso de alguns de seus conceitos como ferramentas no intuito de situar o *español general*, sua promoção e difusão na perspectiva da disputa de forças e de anseio por poder em que está inscrito.

A menção a conceitos da Análise do Discurso também opera no mesmo sentido: o de corroborar o forte traço ideológico do *español general* e de sua promoção. Além de ser objeto e instrumento de uma ideologia, o *español general*, assim como o discurso que o promove, traz essa mesma ideologia de forma palpável em sua materialidade linguística. Falou-se de formação discursiva enquanto

(...) conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem numa época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, *Arqueologia do saber*, 1969, apud ORLANDI, GUIMARÃES, TARALLO, 1989, p. 130)

As palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam, e os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Assim, as palavras de López Morales e, conseqüentemente, as formações discursivas nas quais elas se inserem,

⁵⁵ Como aponta Burawoy (2011, p. 52), os autores tinham visões divergentes acerca da dominação: “(...) de um lado a dominação simbólica em Bourdieu, na qual o dominado não reconhece sua submissão como tal; de outro lado, a hegemonia em Gramsci, na qual o dominado reconhece e consente sua submissão”.

materializam a ideologia propagada pela política linguística espanhola e na qual ela está inscrita. Nessas palavras, as relações de poder e dominação, apontadas com a ajuda de Gramsci e Bourdieu, tornam-se palpáveis.

Este primeiro capítulo tratou de esclarecer o leitor quanto ao ponto de partida do trabalho realizado aqui, personificado em Humberto López Morales e na breve análise de duas de suas obras. Dentro dessa análise, foi situado o conceito de *español general*, que permeia e guia a presente pesquisa. Foram mencionados diferentes autores e linhas teóricas com o fim de estabelecer as relações de poder e dominação presentes na promoção do *español general* e o forte traço ideológico impresso nesta variedade e na política linguística que a promove. O próximo capítulo tem dois propósitos: introduzir a linha teórica desta pesquisa e iniciar uma retrospectiva histórica das ações de política linguística da Espanha.

Capítulo 2

Antes da lei, o gesto

Jamais se deveria esquecer que a língua, em razão da infinita capacidade geradora, mas também originária (...) que lhe é conferida por seu poder de produzir para a existência produzindo a representação coletivamente reconhecida, e assim realizada, da existência, é com certeza o suporte por excelência do sonho de poder absoluto.⁵⁶

Pierre Bourdieu

Este capítulo tem como objetivo analisar o caminho percorrido pela língua espanhola em sua relação com as sociedades americanas que hoje a têm como língua oficial. Tal caminho é marcado por ações de cunho estatal e impositivo, mas também por movimentos de assimilação, mescla e submissão.

A reflexão apresentada se concentra no período colonial espanhol e no surgimento das identidades nacionais americanas após a independência, e tem como foco a conformação de um *habitus*. Segundo Burawoy (2011, pp. 52-53),

(...) o *habitus* dá conta do senso prático: é a capacidade adquirida de inovar, de jogar o jogo, de perceber o sentido desse jogo — uma criatividade definida por disposições acumuladas e internalizadas a partir das estruturas sociais prévias; uma criatividade ao mesmo tempo canalizada e delimitada pela estrutura social realmente existente. Nós podemos imaginar o *habitus* como sendo composto por camadas (...).

Em um primeiro momento, mais do que analisar ações concretas e explícitas de política linguística, o objetivo aqui é refletir sobre os gestos, sobre movimentos que não necessariamente forjam, mas que de alguma forma dão o impulso que mais tarde levará (ou não) a determinadas realidades linguísticas, à existência de um campo linguístico dado.

No entanto, antes de passar à análise propriamente dita, é necessário delimitar a perspectiva teórica na qual se insere esta pesquisa. No capítulo 1 lançou-se mão de diferentes teorias e autores no intuito de apresentar e justificar o tema pesquisado, agora, trata-se de expor brevemente a disciplina que servirá de eixo e suporte para este estudo.

⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008, p.28.

2.1 Um lugar teórico

Há muito tempo o homem percebeu que a língua é um importante instrumento de poder, e é possível observar, no decorrer da história, diferentes tipos de intervenção linguística com os mais variados fins: religiosos, comerciais e econômicos, políticos ou culturais etc. Não obstante, é somente na década de 50 do século XX que surge no meio acadêmico a pesquisa em torno de políticas linguísticas enquanto disciplina.

A primeira metade do século passado parece ter sido uma época propícia para fomentar as reflexões sobre o binômio língua-sociedade: os processos de descolonização na África e na Ásia e a divisão do mundo após o término da Segunda Guerra trazem à tona a relação entre línguas e identidades nacionais e, conseqüentemente, a pesquisa acerca dessa relação. Porém, ao contrário do que se poderia pensar em um primeiro momento, a política linguística não se relaciona unicamente com situações pós-coloniais ou com a defesa de línguas minoritárias, uma vez que a relação entre língua e vida social está presente em qualquer sociedade e em qualquer época.

Em 1959, Einar Haugen cria o termo *language planning*⁵⁷ e, em 1969, Heinz Kloss estabelece a distinção entre planificação de *status* e a planificação de *corpus*⁵⁸. Na década de 80, Haugen já inclui a distinção de Kloss ao afirmar que os processos de planificação linguística começam com a planificação de *status*, ou seja, no nível da sociedade e da forma. Uma vez identificado o problema, toma-se a decisão política de seleção de uma língua ou variedade. Posteriormente, já no nível da língua, passa-se à codificação da variedade escolhida com o fim de torná-la estável e apta a cumprir as funções que agora lhe correspondem (HAMEL, 1993).

De fato, em seus inícios, a planificação linguística, que além da pesquisa acadêmica teve e tem um exercício prático bastante consistente, esteve relacionada à solução de problemas. Diferentes situações e necessidades marcaram a evolução do termo

⁵⁷ Planificação linguística.

⁵⁸ Segundo Calvet (1997), a planificação de *status* se refere à intervenção no *status* social da língua, em suas funções ou em sua relação com as outras línguas. A planificação de *corpus* se refere à intervenção nas formas da língua (lutar contra estrangeirismos, criar um vocabulário específico etc.).

acunhado por Haugen e estabeleceram a delimitação dos vários objetos dessa ramificação da pesquisa linguística: seleção de variedades, situações de diglossia, bilinguismo e multilinguismo, difusão de línguas em determinadas áreas de influência, deslocamento ou criação de fronteiras devido a processos de globalização e integração regional, defesa de línguas minoritárias etc. (ARNOUX, 2000). O termo planificação linguística surge como “(...) campo aplicado interdisciplinario en el cual convivían la artillería sociológica y estadística así como los saberes lingüísticos y pedagógicos”⁵⁹, afirma Elvira Arnoux (2000, p. 5).

La pericia de los lingüistas se había demostrado en varias partes del mundo a través de la confección de gramáticas, sistemas de escrituras y diccionarios de lenguas indígenas. La planificación del corpus (creación de sistemas de escritura, estandarización, modernización) presentaba desafíos teóricos y prácticos al campo. Especialistas entrenados en la lingüística estructural con intereses en tipologías lingüísticas y sociolingüísticas (en particular problemas de dominio y función, que condujeron al desarrollo de modelos de planificación lingüística) se dieron cuenta del gran potencial que existía, lo que permitiría el avance de la teoría lingüística y de la exploración de las relaciones lengua-sociedad a partir de nuevas maneras⁶⁰. (RICENTO, 2000, p. 2)

Nas décadas de 60 e 70, a planificação linguística teve como foco a escolha da língua com propósitos de construção nacional e modernização. A diversidade linguística, segundo a visão de grande parte dos linguistas da época, representava um sério obstáculo para o desenvolvimento da nação, enquanto a homogeneidade, representada pela escolha de uma língua nacional adequada, estava associada à modernização inerente ao projeto ocidental. O ideal de uma nação - uma língua - difundido no final do século XIX havia deixado marcas e agora as jovens nações descolonizadas da África e da Ásia passavam por um processo similar ao vivido pela América Latina no período pós-independências, no século XIX. Mas à diferença da

⁵⁹ “(...) campo aplicado interdisciplinario no qual conviviam a artilharia sociológica e estatística assim como os saberes lingüísticos e pedagógicos”.

⁶⁰ “A perícia dos linguistas havia sido demonstrada em diversas partes do mundo através da confecção de gramáticas, sistemas de escrita e dicionários de línguas indígenas. A planificação do *corpus* (criação de sistemas da escrita, padronização, modernização) apresentava desafios teóricos e práticos ao campo. Especialistas treinados na linguística estrutural com interesses em tipologias linguísticas e sociolingüísticas (em particular problemas de domínio e função, que conduziram ao desenvolvimento de modelos de planificação linguística) se deram conta do grande potencial que existia, o que permitia o avanço da teoria linguística e da exploração das relações língua-sociedade a partir de novas maneiras.”

América, contavam com um exército de especialistas e termos científicos que, contudo, conduziam à já conhecida relação língua desenvolvida – nação desenvolvida.

Thomas Ricento (2000), após compilação de diferentes autores, caracteriza a primeira etapa dos estudos em política e planificação linguística da seguinte maneira: 1) os objetivos da planificação linguística estavam frequentemente associados ao desejo de unificação, de modernização, de eficiência ou de democratização; 2) as planificações de *corpus* e *status* eram vistas como atividades relativamente independentes e ideologicamente neutras; 3) as línguas eram extraídas de seus contextos sócio-histórico e ecológico e caracterizadas como um recurso de valor, conseqüentemente sujeito à planificação.

Atualmente, a pesquisa em torno da política e planificação linguística encontra-se em outra etapa, em boa medida marcada pelas mudanças em todas as disciplinas que a envolvem, tais como as ciências políticas, a sociologia, a história ou a própria linguística.

(...) tenemos una mejor comprensión hoy en día de lo que teníamos hace cuarenta años atrás sobre los patrones de uso de lengua en contextos definidos y los efectos de las fuerzas macro-sociopolíticas en el estatus y en el uso de las lenguas en nivel social.⁶¹ (RICENTO, 2000, p. 17)

No entanto, a primeira etapa das pesquisas de política e planificação linguística é fundamental para o desenvolvimento do campo, uma vez que é nesse período que se identificam os objetos da disciplina, se estabelecem seus primeiros conceitos e sua nomenclatura. A grande maioria dos estudos posteriores tem como base a distinção entre *corpus* e *status* ou cria variações dessa distinção básica —Kloss (1969, apud HAMEL 1993) — e dos quatro passos básicos do modelo de Haugen (1959, apud HAMEL 1993): seleção de uma língua ou variedade, sua codificação, implementação e elaboração.

⁶¹ “(...) temos uma melhor compreensão hoje em dia do que tínhamos há quarenta anos atrás sobre os padrões de uso da língua em contextos definidos e os efeitos das forças macro-sociopolíticas no *status* e no uso das línguas em nível social”.

Nas décadas seguintes, surgem enfoques diversos que em muitas ocasiões contrastam com o modelo inicial de *language planning*. É o caso do modelo proposto por Robert Cooper (1997⁶², p. 60), que afirma que a planificação linguística “(...) comprende los esfuerzos deliberados por influir en el comportamiento de otras personas respecto de la adquisición, la estructura o la asignación funcional de sus códigos lingüísticos”⁶³, com o fim de manter ou fortalecer determinados interesses. Ao incluir o propósito de exercer influência sobre o comportamento de indivíduos e sociedades, Cooper concentra sua atenção na relação entre sujeitos sociais e grupos linguísticos, em lugar de ter a língua como foco principal, como em alguns modelos anteriores.

Na pesquisa apresentada aqui, o modelo de Cooper (1997) tem um papel central e será tratado separadamente, e com mais detalhe, no capítulo 5, quando forem analisadas algumas das ações de planificação linguística espanhola do período estudado.

Entre os novos enfoques mencionados acima, também se destaca o conceito de glotopolítica, introduzido por Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin em 1986. Para esses autores, o termo glotopolítica permite designar

(...) las diversas formas en que una sociedad actúa sobre el lenguaje, sea o no consciente de ello: tanto sobre la lengua, cuando por ejemplo una sociedad legisla respecto de los estatutos recíprocos de la lengua oficial y lenguas minoritarias; como sobre el habla, cuando reprime tal o cual uso en uno u outro; o sobre el discurso cuando la escuela decide convertir en objeto de evaluación la producción de un determinado tipo de texto.⁶⁴ (MARCELLESI & GUESPIN, 1986, apud ARNOUX, 2000, p. 2)

Ou seja, o termo glotopolítica não aborda somente o conflito entre as línguas, mas também entre variedades e práticas discursivas. A análise de tais situações e conflitos, segundo Elvira Arnoux (2000), deve ter como foco tanto as intervenções explícitas

⁶² A data da publicação da obra de Cooper é 1989, no entanto aqui se usará a tradução espanhola, cuja data é 1997.

⁶³ “(...) comprende os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outras pessoas com respeito à aquisição, estrutura ou à designação funcional de seus códigos linguísticos”.

⁶⁴ “(...) as diversas formas em que uma sociedade age sobre a linguagem, seja ou não consciente disto: tanto sobre a língua quando, por exemplo, uma sociedade legisla sobre os estatutos recíprocos da língua oficial e das línguas minoritárias; como sobre a fala, quando reprime tal ou qual uso em uma ou outra; ou sobre o discurso quando a escola decide converter em objeto de avaliação a produção de um determinado tipo de texto”.

como os comportamentos espontâneos e as práticas metalinguísticas. O termo glotopolítica se refere às diferentes maneiras em que as ações sobre a língua participam nas relações de poder. Nesse sentido, cabe retomar o capítulo 1: o *español general* — sua promoção e difusão — se situa em um contexto de disputa de forças, marcado por relações de poder e dominação (neste caso com forte apelo econômico).

A análise da política linguística espanhola proposta aqui se insere em um contexto político que já não tem a conformação de identidades nacionais como protagonista, mas sim a asseveração de entidades supranacionais como a União Europeia ou o Mercosul. Esse processo transcende a escolha da língua nacional e torna patente a necessidade de fortalecimento e expansão em espaços linguísticos transnacionais, onde o que está em jogo é quem ocupará o lugar de segunda língua ou até mesmo de língua instrumental.

Na defesa que Humberto López Morales (2006) faz da globalização lexical e do advento do *español general*, observa-se uma visão de língua isenta de seu componente ideológico. “Las diferencias lingüísticas se presentan ahora como problemas prácticos que deben resolverse técnicamente. Las lenguas parecen desligarse de su carga ideológica y son sólo códigos respetables por los cuales transita la cultura globalizada”⁶⁵ (ARNOUX, 2000, p. 11).

O que antes era a crise da identidade — uma língua / uma nação — agora se transforma em necessidade de poder transitar entre diferentes identidades, cumprindo os requisitos de um mundo (supostamente) globalizado. Uma teia de ações, discursos e práticas cujo objetivo é ocupar um lugar destacado em um mundo sem fronteiras, com grandes possibilidades políticas e econômicas.

Esta pesquisa se situa no campo teórico da glotopolítica e objetiva analisar ações de política e planificação linguística — esta última de acordo com o modelo de Robert Cooper, 1997 — da Espanha da década de 90 do século XX até o final da primeira década do século XXI. Relações de poder conscientes e inconscientes, políticas de

⁶⁵ “As diferenças linguísticas se apresentam agora como problemas práticos que devem ser resolvidos tecnicamente. As línguas parecem desligar-se de sua carga ideológica e são somente códigos respeitáveis pelos quais transita a cultura globalizada”.

Estado, intervenções da sociedade e difusão ideológica permearão a análise que tem início neste capítulo.

Adotar uma perspectiva teórica tão jovem para analisar circunstâncias e contextos de séculos passados muitas vezes requer leituras mais amplas e ajustes conceituais, o olhar contemporâneo precisa se preparar para dar conta de fatos do passado. Para garantir essa adequação do olhar, parte-se aqui da afirmação de Guespin (1985, apud ARNOUX, 2008, p. 12): “(...) definiremos, entonces, como glotopolítica toda acción de gestión de la interacción lingüística en la que interviene la sociedad⁶⁶”, e com esta premissa voltamos ao século XVI, onde tem início esta análise.

2.2 Rumo à civilização

O período colonial espanhol é marcado por um manuseio linguístico bastante efetivo. A língua — e não somente a língua castelhana⁶⁷ — se converteu, durante tal período, em um eficaz meio de controle. É importante mencionar que a castelhanização das colônias nunca foi um objetivo explícito e expressamente elaborado por parte da metrópole, contudo, a julgar pelos resultados, ou seja, pelo lugar ocupado pela língua espanhola no final do período colonial, a ausência de uma política linguística clara e destacada é surpreendente.

Assim que se instalam na América, os espanhóis percebem a necessidade de dominar — em todas as acepções da palavra — as línguas indígenas. De acordo com Lockhart (1999, p. 16), “(...) los frailes franciscanos no han sido superados en la importancia que le dieron a la lengua, tanto escrita como hablada, para entender a la población de

⁶⁶ “(...) definiremos, então, como glotopolítica toda ação de gestão da interação linguística na qual intervém a sociedade”

⁶⁷ Neste capítulo se usará o termo castelhano para se referir à língua no momento em que chega à América e durante o período colonial, uma vez que nesse momento ela ainda é, de alguma forma, a língua de Castela. Nos demais capítulos e inclusive neste, quando se trata das independências, usa-se o termo espanhol, a partir do entendimento de que já não se trata de uma língua marcadamente de um reino. Essa é uma opção que tenta definir os limites da evolução histórica da língua, sem, contudo, eludir a polêmica existente em torno da nomenclatura desta língua. Nesse sentido, Moreno Cabrera (2011) afirma, com muito acerto, que “(...) una lengua se hace hegemónica cuando es impuesta por alguien de fuera de su ámbito natural (...)” (p. 256), ou seja, a passagem de castelhano para espanhol não é um processo linguístico natural, mas sim um processo impositivo político-social.

México”⁶⁸. Tal afirmação se demonstra em sua produção literária: no final de década de 1540, Fray Andrés de Olmos havia concluído a gramática completa do náhuatl; em 1550, Fray Alonso Molina elabora o dicionário espanhol-náhuatl, ampliado 20 anos depois. A transcrição das línguas indígenas ao alfabeto latino e ensinar os índios a escrever em sua própria língua marcam o primeiro movimento do que hoje se denomina planificação de *corpus*, aqui aplicada à língua do outro: a partir de métodos filológicos humanistas, os religiosos equipam as línguas indígenas, tanto no plano gráfico como em instrumentos de codificação e difusão.

Graças a esse movimento foi possível, entre outras coisas, perpetuar a arte dos *escribanos*⁶⁹ no mundo nahua e manter registros de todo tipo durante o período colonial. Os antropólogos agradecem, e os linguistas observam de que maneira a língua guarda marcas de experiências que parecem superadas ou esquecidas. Legislar sobre a língua alheia é, talvez, uma demonstração de poder mais significativa do que a imposição da própria língua.

Com a produção de conhecimento descritivo das línguas indígenas e sua consequente legitimação para fins supostamente nobres como a catequese, surgem linhas de ação que levarão a um uso mais efetivo da língua do outro.

Uno de los medios de control, parte de la eficiente máquina administrativa, era la lengua. La tolerancia de la diversidad lingüística coexistió con una lengua común que sirvió no solo como instrumento de conquista sino como medio de manutención del poder. Esa lengua común fue lo que los europeos llamaron <lengua general>.⁷⁰ (ALFARO, 2001, p.43)

A adoção de uma língua geral indígena se explica pela necessidade de organização social e religiosa: era impossível aprender tantas línguas diferentes e não era adequado esperar os nativos aprenderem castelhano para somente depois iniciar a catequese.

⁶⁸ “(...) os frades franciscanos não foram superados pela importância que deram à língua, tanto escrita quanto falada, para entender a população do México”

⁶⁹ Na sociedade asteca, por exemplo, eram os responsáveis pelo registro da história.

⁷⁰ “Um dos meios de controle, parte da eficiente máquina administrativa, era a língua. A tolerância da diversidade linguística coexistiu com uma língua comum que serviu não só como instrumento de conquista, mas também como meio de manutenção do poder. Esta língua comum foi o que os europeus chamaram de <língua geral>.”

A política homogeneizadora que supõe a adoção de uma língua geral indígena traz consigo uma intervenção de grandes proporções: é preciso tomar decisões diante da diversidade, é preciso forjar uma variedade que proporcione um alto grau de compreensão interdialetoal e que tenha prestígio entre a população local.

Como la estandarización en lengua española, hecha a partir de la variante toledana, la composición del modelo arquetípico de la lengua quechua se hace a partir de la variante cusqueña, que ideológicamente se representa como la lengua del centro de poder o de las élites⁷¹. (ALFARO, 2001, p. 46)

A adoção de uma língua geral foi uma estratégia usada em muitos lugares do território americano⁷². Em sua análise sobre a política linguística colonial no Peru, Alfaro (2001) afirma que a escolha e a imposição de tal língua — hoje denominada planificação de *status* — aliada ao bilinguismo individual, foi um fator decisivo para a organização da máquina social naquele momento, só assim foi possível controlar o caos multilíngue e instalar-se de fato no Novo Mundo.

De acordo com o que se mencionou até agora, o domínio espanhol sobre as sociedades indígenas se materializa, por um lado, em uma planificação de *corpus* e de *status* das línguas nativas⁷³ e, por outro, na imposição do castelhano — como mencionado, bastante inconsistente e irregular — durante o período colonial. Há modelos teóricos de política e planificação linguística, como o de Calvet (1997), que afirmam que o aspecto nacional ou estatal da política linguística é um traço importante de sua definição. O autor afirma que, apesar de que qualquer grupo poderia elaborar uma política linguística, somente o Estado dispõe de poder e meios suficientes para avançar no sentido da planificação linguística e efetivamente pôr em

⁷¹ “Como a padronização em língua espanhola, feita a partir da variante toledana, a composição do modelo arquetípico da língua quechua é feito a partir da variante cuzquenha, que ideologicamente se representa como a língua do centro do poder ou das elites”.

⁷² O mesmo ocorreu no Brasil. Seria sumamente interessante estabelecer um paralelo e proceder à análise comparativa do papel das línguas gerais no Brasil e na América espanhola, contudo não foi possível fazê-lo neste trabalho.

⁷³ Segundo Alfaro (2001), são elaboradas na América — seguindo os modelos descritivos da obra de Nebrija — gramáticas das línguas indígenas: gramática do tarasco (1558), do quechua (1560), do nahuatl (1571) e do zapoteco (1578); e em 1580 são fundadas cátedras das línguas gerais nas universidades de Lima e do México.

prática suas escolhas políticas. Outros autores, como Robert Cooper (1997), não restringem a planificação linguística ao Estado ou a suas agências. Ao pensar nas colônias espanholas na América, deve-se considerar, mais que a figura de um Estado, duas instâncias de poder: a Coroa e a Igreja. A catequese foi um dos eixos administrativos na organização social (ALFARO, 2001) e nela se materializa, pelo menos em um primeiro momento, o que pode ter sido a política linguística colonial.

A aceitação das línguas indígenas e, depois, de uma língua geral como instrumentos de catequese e administração conviveu sempre com a necessidade de ensinar castelhano à população indígena. Houve vários argumentos a favor do castelhano: acreditava-se que as línguas indígenas não podiam expressar adequadamente o ideário cristão e que guardavam em si conceitos e práticas heréticas. Acreditava-se também que falar castelhano conduziria a população indígena aos bons hábitos, à ampliação do horizonte cultural e à possibilidade de ser *gente de razón*: “(...) el idioma castellano sería un instrumento indispensable para esta obra civilizadora de doble alcance: espiritual y temporal.”⁷⁴ (ZAVALA, 1946, p. 161).

Não obstante, não se pode afirmar que a administração colonial tenha adotado uma política linguística clara e bem definida. Uma rápida análise das determinações legais do período em questão pode comprovar isso. Nas *Disposiciones Complementarias de las leyes de Indias* de Carlos V, de 1550 (apud ALFARO, 2001, p. 41), determina-se que os filhos dos caciques “(...) sean enseñados en nuestra lengua castellana y que tomen nuestra policía y buenas costumbres, porque esta vía con más facilidad podrán se entender y ser doctrinados en las cosas de la religión cristiana”.⁷⁵

Em 1596, segundo Alfaro (2001, p. 41), o *Consejo de Indias* envia a Felipe II uma minuta de *Cédula Real* cuja proposta é proibir e penalizar o uso das línguas nativas na América.

[que los indios] dexen y olviden la propia [lengua], procurando que esto se entienda no sólo con los niños sino con los de todas las

⁷⁴ “(...) o idioma castelhano seria um instrumento indispensável para esta obra civilizadora de duplo alcance: espiritual e temporal”.

⁷⁵ “(...) sejam ensinados em nossa língua castelhana e que adotem nossas leis e bons costumes, porque por esta via com mais facilidade poderão se entender e ser doutrinados nas coisas da religião cristã”.

edades, proueyendo en ello de manera que se cumpla so graues penas principalmente contra los caciques que contrauinieren a la dicha orden o fueren rremisos y negligentes en cumplirla, declarando por ynfame y que pierda el Cacicazgo y todas las otras onrras prerrogatiuas y nobleza de que goza, el que de aquí adelante ablare o consintiere hablar a los Indios del dicho del cacicazgo en su propia lengua⁷⁶.

Felipe II, apesar de reconhecer a necessidade da propagação do castelhano na América, não assina a minuta, e a *Real Cédula* de 1596 determina que deve haver professores para os índios que voluntariamente queiram aprender castelhano.

Na oscilação das leis que ora impõem o castelhano, ora permitem o uso das línguas nativas, o castelhano sempre apareceu representado como língua civilizadora: falar castelhano supunha entrar no mundo civilizado e abandonar um mundo supostamente bárbaro e selvagem.

O gesto civilizador, em sua dimensão linguística, não pôde deixar de ser unicamente um gesto, um movimento, precisamente pela ausência de uma política linguística clara e constante por parte da Coroa espanhola e possivelmente pela dificuldade de implantação que a mesma acarretaria. De fato, no final do século XVIII, havia na América espanhola somente três milhões de hispanoparlantes (LÓPEZ MORALES, 1998).

Los efectos de la política lingüística colonial pueden apreciarse, en buena medida, a través de las estimaciones censales. Estas cifras indican que, en 1650, el 83% de la población de la Nueva España era indígena; hacia fines del siglo XVIII la proporción de la población indígena disminuyó al 78% y en los momentos en que dio inicio la guerra de independencia (1810) el porcentaje de indígenas se calculaba en 64%. Con base en estas cifras podemos decir que el español solamente adquirió una función gregaria, fue la lengua de la minoría de la población en los tres siglos de presencia en la Nueva España.⁷⁷ (CIFUENTES; ROS, 1993, p. 136)

⁷⁶ “[que os índios] deixem e esqueçam a própria [língua], procurando que isto aconteça não só com as crianças, mas com os de todas as idades, providenciando para que se cumpra sob penalidades graves, principalmente contra caciques que contrariarem tal ordem ou forem omissos e negligentes em cumpri-la, declarado por infame e que perda o ‘cacicazgo’ e todas as outras prerrogativas e nobreza de que goza, aquele que daqui por diante falar ou permitir falar os índios de tal território em sua própria língua”.

⁷⁷ “Os efeitos da política linguística colonial podem ser apreciados, em boa medida, por meio das estimativas do censo. Estas cifras indicam que, em 1650, 83% da população da Nova Espanha era

Os quase três séculos de colonização espanhola não haviam sido suficientes para que a América efetivamente falasse espanhol. Apesar de ter usado a língua — as línguas — como poderoso instrumento de dominação, paradoxalmente, a língua em si não havia ocupado um lugar de destaque na administração colonial. Seria possível afirmar que as palavras de Nebrija em seu famoso *Prólogo* dedicado à rainha Isabel de Castela não se tornaram realidade, uma vez que sua assertiva — “(...) la lengua es la compañera del imperio (...) que juntamente comenzaron, crecieron y florecieron, y después junta fue la caída de entrambos”⁷⁸ (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 99) — não se aplicou dessa forma: o domínio espanhol durante séculos não fez com que o continente estivesse castelhanizado no momento de sua independência. No entanto, a experiência colonial deixou sua semente, e aquela que um dia foi a *América espanhola*, hoje de fato fala espanhol, pese a subsistência de línguas nativas que terminam por configurar situações de bilinguismo ou diglossia.

O gesto civilizador havia deixado seus frutos: o espanhol já era, na América, língua de cidadania. Isso se manifesta no fato de, após as independências, as jovens nações americanas optarem pelo espanhol e abandonarem as línguas indígenas em uma situação periférica. Desde então, salvo raras exceções, o monolinguismo indígena representa atraso ou uma sorte de exotismo, enquanto a língua espanhola supõe modernidade e integração a uma sociedade ampla e internacional.

A permanência da língua colonial foi promovida pelos *criollos*⁷⁹ — setor política e economicamente dominante da sociedade — como fato natural e imprescindível para as nações que ali surgiram: no contexto multilíngue, o espanhol era a única língua de civilização que podia fazer com que aquelas nações integrassem o mundo ocidental.

indígena; até o final do século XVIII a proporção da população indígena diminuiu para 78% e no momentos que houve o início da guerra da independência (1810) a porcentagem indígena era calculada em 64%. Com base nestes números podemos dizer que o espanhol somente adquiriu uma função gregária, foi a língua da minoria da população, nos três séculos de presença na Nova Espanha”.

⁷⁸ “(...) a língua é a companheira do império(...)que juntamente começaram, cresceram e floresceram e depois conjunta foi a queda de ambos”.

⁷⁹ Na sociedade colonial espanhola, os *criollos* eram brancos nascidos na América. Pertenciam a uma classe economicamente abastada e eram donos de grandes propriedades ou atuavam no comércio. No campo político, por não terem nascido na Espanha, não podiam atuar nas grandes instituições administrativas. Sua ação política se restringia às câmaras locais (*cabildos*).

Para os intelectuais das independências americanas, a língua espanhola já operava como afirmação de sua identidade, como elemento de distinção.

Os usos sociais da língua devem seu valor propriamente social ao fato de se mostrarem propensos a se organizar em sistemas de diferenças (...) reproduzindo o sistema das diferenças sociais (...). Falar é apropriar-se de um ou outro dentre os estilos expressivos já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua oposição numa hierarquia de estilos que exprime através de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes. (BOURDIEU, 2008, p. 41)

O espanhol é, portanto, a língua das elites, marca de distinção entre estas e os demais setores da sociedade: índios, negros e imigrantes.

Cabe lembrar que uma das medidas castelhanizadoras do período colonial foi destinar a aprendizagem sistemática do castelhano à nobreza indígena, com o objetivo de elevar a língua a uma posição de prestígio na sociedade local (o castelhano deixa de ser somente a língua do conquistador e passa a ser identificada com as elites indígenas também). Podemos citar como exemplo os Colégios de Santa Cruz de Tlatelolco, na Nueva España⁸⁰, e de San Francisco de Borja, em Cuzco, ambos fundados nos primeiros anos da colônia e ambos destinados a índios nobres (LÓPEZ MORALES, 1998). Séculos mais tarde, os efeitos dessa determinação ficam evidentes: de fato a língua espanhola pertence às elites das jovens nações americanas.

Ao pensar em quem foram os intelectuais das independências americanas, encontra-se um estrato da sociedade que pouco ou nada tem a ver com a população nativa originária.

Um bom exemplo disso é Andrés Bello. Nascido em Caracas em 1781, pertence à geração denominada em 1966 por Rosemblat *generación libertadora*. É contemporâneo de Bolívar e com ele compartilha o ideário da independência da América, da necessidade de se libertar do domínio espanhol e criar nações independentes. Em 1847 publica a *Gramática de la lengua Castellana destinada al uso de los americanos*, obra que “(...) expone la voluntad codificadora del autor, la

⁸⁰ México.

preocupación por el orden jurídico y una concepción estatal de la lengua”⁸¹. (ARNOUX, 2008, p. 240). No Prólogo da referida obra, nos encontra-se com a seguinte afirmação:

Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes. (BELLO, 1984 [1847], p. 33)

Em muitos casos, a reflexão gramatical acompanhou o processo que levou à construção dos Estados nacionais no âmbito da América hispânica, afirma Elvira Arnoux em seu estudo glotopolítico sobre a formação do Estado chileno (2008). A autora afirma que, nas decisões tomadas por Bello na concepção de sua obra, é possível observar atributos do Estado nacional, tais como legitimidade, representatividade, autonomia, centralização e racionalidade: “Las gramáticas nacionales buscaron estabilizar las representaciones, ofrecer una coherencia descriptiva y normalizar las prácticas lingüísticas en el marco de la nueva organización del Estado”⁸² (ARNOUX, 2008, p. 251).

Em Prólogo elaborado para uma das edições da Gramática de Bello, Amado Alonso, em 1951, exalta o patriotismo americanista do autor e seu desejo de elevar culturalmente as jovens nações.

Elevar cuanto antes la ilustración en las nacientes repúblicas, y para ello elevar y depurar el instrumento obligatorio de todo cultivo y propagación de las ciencias y las artes, que es la lengua nacional; urgir a los americanos a conservar el don providencial de una lengua común, ventaja inapreciable para el progreso, tanto de la cultura material como de la intelectual y de la moral. Su apostolado idiomático es parte de su concepción de la responsabilidad de las nuevas patrias independientes. Ya no somos colonias, parece pensar con seria alegría, y nuestra nueva situación exige una manera nueva de participación en la cultura del mundo.⁸³ (ALONSO, [1951] 2002⁸⁴)

⁸¹ “(...) expõe a vontade codificadora do autor, a preocupação pela ordem jurídica e uma concepção estatal da língua”.

⁸² “As gramáticas nacionais procuraram estabilizar as representações, oferecer uma coerência descritiva e normalizar as práticas linguísticas na perspectiva da nova organização do Estado”.

⁸³ “Elevar o quanto antes a ilustração nas repúblicas nascentes e para tal elevar e depurar o instrumento obrigatório de todo cultivo e propagação das ciências e das artes, que é a língua nacional; urgir os americanos a conservar o dom providencial de uma língua comum, vantagem imensa para o progresso, tanto da cultura material como da intelectual e da moral. Seu apostolado idiomático é parte de sua concepção da responsabilidade as novas pátrias independentes. Já não somos colônias, parece pensar com séria alegria, e nossa nova situação exige uma nova maneira de participação na cultura do mundo.”

A obra de Bello se apoia em uma representação do espanhol americano que surge com as guerras da independência e trata de construir uma comunidade linguística correspondente à nova situação política (ARNOUX, 2008). A língua nacional se construirá, mesmo que imaginariamente, como língua materna, daí a importância de difundi-la e fazê-la própria de toda a população, para garantir a participação na vida pública. Essa necessidade marcará os primeiros projetos educacionais das nações americanas.

Há, não obstante, certo descompasso entre as representações do espanhol americano, a construção dos novos Estados e a tradição literária, que influencia autores como Andrés Bello. No contexto desse descompasso surgem espaços polêmicos. Em 1842, no jornal *El Mercurio* de Santiago do Chile, Domingo Faustino Sarmiento afirma, em um longo e polêmico debate com Andrés Bello, que é o povo quem deve definir seu idioma, e que a visão purista e aristocrática de Bello remetia a um passado espanhol completamente inadequado à pujança do continente americano. Entre 1820 e 1825, surgem manifestações que pareciam levar a uma maior independência linguística: na Argentina houve discussões sobre o que fazer com a questão linguística ao forjar a identidade da nova nação, e se propõe que temas da língua sejam decididos pela academia literária de Buenos Aires. Já a Colômbia e o México cogitaram a possibilidade de criar uma *Academia Hispanoamericana de la Lengua*, na qual atuariam intelectuais americanos. Mas observe-se que debates e polêmicas giravam em torno daquela que já era a língua nacional (e oficial): o espanhol. Observe-se também que já existia uma estreita relação — forjada na constituição de suas identidades — entre as nações americanas e sua língua. Em momento algum o espanhol competiu, de fato, com outra língua para ocupar o lugar de língua oficial das nações. E isso ocorre apesar da inexistência de uma política linguística consistente e organizada durante o período colonial: aí está o poder do gesto. Não se trata, portanto, de emitir juízos de valor acerca de escolhas determinadas pelo curso da história, mas sim de refletir sobre seu significado.

Assim, a independência da América se inaugura, linguisticamente, seguindo as pautas de determinações da época colonial. A *Cédula Real* de 10/5/1770 fomenta a castelhanização levada às últimas consequências⁸⁵, ou seja, a erradicação completa das línguas ameríndias. O impacto dessa lei no momento de sua publicação não rendeu frutos muito efetivos na América, no entanto, anos mais tarde, essa visão do panorama linguístico encontrará respaldo com a difusão do conceito de nação em voga.

Desde Francia se fomentaba el concepto de «nación una e indivisible» y se postulaba que la diversidad lingüística obstaculizaba a la difusión de las luces y las ideas progresistas, idea esta que arraigará profundamente en la mayoría de los movimientos de renovación social⁸⁶. (BRUMME, 2005, p. 947)

Assim, no panorama americano pós-independência, a imposição de uma única língua era percebida como condição fundamental para a conformação da unidade nacional, e o multilinguismo — grande gerador de problemas de comunicação e inclusão — ameaçava o progresso das nações. Uma vez mais, as línguas indígenas são relacionadas à ideia de atraso. Parece que a América finalmente seria civilizada.

É importante considerar que as nações americanas já nascem ocidentais — pois são fruto de um projeto ocidental e civilizatório — e suas Constituições tratam de se ajustar a princípios de igualdade que na época não eram exclusivos do Novo Mundo: com a Revolução Francesa havia surgido um novo conceito de sociedade.

Dentro desses ideais igualitários, era fundamental incluir a todos em direitos e obrigações e a instrução aparecia como único caminho para alcançar a cidadania. Surge, dessa forma, a premência da educação para todos e da erradicação do analfabetismo. Em políticas como a de Sarmiento, no final do século XIX, a escola tinha a função de criar indivíduos capazes de produzir e se adaptar às mudanças sociais inerentes aos processos de industrialização. Porém a América apresentava um

⁸⁵ No Brasil, em 1757, o Marquês de Pombal proíbe o ensino de qualquer língua que não fosse a portuguesa. “A reforma pombalina (...) constitui o primeiro exemplo dos procedimentos autoritários que caracterizarão as políticas linguísticas no Brasil a partir de então.” (BAGNO, 2004, p.180).

⁸⁶ “Da França fomentava-se o conceito «nação una e indivisível» e se postulava que a diversidade linguística obstaculizava a difusão das luzes e das ideias progressistas, ideia esta que se arraigará profundamente na maioria dos movimentos de renovação social.”

panorama linguístico e social com obstáculos significativos: o que fazer com os enormes contingentes que não falavam espanhol? Como erradicar o analfabetismo nesse caso? O que fazer com as línguas indígenas, também línguas nacionais? Em um primeiro momento — durante a elaboração das Constituições —, a questão linguística não pareceu supor um problema,

(...) la conciencia de la propia lengua nacional sólo cobra sentido en época tardía. Cada país se encuentra inserto en su propia realidad y la lengua le es tan suya como el paisaje, los monumentos o cualesquiera otros bienes culturales. Dentro de ese ámbito no se pensó en dar situación legal a lo que es innegablemente propio, y sólo en una aspiración al perfeccionamiento jurídico se habla de la «propiedad» llamada lengua⁸⁷ (...). (ALVAR, 1986, pp. 298, 299)

Em um levantamento das regulações legais sobre a língua espanhola realizado por J. Brumme (2005), observa-se que nas Constituições americanas nem sempre o espanhol recebeu o *status* de língua oficial⁸⁸, o que não significa, contudo, que não o fosse.

Falar de a língua, sem qualquer outra especificação como fazem os linguistas, é o mesmo que aceitar tacitamente a definição **oficial** da língua **oficial** de uma unidade política: nos limites territoriais desta unidade, esta língua é que se impõe a todos os que pertencem àquela jurisdição como a língua legítima, e de maneira tanto mais imperativa quanto mais oficial (...) for a circunstância. (BOURDIEU, 2008, pp. 31, 32)

E foi sempre, desde as primeiras regulações, a língua da educação formal, como é possível ver em alguns dados recolhidos por Brumme (2005):

México⁸⁹. *Ley Orgánica de la Educación Pública* (31/12/1941): prevê a alfabetização dos índios em *lengua nacional* (espanhol). *Ley Federal de la Educación* (1983): “(...)

⁸⁷ “(...) a consciência da própria língua nacional só cobra sentido em época tardia. Cada país encontra-se inserido em sua própria realidade e a língua lhe é tão sua como a paisagem, os monumentos ou quaisquer outros bens culturais. Dentro deste âmbito não se pensou em dar uma situação legal ao que é inegavelmente próprio, e só em uma aspiração ao aperfeiçoamento jurídico fala-se da «propriedade» chamada língua.”

⁸⁸ Adota-se aqui a distinção de Alvar (1986) ente língua nacional — língua falada em uma determinada nação — e língua oficial — língua adotada pelo Estado para publicação de seus instrumentos legais, para a educação formal e para todo o âmbito institucional.

⁸⁹ Em notícia publicada em 14/3/11, o novo diretor da *Academia Mexicana de la Lengua*, Jaime Labastida, anuncia o intuito de promover uma reforma na lei e dotar a constituição mexicana de uma língua oficial — o espanhol.

alcanzar, mediante la enseñanza de la lengua nacional, un idioma común para todos los mexicanos, sin menoscabo de las lenguas autóctonas.”⁹⁰ (p. 955).

Guatemala. Um decreto emitido pelo Congresso Constituinte em 29/12/1824 determina que os religiosos procurassem “(...) por los medios más análogos, prudentes y eficaces, extinguir el idioma de los primeros indígenas.”⁹¹ A Constituição de 13/3/1945 estabelece o espanhol como língua nacional e a Constituição de 31/5/1985, “el idioma oficial de Guatemala es el español. Las lenguas vernáculas forman parte del patrimonio cultural de la Nación.”⁹² (p. 956).

Nicarágua. Constituição de 22/3/1939: “(...) el español es el idioma oficial de la República (...)”⁹³. Somente na década de 80 as línguas indígenas passam a ser mencionadas e regulamentadas na constituição, “(...) las lenguas de la Costa Atlántica de Nicaragua también tendrán uso oficial en los casos que establezca la ley.”⁹⁴ (p. 957).

Colômbia. A Constituição de 1886, vigente até praticamente 1991, expressa a necessidade de formar um Estado Nação caracterizado pelo princípio da homogeneidade étnica, cultural, religiosa e linguística. O Concordato do governo colombiano com o Vaticano, de 1887 (renovado em 1902, 1928 e 1953), “(...) dejó en mano de las misiones la conversión de las tribus bárbaras y salvajes.”⁹⁵ (p. 960).

Equador. Constituição de 26/3/1929: “El Estado Ecuatoriano reconoce el español como idioma nacional.”⁹⁶. Constituição de 06/3/1945: “El castellano es el idioma oficial de la república. Se reconocen el quechua y demás lenguas aborígenes como elementos de cultura nacional.”⁹⁷ (p. 961).

⁹⁰ “(...) alcançar, mediante o ensino da língua nacional, um idioma comum para todos os mexicanos, sem desmerecer as línguas autóctones”.

⁹¹ “(...) pelos meios mais análogos, prudentes e eficazes extinguir o idioma dos primeiros indígenas”.

⁹² “(...) o idioma oficial da Guatemala é o espanhol. As línguas vernáculas fazem parte do patrimônio cultural da Nação.”

⁹³ “(...) o espanhol é o idioma oficial da República.”

⁹⁴ “(...) as línguas da Costa Atlântica da Nicarágua também terão uso oficial nos casos estabelecidos pela lei.”

⁹⁵ “(...) deixou nas mãos das missões a conversão das tribos bárbaras e selvagens.”

⁹⁶ “O Estado Equatoriano reconhece o espanhol como idioma nacional.”

⁹⁷ “O castelhano é o idioma oficial da República. O quéchua e as demais línguas aborígenes são reconhecidas como elementos da cultura nacional.”

Bolívia. O Decreto Lei nº 03937 (1955), vigente durante mais de 40 anos, determina a alfabetização em castelhano de toda a população (p. 964).

Segundo os dados apresentados por Brumme (2005) o Peru e o Paraguai constituem uma exceção se observamos a relação entre datas e legislação vigente. O Paraguai, após longo período de legislação ambígua, em sua Constituição de 25/8/1967 reconhece que “(...) los idiomas nacionales de la República son el español y el guaraní. Será de uso oficial el español”⁹⁸, e o Estado se compromete a proteger a língua guarani e promover seu ensino, evolução e aperfeiçoamento (p. 962). Já o Peru, em sua Constituição de 1920 apresenta artigos de proteção e reconhecimento das comunidades indígenas e, mais tarde, em sua *Ley General de Educación* de 1972, manifesta “(...) la necesidad de superar la actual castellanización violenta”⁹⁹ (p. 959). Nessa mesma década, a planificação linguística do país vincula a problemática política e a atividade científica, afirmando que a castelhanização deveria ser simultânea à valorização das línguas indígenas. Dessa forma, o quíchua é declarado língua oficial e uma série de medidas são tomadas com o intuito de oferecer seu ensino para toda a sociedade (ARNOUX, 2000).

Nos demais países mencionados, somente na década de 90 surgem regulações que determinam a oficialidade do uso das línguas indígenas e a implementação da educação bilíngue em suas regiões. As línguas nativas americanas passam de motivo de atraso para o progresso da nação para o lugar de *patrimônio cultural*, e, como tal, ao lado dos demais monumentos históricos, permanecem relegadas ao uso familiar durante quase todo o século XX. O último passo — aparecer nas constituições como línguas oficiais em suas regiões — pode demorar outro século até se tornar realidade (ou não): hoje, mais do que nunca, valoriza-se a inserção na sociedade global, e isso só parece ser possível em espanhol.

Assim, no contexto da formação das nações americanas, “(...) alfabetización no es sino castellanización”¹⁰⁰, afirma Alvar (1986, p. 334) e a execução dos textos constitucionais

⁹⁸ “(...) os idiomas nacionais da República são o espanhol e o guarani. Será de uso oficial o espanhol.”

⁹⁹ “(...) a necessidade de superar a atual castelhanização violenta”.

¹⁰⁰ “(...) alfabetização nada mais é que castelhanização”.

supõe a imposição do espanhol como único meio de alcançar a tão sonhada igualdade, “(...) el descenso a la realidad conduce a la hispanización de los nativos como instrumento para lograr su incorporación a la organización estatal y como posibilidad de disfrutar de las ventajas y protección que facilita el Estado”¹⁰¹, afirma o autor (p. 334).

O passado colonial, o contexto político do século XIX, a vigência do ideal uma nação / uma língua, justificativas econômicas — o Estado não pode atender a uma variedade tão grande de línguas — e socioculturais (civilizadoras) — é preciso incorporar todos os cidadãos na vida coletiva do país —, são algumas das premissas que explicam o lugar ocupado pela língua espanhola após as independências. Mas todos os dados expostos aqui têm como objetivo comprovar o poder do gesto.

Nunca fue la nuestra lengua de imposición, sino de encuentro; a nadie se le obligó nunca a hablar castellano: fueron los pueblos más diversos quienes hicieron suyo por voluntad libérrima, el idioma de Cervantes¹⁰². (Rei Juan Carlos I, Discurso da entrega do Premio Cervantes, 2001)

O fragmento acima é parte do discurso do Rei Juan Carlos I em 2001, na entrega do Premio Miguel de Cervantes para Francisco Umbral. Para além de toda a polémica originada a partir da declaração do monarca, cabe afirmar que, do ponto de vista legislativo, pelo menos no período colonial, a afirmação é verdadeira: não houve um conjunto de leis ou uma política linguística clara e consistente durante a dominação espanhola na América. Não obstante, hoje, essa mesma América tem o espanhol como língua oficial, e isso se explica, mais que pela “voluntad libérrima” do povo americano, por uma série de posturas com relação à língua que se inauguram no momento da conquista, e que de alguma forma permanecem até hoje. O gesto se sobrepõe à lei. Guillermo Bonfil Batalla (2001, p.10) afirma que o projeto civilizatório “(...) llegó con los invasores europeos pero no se abandonó con la independencia: los nuevos grupos que

¹⁰¹ “(...) o descenso à realidade conduz à hispanização dos nativos como instrumento para conseguir sua incorporação à organização estatal e como possibilidade de aproveitar das vantagens e proteção facilitadas pelo Estado.”

¹⁰² “Nossa língua nunca foi língua de imposição, mas sim de encontro; ninguém nunca foi obrigado a falar castelhano: foram os povos mais diversos quem fizeram seu, por vontade libérrima, o idioma de Cervantes”.

tomaron el poder, primero los criollos y después los mestizos, nunca renunciaron al proyecto occidental.”¹⁰³

A representação da língua espanhola como língua de civilização é talvez seu gesto mais efetivo, e teve resultados mais significativos do que a imposição de qualquer lei. O discurso da inclusão, justificado pela necessidade de incorporar toda a população a um universo político e cultural mais amplo é muito poderoso, apesar de que na prática nem sempre se aplica: com ou sem espanhol, a inclusão nunca foi para todos.

Neste capítulo, além de situar a pesquisa teoricamente na perspectiva da glotopolítica, tratou-se de observar o percurso da língua espanhola em sua relação com a América e o caminho percorrido até o lugar da oficialidade.

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. (BOURDIEU, 2008, p. 32)

O capítulo 3 analisará o processo que leva a Espanha — inicialmente por meio da *Real Academia de la lengua española* — a ocupar o papel de gestor da língua em diferentes espaços e com objetivos que transcendem questões puramente linguísticas ou culturais.

¹⁰³ “(...) chegou com os invasores europeus, mas não foi abandonada com a independência: os novos grupos que tomaram o poder, primeiro os *criollos* e depois os mestiços, nunca renunciaram ao projeto ocidental.”

Capítulo 3

Do gesto à gestão: do surgimento das Academias à política *panhispánica*

No período entre o final do século XV e o século XVII, as mudanças políticas e econômicas na Europa têm seus reflexos plasmados nas línguas. A necessidade de alcançar certa unidade após o fim da sociedade feudal exigia a criação de uma referência linguística que pudesse se sobrepor à diversidade regional e social. “Toda nação que se dá ao respeito tem de ter uma língua. Não apenas um meio de comunicação, um ‘vernáculo’ ou ‘dialeto’, mas uma língua plenamente desenvolvida (...)” (HAUGEN, 2001, p. 105).

Dessa necessidade surge um projeto padronizador — inaugurado por Antonio de Nebrija em 1492 — por meio do qual a elaboração de gramáticas e dicionários — instrumentos normativos — tratou de estabelecer um padrão de língua para os Estados Modernos e assim atenuar a diversidade linguística. Surge assim a norma-padrão¹⁰⁴.

Bagno (2007) afirma que o processo de constituição da norma-padrão representa uma seleção não isenta de conflitos. É preciso escolher uma entre muitas variedades linguísticas e essa escolha se faz por meio de critérios políticos e ideológicos, e não linguísticos. O autor afirma ainda que este modelo de língua é

(...) construção artificial baseada em algumas variedades regionais de prestígio (...) mas inspirada também, e em grande proporção, em outras fontes, muito distantes da realidade cotidiana dos falantes, como a escrita literária mais consagrada e a gramática latina. (BAGNO, 2007, p. 96)

A *Gramática castellana* de Nebrija inaugura o projeto de padronização na Espanha e coloca a língua de Castela — língua de poder — na direção certa para se transformar,

¹⁰⁴ Segundo Faraco (2008), no uso contemporâneo *norma* tem dois sentidos. Por um lado se relaciona com *normalidade* e designa o “conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo os fenômenos de variação” (FARACO, 2008, p. 40). Por outro, a palavra *norma* designa aquilo que “tem caráter normativo, que (...) serve para regular explicitamente os comportamentos dos falantes em determinadas situações” (p. 74). Neste capítulo o termo norma-padrão, adotado por Bagno e Faraco aparecerá várias vezes, mas ao longo da tese, o termo *norma* é usado na segunda acepção apresentada aqui, com o sentido de *preceito*. Para a primeira acepção, adota-se o termo *variedade*.

mais tarde, em língua espanhola, a despeito do contexto multilíngue em que sempre se encontrou. Estabelece-se aí uma relação direta e estreita entre língua e poder que, como mencionado no capítulo 2, não ficou circunscrita somente ao espaço da Península Ibérica.

O capítulo anterior tratou de demonstrar o poder do gesto, cujas consequências foram mais do que determinantes na história da língua espanhola. É também um gesto — aqui individual —, que marca o nascimento da *Real Academia Española* (RAE). Convencido da necessidade de preservar a língua em seu estado mais puro e perfeito, alcançado ao longo do século XVII, Juan Manuel Fernández Pacheco y Zuñiga, Marqués de Villena, tem a iniciativa de fundar, em 1713, a instituição que daquele momento em diante ocuparia papel de destaque em todos os assuntos relacionados à língua espanhola. A RAE nasce das *tertulias* promovidas pelo marquês e frequentadas por intelectuais e escritores. Em 1714 a instituição é aprovada por Felipe V e colocada sob *amparo y Real Protección* (amparo e proteção real), no entanto, seu surgimento, assim como seu funcionamento durante um período considerável, não podem ser atribuídos a uma iniciativa governamental. Zamora (1999, apud LÓPEZ MORALES, 2005, p. 919) explica bem esta etapa.

(...) aún estamos lejos de lo que va a ser la Real Academia Española. Les faltaba la conciencia de una empresa superior, el esfuerzo común, reconocido como tarea obligada y de interés colectivo, nacional, trascendido, y les faltaba también una condición de ‘oficialidad’, de ser institución patrocinada por la nación entera, que era la primera en reconocer su necesidad. Y que, a la vez, valoraba su prestigio y su autoridad dentro de los territorios de la monarquía¹⁰⁵.

Nos primeiros 58 anos de sua existência, a RAE equipa a língua em todo o seu sistema normativo e inaugura uma linha de ação que dura até hoje: de 1726 a 1739 publica os 6 volumes do *Diccionario de la Lengua Castellana — Diccionario de Autoridades —*, em 1714 a *Ortographía Española* e, em 1771, a *Gramática de la Lengua Castellana*. Desde o início, também, estabelece uma relação entre os países de língua espanhola que,

¹⁰⁵“ (...) ainda estamos distantes do que vai ser a *Real Academia Española*. Faltava-lhes a consciência de uma empresa superior, o esforço comum, reconhecido como tarefa obrigatória e de interesse coletivo, nacional, transcendido, e lhes faltava também uma condição de “oficialidade”, de ser instituição patrocinada pela nação inteira, que era a primeira em reconhecer sua necessidade. E que, por sua vez, valorizava seu prestígio e sua autoridade dentro dos territórios da monarquia.”

apesar de passar por diferentes fases e sofrer mudanças consideráveis, se caracteriza até hoje pela mesma essência: quando a questão é a língua espanhola, a Espanha coordena e a América colabora.

A finalidade prática da elaboração de instrumentos normativos — também instrumentos linguísticos, segundo Aurox (2001) — é a normatização. Dessa forma, gramáticas e dicionários não são somente instrumentos descritivos de uma determinada variedade, mas sim “(...) instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes” (FARACO, 2008, p. 74). Como já foi mencionado, Haugen (1959) situa a padronização como um dos quatro aspectos do desenvolvimento linguístico: 1) seleção da norma; 2) codificação da forma; 3) elaboração da função e 4) aceitação pela comunidade. Onde o primeiro e o último relacionam-se com a sociedade, e o segundo e o terceiro com a língua. Além disso, a padronização, afirma Milroy (2011), consiste na imposição da uniformidade, o que, no caso da gestão do espanhol, lança uma longa tradição — e em determinados períodos uma verdadeira obsessão — como se verá neste capítulo. O lema *limpia, fija y da esplendor*, durante décadas adotado pela RAE, deixa explícito o desejo de legitimar determinadas formas em detrimento de outras, de oficializar alguns usos e marginalizar outros. A padronização supõe exclusão e esta exclusão se baseia em princípios ideológicos de uma determinada elite, a única aparentemente capaz de *limpiar* e *fijar*. No entanto, o projeto padronizador precisa que a comunidade concorde com a seleção de determinado modelo do qual a norma pode ser derivada, caso contrário ele estará fadado ao fracasso (HAUGEN, 2001).

Zamora (1999), citado há alguns parágrafos, afirma que, em seus inícios, a RAE ainda não era a que é hoje, pois faltava-lhe “ser patrocinada por la nación entera” (p. 919). Faltava-lhe também a consciência de “tarea obligada y de interés colectivo” (p.919). Faltava-lhe, portanto, o aval da sociedade na qual se estabelecia. Esse aval não tardou em chegar, pois é favorecido pela existência de um *habitus* no interior do qual o castelhano havia percorrido longo caminho (político) até ser reconhecido como língua espanhola — língua civilizadora —, deixando outras variedades e outras línguas em segundo plano: “(...) a instituição é um ato de magia social capaz (...) de explorar de

alguma maneira as diferenças pré-existentes” (BOURDIEU, 2008, p. 100). A aceitabilidade, afirma Bourdieu (2008), não se encontra na situação, mas na relação entre um mercado e um *habitus* “(...) que constitui ele próprio o produto de toda a história da relação com mercados” (p. 64).

Assim, a autoridade (de índole política) da RAE é reconhecida e suas funções orientadoras e unificadoras paulatinamente se assentam, não só na Espanha, mas também nas ex-colônias.

Até 1824 era indiscutível a influência da Espanha sobre a América em questões acadêmicas, linguísticas e culturais. No entanto, como já foi mencionado, o processo da independência e mais de uma década de lutas armadas provocaram uma reação de rejeição de instituições espanholas nas jovens nações americanas. Estas, em determinados momentos, julgaram mais adequado que os destinos da língua fossem traçados de um ponto de vista exclusivamente nacional (observe-se, não obstante, que a língua aqui mencionada é a língua espanhola), mas tratou-se de uma reação circunscrita a um determinado período. López Morales (2005, p. 921) afirma que “(...) ni la independencia, ni los cambios separatistas fomentados después por algunos — aunque a la postre, sin éxito — dejaron la menor huella”¹⁰⁶. Sem dúvida é excessivo afirmar que não há marcas das discussões e polêmicas relacionadas à língua no momento das independências, mas é preciso observar que a RAE, como mãe que observa paciente a rebeldia do filho adolescente, continua nomeando — inclusive durante os períodos em que as tendências americanas foram mais separatistas — intelectuais americanos como membros honorários, em um movimento que trata de apartar questões linguísticas da realidade política e social. Pode-se detectar no referido período o gérmen da *hispanofonía* (DEL VALLE, 2007a), como se verá a seguir.

Em 1870, a RAE é informada de que intelectuais em Bogotá reclamam a abertura de uma sucursal da Academia na Colômbia. A Academia tem ciência de que a língua espanhola está presente em territórios muito amplos e que estes não podem ser administrados por uma única sede em Madri. Esse pode ter sido um dos motivos que a

¹⁰⁶ “(...) nem a independência, nem as mudanças separatistas fomentadas depois por alguns - ainda que ao final de tudo, sem sucesso - deixaram a menor marca”.

levam a aceitar o movimento expansivo que se propunha, no entanto, são sua legitimação como gestora espiritual e real da língua e a possível formação de uma grande nação ibero-americana — ainda que imaginária — que a levam a assumir paulatinamente a figura de um grande polvo, cuja cabeça está na Península e os tentáculos se estendem pela América.

O mexicano Fermín de la Puente y Apezechea (apud LÓPEZ MORALES, 2005, p. 922), relator do parecer sobre a possível abertura de uma filial em Bogotá, afirma que no exercício da Academia havia

(...) altísimas consideraciones de orden superior a todo interés político, que, por lo mismo, conviene que sean conocidas y apreciadas por los individuos de todas estas diversas naciones que, a pesar de serlo, tienen como se ha dicho, por patria común una misma lengua y por universal patrimonio nuestra hermosa y rica literatura, interesando igualmente a todos su conservación y acrecentamiento¹⁰⁷.

Nasce dessa forma a ideia de língua como pátria comum, como vínculo de fraternidade e união de uma nação ibero-americana, marcas de uma ideologia linguística que passaria a acompanhar os rumos do espanhol e de sua presença e difusão em diferentes lugares do mundo. Essa ideologia linguística, denominada *hispanofonía* por José del Valle (2007a), funda-se sobre a ideia de que há, materializada na língua, uma cultura de raiz comum que constitui a base de uma entidade política e econômica.

Es más bien una comunidad imaginada (...) sobre la base de una lengua común — imaginada también —; una lengua común que une, formando un vínculo afectivo, a todos ellos que se sienten en posesión de la misma y que comparten un sentimiento de lealtad hacia ella. La hispanofonía es, por lo tanto, una ideología lingüística (...), un sistema de ideas, o mejor, de ideologemas, en torno al español históricamente localizado que concibe el idioma como la materialización de un orden colectivo en el cual España desempeña un papel central.¹⁰⁸ (DEL VALLE, 2007 a, pp. 37, 38)

¹⁰⁷ “(...) altíssimas considerações de ordem superior a todo interesse político que, por causa disto, convém que sejam conhecidas e apreciadas pelos indivíduos de todas estas diversas nações que, apesar de sê-lo, têm como já se comentou, por pátria comum uma mesma língua e por universal patrimônio nossa bela e rica literatura, interessando igualmente a todos sua conservação e enaltecimento.”

¹⁰⁸ “É mais exatamente uma comunidade imaginada (...) sobre a base de uma língua comum – imaginada também –; uma língua comum que une, formando um vínculo afetivo, a todos eles que se sentem de posse da mesma e que compartilham um sentimento de lealdade em relação a ela. A *hispanofonía* é, portanto, uma ideologia linguística (...), um sistema de ideias, ou melhor, de ideologemas, em torno ao

O mesmo autor afirma que o desenvolvimento dessa consciência de pertencimento a uma comunidade desenvolveu-se durante o século XIX. Observa-se, no processo de abertura das filiais da RAE e na sua conseqüente legitimação como autoridade nos assuntos relacionados à língua, bem como em sua posição hierárquica com relação às sucursais americanas, uma importante etapa nesse processo de invenção de uma grande nação comum.

Em 1871 surge a Academia colombiana, em 1875, a mexicana e a equatoriana, em 1880, a salvadorenha, em 1881, a venezuelana, em 1886, a chilena, em 1887, a peruana e, em 1888, a guatemalteca. Todos aqueles que se incorporavam às Academias americanas eram automaticamente incorporados à RAE.

Nem sempre as Academias tiveram uma vida ativa — faltava-lhes subvenção¹⁰⁹ —, e a RAE sempre teve entre seus objetivos fomentar seu funcionamento, criar novas filiais e inclusive enviar membros para auxiliar nas atividades locais.

Na perspectiva do surgimento de uma ideologia linguística que circula ainda hoje pelos espaços relacionados à língua espanhola, é interessante o trabalho de Graciana Vázquez (2008) que analisa os discursos sobre a língua do *Congreso Literario Hispanoamericano*, realizado em Madri em 1892, nos quais ela detecta a conformação dessa ideologia linguística que trata de ocupar uma posição discursiva predominante: pretende, portanto, ocupar um lugar hegemônico. A autora afirma que, para a glotopolítica histórica, os discursos sobre as línguas

(...) constituyen un material excepcional para analizar tanto las ideologías lingüísticas como las resoluciones y estrategias de intervención sobre las lenguas, propuestas por distintas instancias de poder político, mediático, educativo o de organizaciones civiles, con el que comparten un sentimiento de lealtad en relación a ella. El objetivo de lograr su promoción y expansión y pautar así, de variadas maneras, las prácticas lingüísticas de los hablantes.¹¹⁰ (VÁZQUEZ, 2008, p. 83)

espanhol historicamente localizado que concebe o idioma como a materialização de uma ordem coletiva na qual a Espanha desempenha um papel central”.

¹⁰⁹ Quando é criada a *Asociación de la Academias de la Lengua Española*, somente a RAE e a Academia da Colômbia são subvencionadas pelos seus respectivos governos.

¹¹⁰ “(...) constituem um material excepcional para analisar tanto as ideologias linguísticas como as resoluções e estratégias de intervenção sobre as línguas, propostas por diferentes instâncias de poder

No final do século XIX, apesar de uma aparente estabilidade política, a Espanha atravessava momentos difíceis: divisões internas, desigualdade social, fracassos comerciais e industriais e, conseqüentemente, sérias dificuldades econômicas. Com relação a suas ex-colônias, gozava de uma imagem relacionada a políticas conservadoras e tradicionais, enquanto observava um diálogo mais efetivo e uma influência mais palpável entre essas jovens repúblicas e nações estrangeiras como França, Estados Unidos ou Itália.

Era necessário recuperar a presença hegemônica na América e, ao mesmo tempo, tentar entrar no processo de desenvolvimento econômico europeu. Era preciso transformar o imaginário hispano-americano com relação à antiga metrópole, de forma que sua presença fosse vista como algo natural. Essa nova imagem é projetada, segundo Vázquez, por meio da propaganda oficial das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América (o *Congreso Literario* analisado pela autora era parte das comemorações do centenário), enfatizando o mais positivo do legado espanhol na América: civilização, língua e religião. E é precisamente aqui que a língua passa a ocupar uma posição privilegiada. A autora aponta, em uma série de discursos do *Congreso Literario*, as características elencadas a seguir.

A proposta de planificação linguística espanhola apresentava núcleos de sentido que orientavam as seguintes representações: a unidade da língua e a necessidade de sua preservação; um sentimento heroico e transcendental atribuído à língua que opera no sentido de construir um imaginário de grandeza; a língua espanhola como cordão umbilical que une Espanha e América em uma grande comunidade hispanoparlante; e a autoridade máxima da RAE em questões linguísticas. Vázquez observa nessas representações uma primeira formulação de um nacionalismo *panhispánico* que tem como objetivo transformar a imagem da Espanha depois da independência — deixando para trás aspectos negativos relacionados ao período colonial — e estabelecer vínculos econômicos e culturais com a América (seu espaço de expansão legítimo) ocupando, naturalmente, uma posição privilegiada. A língua espanhola, “(...)

político, mediático, educativo ou de organizações civis, com quem compartilham um sentimento de lealdade em relação a ela. O objetivo de conseguir sua promoção e expansão e pautar assim, de variadas maneiras, as práticas linguísticas dos falantes”.

más allá de sus virtudes, se transforma, fundamentalmente en el dispositivo para lograr la expansión económica de España en Hispanoamérica”¹¹¹ (VÁZQUEZ, 2008, p. 87) e, de acordo com o discurso espanhol, sua expansão poderia render frutos para toda a comunidade hispanoparlante. Expansão e unidade ocuparão um lugar destacado nas décadas seguintes e a língua, enquanto depositaria de uma identidade política, cultural e étnica, transcende quaisquer questões que poderiam estremecer a suposta harmonia da comunidade ibero-americana: “Nada simboliza tan completamente la patria como la lengua”¹¹², afirma Fernando Cruz (1992 [1892], p. 367, apud VÁZQUEZ, 2008, p. 99) em uma de suas intervenções no evento.

A língua, no entanto, é um organismo vivo, constantemente em evolução e sujeito a transformações. Diante da necessidade de preservar a unidade, é preciso planificar e pensar em estratégias e ferramentas capazes de evitar uma possível fragmentação do espanhol. Isso se faria, fundamentalmente, de acordo com os congressistas espanhóis, reconhecendo a RAE como única autoridade linguística para todo o mundo hispânico.

Tal reconhecimento, em 1892, tem um caráter impositivo, e entre as deliberações do congresso é possível encontrar o mencionado reconhecimento da RAE como autoridade linguística e a adoção de suas gramáticas e demais instrumentos linguísticos nas escolas para o ensino de língua espanhola tanto na Espanha quanto na América. Tudo isso, apesar da reação dos congressistas americanos, que questionaram a indiferença da Academia espanhola com relação a decisões tomadas em Academias hispano-americanas.

El reconocimiento de la legitimidad de la tradición gramatical [americana] no es comprendido por los académicos españoles que focalizan en el temor a la fragmentación del español la decisión de imponer verticalmente la variedad peninsular como norma lingüística común en todo el mundo hispánico¹¹³. (VÁZQUEZ, 2008, p. 100)

¹¹¹ “(...) além de suas virtudes se transforma, fundamentalmente no dispositivo para conseguir a expansão econômica da Espanha na América Latina”.

¹¹² “Nada simboliza tão completamente a pátria como a língua.”

¹¹³ “O reconhecimento da legitimidade da tradição gramatical (americana) não é compreendido pelos acadêmicos espanhóis que focalizam no temor da fragmentação do espanhol a decisão de impor verticalmente a variedade peninsular como norma linguística comum em todo o mundo”.

A autora conclui que as deliberações do *Congreso Literario Hispanoamericano* de 1892 condensam as representações sociais que são a matriz discursiva da política linguística *panhispánica*. Tais representações conformam não somente a ideologia linguística hegemônica correspondente a seu momento histórico, mas regulamentam um processo de construção de dominância discursiva — hegemonia — que terá continuidade em diferentes etapas históricas e também nos dias atuais, em sua reformulação *panhispánica*. A política linguística *panhispánica* será retomada neste capítulo, mas por ora o foco continua na evolução histórica da construção e sedimentação da autoridade da RAE.

Em 1950, Miguel Alemán, Presidente do México, convoca, por intermédio da Academia Mexicana, uma reunião de todas as Academias de Língua Espanhola. Tal reunião teria como objetivo a análise conjunta dos seguintes assuntos: unificação do léxico e ajuste das acepções dos americanismos presentes no *Diccionario*, fundação de Academias nos países onde ainda não existiam e união dos povos de língua espanhola.

As Academias aceitam a convocatória e, em 1951, reúnem-se na Cidade do México durante os meses de abril e maio, representantes e delegados das 16 Academias americanas. A RAE não pôde participar por problemas políticos na Espanha, no entanto, sua ausência não afeta sua influência; para então, já havia ocupado os espaços de comando, o que passara a ser visto como fato natural pelas Academias americanas. O intuito desse congresso não era a emancipação, mas sim a exaltação da união dos povos por meio da língua e da cultura. De acordo com as informações históricas presentes no site oficial da ASALE — *Asociación de Academias de la Lengua Española* —, somente a união de forças tornaria possível uma atuação efetiva entre os poderosos blocos políticos e culturais que dominavam o mundo, e a língua espanhola “con todo lo que ella significaba, tendría una voz más potente, una proyección más sólida, un reconocimiento más indiscutible”¹¹⁴.

¹¹⁴ “ (...) com tudo o que ela significava, teria uma voz mais potente, uma projeção mais sólida, um reconhecimento mais indiscutível”. Disponível em <<http://www.asale.org/ASALE/ConAALEBD?IDDOC=111951&menu=1>>. Acesso em 31/03/11.

Uma vez terminado o Congresso, forma-se uma Comissão Permanente, responsável por encaminhar as decisões tomadas ali e organizar o próximo encontro. As Academias solicitam à RAE o envio de um delegado para integrar a referida comissão. Durante a elaboração dos estatutos que regeriam a Comissão Permanente, surge a iniciativa de criar a *Asociación de Academias de la Lengua Española*.

Nos Estatutos que regem as *Academias Correspondientes de la Real Academia Española*, uma vez mais podemos observar a submissão das americanas à espanhola:

3º b) Colaborar con la Academia Española, según las instrucciones de esta, en la redacción de la Gramática y el Diccionario, y especialmente en la recolección de regionalismos de su respectiva área lingüística.

(...)

5º Cada Academia se dará libremente su propio reglamento, procurando ajustarse en lo posible al de la Española, con las modificaciones que aconsejen las circunstancias, y lo comunicará a esta para su conocimiento.

(...)

8º De cada elección para miembros de número efectuada por cualquiera de las Academias correspondientes se dará cuenta a la Academia Española (...)

Artículo transitorio. Estos Estatutos, propuestos por la Comisión Permanente del Congreso de Academias, entrarán en vigor cuando sean aprobados por la Real Academia Española¹¹⁵ (...) (apud LÓPEZ MORALES, 2005, p. 941, 942, 943)

Até o final do século XX, a ASALE desempenha um papel que se limita à colaboração, e esta se resume, no caso dos dicionários, por exemplo, à inclusão de regionalismos já no final da elaboração de cada nova edição. Sua participação é periférica.

¹¹⁵ “ 3º b) Colaborar com a Academia Espanhola conforme as instruções desta, na redação da Gramática e do Dicionário, e especialmente na coleta de regionalismos de sua respectiva área linguística (...)

5º) Cada Academia fará livremente seu próprio regulamento procurando ajustar-se na medida do possível ao da Espanhola com as modificações que indiquem as circunstâncias e lhe comunicará para seu conhecimento.(...)

8º) A cada eleição para membros de número feita em qualquer uma das Academias correspondentes, a Academia Espanhola deverá ser notificada.

Artigo Transitório – Estes Estatutos, propostos pela Comissão Permanente do Congresso de Academias, entrarão em vigor depois de aprovados pela *Real Academia Española* (...).”

Na década de 90 se inicia um movimento de maior participação da *Asociación*. Víctor García de la Concha, ex-diretor¹¹⁶ da RAE e primeiro nessa função a visitar as Academias nos 19 países associados, afirma em entrevista ao jornal *El País*¹¹⁷ que “Fue un encargo del Rey. Me llamó un sábado a su despacho personal, ‘Quiero que te dediques a América’, me dijo. Y es lo que estamos haciendo porque la lengua es lo que une a toda la comunidad hispánica y nosotros respetamos su pluralidad.”¹¹⁸ (*El País*, 27/02/10).

A afirmação de García de la Concha resume a nova política linguística *panhispánica* difundida pela RAE em conjunto com a ASALE e, ao mesmo tempo, retoma a ideologia da *hispanofonía* e reafirma a liderança espanhola. Novamente a Espanha, aqui representada na figura do rei, toma as rédeas dos destinos do espanhol. De fato, o *panhispanismo*, aliado aos avanços tecnológicos, tornou possíveis revisões e participações mais efetivas das filiais americanas. Já não se trata somente de colaborar: para que a nação ibero-americana possa dar conta de seu potencial, é preciso atuar, ao menos teoricamente, *en pie de igualdad*¹¹⁹. Assim, a política linguística *panhispánica* passa a ser um agente de difusão de ideologias linguísticas e por meio dela a *hispanofonía* continua presente nos discursos da língua e sobre a língua.

Ese decidido compromiso académico de avanzar en una acción conjunta transcende el ámbito lingüístico para constituirse en un refuerzo de lo que es la más sólida base de unión de los pueblos hispánicos en la comunidad Iberoamericana de naciones: el idioma.¹²⁰ (RAE – *La política lingüística panhispánica*¹²¹)

Antes de seguir com a análise da política linguística *panhispánica*, convém analisar o reflexo imediato que esse novo panorama na relação entre a RAE e a ASALE terá sobre

¹¹⁶ Desde dezembro de 2010, o diretor da RAE é José Manuel Blecua.

¹¹⁷ “Un despacho para dos continentes”. *El País*, 27/02/10. Disponível em http://elpais.com/diario/2010/02/27/babelia/1267233134_850215.html Acesso 09/09/13.

¹¹⁸ “Foi uma incumbência do Rei. Chamou-me um sábado a seu escritório pessoal – ‘quero que você se dedique à América’, me disse. E é o que estamos fazendo porque a língua é o que une toda a comunidade hispânica e nós respeitamos sua pluralidade”.

¹¹⁹ “em pé de igualdade”

¹²⁰ “Ese decidido compromiso académico de avanzar en una acción conjunta transcende o âmbito lingüístico para constituir-se num reforço do que é a mais sólida base de união dos povos hispânicos na comunidade ibero-americana de nações: o idioma”

¹²¹ Disponível em <www.rae.es>. Acesso em 05/05/10.

a questão que desde o século XIX ocupa as mentes dos acadêmicos e parece ameaçar a comunidade ibero-americana: a manutenção da unidade do espanhol.

3.1 *Unidad vs Diversidad ou Unidad en la Diversidad?*

É necessário preservar a unidade da língua espanhola. Esta assertiva passou por diferentes formulações e acompanhou diferentes políticas e ideologias linguísticas desde o século XIX, e ainda hoje — agora com uma roupagem mais contemporânea e globalizada e com um viés político e econômico — ocupa um lugar de destaque nos discursos sobre a língua.

Até meados do século XX imperava certo pessimismo nos circuitos que discutiam a língua espanhola: “(...) en estas cuestiones del lenguaje es mejor un moderado y razonable pesimismo que un optimismo desenfrenado”¹²², afirmava Dámaso Alonso no seu discurso de abertura da *Asamblea de Filología do I Congreso de Instituciones Hispánicas* em 1963. Ainda no século XIX, Rufino José Cuervo expressava seu temor com relação à fragmentação linguística. Como língua transplantada a territórios de enorme extensão, o espanhol poderia se fragmentar e evoluir em direção a diferentes unidades linguísticas. A independência das nações americanas e o suposto isolamento que suas respectivas comunidades linguísticas viveriam sem o elemento unificador da antiga metrópole desempenhariam um papel fundamental no processo de fragmentação.

Ao longo da primeira metade do século XX surgem vozes mais otimistas com relação à unidade da língua. Boa parte dos linguistas, incluindo nomes de peso como Menéndez Pidal, parecia inclinada a acreditar que a unidade estava garantida. Afirmavam que a língua culta e a língua escrita têm uma ação niveladora capaz de conter as variedades. Acreditavam também que os meios de comunicação modernos, completamente diferentes daqueles da época do Império Romano, evitariam o isolamento e a consequente fragmentação da língua. Havia ainda outros fatores importantes: reconhecia-se uma significativa unidade gramatical, morfológica e sintática, diante da

¹²² “(...) nestas questões da linguagem é melhor um pessimismo razoável e moderado do que um otimismo desenfreado”.

diversidade lexical e fraseológica, acreditava-se que o nacionalismo linguístico do final do século XIX havia sido superado. Surgia também a crença — que mais tarde se transformaria em verdadeiro mito — de que haveria certa unidade linguística hispano-americana. O futuro uniforme da língua parecia estar garantido.

Em 1956 ocorre o *II Congreso de las Academias de la lengua* e, em meio a tantas manifestações de confiança no futuro homogêneo do idioma, surge uma voz alarmada: Dámaso Alonso (1956, apud LOPE BLANCH, 1968, p. 09) — filólogo espanhol — temia que antigos prognósticos se cumprissem, “se están produciendo resquebrajaduras”¹²³ — afirmava ele —, que fatalmente conduzirão ao desmembramento da língua espanhola, “el edificio de nuestra unidad idiomática está cuarteado”¹²⁴. Anos mais tarde, no já mencionado *I Congreso de Instituciones Hispánicas* de 1963, cujo tema central era *Presente y futuro de la lengua española*, o filólogo volta a afirmar: “El problema central es la unidad de la lengua”¹²⁵ (ACTAS, 1963, p. 401). Este congresso apresenta exemplos claros das ideias linguísticas (relacionadas ao espanhol) da metade do século XX e mostra o deslocamento de marcas da atual ideologia linguística, motivos que levam a uma análise mais detalhada do evento.

Em suas intervenções no congresso, Dámaso Alonso parece mais inclinado a concordar com aqueles que afirmam que há garantias para a unidade, no entanto, ressalta repetidas vezes a necessidade do trabalho árduo que garanta tal unidade. A preocupação com a fragmentação da língua transcende a questão regional: o problema não está somente nos diferentes usos das extensas regiões onde se fala espanhol, mas também na introdução de novas vozes — oriundas do progresso científico — e na incorporação de estrangeirismos. Parece inclusive que as variedades regionais, sempre em sua forma culta, têm uma aceitação crescente. É o que se pode observar nas conclusões do Grupo de Trabalho “Unidad del español” (Unidade do espanhol).

Por lo que se refiere a la defensa y al mantenimiento de la unidad idiomática, se ha comprobado en general, en el seno de la comisión,

¹²³ “(...) estão produzindo-se fendas”

¹²⁴ “(...) o edifício de nossa unidade idiomática está dividido.”

¹²⁵ “O problema central é a unidade da língua.”

una *actitud comprensiva, flexible y positiva* de tolerancia y más aún de franca *aceptación* de la pluralidad de normas de ejemplaridad existentes en el nivel del habla culta de los varios países hispánicos; pluralidad que no afecta realmente a la unidad esencial de la lengua como instrumento de intercomunicación panhispánica¹²⁶. (ACTAS, 1963, p. 421)¹²⁷

Os termos acima foram grifados, pois expressam uma posição de liderança com relação ao idioma. Quem tem a atitude compreensiva e de tolerância? Quem aceita a pluralidade de normas? A resposta poderia ser a comunidade acadêmica que se dedica à língua espanhola, no entanto, quem a encabeça?

É natural que a preocupação com o futuro da língua, sua análise e estudo se originem no país mãe desta, afirma Enrique Suárez de Puga (p. 406) — secretário geral do *Instituto de Cultura Hispánica* — ao contar ao público os motivos que levam o Instituto a convocar o congresso. No mesmo evento, Luis Afonso (ACTAS, 1963, p. 405) — secretário da *Academia Argentina de Letras* — termina seu discurso na cerimônia de abertura dizendo

Quiera el destino que siempre, mientras el mundo exista, españoles e hispanoamericanos puedan decirse, como cierta y suprema prueba de unión espiritual: nosotros y vosotros hablamos la misma lengua¹²⁸.

Nas resoluções desse mesmo grupo de trabalho (“Unidad del español”, p. 422), destaca-se a necessidade de se criar uma comissão permanente de acadêmicos e estudiosos do español “encargada de velar discretamente por el mantenimiento de la actual unidad del idioma”.¹²⁹ Indica-se a criação da *Oficina Internacional de Información y Observación del Español* (OFINES), promovida pelo *Instituto de Cultura Hispánica*. Com sede em Madri, essa instituição, constituída por linguistas de todos os países de língua espanhola e com a colaboração da *Asociación de Academias de la lengua*, tinha a missão de velar pela unidade do idioma, tratando de eliminar

¹²⁶ “No que se refere à defesa e à manutenção da unidade idiomática, comprovou-se em geral, no seio da comissão, uma atitude compreensiva, flexível e positiva de tolerância e mais ainda, de franca aceitação da pluralidade de normas de exemplaridade existentes no nível da fala culta dos vários países hispânicos; pluralidade que não afeta realmente a unidade essencial da língua como instrumento de intercomunicação *panhispánica*”.

¹²⁷ Os grifos são nossos.

¹²⁸ “Queira o destino que sempre, enquanto o mundo existir, espanhóis e hispano-americanos possam dizer-se, como certa e suprema prova de união espiritual: nós e vocês falamos a mesma língua”.

¹²⁹ “(...) encarregada de velar discretamente pela manutenção da atual unidade do idioma (...)”

diferenças e direcionar harmonicamente sua evolução (LOPE BLANCH, 1968), auxiliando, assim, o trabalho da *Real Academia Española*.

Nas Atas da *Asamblea de Filología* do *I Congreso de Instituciones Hispánicas* é possível observar que, em 1963, a diversidade era como um vírus do qual a língua é portadora: pode-se ter uma vida normal, mas é preciso estar sempre alerta. Durante praticamente todo o século XX a diversidade inspira vigilância e cuidado. Nas Atas também se reafirma a posição da Espanha como detentora dos destinos da língua, é ela quem convoca, aceita ou tolera qualquer acontecimento relacionado ao espanhol. A partir dos anos 90, há um certo deslocamento dessa posição, no entanto, não é possível afirmar que ela — a Espanha — abandonou esse lugar, trata-se somente de um deslocamento vertical, necessário para uma melhor inserção no mundo globalizado.

Moreno Cabrera (2011) afirma que a manutenção da unidade é um elemento fundamental da ideologia da RAE e está diretamente relacionado com a ideologia nacionalista espanhola, de acordo com a qual a variedade castelhana é a língua espanhola. O autor afirma, ainda, que a importância da RAE se explica, em boa medida, graças à estreita relação entre língua e nação e, no caso do espanhol, o conceito de nação ganha um espaço transnacional e se estende a todos os países que um dia já foram subordinados à antiga metrópole.

A *Real Academia Española*, órgão que desde o seu surgimento tem como objetivo promover a padronização da língua, tinha entre seus princípios *fijar las voces y vocablos de la lengua castellana en su mayor propiedad, elegancia y pureza*¹³⁰, o que naturalmente inclui o cuidado com a manutenção da unidade da língua: ela é, e sempre foi, a dirigente da tarefa de preservação da unidade. Atualmente, tal cuidado não se abandonou, mas sofreu transformações significativas. Hoje, como já foi mencionado, essa mesma instituição promove a política linguística *panhispánica*.

Una tradición secular, oficialmente reconocida, confía a las Academias la responsabilidad de fijar la norma que regula el uso correcto del idioma. Las Academias desempeñan ese trabajo desde la conciencia de que la norma del español no tiene un eje único, el de

¹³⁰ “(...) fixar as vozes e vocábulos da língua castelhana em sua maior propriedade, elegância e pureza.”

su realización española, sino que su carácter es policéntrico. Se consideran, pues, plenamente legítimos los diferentes usos de las regiones lingüísticas, con la única condición de que estén generalizados entre los hablantes cultos de su área y no supongan una ruptura del sistema en su conjunto, esto es, que ponga en peligro su unidad¹³¹. (RAE – *La política lingüística panhispánica*¹³²)

A diversidade já não é algo obrigatoriamente perigoso. Desaparecem as noções de impureza e corrupção para dar lugar à riqueza linguística e à *sólida base de unión de los pueblos hispánicos*¹³³. No entanto, a heterogeneidade ainda é objeto de cuidados e principalmente de controle. A vigilância compartilhada proposta em 1963 pode ter sido o germe dessa nova postura: a de reconhecer, controlar e principalmente propagar. Agora a diversidade — sempre refreada pela unidade — é atraente.

O mundo contemporâneo e o ideal *panhispánico* pedem a reformulação do lema fundacional da RAE e, no prólogo da *Ortografía* de 1999, o velho *limpia, fija y da esplendor* se transforma em *unifica, limpia y fija* e passa a ser uma tarefa dividida (ao menos em tese) entre a RAE e a ASALE. No mesmo Prólogo se afirma que

Los detallados informes de las distintas Academias han permitido lograr una *Ortografía* verdaderamente panhispánica. Apenas hay en ella novedad de doctrina, pero se recoge, ordena y clarifica toda la que tenía dispersa la Academia en los últimos tiempos y se refuerza la atención a las variantes de uso americano.¹³⁴ (Prólogo, 1999, p. XIII)

E assim a América, paulatinamente, passa a ter um certo protagonismo nos discursos sobre a língua espanhola, contudo, como se verá mais adiante, tal protagonismo não está tão presente no interior dos instrumentos normativos *panhispánicos*, nem nos

¹³¹ “Uma tradição secular, oficialmente reconhecida, confia às Academias a responsabilidade de fixar a norma que regula o uso correto do idioma. As Academias desempenham este trabalho a partir da consciência de que a norma do espanhol não tem um eixo único, o de sua realização espanhola, mas sim que seu caráter é policêntrico. Consideram-se, pois plenamente legítimos os diferentes usos das regiões linguísticas, com a única condição de que estejam generalizados entre os falantes cultos de sua área e não suponham uma ruptura do sistema em seu conjunto, isto é, que ponha em perigo sua unidade”.

¹³² Disponível em <www.rae.es>. Acesso 21/8/09.

¹³³ “(...) sólida base de união dos povos hispânicos”.

¹³⁴ “Os detalhados relatórios das diferentes Academias permitiram conseguir uma *Ortografía* realmente *panhispánica*. Quase não existem nela novidades de doutrina, mas se coleta, ordena e esclarece tudo o que a Academia tinha dispersado nos últimos tempos, e se reforça a atenção sobre as variantes de uso americano”.

instrumentos linguísticos de difusão internacional do espanhol como língua estrangeira.

Cabe mencionar que a política linguística *panhispánica* tem como base uma concepção de língua bastante particular, que naturaliza e neutraliza processos de índole política.

La norma surge, pues, del uso comúnmente aceptado y se impone a él, no por decisión o capricho de ninguna autoridad lingüística, sino porque asegura la existencia de un código compartido que preserva la eficacia de la lengua como instrumento de comunicación.¹³⁵ (DPD, 2005, Presentación)

Uma visita ao início deste capítulo mostra que a constituição da norma-padrão é uma escolha que se faz por meio de critérios políticos e ideológicos, supõe uma seleção e, conseqüentemente, exclusão, o que inevitavelmente gera conflitos. No entanto, nada disso se encaixa nos ideais fraternos do *panhispanismo*, onde a evolução natural (e *extraordinária*) da língua explica não só a constituição do padrão, mas também tacha como *correto, adequado ou recomendável* ou ainda *incorreto, inadequado ou deselegante* vozes e usos.

Nessa perspectiva, vale considerar as distintas realidades da situação linguística do mundo hispanoparlante, para além da ideologia institucional das Academias. Para iniciar esta reflexão, é importante partir do conceito de policentrismo — “la norma del español no tiene un eje único, sino que su carácter es policéntrico”¹³⁶ (RAE) — e delimitar as fronteiras entre situação linguística e política linguística. Fanjul (2011) usa o termo policêntrico ao se referir à maneira como têm ocorrido os processos de padronização e de surgimento de diferentes tipos de norma padrão no espanhol.

Os conceitos *lengua estándar* e *estandarización*, respectivamente língua padrão e padronização nos seus primeiros registros em português, figuram da seguinte forma no *Diccionario de Linguística* organizado por Jean DUBOIS (1993, p. 448),

[uma variedade da língua é considerada padrão quando] além das variações locais ou sociais, ela se impõe a ponto de ser empregada

¹³⁵ “A norma surge, pois, do uso comumente aceito e se impõe a ela, não por decisão ou capricho de nenhuma autoridade linguística, mas sim porque assegura a existência de um código compartilhado que preserva a eficácia da língua como instrumento de comunicação.

¹³⁶ “(...) a norma do espanhol não tem um eixo único, mas sim um caráter policêntrico.”

correntemente, como o melhor meio de comunicação, por pessoas susceptíveis a utilizar outras formas ou dialetos [...]. É difundida pela escola, pelos meios de comunicação em massa e utilizada nas relações oficiais.

Como mencionado no início deste capítulo, variedades de uma língua que podem chegar a ser padrão são aquelas faladas por grupos poderosos do ponto de vista econômico, político ou cultural. A norma-padrão — que não é uma variedade e sim algo construído — corresponde ao ideal de falar bem. Sendo assim, quando se fala de padronização deve-se pensar em aspectos puramente sociais que se referem à maneira como, dentro de uma sociedade, se escolhe uma variedade que servirá como base para a norma padrão, de que maneira ela é codificada (elaboração de dicionários, gramáticas, normas ortográficas), é promovida e tem sua aceitação viabilizada. Como afirma DUBOIS (1993), a língua padrão sempre está diretamente relacionada a atividades e instituições de prestígio, como mídia, escola e instituições públicas.

O caráter estritamente social e não linguístico da padronização mostra — ou melhor, corrobora — que, de fato, no mosaico da variação linguística, não há uma variedade melhor ou mais correta que outra, seu grau de aceitação relaciona-se aos espaços de poder onde estão inseridas e não a um maior ou menor grau de correção ou adequação.

A partir dessas considerações, seria possível indagar o que é ou qual é o *español estándar* mencionado no *Diccionario panhispánico de dudas*: “(...) español estándar: la lengua que todos empleamos, o aspiramos emplear, cuando sentimos la necesidad de expresarnos con corrección¹³⁷ (...)” (DPD, 2005, Presentación). Qual variedade e que variantes do espanhol goza(m) de suficiente prestígio para ocupar o lugar do *falar bem* em todo o mundo hispânico?

Considerando a realidade da língua espanhola, pode-se concluir que dificilmente há um único centro de prestígio em tantas e tão diferentes sociedades. A língua espanhola vive hoje o que os pesquisadores têm denominado *estandarización policéntrica* (padronização policêntrica), o que indica a existência de vários centros de

¹³⁷ “(...) espanhol padrão: a língua que todos usamos ou aspiramos usar, quando sentimos a necessidade de expressar-nos com correção (...)”.

padronização; a existência na Espanha e na América de diferentes centros de prestígio linguístico determina a sua existência.

(...) esses centros de irradiação de normas de prestígio, na medida em que sua influência geográfica se consolida nos processos de urbanização e alfabetização massiva, são identificados com as grandes cidades. Mas não se trata da “fala da cidade”, extremamente heterogênea, ao menos não da cidade toda. As formas em variação que se consagram como prestigiosas no seu raio de influência correspondem aos usos dos setores de maior peso nos campos cultural e econômico. De cidades como Buenos Aires, Bogotá, México, Lima, Santiago, Caracas ou Madri impõem-se, com grande participação da escola e da mídia, modos de falar regionalmente percebidos como “cultos”, considerando aqui regiões amplas, que em vários casos ultrapassam as fronteiras de um país só. (FANJUL, 2011, p.304)

Portanto, não existe um único *español estándar* e sim vários, e esta é situação linguística do espanhol, uma situação policêntrica.

Para Fanjul, essa situação tem suas raízes em uma série de situações sociolinguísticas situadas historicamente entre o século XIX¹³⁸ e a década de 90 do século XX. O autor vê ainda uma marca da padronização policêntrica inclusive na produção da norma; esta em muitos momentos não esteve a cargo da RAE, mas sim de autoridades da língua (como é o caso de Alarcos Llorach) ou de editoras e da imprensa por meio de seus manuais de estilo.

A política linguística *panhispánica* também festeja a condição policêntrica do espanhol, no entanto, trata-se de uma espécie de *policentrismo feliz*, que reflete uma democracia linguística marcada pela harmonia e pelo respeito mútuo, completamente desvinculada de contextos políticos ou econômicos. No entanto, a etapa policêntrica, afirma Fanjul (2011), reflete uma espécie de equilíbrio desigual entre centros de poder e um modo de existência da desigualdade interna a esses centros. O *policentrismo feliz*, uma das marcas do verdadeiro caráter *panhispánico*, reflete a suposta atuação, *en pie de igualdad*, de todo o mundo hispânico nos destinos da língua.

¹³⁸ Fanjul afirma que a etapa policêntrica da língua espanhola se configura junto com a consolidação dos estados nacionais na América Latina.

Além da promoção da ideia de democracia linguística, é possível fazer um compêndio de outras marcas da política linguística *panhispánica*. Entre elas destacamos os seguintes:

I) Levar os falantes de espanhol à consciência de que pertencem a uma comunidade linguística de prestígio. Em um esforço de autopromoção linguística, a comunidade ibero-americana deve sentir que ocupa um lugar protagônico no mundo globalizado.

II) Fortalecer a crença da excepcional capacidade comunicativa da língua espanhola. Segundo Lagares (2010), essa marca *panhispánica* opera como uma espécie de reformulação das ideias de Menéndez Pidal¹³⁹: o castelhano possui características que fazem dele uma língua mais apta que as outras do ponto de vista comunicativo, dessa forma — enquanto síntese de diversidade — se impõe por si só.

III) Insistir na atuação equilibrada e igualitária de toda a comunidade hispânica em todo e qualquer assunto relacionado à língua espanhola. Como já foi mencionado, na elaboração das obras acadêmicas, a ASALE paulatinamente deixa de ocupar um espaço periférico e passa a protagonizar, ao lado da RAE, a autoria. No entanto, tudo é organizado, decidido e legitimado a partir da Espanha. Na mesma apresentação do DPD que diz que as vinte e duas Academias trabalharam *codo a codo* (lado a lado), encontramos

El texto básico del Diccionario Panhispánico de Dudas fue aprobado el 13 de octubre de 2004, en una sesión plenaria conjunta de la Real Academia Española y de la Asociación de Academias presidida por SS. AA. RR. Los Príncipes de Asturias en el Monasterio de Yuso de San Millán de Cogolla.¹⁴⁰(DPD, 2005, Presentación)

Fanjul (2011) afirma que a Espanha ocupa uma posição tutelar com relação à língua. O autor percebe nesse lugar não um intuito de promover explicitamente uma variedade em detrimento de outras — o que seria inviável —, mas sim o desejo de ocupar uma posição tutelar sobre as variedades. É importante considerar, no entanto, que, ao

¹³⁹ Moreno Cabrera (2011) afirma que as tão celebradas virtudes do castelhano primitivo, oficializadas pela pesquisa de Menéndez Pidal, são um dos mitos do nacionalismo linguístico espanhol.

¹⁴⁰ O texto básico do *Diccionario Panhispánico de Dudas* foi aprovado a 13 de outubro de 2004, em uma sessão plenária conjunta da *Real Academia Española* e da *Asociación de Academias* presidida por SS.AA.RR. os Príncipes de Astúrias no Monastério de Yuso de San Millán de Cogolla.

promover uma determinada norma *panhispánica* como modelo de língua correta e de caráter universal — uma vez que ela é a garantia da coesão linguística e cultural de toda a comunidade ibero-americana —, ocupa-se um espaço de prestígio e, conseqüentemente, de poder. Cabe perguntar o quão *panhispánica* é a norma promovida pela RAE e pela ASALE e em que medida se aplicam as relações de igualdade linguística tão festejadas nos prólogos e apresentações dos instrumentos normativos dessas instituições. Moreno Cabrera (2011) afirma que se a RAE pretende continuar ocupando seu papel dirigente, “(...) es esencial que esa norma panhispánica esté fundamentalmente basada en la norma española peninsular, basada a su vez, en una elaboración de la variedad castellana moderna, aunque eso no se diga explícitamente en la actualidad.”¹⁴¹ (p. 262).

Naturalmente, não se trata de obrigar ninguém a falar de uma maneira ou de outra — e este é um enunciado bastante recorrente nos espaços de circulação do espanhol em diferentes períodos de sua história —, mas a disseminação de um modelo caracterizado como correto e ideal, portanto necessário para qualquer tipo de inclusão, é, por si só, impositiva.

Numa era em que a língua espanhola é vista como *activo económico* e cuja propagação rende lucros inimagináveis, o movimento de ocupar uma posição tutelar e, ao mesmo tempo, de promover determinado padrão, leva a deduzir quem será o destinatário dos lucros mencionados. A antiga *madre pátria* (pátria mãe), após sofrer o desdobramento necessário para se adequar ao mundo contemporâneo, passa a ocupar o papel de gestora da língua e, em uma nova metáfora familiar, em uma espécie de *hermana mayor* (irmã mais velha).

Dessa forma, a política linguística *panhispánica* trata de construir — por meio da ideologia que propaga e das obras que produz — a ideia da existência de um único centro normativo: único, mas marcado por uma diversidade harmônica — *policentrismo feliz*. E é possível observar quão diferente é o policentrismo

¹⁴¹ “(...) é essencial que esta norma *panhispánica* esteja fundamentalmente baseada na norma do espanhol peninsular, baseada por sua vez, em uma elaboração da variedade castelhana moderna, ainda que isto não seja dito explicitamente na atualidade”.

correspondente à situação linguística do espanhol e o *policentrismo feliz* que habita os discursos institucionais sobre a língua a partir dos anos 90. O primeiro de fato reflete a diversidade em sua realização cotidiana e a desigualdade de posições sociais plasmadas na língua, o segundo ampara uma política que alia a necessidade de manutenção da unidade à expansão de uma língua marcada por mitos e representações atraentes para o mercado globalizado. Para observar o deslocamento produzido pela ascensão da política linguística *panhispánica* na era do espanhol como fonte de lucros, é muito ilustrativa a configuração dos grupos de trabalho dos congressos da ASALE: nas suas edições de 1956 a 1989¹⁴², encontramos sempre um grupo de trabalho com o título “Unidad y defensa del idioma español”, já a partir de 1994¹⁴³, este grupo de trabalho é substituído por outro, “Unidad y proyección del idioma español”.

IV) Preservar e garantir a unidade da língua. Na era *panhispánica*, a preservação da unidade da língua continua sendo o eixo das atividades da RAE. Pode parecer paradoxal, pois há décadas desapareceram os discursos ameaçadores da fragmentação e a ideia do policentrismo parece garantir a aceitação — *en pie de igualdad* — de todas as manifestações cultas da língua espanhola, não importa a região onde se realizem. Além disso, como afirma Del Valle (2007 b, p. 93), “la diversidad no solo no es temida sino que es abrazada como un valor, como la mejor protección contra la atomización¹⁴⁴”. O autor explica que em uma mudança radical de paradigma, a diversidade — antes vista como principal agente de uma possível fragmentação — agora é encarada como garantia da tão almejada unidade. Obras como o *Diccionario Panhispánico de Dudas*, ou a *Nueva Gramática de la lengua española*, ao descreverem, prescreverem e fixarem a norma de *todo* o espanhol (não importa onde esteja) estabelece as fronteiras da unidade.

No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua. Tiene, por el contrario, más sentido describir pormenorizadamente las numerosas estructuras

¹⁴² Os congressos da ASALE ocorreram em 1956, 1960, 1964, 1968, 1972, 1976, 1980 e 1989.

¹⁴³ A referência é aos congressos de 1994, 1998 e 2002.

¹⁴⁴ “a diversidade não só não é temida como também é abraçada como um valor, como a melhor proteção contra a atomização.”

que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y mostrar separadas las opciones particulares que pueden proceder de alguna variante, sea del español americano o del europeo. Cuando estas opciones resultan comunes, y hasta ejemplares, en áreas lingüísticas específicas, deben ser descritas como tales. *Obrar de este modo no solo no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye más bien a fortalecerla (...)*¹⁴⁵. (*Nueva Gramática de la lengua española*, 2009, Prólogo: XLII)¹⁴⁶

Não obstante, a repetição incansável dos enunciados sobre a unidade mostra, como afirma Del Valle, certa ansiedade com relação ao tema.

Nueva Gramática de la lengua española (2009):

La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española (...) manifiestan (...) el propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con las observaciones que se formulen y con el estudio más profundo de las materias expuestas, todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español.¹⁴⁷ (Prólogo)¹⁴⁸

Diccionario Panhispánico de Dudas (2005):

Se propone el Diccionario Panhispánico de Dudas aclarar la norma establecida y atender a la vez a lo que algunos lingüistas llaman «norma de realización»; de ahí que oriente también sobre lo no fijado y formule *propuestas guiadas por la prudencia y el ideal de unidad lingüística*.¹⁴⁹ (Presentación)¹⁵⁰.

Diccionario de la Real Academia Española (2001):

¹⁴⁵ “Não é possível apresentar o espanhol de um país ou de uma comunidade como modelo *panhispánico* de língua. Tem, ao contrário, mais sentido descrever pormenorizadamente as numerosas estruturas que são compartilhadas pela maior parte dos hispanoparlantes, precisando sua forma, seu significado, sua estimação social, e mostrar separadas as opções particulares que podem proceder de alguma variante, seja do espanhol americano ou do europeu. Quando estas opções resultam comuns, e até exemplares, em áreas linguísticas específicas, devem ser escritas como tais. Agir deste modo não só não põe em perigo a unidade do espanhol, como também contribui para fortalecê-la.”

¹⁴⁶ O grifo é nosso.

¹⁴⁷ “A *Real Academia Española* e a *Asociación de Academias de la Lengua Española* (...) manifestam (...) o propósito de melhorar e atualizar continuamente esta obra com as observações que se formulem e com o estudo mais profundo das matérias expostas, tudo com o objetivo supremo de servir à unidade do espanhol”.

¹⁴⁸ O grifo é nosso.

¹⁴⁹ “O *Diccionario Panhispánico de Dudas* propõe-se a aclarar a norma estabelecida e, ao mesmo tempo, atender ao que alguns linguistas chamam de <norma de realização>, motivo pelo qual orienta também sobre o não fixado e formula propostas guiadas pela prudência e o ideal de unidade linguística”.

¹⁵⁰ O grifo é nosso.

La Real Academia Española y las veintiuna Academias que con ella integran la Asociación de Academias de la Lengua Española *trabajan mancomunadamente al servicio de la unidad del idioma* tratando de mejorar y actualizar un diccionario de carácter panhispánico.¹⁵¹ (Presentación)¹⁵²

O autor afirma, ainda, que atualmente o temor pela fragmentação não se refere à língua em si, mas à ideologia que a rege. Uma possível alternativa ao *panhispanismo* ou à ideologia da *hispanofonía* que, desde os anos 90 — como se verá nos próximos capítulos — adquiriu um significativo valor econômico e cujo equilíbrio não deve ser perturbado sob ameaça de enormes prejuízos.

Para finalizar este capítulo, convém expor brevemente alguns paradoxos e desigualdades internas que habitam a política — *panhispánica* — e a ideologia — *hispanofonía*.

Em 2012, por ocasião do VII Congresso Brasileiro de Hispanistas¹⁵³, Ignacio Bosque¹⁵⁴ profere uma palestra sobre a *Nueva Gramática académica*, cujo primeiro volume foi publicado em 2009 e o último em 2011. Em sua apresentação, o acadêmico diz que até os anos 90, as gramáticas da RAE tinham como foco o *español da Espanha*, e eram feitas somente algumas referências ao *español americano*. Já a *Nueva Gramática* da RAE não considera o *español americano* como um bloco, aliás, nesta obra, afirma ele, desaparece qualquer intuito de contraposição entre *español da Espanha* e *español da América*, agora substituídos por *español común* e *español diferencial*. Afirma, ainda, que se trata de uma gramática do nosso tempo, e que guarda a marca do *panhispanismo*, em sua opinião a única opção possível atualmente. Nesse sentido, afirma que a *Nueva Gramática* é uma obra *colectiva* e *colegiada*, fruto do trabalho conjunto de todas as Academias de língua espanhola. Sua fala também insiste na existência de uma língua espanhola comum e unificada, e ressalta a missão da RAE e

¹⁵¹ “A Real Academia Española e as vinte e uma academias que integram a Asociación de Academias de la Lengua Española trabalham conjuntamente a serviço da unidade do idioma tratando de melhorar e atualizar um dicionário de caráter panhispánico”.

¹⁵² O grifo é nosso.

¹⁵³ O evento foi promovido e organização pela Associação Brasileira de Hispanistas e pela Universidade Federal da Bahia, em cujo campus ocorreu, em setembro de 2012.

¹⁵⁴ Professor da Universidade Complutense de Madri, membro da RAE desde 1997 e ponente na *Comisión de Gramática* dessa instituição. Organizou e publicou, com Violeta Demonte, a *Gramática descriptiva de la lengua española* em 1999.

das demais Academias de preservar, defender e divulgar tal unidade em uma “declarada gestión democrática de la lengua”¹⁵⁵ (ARNOUX, 2012, texto cedido pela autora).

Pode-se verificar nos discursos sobre os instrumentos normativos no âmbito da política linguística *panhispánica* uma considerável insistência no caráter coletivo do trabalho de codificação, expressa em enunciados bastante frequentes como *acción conjunta, tarea compartida, responsabilidad común, trabajo realizado codo a codo* ou em *pie de igualdad*, ou ainda *trabajar mancomunadamente*.¹⁵⁶ No entanto, um olhar um pouco mais atento logo detecta certa desigualdade nessa igualdade tão insistente. Um exemplo é o fato de a Academia espanhola não aparecer como uma Academia a mais da língua, sem necessidade de destaque ou distinção. Isso fica claro na capa das obras produzidas *codo a codo* (ver anexos 1 e 2), onde o brasão e o nome da RAE aparecem separados do nome e do brasão as ASALE. No caso da *Nueva Gramática* (anexo 1), por exemplo, a RAE aparece no topo, enquanto a ASALE aparece na posição inferior da capa. Ao que parece, a igualdade não é assim tão igual.

O mesmo pode ser detectado no conteúdo das obras. Na mesma ocasião em que Ignacio Bosque faz a apresentação da *Nueva Gramática*, Elvira Narvaja de Arnoux¹⁵⁷ apresenta uma análise da mesma obra em que aponta certas incongruências com a ideologia veiculada. Tal análise se centrou nos prólogos da série — *Nueva Gramática académica* (2009), *Manual* (2010) e *Gramática Básica* (2011) — e também em seu conteúdo, mais especificamente na valoração das formas que definem a descrição dos usos. Por exemplo, na contraposição do que se denomina *lengua común* (como o caso de *delante de él*) e um uso supostamente periférico (como *delante suyo*), o segundo aparece como *construcción rechazada* (construção rejeitada), apesar de a mesma obra afirmar que a construção é usada em muitos países, inclusive na língua escrita e por escritores consagrados. O uso de *rechazada*, apesar dos atenuantes mencionados (língua escrita, escritores consagrados) mostra um desvio da própria definição de

¹⁵⁵ “(...) declarada gestão democrática da língua.”

¹⁵⁶ “(...) ação conjunta, tarefa compartilhada, responsabilidade comum, trabalho realizado ombro a ombro, em pé de igualdade, trabalhar conjuntamente”.

¹⁵⁷ Diretora do *Instituto de Lingüística* e da *Maestría en Análisis del Discurso* da Universidade de Buenos Aires. Responsável na Argentina pela Cátedra UNESCO em *Lectura y Escritura*.

panhispanismo, onde as Academias atuam “desde la conciencia de que la norma del español no tiene um eje único, sino que su carácter es policéntrico” (RAE – *La política lingüística panhispánica*, www.rae.es). Já no caso do tratamento dado ao *leísmo* — fenômeno característico da Espanha e, segundo a própria gramática, poucas vezes registrado em americanos — o termo usado é *no se considera incorrecto* (não se considera incorreto).

La opción de ‘no se considera incorrecto’ frente a ‘es rechazada’ del ejemplo anterior muestra que las valoraciones del centro tienen más peso que las de la periferia a pesar de la frecuencia y del área de dispersión de las formas juzgadas¹⁵⁸. (ARNOUX, 2012, p. 08)

Moreno Cabrera (2011) também chama a atenção para incongruências nos instrumentos normativos *panhispánicos*. O autor menciona especificamente a *Ortografía* da RAE de 1999 que, ao falar da pronúncia da letra /z/ descreve enfaticamente a pronúncia castelhana peninsular central, e somente como observação final menciona que em zonas de *seseo* se pronuncia com o som correspondente a /s/. Se o objetivo é dar ênfase às realizações majoritárias — eixo da tão almejada unidade —, então a pronúncia peninsular central do /z/ deveria ocupar o lugar que de fato lhe corresponde: a de fenômeno de área de realização minoritária.

Não é objetivo deste trabalho analisar o conteúdo dos instrumentos normativos elaborados pela RAE e pelas demais Academias, mas sim apontar brevemente incongruências entre os discursos da política lingüística *panhispánica* e seus produtos, além de mencionar trabalhos realizados nessa área, cuja leitura é muito elucidativa para uma reflexão sobre a atual política lingüística espanhola.

Este capítulo tratou de apresentar uma reconstrução histórica do caminho percorrido pela RAE até o lugar que atualmente ocupa com relação à língua espanhola. Com o apoio e reconhecimento das demais Academias, a espanhola determina, a partir de sua posição de gestora, todas as ações institucionais relacionadas à codificação da

¹⁵⁸“A opção de ‘não se considera incorreto’ frente a ‘é rejeitada’ do exemplo anterior mostra que as valorações do centro têm mais peso que as da periferia apesar da frequência e da área de dispersão das formas julgadas”.

língua, além de desempenhar um papel central também em sua difusão. O fundamento da autoridade das Academias é o predomínio social de uma determinada forma de língua, associada com os estamentos política, cultural e economicamente dominantes das sociedades em que exercem seu papel, afirma Moreno Cabrera (2011), e isso coloca em cena a imposição, mesmo que velada, de determinado padrão. Cabe questionar em que medida o *español general* — estrela da difusão do espanhol como língua estrangeira no mundo globalizado — se encaixa nesse padrão. Cabe questionar também, em que medida o *español general* garante a unidade dentro e fora das fronteiras do mundo hispanoparlante.

Os capítulos 2 e 3 narram a conformação do *habitus* espanhol, em sua relação com a língua. No capítulo 1 se situou, de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu (2003), a noção de campo como espaço de disputas pelo poder sustentado pela ação e relação entre os agentes que interagem dentro dele. Para compreender os agentes, é necessário saber que posição ocupam no campo e tal posição está relacionada, entre outras coisas, a seu *habitus*. A Espanha é um agente que, como diria Bourdieu, *joga o jogo* dentro de um campo linguístico no qual goza de um enorme prestígio, e sua ação nesse jogo é em parte direcionada e determinada por seu *habitus*, e, aqui, talvez seja possível dizer *habitus linguístico*. O *habitus* não é estável nem estático e supõe um certo equilíbrio entre continuidade e mudança, tal como é possível observar em diferentes etapas da história da relação entre a Espanha e a língua espanhola. Entender a conformação desse *habitus* é importante para poder entender ações institucionais e práticas discursivas da Espanha sobre e por meio da língua espanhola, em diferentes espaços e relações de poder.

Ao traçar um paralelo com a Análise do Discurso, ao pensar na conformação de *habitus*, pode-se pensar na conformação de uma formação discursiva, que determinará as condições de exercício da função enunciativa. Em ambos os casos, ações e sentidos são determinados ideologicamente e se conformam, se definem e se redefinem ao longo do tempo e em diferentes espaços.

A partir do que se analisou até aqui, passa-se à análise do contexto de expansão da língua espanhola — contexto econômico e político abordado no capítulo 4 — e das

ações concretas promovidas pela Espanha em sua atual política de expansão linguística
— analisadas no capítulo 5.

Capítulo 4

El español a serviço de lo español



159

Em 2003, um artigo publicado pela revista digital *El Exportador*¹⁶⁰ afirma que durante o *II Congreso Internacional de la Lengua Española* realizado em Valladolid em 2001, economistas e empresários espanhóis e hispano-americanos qualificaram o espanhol como *nuestro petróleo*, “(...) condenando irremediavelmente a la lengua y a la economía a un entendimiento mutuo.”¹⁶¹

O presente capítulo tem como objetivo analisar tal entendimento e situar a política linguística espanhola no contexto mercantil no qual vem se desenvolvendo desde as últimas décadas do século XX.

Assim como em vários eventos relacionados à língua, mas com um propósito bem diferente, aqui os economistas ganharão voz e, a partir de suas falas, este capítulo tratará de situar o grande motor da expansão do espanhol como língua internacional.

O entendimento mútuo ao que se refere o periódico do ICEX parece funcionar bastante bem, ao menos nos espaços em que é divulgado. Nas últimas décadas,

¹⁵⁹ Ilustração de Rubén A. Martínez. Disponível em <<http://www.diariodealcala.es/articulo/general/2311/el-ladrillo-ha-muerto-viva-el-idioma>>. Acesso: 27/5/2013.

¹⁶⁰ Revista do ICEX – *España Exportación e Inversiones (Instituto Español de Comercio Exterior)*.

¹⁶¹ “(...) condenando irremediavelmente a língua e a economia a um entendimento mútuo”. Disponível em <http://www.el-exportador.com/022003/imprimir/mercados_estrategias.htm>. Acesso 27/5/2013.

segundo a imprensa, a língua espanhola e o dinheiro são grandes amigos. Mas não é somente a imprensa que canta esses amores, seus reflexos aparecem em diferentes pontos do contexto glotopolítico do espanhol. Por exemplo, em junho de 2012, dois economistas competiam por um lugar na *Real Academia Española*. José Luis García Delgado, diretor do projeto “El valor económico del español”¹⁶², série de dez volumes publicados pela *Fundación Telefónica*, todos eles dedicados à importância da língua espanhola para a economia; e José Terceiro Lomba, especialista na revolução digital; se candidataram para concorrer ao *sillón f*, vago desde 2011 devido ao falecimento de um acadêmico (Luis Ángel Rojo, também economista). O vencedor da contenda foi José Terceiro Lomba, que comemorou afirmando “Ahora veo colmadas todas mis aspiraciones con el ingreso en la que considero una de las instituciones más importantes y de la que me gusta, especialmente, su apellido: española.”¹⁶³

Para além da intimidade com a que o mundo da economia circula pelos corredores de uma instituição cujo caráter é, ao menos em teoria, puramente linguístico, a exaltação nacionalista de Terceiro Lomba incita a análise do despertar da relação que a Espanha estabelece entre *sua* língua e *sua* economia. Sim, porque como se verá ao longo deste capítulo, apesar de que em todo o mundo hispânico ecoe de forma retumbante o *espanhol é nosso petróleo*, quem dirige sua extração, suas refinarias — por seguir dentro da metáfora amplamente propagada — e, conseqüentemente, seus lucros é a Espanha.

Para um melhor entendimento dessas relações, é necessário um breve percurso pela economia espanhola. Grande parte das informações apresentadas aqui foram extraídas do artigo “Una, grande y esencialmente uniforme. La RAE en la conformación y expansión de la ‘lengua común’” (2011) de Silvia Senz, cuja leitura é muito elucidativa

¹⁶² De acordo com a apresentação do projeto de pesquisa no site da *Fundación Telefónica*, seus objetivos são: quantificar o impacto nas economias dos países que tem o espanhol como língua oficial todas as atividades produtivas que têm a língua como suporte e criar opinião sobre a importância e o caráter estratégico da língua espanhola enquanto *activo intangible*. Disponível em <http://www.fundacion.telefonica.com/es/que_hacemos/conocimiento/publicaciones/vee/index.htm>. Acesso 27/05/2013.

¹⁶³ “Agora vejo completas todas as minhas aspirações com o ingresso na que considero uma das instituições mais importantes e da qual o que mais me agrada é o sobrenome: espanhola” Disponível em <<http://www.lne.es/sociedad-cultura/2012/06/15/economista-jose-terceiro-sustituye-luis-angel-rojo-sillon-f-rae/1257038.html>>. Acesso 16/8/2012.

para compreender, em uma expressão bastante coloquial, *por dónde van los tiros* (qual é a direção dos ventos).

Segundo a autora, as últimas décadas são marcadas por um programa expansivo do espanhol que, entre outras medidas, trata de identificar as áreas que definem o atrativo de uma língua nos mercados mundiais da era global, tais como peso demográfico, extensão territorial, número de falantes nativos e não nativos, peso econômico, produção e difusão culturais, equipamentos linguísticos, presença na diplomacia e na comunicação internacional, presença na educação (nacional e internacional), presença nos meios de comunicação e informação etc. Após a identificação dessas áreas, é preciso analisar a presença do espanhol nelas e a capacidade da Espanha de penetrá-las ou de incrementar sua posição. Tal programa de expansão linguística está diretamente relacionado ao trajeto político e econômico desse país a partir da década de 1980. Programa e trajeto mostram, segundo Senz, a constância da velha certeza de que a Espanha pode recuperar e ampliar suas posições no mundo com base em seu passado expansivo.

No final da década de 1980, após a transição para o governo democrático, a imagem internacional da Espanha, assim como seu perfil político-econômico, mudam drasticamente. Apesar da persistência de conflitos internos, o terreno já é propício para empreender a expansão linguística do espanhol. Nessa mesma década, a Espanha ingressa em estruturas supranacionais — OTAN, 1982 e União Europeia (UE), 1986 — o que a tira do isolamento do período franquista e a recoloca no cenário internacional.

Apesar de sua relação com as antigas colônias passar por uma fase de pouca vitalidade — herança de um *panhispanismo* reacionário promovido durante o franquismo — é essa relação — os *laços* com a América Latina — o argumento usado nas negociações para seu ingresso na UE: a Espanha afirmava que poderia ser a ponte entre a América Latina e a Europa. Contudo havia obstáculos significativos. Os vínculos entre a Espanha e a América eram fundamentalmente culturais e históricos, não havia, em nenhum dos casos, os necessários componentes econômico e político-institucional presentes, por exemplo, nos vínculos que uniam Inglaterra e França a algumas de suas ex-colônias. Sendo assim, do ponto de vista prático, a Espanha não poderia desempenhar o papel

que almejava e ser o eixo entre Europa e América Latina. Para que isso acontecesse, era preciso que

(...) emprendiera una labor encaminada a la materialización de sus vínculos con Latinoamérica, contando con el apoyo de otros socios europeos igualmente interesados, como Portugal. De este modo, no sólo preservaba e incluso potenciaba sus señas de identidad, fundamentadas en la lengua castellana y favorecidas por su proyección, sino que esperaba garantizarse el mejor papel posible en el mundo.¹⁶⁴ (SENZ, 2011, p. 05)

No final da década de 1980 tem início na Espanha o processo de internacionalização que permitirá sua inserção, com condições competitivas, no contexto econômico mundial e, conseqüentemente, na comunidade europeia. No início dos anos 90, após explorar alguns mercados em expansão como os EUA, a Espanha volta suas atenções para aquele que ainda considerava seu *mercado natural*: a América Latina. Um pequeno grupo de empresas espanholas e alguns grupos bancários, todos com apoio do Estado, apostam em uma estratégia de investimentos diretos na América que, mais tarde, permitiria sua liderança em seus respectivos setores de atividades. Assim, surgem no horizonte hispano-americano Repsol, Telefónica, Iberia, Mapfre, Iberdrola, Editora Santillana, Grupo Planeta, Banco Santander, BBVA e outros.

O balanço dos investimentos na América Latina é positivo para as empresas e para a economia espanhola. Em seu momento, a expansão fortaleceu a economia. Em 2008, por exemplo, o investimento na América Latina supôs aproximadamente um terço do investimento exterior da Espanha. Para as corporações que se lançaram à aventura transatlântica, os investimentos na América se tornaram um elemento essencial para o processo de internacionalização: a experiência americana permitiu que adquirissem experiência e estrutura para ampliar a expansão internacional.

Não é possível fazer a mesma avaliação da contrapartida para os países hispano-americanos. Se por um lado se afirma que o desembarque das empresas espanholas supôs uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico e para a

¹⁶⁴ "(...) empreendesse um trabalho dirigido à materialização de seus vínculos com a América Latina, contando com o apoio de outros parceiros europeus igualmente interessados, como Portugal. Deste modo, não só preservava e inclusive potencializava seus sinais de identidade, fundamentados na língua castelhana e favorecidos por sua projeção, como também, esperava que se garantisse o melhor papel possível no mundo".

estabilização da democracia em muitos países, por outro se avalia a presença espanhola como um movimento de recolonização que traz consigo ingerência em assuntos estatais regionais, exploração da força de trabalho local e oferta de produtos e serviços de qualidade por vezes questionável.

Do ponto de vista linguístico, a presença de empresas espanholas na América Latina é um fato muito significativo.

Teniendo en cuenta que parte del negocio desarrollado por las transnacionales españolas se valía, además, del elemento común que es el castellano, calibrar el potencial del mercado lingüístico que se les presentaba fue una prioridad¹⁶⁵ (...). (SENZ, 2011, p. 6)

E essa prioridade se manifesta por meio de uma ampla série de ações. Uma delas é o surgimento de uma linha de pesquisa com incontáveis publicações que trata de explicar didaticamente o papel da língua no desenvolvimento econômico e no fortalecimento da política exterior. Vale retomar, a título de exemplo, o projeto de José Luis García Delgado patrocinado pela *Fundación Telefónica*. García Delgado é autor, junto com José Antonio Alonso e Juan Carlos Jiménez, do segundo volume da coleção¹⁶⁶: *Economía del español. Una introducción*, publicado em 2007. Como mostra do didatismo dedicado à relação entre língua e economia, apresentam-se aqui algumas poucas partes da obra mencionada.

Os autores iniciam explicando por que a pesquisa sobre a relação entre língua e economia ganha força e apontam que uma língua que facilita as relações internacionais tem sua dimensão econômica incrementada graças ao avanço da globalização e a uma maior demanda de produtos culturais, entre outras coisas. É o

¹⁶⁵ “Levando-se em conta que parte do negócio desenvolvido pelas multinacionais espanholas se valia, além disto, do elemento comum que é o castelhano, calibrar o potencial do mercado linguístico que aí se apresentava foi uma prioridade (...).”

¹⁶⁶ A coleção “El valor económico del español” conta com os seguintes volumes: *El español en las relaciones internacionales* (2012); *El español en los flujos económicos internacionales* (2011); *Economía de las industrias culturales en español* (2011); *Lengua y Tecnologías de la Información y las comunicaciones* (2010); *El español en la red* (2010); *EMIGRACIÓN Y LENGUA. El papel del español en las migraciones internacionales* (2010); *Las Cuentas del Español* (2009); *La economía de la enseñanza del español como lengua extranjera* (2009); *Economía del español. Una introducción* (2007); *Atlas de la lengua española en el mundo* (2007).

caso do espanhol. Como língua de comunicação internacional, sua relação com a economia está, segundo os autores, marcada pelas seguintes circunstâncias:

1) o rápido crescimento do número de falantes (como língua materna e como língua estrangeira);

2) o atual episódio de internacionalização da língua dentro da perspectiva da mundialização da economia e da informação, neste caso, a abertura das economias ibero-americanas e a *formidable* (termo dos autores) internacionalização empresarial espanhola. Apontam como episódios anteriores de internacionalização da língua espanhola: a) a convergência de reinos que dá lugar ao espanhol como *koiné* na Península Ibérica; b) a expansão imperial hispânica na América e na Europa; c) o fato de o espanhol ser a língua comum das jovens nações americanas após as independências;

3) a Espanha e os demais países hispanoparlantes (*países titulares de esa propiedad mancomunada*, como afirmam), de um modo geral, entram no século XXI com um contexto que une democracia e crescimento econômico, união esta bastante nova para muitos deles. E o espanhol, língua homogênea, potencializa a atividade econômica e mercantil dessas economias abertas e internacionalizadas;

4) o papel *vertebrador* da língua espanhola na comunidade hispânica de nações. E aqui os autores se referem a aspectos econômicos, sociais e políticos, como o avanço das multinacionais espanholas na América Latina facilitado pela língua comum, os fluxos migratórios de americanos na Espanha e os programas espanhóis de cooperação e desenvolvimento na América. E também se referem a aspectos político-linguísticos, como a *política lingüística panhispánica* e a liderança exercida pela *Real Academia Española*, a criação do Instituto Cervantes e a ação conjunta de ambas as instituições, que por meio dos *Congresos Internacionales de la Lengua Española* criaram “(...) un escaparate excepcional para proyectar socialmente su voluntad de preservar la ‘unidad

en la variedad' del condominio lingüístico que es el español"¹⁶⁷ (GARCÍA DELGADO; ALONSO ; JIMÉNEZ, 2008, p. 21).

5) Finalmente os autores mencionam o déficit do espanhol como língua técnica da informática e da ciência, e apontam esta carência como fator positivo no sentido de concentrar mais esforços para resolvê-la.

A obra segue com capítulos como “Naturaleza económica de la lengua” ou “El valor económico del español: la necesidad y la posibilidad de medir”. É possível observar, nas explicações dos autores, como o trajeto econômico espanhol na América se explica por meio da língua. Ao estabelecer tal relação, a presença espanhola na América Latina se transforma — de forma conveniente — em algo não só natural, mas também inevitável. Tudo se explica, se esclarece e se justifica na língua e pela língua. Assim, fica claro que política linguística e política de relações exteriores, ambas políticas de Estado da Espanha, se relacionam de forma intrínseca. E essa relação, atual realidade da língua, em alguns casos dá nova vida a imagens antigas relacionadas ao espanhol e, em outros casos, produz novas imagens da língua diretamente relacionadas às condições contemporâneas das sociedades nas que ela cumpre uma significativa função comunicativa, econômica e política, como afirma José del Valle (2007a). O mesmo autor detecta — como já foi mencionado em capítulos anteriores — um sistema linguístico ideológico que produz e reproduz uma ordem de relações culturais e econômicas que depende, por um lado, da união de raiz colonial entre América e Espanha e, por outro, da dinâmica dos mercados nacionais e internacionais no mundo globalizado.

Dentro dessa mesma ação que cria uma linha de pesquisa relacionando língua e economia, observa-se a massiva inserção de assuntos econômicos nos *Congresos Internacionales de la Lengua Española* (CILE), promovidos pelo Instituto Cervantes. Apesar de contar sempre com especialistas em temas linguísticos e literários, os CILE¹⁶⁸

¹⁶⁷ “(...) uma vitrine excepcional para projetar socialmente sua vontade de preservar a ‘unidade na variedade’ do condomínio linguístico que é o espanhol”.

¹⁶⁸ Os *Congresos Internacionales de la Lengua Española* não permitem inscrições para apresentação de trabalho, a única possibilidade é a participação como ouvinte. Só falam os convidados pela organização do evento.

não têm como objetivo a apresentação de pesquisas relacionadas às ciências da linguagem, mas sim ser um evento de propaganda que, com a ajuda da imprensa, difunde representações da língua marcadas por qualidades inimagináveis. Nos CILE a língua é *patria común, nuestro petróleo* e seu avanço é *imparable*.

Nessa perspectiva, é muito representativo o *II Congreso Internacional de la Lengua Española*, realizado em Valladolid em 2001, que contou com quarenta apresentações¹⁶⁹ — entre comunicações, conferências e plenárias — que se referiam à relação entre língua e economia, muitas delas com o caráter didático mencionado há alguns parágrafos. Esse caráter tem explicação: é preciso criar um ambiente propício, do ponto de vista teórico, para a propagação e consequente aceitação de uma determinada ideologia linguística. Grandes eventos e personagens conhecidos e respeitados em suas áreas são imprescindíveis. Novamente, cabe retomar as palavras de García Delgado e Alonso, aqui em sua comunicação “La potencia económica de un idioma: una mirada desde España”¹⁷⁰.

A comunicação estabelece um paralelo entre a língua e os bens públicos. Segundo os autores, ela — a língua — guarda uma série de características do bem público: não é

¹⁶⁹ “La potencia económica de un idioma: una mirada desde España”; “Importancia económica del español en Brasil”; “El español como recurso turístico: el turismo idiomático”; “El ICEX y el español como recurso económico”; “El idioma español en el mundo de los negocios”; “La comunidad hispana y las telecomunicaciones en EE.UU.”; “El español como base del desarrollo económico”; “La potencia económica de un idioma: una mirada desde España”; “Importancia económica del español en Brasil”; “La industria del español: presentación”; “El español como lengua extranjera en las universidades españolas”; “El español como recurso económico: anatomía de un nuevo sector”; “El español como recurso económico en Francia (una aproximación desde el marketing)”; “La enseñanza del español como lengua extranjera en Europa: cifras de la situación actual y manifestaciones de los estudiantes”; “El activo del español en el Instituto Cervantes: cursos y diplomas”; “Industria y didáctica del español lengua extranjera”; “Reflexiones desde la perspectiva turística: el turismo idiomático”; “Presencia de la lengua española en el mundo y en Japón”; “La enseñanza del español a extranjeros en la Argentina”; “La enseñanza del español en los programas de la Universidad de California en países hispanohablantes”; “Una década de inversiones españolas en América Latina (1990-2000). El idioma como ventaja competitiva”; “La industria del español como lengua extranjera en los EE.UU.”; “Estudiantes estadounidenses en el mundo: los programas de estudio de español y su repercusión económica”; “La enseñanza de la lengua española en los niveles de educación primaria y secundaria del sistema escolar de EE.UU.”; “La enseñanza del español en México. Una industria en potencia”; “Puentes y Fronteras, el español como forma de contacto”; “[La enseñanza de E/LE en los EE.UU.: cantidad y calidad](http://congresosdelalengua.es/valladolid/default.htm)”. Disponível em <<http://congresosdelalengua.es/valladolid/default.htm>> Acesso 30/5/2013.

¹⁷⁰ Disponível em <http://congresosdelalengua.es/valladolid/mesas_redondas/garcia_j.htm>. Acesso: 14/5/11.

excludente¹⁷¹ — no sentido de que todos podem usá-la —, não produz rivalidades em si, e o potencial dos serviços por ela proporcionados se amplia à medida que aumenta o número de seus usuários.

Enquanto bem, a língua deve, segundo os autores, ser objeto de cuidado e promoção; “(...) la tarea de engrandecer un idioma si tiene un indudable interés cultural, tiene también un muy destacado interés económico”¹⁷² (GARCÍA DELGADO; ALONSO, 2001, p.02), afirmam. Para melhor ilustrar o mencionado interesse, os autores descrevem o que consideram as quatro funções econômicas da língua:

1) A língua como mercado. Referem-se aqui ao ensino do idioma como atividade comercial — carro chefe de toda a atividade do espanhol enquanto recurso econômico —, ou seja, o ensino da língua e o treino de seu uso. Dessa forma, o idioma se materializa em um conjunto de bens necessários para o processo de aprendizagem (livros, dicionários, material didático em geral) e em serviços relacionados ao seu ensino (escolas, professorado, turismo linguístico etc.). Segundo os autores, essa função depende diretamente da dimensão internacional do idioma em questão e de quanta utilidade lhe é atribuída no âmbito da comunicação internacional, uma vez que o que está em jogo é a promoção do idioma como língua estrangeira. Delgado e Alonso (2001, p.2) afirmam que trata-se de “(...) una demanda que va a estar influida por la capacidad creativa, la influencia económica y política y la ascendencia intelectual de la comunidad lingüística en cuestión”¹⁷³.

2) A indústria cultural (a língua como suporte de criação). Referem-se à literatura, à música, ao cinema, ao teatro e inclusive aos meios de comunicação e à difusão intelectual e científica, ou seja, todo o âmbito criativo que tem a língua como suporte básico. Os autores afirmam que essa função serve ao mercado interno, seus consumidores são basicamente aqueles que têm o espanhol como língua materna. No

¹⁷¹ Obviamente, uma análise sociolinguística centrada na variação linguística derrubaria tal definição, no entanto, o objetivo aqui não é discutir os conceitos oriundos da economia, e sim tentar entender qual é o seu papel na atual política linguística espanhola.

¹⁷² “a tarefa de engrandecer um idioma, se possui um indubitável interesse cultural, possui também um importante interesse econômico”.

¹⁷³ “(...) una demanda que será influenciada pela capacidade criativa, influência econômica e política e a ascendência intelectual da comunidade lingüística em questão”.

entanto, é possível observar que a indústria cultural também contribui, dentro dos limites de seu alcance, na difusão internacional do idioma e tem sua importância nos processos que levam ao consumo do idioma ou o completam.

3) A língua e os custos de transação. Os autores afirmam que se trata de um dos benefícios econômicos da língua mais significativos e menos explorados. Refere-se à redução dos custos de transação graças ao *medio de comunicación compartido* (meio de comunicação compartilhado) entre as partes envolvidas. Assim, no mundo dos negócios, pertencer a uma mesma comunidade idiomática supõe uma economia considerável, e não apenas no que se refere aos gastos com tradutores e intérpretes, mas ao papel central que a língua tem na geração de valores, hábitos e perspectivas institucionais compartilhadas. Assim, a presença de uma língua comum constitui um mecanismo poderoso nos processos de internacionalização econômica.

España, sin duda, confirma esta hipótesis: la internacionalización de la empresa española comenzó, y de manera muy señalada, en el ámbito de Iberoamérica y de Portugal, los dos escenarios con los que nuestro país tiene mayor cercanía lingüística y cultural.¹⁷⁴ (p. 4)

Em outro nível disso, que pode-se chamar de manejo linguístico, mas ainda com o mesmo perfil, é possível situar a promoção de uma variedade neutra nos meios de comunicação internacional. Como já apontava López Morales (2006), um dos motores da globalização lexical é a economia que supõe dispensar revisores e corretores no intercâmbio de notícias internacionais.

4) A língua enquanto identidade comum. Aqui os autores se referem à língua como elemento básico de identidade coletiva — “(...) la lengua es la más poderosa y eficaz imagen de marca de un colectivo.”¹⁷⁵ —, ideia que tem sido usada como um dos pilares da *hispanofonía (lengua como patria común)*, e que promete um desenvolvimento conjunto e igualitário para todos os membros da comunidade. No entanto, ao se deslocar para o mundo das cifras, a *hispanofonía*, assim como a política

¹⁷⁴ “A Espanha, sem dúvida, confirma esta hipótese: a internacionalização da empresa espanhola começou, e de maneira muito determinante, no âmbito da Iberoamérica e de Portugal, os dois cenários com os que nosso país tem maior proximidade linguística e cultural”.

¹⁷⁵ “(...) a língua é a mais poderosa e eficaz imagem de marca de um coletivo”.

linguística *panhispánica*, terão que enfrentar paradoxos de difícil transposição. O discurso da inclusão sofre baixas significativas quando aplicado ao mundo do dinheiro.

Ainda dentre as ações que marcam a exploração do mercado linguístico surge outro personagem, Óscar Berdugo, responsável pela criação da *Asociación para el Progreso del Español como Recurso Económico*, em 1996. Tal instituição tinha como objetivo funcionar como ponto de encontro e articulação para diferentes setores da economia espanhola que têm a língua como principal ferramenta de trabalho.

La idea que subyace en el concepto «Español como Recurso Económico» es la de buscar puntos de encuentro entre los diferentes sectores de ese conglomerado de actividades, ofrecerles servicios comunes, establecer planes de promoción y comercialización conjuntos, buscar estrategias unificadoras y, en definitiva, fomentar la madurez de esas empresas y la creación de un tejido empresarial más sólido.¹⁷⁶ (BERDUGO, 2001, p. 1)

Aqui, a leitura contemporânea dos conceitos *el español* e *lo español* ganha vida. A promoção e expansão da língua espanhola — *el español* — que já não é somente uma língua, mas sim um setor que representa uma marca de identidade, levará à expansão de outros setores que se relacionam com ela — *lo español* ou *Marca España* — em um maior número de mercados. Ou seja, a internacionalização de empresas espanholas está diretamente relacionada à expansão de sua língua e de sua cultura, como já apontavam Delgado e Alonso (2001) em suas funções econômicas da língua. O contato e a aquisição de *el español* leva à formação de uma imagem positiva de todo *lo español*, o que acarreta a entrada de inúmeros produtos e serviços em inúmeros mercados¹⁷⁷. Para que isso se transforme em realidade, uma complexa maquinaria foi elaborada e posta em funcionamento. Uma das estratégias da promoção da *Marca España* é envolver instituições de prestígio, como a Coroa e celebridades

¹⁷⁶ “A ideia que subjaz no conceito ‘Espanhol como Recurso Econômico’ é a de buscar pontos de encontro entre os setores deste conglomerado de atividades, oferecer-lhes serviços comuns, estabelecer planos de promoção e comercialização conjuntos, buscar estratégias unificadoras e, definitivamente, fomentar a maturidade dessas empresas e a criação de um tecido empresarial mais sólido”.

¹⁷⁷ “Y es que en la actualidad, casi 500 millones de personas hablan español, lo que a ojos del mercado les convierte en 500 millones de posibles clientes.” “É que atualmente quase 500 milhões de pessoas falam español, o que aos olhos do mercado se transforma em 500 milhões de possíveis clientes”. (“El ladrillo ha muerto, viva el idioma”, *Diario de Alcalá*, 12/4/10, disponível em <<http://www.diariodealcala.es/articulo/general/2311/el-ladrillo-ha-muerto>>. Acesso 12/5/2011).

internacionais¹⁷⁸, em um movimento que trata de elevar a imagem espanhola não só no exterior, mas também internamente.

De acordo com seu site oficial,

Marca España es una **política de Estado**, cuya eficacia reside en el largo plazo. La garantía de la continuidad del proyecto Marca España es que nazca y se desarrolle fruto del **consenso**, por encima de cambios políticos.

Su objetivo es **mejorar la imagen de nuestro país**, tanto en el interior como más allá de nuestras fronteras, en beneficio del bien común. En un mundo global, una **buena imagen-país** es un activo que sirve para respaldar la posición internacional de un Estado política, económica, cultural, social, científica y tecnológicamente¹⁷⁹. (www.marcaespana.es)

O mesmo site se refere à língua como *una gran familia*. Nessa perspectiva, a língua ganha um papel crucial e uma enorme responsabilidade, afinal, de acordo com a ideologia propagada, tudo se concentra nela. De acordo com Senz (2011) é fundamental estabelecer uma relação entre a *Marca España (lo español)* e a língua espanhola (*el español*) enquanto conceito globalizador, uma vez que o prestígio mundial que se quer alcançar se encontra com mais facilidade no patrimônio histórico e cultural do que na realidade empresarial, ela se projeta por meio desse patrimônio. Isso explica o empenho, segundo a autora, de sucessivos governos em fomentar uma política de projeção exterior fundamentada na língua.

El diseño de una estrategia de marca país que impulse y defina en los mercados internacionales la política española de exportaciones y de promoción cultural y lingüística se ha basado en la línea habitual del nuevo hispanoamericanismo: mostrar al mundo una identidad compacta fundamentada en la lengua española y en la cultura hispánica, acogiendo, al mismo tiempo, la necesaria dosis de

¹⁷⁸ Um claro exemplo é a nomeação de personalidades como Pau Gasol (jogador de basquete) e Margarita Salas (pesquisadora e acadêmica) como embaixadores honorários da *Marca España* em cerimônia presidida pelo Príncipe de Astúrias.

¹⁷⁹ “Marca España é uma **política de estado**, cuja eficácia reside no longo prazo. A garantia da continuidade do projeto *Marca España* é que nasça e se desenvolva fruto do **consenso**, além de mudanças políticas. Seu objetivo é **melhorar a imagem de nosso país**, tanto no interior como mais além de nossas fronteiras, em benefício do bem comum. Em um mundo global, uma **boa imagem-país** é um ativo que serve para respaldar a posição internacional de um estado política, econômica, cultural, social, científica e tecnológicamente”. Disponível em <<http://marcaespana.es/es/quienes-somos/que-es-marca-espana.php>>. Acesso 30/5/2013.

diversidad interna que permita ofrecer al exterior una imagen democrática y progresista.¹⁸⁰ (SENZ, 2011, p. 11)

É nesse sentido que funciona a *Asociación para el Progreso del Español como Recurso Económico*, que hoje funciona por meio da *Eduespaña*, cujo objetivo primordial é “(...) promocionar la educación internacional en España y muy especialmente la enseñanza de español para extranjeros”¹⁸¹. Junto com a Universidade de Alcalá de Henares, emite o *Certificado de Calidad en la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera* (CEELE) que supostamente “(...) garantiza el cumplimiento de una serie de criterios reconocidos internacionalmente por parte de los centros especializados en la enseñanza del español para extranjeros”¹⁸² por meio supervisão realizada pela Universidade de Alcalá. *Eduespaña* também colabora com a *Secretaria de Estado de Comercio Exterior*, que depende do *Ministerio de Comercio y Turismo* da Espanha. Ligado ao mesmo ministério, surge outro personagem de importância fundamental na projeção internacional do espanhol, o *Instituto Español de Comercio Exterior* – ICEX, instituição pública espanhola cujo objetivo é “(...) promover la internacionalización de las empresas españolas para contribuir a su competitividad y aportar valor a la economía en su conjunto”¹⁸³.

Entre as linhas de atuação do ICEX, encontramos “(...) mejorar el conocimiento e imagen en el exterior de los bienes y servicios españoles”¹⁸⁴. E aqui *el español, sector estratégico*, entra em ação. Considerada por alguns o maior ativo econômico que a Espanha possui, a língua espanhola e os produtos e serviços a ela relacionados ocupam papel de destaque. Estudos realizados em 2008 mostram que os setores de atividade e

¹⁸⁰ “O esboço de uma estratégia de marca país que impulsione e defina nos mercados internacionais a política espanhola de exportações e de promoção cultural e lingüística baseou-se na linha habitual do novo hispano-americanismo: mostrar ao mundo uma identidade compacta fundamentada na língua espanhola e na cultura hispânica, acolhendo ao mesmo tempo, a dose necessária de diversidade interna que permita oferecer ao exterior uma imagem democrática e progressista”.

¹⁸¹“(…) promover a educação internacional na Espanha e muito especialmente o ensino de espanhol para estrangeiros”. Disponível em <http://www.eduespa.org/quienes_somos.asp>. Acesso 20/5/2011.

¹⁸²“(…) garante o cumprimento de uma série de critérios reconhecidos internacionalmente por parte dos centros especializados no ensino do espanhol para estrangeiros”. Disponível em <http://www.eduespa.org/certificado_ceelesp.asp>. Acesso 30/5/2013.

¹⁸³“(…) promover a internacionalização das empresas espanholas para contribuir com sua competitividade e acrescentar valor à economia em seu conjunto” Disponível em <http://www.icex.es/icex/cda/controller/pageICEX/0,6558,5518394_5593051_5711547_0_0_-1,00.html>. Acesso 20/5/2011.

¹⁸⁴“(…) melhorar o conhecimento e imagem no exterior dos bens e serviços espanhóis”.

comércio relacionados diretamente com a língua geravam, para a economia espanhola naquele momento, aproximadamente 10% do PIB, cifra que subia para 15% se considerados os setores não diretamente relacionados à língua. Essas cifras foram amplamente divulgadas e alardeadas pela mídia e a língua espanhola ganhou força em seu papel de grande máquina de fazer dinheiro. No entanto, um olhar mais atento por trás das manchetes de jornal aponta que há problemas no maravilhoso mundo das cifras. Senz (2011) afirma que a blindagem dos meios de comunicação mantém a imagem da indústria da língua imaculada e veta notícias relacionadas, por exemplo, às más condições de trabalho nas sedes do Instituto Cervantes, ou tentativas de ingerência em sistemas educativos de outros países, ou ainda à dificuldade de montar e gerir cursos de idiomas para estrangeiros de qualidade sem o apoio da máquina oficial. Mas graças às engrenagens dessa máquina, a ideia do espanhol como recurso econômico continua ganhando força e é usada na criação e manutenção de um referente cultural — *lo español* — baseado na língua — *el español*. É importante observar ainda que a noção de recurso econômico é explorada como via de mão dupla: não ganha somente aquele que comercializa a língua, mas também aquele que a adquire. Quem vende a língua fica com o lucro, quem compra ganha a possibilidade de lucrar.

Outra instituição de suma importância nessa maquinaria é o Instituto Cervantes - IC. Criado em 1991 para difusão da língua e da cultura — mais uma ação no projeto de expansão do mercado linguístico —, o Cervantes é talvez a instituição que melhor transita entre o mundo da língua e o das ciências econômicas: na engrenagem da política linguística espanhola, ele é o eixo entre a língua (e seus produtos) e o dinheiro. Seus objetivos estão centrados na promoção linguística sem menção explícita à contrapartida econômica:

Objetivos y funciones

- Organizar cursos generales y especiales de lengua española, así como de las lenguas cooficiales en España.
- Expedir en nombre del Ministerio de Educación y Ciencia los Diplomas de Español como Lengua Extranjera (DELE) y organizar los exámenes para su obtención.
- Actualizar los métodos de enseñanza y la formación del profesorado.

- Apoyar la labor de los hispanistas.
- Participar en programas de difusión de la lengua española.
- Realizar actividades de difusión cultural en colaboración con otros organismos españoles e hispanoamericanos y con entidades de los países anfitriones.
- Poner a disposición del público bibliotecas provistas de los medios tecnológicos más avanzados. (www.cervantes.es 25/5/11)¹⁸⁵

No entanto, possui um *Círculo de Amigos* que se define da seguinte forma:

El *Círculo de Amigos* del Instituto Cervantes es un órgano integrante del Instituto Cervantes que nace con el objetivo de crear alianzas estratégicas estables para aportar recursos económicos y mayor visibilidad a la institución y a las empresas y entidades «amigas», así como contribuir a su mejor posicionamiento en España y en el mundo.

De este modo, con el *Círculo de Amigos*, el Instituto Cervantes crea un espacio de interés común en el que establecer relaciones que resulten en beneficio mutuo para todos aquellos que entendemos la lengua española y la cultura hispana como un activo cultural con gran valor económico en un mundo global.¹⁸⁶

Entre os *amigos*, encontram-se aquelas primeiras empresas e corporações que se aventuraram na internacionalização americana na década de 1990: Telefónica, Iberia, Santander e Iberdrola.

O IC trabalha arduamente na construção de uma imagem relacionada ao espanhol que nada tem a ver com as tradicionais sevilhanas, *paellas* e touros. No IC a Espanha é moderna, despojada, atraente e globalizada. Suas instalações e os eventos que promove são prova cabal dessa mudança de imagem. Dentro da perspectiva da *hispanofonia*, que tem como elemento nuclear a língua como lugar de encontro e

¹⁸⁵ Objetivos e funções: - organizar cursos gerais e especiais de língua espanhola, como também das línguas co-oficiais na Espanha; - expedir, em nome do MEC, os Diplomas de Español como Lengua Extranjera (DELE) e organizar os exames para sua obtenção; - atualizar os métodos de ensino e a formação do professorado; - apoiar o trabalho dos hispanistas; - participar em programas de difusão da língua espanhola; - realizar atividades de difusão cultural em colaboração com outros organismos espanhóis e hispanoamericanos e com entidades de países anfitriões; - colocar à disposição do público bibliotecas equipadas com os meios de tecnologia mais avançados.

¹⁸⁶ O *Círculo de Amigos* do Instituto Cervantes é um órgão integrante do IC que nasce com o objetivo de criar alianças estratégicas estáveis para contribuir com recursos econômicos e maior visibilidade à instituição e às empresas e entidades “amigas” assim como contribuir para seu melhor posicionamento na Espanha e no mundo. Deste modo, com o *Círculo de Amigos*, o IC cria um espaço de interesse comum em estabelecer relações que resultem em benefício mútuo para todos aqueles que entendemos a língua espanhola e a cultura hispânica como um ativo cultural com grande valor econômico em um mundo global”. Disponível em <<http://www.circulocervantes.es/quees.htm>>. Acesso 01/6/2013.

comunhão, o IC almeja ocupar um lugar destacado, e ao menos dentro de sua própria propaganda, “ha conseguido convertirse en la casa común en el exterior de la cultura española e hispanoamericana¹⁸⁷”, como afirma Carmen Caffarel (Reunión del Patronato del Instituto Cervantes, 2011, p. 2) desempenhando um papel fundamental na construção da *Marca España*.

Era un buen momento para fundar el Instituto Cervantes aquel año de 1991, cuando la democracia estaba plenamente asentada y resultaba imprescindible mostrar que la realidad de España era mejor que su imagen en el extranjero, pues la imagen exterior de un país está formada por estereotipos que se transforman a un ritmo extraordinariamente lento y cuyos efectos sólo se advierten a largo plazo¹⁸⁸. (p. 2)

Presente em 43 países, o IC incorporou grande parte dos centros de cultura que existiam antes de sua criação e passou a ocupar uma posição centralizadora na difusão da língua. É importante não perder de vista que essa difusão é uma política de estado, como tal articulada e planejada. E dentro desse planejamento, o início do ano de 2012 está marcado por algumas mudanças significativas. Uma delas está no âmbito institucional. Por um lado, ocorreu uma alteração do regulamento no que diz respeito às funções do diretor e do secretário geral:

El nuevo director se centrará en la diplomacia y la alta política mientras que en la figura del secretario general, que será Rafael Rodríguez-Ponga, deben recaer tareas ejecutivas y de funcionamiento interno hasta el momento reservadas para el responsable máximo. El nuevo director tendrá rango de secretario de Estado y el siguiente en el escalafón, de subsecretario.¹⁸⁹ (*El País*, 16/02/2012)

Por outro, haverá também alterações na lei que rege a instituição, as quais, quando estiverem prontas, darão amparo legal para a presença do Instituto Cervantes em

¹⁸⁷ “(...) conseguiu se transformar na casa comum no exterior da cultura espanhola e hispanoamericana”

¹⁸⁸ “Era um bom momento para fundar o Instituto Cervantes aquele ano de 1991, quando a democracia estava plenamente assentada e resultava imprescindível mostrar que a realidade da Espanha era melhor que sua imagem no estrangeiro, pois a imagem exterior de um país é formada por estereótipos que se transformam em um ritmo extraordinariamente lento e cujos efeitos só se percebem a longo prazo’.

¹⁸⁹ “O novo diretor se concentrará na diplomacia e na alta política, enquanto que, na figura do secretário geral, que será Rafael Rodríguez-Ponga, deverão recair tarefas executivas e de funcionamento interno até o momento reservadas ao responsável máximo. O novo diretor terá posição de secretário de Estado e o seguinte no escalão, de sub-secretário”. “El director del Instituto Cervantes tendrá rango de secretario de Estado”, 16/02/12, El País. Disponível em <http://cultura.elpais.com/cultura/2012/02/15/actualidad/1329329932_893206.html>. Acesso 24/02/12.

países de língua espanhola — o que não está previsto na *ley fundacional* de 1991. Todas essas alterações no âmbito legal preparam o IC para sua nova fase expansiva e lhe dão a autonomia necessária para deixar de ser motivo de disputa entre os Ministérios de Educação e Cultura e Assuntos Exteriores.

A outra mudança ocorre na própria direção do Instituto. Desde fevereiro de 2012, Víctor García de la Concha ocupa o cargo de diretor da instituição e substitui Camen Caffarel no cargo. Ex-diretor da RAE (1999-2010) e ex-presidente da *Fundación Español Urgente* (FUNDEU – BBVA) (2005-2010), De la Concha foi um grande executor da *política lingüística panhispánica* e possui “(...) múltiples contactos con el mundo lingüístico hispánico a nivel global”¹⁹⁰ (*El País*, 16/02/12), também é conhecido por sua capacidade de envolver bancos e empresas privadas na subvenção de assuntos linguísticos, como é o caso de várias publicações da RAE. Habilidade fundamental em tempos de crise. Assume a direção do IC com um objetivo muito claro, o de *panhispanizar* a instituição: “Llegué al Cervantes precisamente para realizar esta tarea, para hacerlo panhispánico”¹⁹¹; e conseqüentemente para fortalecê-lo em sua posição de eixo da plataforma de expansão internacional do espanhol. Como na relação entre a RAE e a ASALE, é preciso fazer com que a América se sinta incluída e que o papel gestor da Espanha seja naturalizado. E essa necessidade fica patente no processo de mudança de diretoria do Instituto: o primeiro a ser convidado para assumir a direção foi Mario Vargas Llosa, que somente por sua procedência seria um nome de peso para o projeto de inclusão americana. Diante de sua negativa, Víctor García de la Concha é convidado, em uma clara manobra de repetir a receita do sucesso de sua gestão da RAE.

O IC se dedica à difusão da língua espanhola no mundo, mas, mais do que isso, trata de manter a hegemonia espanhola nos assuntos da língua, o que se reflete em ações

¹⁹⁰ “(...) múltiples contatos com o mundo linguístico hispânico a nível global”. “El director del Instituto Cervantes tendrá rango de secretario de Estado”, 16/02/12, *El País*. Disponível em <http://cultura.elpais.com/cultura/2012/02/15/actualidad/1329329932_893206.html>. Acesso 24/02/12.

¹⁹¹ “Cheguei ao Cervantes precisamente para realizar esta tarefa, para fazê-lo pan-hispânico”. In: “La lengua no está en crisis”, 14/06/2012. Disponível em <http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2012/noticias/nota-telefonica-valor-economico-esp%C3%B1ol.htm> Acesso 22/08/2012.

como a realização dos *Congresos Internacionales de la Lengua Española*, ou na criação do SICELE – *Sistema Internacional de Certificación del Español como Lengua Extranjera* em parceria com universidades do mundo hispânico, na qual “se comprometen, en un esfuerzo conjunto, a la armonización, la transparencia y la coherencia en el reconocimiento mutuo del dominio de la lengua española a hablantes de otras lenguas”¹⁹². Em entrevista concedida à revista digital *MarcoEle*¹⁹³ em 2011, Francisco Moreno, atual Diretor Acadêmico afirma

Actualmente no puede hablarse de planes curriculares, de certificación, de estándares de calidad, de enseñanza de la lengua en línea o de formación de profesores sin tener en cuenta las aportaciones que el Cervantes ha hecho en relación con la lengua española.¹⁹⁴

O Cervantes também tem trabalhado na construção de uma hegemonia no que se refere à formação de professores de espanhol como língua estrangeira. Na mesma entrevista, Moreno afirma

Me siento feliz de anunciar la pronta finalización de los trabajos que darán a luz un documento de estándares para la formación de profesores de español, unas directrices que presentarán los fundamentos epistemológicos y los contenidos secuenciados para una formación de profesores a la altura de las necesidades actuales, de utilidad muy especial para los profesores no nativos; un marco que atenderá a los conocimientos, destrezas y actitudes que el profesorado debe manejar durante su formación inicial y a lo largo de su vida profesional (...).¹⁹⁵

Apesar de evitar a menção imediata ao *activo económico* em suas atividades, a forma de operar do Cervantes é bastante clara: não importa se há relações de cooperação

¹⁹²“(...) se comprometen, en un esfuerzo conjunto, à harmonização, transparência e coerência no reconhecimento mútuo do domínio da língua espanhola a falantes de outras línguas” Disponível em <<https://sites.google.com/a/sicele.org/sicele/sobre-el-sicele>>. Acesso 01//2013.

¹⁹³ Disponível em <<http://marcoele.com/entrevista-a-francisco-moreno/>>. Acesso 20/5/2011.

¹⁹⁴ “Atualmente não pode se falar em planos curriculares, certificação, padrões de qualidade, de ensino da língua on line ou de formação de professores sem levar em conta as contribuições dadas pelo Cervantes com relação à língua espanhola”.

¹⁹⁵ “Sinto-me feliz em anunciar a rápida finalização dos trabalhos que trarão à luz um documento de padrões para a formação de professores de espanhol, diretrizes que apresentarão os fundamentos epistemológicos e os conteúdos sequenciados para uma formação de professores à altura das necessidades atuais, de utilidade muito especial para os professores não nativos; um marco que atenderá aos conhecimentos, destrezas e atitudes com os quais o professorado deverá trabalhar durante sua formação inicial e ao longo de sua vida profissional (...)”.

em jogo, todos os serviços são cobrados, todas as propostas são acompanhadas de orçamento, tudo é pautado por números.

No entanto, é importante observar que não se trata unicamente de dinheiro — pelo menos não a curto prazo — mas de ocupar um lugar de influência em âmbitos econômicos, políticos, culturais e educativos (incluindo a educação em seus diversos níveis, do Ensino Básico à formação de professores¹⁹⁶) em diferentes lugares do mundo. Com esse intuito, o governo espanhol, por meio da *Consejería de Educación*, órgão no exterior ligado ao *Ministerio de Educación y Cultura*, age por meio de parcerias e projetos de cooperação em diferentes lugares do mundo.

A política expansionista espanhola age, portanto, de diferentes maneiras. A seguir apresenta-se a transcrição de duas propostas de formação de professorado elaboradas pelo IC e pela *Consejería de Educación* que mostrarão duas abordagens diferentes da expansão da presença espanhola na difusão da língua:

1) Proposta enviada pelo Instituto Cervantes à Secretaria de Educação da Paraíba em 2010.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSORES DE ESPANHOL

Um curso destinado aos professores da Rede Pública de Ensino de Paraíba cujo objetivo está fundamentado num enfoque personalizado centrado nos interesses e necessidades específicos de cada professor, que revise e aprofunde conteúdos gramaticais e culturais dos países hispanofalantes, aumentando assim a sua capacitação profissional. Enfatizar-se-á o trabalho com as distintas habilidades lingüísticas “destrezas”, especialmente as de produção oral e escrita, e também o uso de materiais audiovisuais e das novas tecnologias.

O programa do curso abarca os seguintes conteúdos:

- CONVERSAÇÃO – tem como objetivo melhorar a competência sócio-discursiva em diversos níveis de linguagem, que fomente a expressividade e capacidade de interação.
- ANÁLISE DAS DIFICULDADES GRAMATICAIS ESPECÍFICAS PARA LUSOPARLANTES – com o objetivo de aprofundar aspectos morfosintáticos, semânticos, fonéticos e ortográficos de acordo com as necessidades específicas dos professores.

¹⁹⁶ Ao menos no Brasil essas práticas ficam evidentes quando observadas as ações do Instituto Cervantes e da *Consejería de Educación* no sentido de estabelecer parcerias ou vender cursos junto a Secretarias de Educação e universidades públicas.

- ASPECTOS CULTURAIS – com o intuito de melhorar a competência sócio-cultural a respeito de temas relevantes para os professores, relacionados com a cultura da Espanha e Latino América
- AVE (AULA VIRTUAL DEL ESPANHOL) – com o responsável do AVE, os participantes obterão uma senha de tutor que lhes permitirá acessar como estudantes a todos os níveis, A1-C1 de acordo com o QCER (Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, Ensino, Avaliação), e ao mesmo tempo poderão realizar o curso online de tutores. O objetivo é capacitar os professores como tutores AVE para que possam usar esta ferramenta didática com os alunos em suas aulas presenciais e a distância.

De acordo com as necessidades da SEDUC, os encontros acontecerão em João Pessoa e se precisar em uma cidade do interior de Paraíba (ex. Campina Grande). Todos os grupos estariam formados por um máximo de 15 participantes.

O lugar onde se ministrarão as aulas será organizado pela Secretaria de Educação e se realizarão com datas a combinar. Uma proposta poderia ser aos sábados de 8h00-12h00 e de 14h00-18h00 uma vez cada dois meses (nos sábados que não tenham lugar os cursos *de atualização do IC Recife* mencionados no programa ponto 3). A duração do curso é de **32horas** distribuído em sessões de 8horas.

Preço normal curso: R\$491,00 reais

Preço normal AVE tutor: R\$909 reais (preços estabelecidos pelo *Centro de Formación de Profesores del Instituto Cervantes com sede em Madrid*)

Preço para os professores da Rede pública através da SEDUC de Paraíba:

Preço curso: **R\$ 417,00 reais** (p.ex: R\$37.530,00 reais/90participantes) **15% de desconto.**

Preço AVE tutor: **gratuito (desconto de 100%)**

2) Curso de Aperfeiçoamento oferecido pela *Consejería de Educación de la Embajada de España* para a Secretaria de Educação de Pernambuco¹⁹⁷:

III CURSO INTERUNIVERSITARIO DE ACTUALIZACIÓN PARA PROFESORES DE ELE
Recife – PE

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)
Consejería de Educación de la Embajada de España

La Universidad Federal de Pernambuco (UFPE), la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) y la Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil, con el apoyo de la APEEPE, *Associação*

¹⁹⁷ Disponível em <http://www.mecd.gob.es/dms/consejerias-exteriores/brasil/cursosparaprofesores/cursosinteruniversitarios/interunirecif-01-11.pdf>>. Acesso em 07/05/13.

de *Professores de Espanhol do Estado de Pernambuco*, anuncian la realización del III Curso Interuniversitario de Actualización para Profesores de Español Lengua Extranjera (ELE).

DESTINATARIOS

Profesores de español de la enseñanza reglada preuniversitaria pública y privada
Licenciados en Letras/Español
Alumnos de Graduación en Letras.

COSTE DEL CURSO

El curso y los materiales entregados son gratuitos.
Los desplazamientos, alojamiento y manutención de los alumnos corren por cuenta de los participantes.

DESCRIPCIÓN DEL CURSO

El curso consta de 2 partes:

- A) Actualización didáctica y lingüística (60 horas)
- B) Inmersión cultural (20 horas)

OBJETIVOS

1. Conocer los conceptos básicos que explican el proceso de adquisición de segundas lenguas, los factores personales del alumno (como la edad, la autoestima, la motivación, etc.) que influyen en dicho proceso y las estrategias que emplea el aprendiz, con el fin mejorar nuestra labor docente.
2. Entrar en contacto con textos de literaturas en lengua española con algunas sugerencias para su abordaje en clase.
3. Cambiar la imagen de la literatura como conglomerado de conceptos oscuros de historia estética, haciendo descubrir el placer de la lectura de textos, imágenes y sonidos.
4. Conocer las variedades geográficas del español y su importancia en cuanto a qué español enseñar, con atención concreta al caso de Brasil.
5. Analizar formal y semánticamente el léxico de la lengua española, con especial atención a los aspectos contrastivos español-portugués.
6. Inmersión lingüística y cultural.

Observe-se que enquanto o IC apresenta, junto com sua proposta, os detalhes do custo, a *Consejería* ressalta que não cobra pelo *serviço* prestado, o que o configura como atividade de cooperação e não atividade mercantil. Nos dois casos, a Espanha marca posição na difusão da língua e na construção de uma imagem. Tal imagem é o contexto propício para a expansão e instalação de suas empresas e negócios e garante um lugar privilegiado nesse campo tão amplo que a língua oferece. Vale observar a imagem veiculada pela *Consejería de Educación* no Brasil em sua página do facebook¹⁹⁸:

¹⁹⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/consejeria.educacion?fref=ts>>. Acesso 01/6/2013.



Precisamente por essa necessidade de garantir um lugar ao sol¹⁹⁹, Óscar Berdugo (2001) traça uma série de considerações sobre o que considera vantagens, debilidades e oportunidades do setor. É possível observar como esses fatores são aproveitados ou contornados no contexto da política linguística atual.

O autor menciona a posição geográfica da Espanha como motivo de preocupação, uma vez que poderia supor um isolamento com relação ao resto do mundo hispânico. Sobretudo se as economias hispano-americanas evoluírem — *una nube en el horizonte* (uma nuvem no horizonte), segundo o autor — e passarem a participar mais ativamente da difusão de sua língua. No entanto, Berdugo (2001) aponta que a geografia deixa de ser um problema se a Espanha conseguir manter uma posição de liderança e referência no que se refere à difusão do espanhol e às metodologias e tecnologias implicadas; além disso, também será necessário criar relações de cooperação e não de competitividade com os demais países hispanoparlantes.

Em artigo publicado em 2002, Leonor Acuña, ao analisar a constituição do II CILE e concluir que, de um modo geral, os economistas espanhóis estão tranquilos, pois julgam que as economias hispano-americanas não têm condições de exportar língua e cultura, se pergunta qual seria o motivo de a Argentina ter sido escolhida como sede para um *Congreso Internacional de la Lengua Española* — Rosario, 2004 — se pertence a esse grupo *sem condições*. Talvez a resposta esteja dada em Berdugo (2001): parceria e não competitividade. Cabe ressaltar que depois de 2001 em Valladolid, todas as edições dos *Congresos de la Lengua* ocorreram na América: 2004 – Rosario, 2007 – Cartagena, 2010 – Valparaíso.

¹⁹⁹ Ou para poder dizer novamente que *el Sol nunca se pone en el imperio español*.

Como já foi mencionado, os *Congresos Internacionales de la Lengua* são promovidos pelo Instituto Cervantes com apoio e participação da RAE, e a Academia é um espaço interessante ao qual se pode recorrer quando a pauta é a liderança espanhola. Como espaço em que a língua ainda é somente língua, e não necessariamente setor, recurso ou ativo, a RAE é uma instituição à qual convém recorrer e aproveitar o lugar hegemônico que construiu ao longo dos últimos séculos. Como mencionado no capítulo anterior, a Academia espanhola ocupa um lugar de liderança natural com relação à ASALE e nos últimos anos esse lugar ganhou como atenuante a política *panhispánica*, que insiste na participação *en pie de igualdad* de toda a comunidade ibero-americana nos assuntos da língua. Mas, como já se disse, é a RAE quem coordena, comanda e convoca.

A tradição de liderança e a imagem de autoridade máxima da língua consolidadas ao longo do século XX, aliadas a políticas de suposta inclusão e parceria, certamente poderão garantir o papel hegemônico da Espanha e evitar esse isolamento negativo mencionado por Berdugo (2001). Novamente é preciso ressaltar o papel desempenhado pelo Instituto Cervantes nos seus 20 anos de existência. Sua presença marcante em todos os continentes não permite que ninguém se esqueça de que é a Espanha quem se encarrega da difusão *del español*. E assim, *lo español* começa a parecer somente uma consequência natural.

Outra debilidade do setor mencionada por Berdugo (2001) é a ausência de um estatuto específico para o ensino de espanhol como língua estrangeira (atualmente situado em *enseñanza no reglada*²⁰⁰), o que gera problemas para concessão de vistos de permanência na Espanha para estudantes estrangeiros. Berdugo vê a internacionalização da oferta educativa espanhola como grande oportunidade para o setor. De fato, uma das atividades centrais da *Eduespaña* é associar o ensino de ELE com a educação em espanhol, ou seja, aquele que aprende espanhol como segunda língua posteriormente opta por uma pós-graduação, especialização, graduação ou intercâmbio na Espanha. Para tanto, é importante investir em países emergentes e garantir a livre circulação de estudantes na Espanha, o que, segundo o autor, renderia

²⁰⁰ “(...) ensino não regular”.

à Espanha um lugar privilegiado em influências política, econômica e social no mercado internacional. No entanto, essa oportunidade se vê prejudicada graças às rigorosas leis de imigração e ao recrudescimento das autoridades com relação à entrada e permanência de estrangeiros na Espanha — assim como na Europa de um modo geral.

Difícil dilema: proteger o país da imigração ilegal e tratar países menos abastados como uma ameaça ou considerá-los um mercado emergente? Invasor ou cliente? E aqui pode-se detectar uma rachadura na *hispanofonía*: todos os membros da comunidade ibero-americana são irmãos unidos pela língua, que funciona como *patria común*, sinal de identidade coletiva. Enquanto nessa comunidade imaginada não há fronteiras nem barreiras, no mundo real as alfândegas são taxativas: que cada um permaneça em sua casa.

Berdugo menciona, ainda, em sua lista de debilidades do setor, a falta de investimentos na formação de um professorado especializado em espanhol como língua estrangeira — setor no qual, como se verá no próximo capítulo, o Instituto Cervantes parece estar trabalhando com afinco —, a ausência de profissionais formados e especializados na gestão de empresas linguísticas e a leitura equivocada do potencial do setor linguístico, que em ocasiões leva à concentração excessiva de esforços na promoção do turismo linguístico, o que supõe uma enorme redução do mercado que a língua pode abrir.

Finalmente, o autor aponta que a atividade do setor linguístico depende, em grande medida, da imagem do país, e nesse caso não somente da Espanha, mas de toda a comunidade hispânica. O papel que a Espanha deve ocupar, afirma Berdugo, é o de servir de elo entre essa comunidade hispânica e o resto do mundo. E aqui observa-se outra ruptura que a noção de recurso econômico provoca nas idéias de língua como *patria común* e *hermandad panhispánica* (DEL VALLE & VILLA, 2007): enquanto a imagem projetada é de toda a comunidade ibero-americana, os lucros e demais benefícios mercantis estão destinados somente a Espanha, mentora e promotora da expansão do espanhol.

Se a *hispanofonia* fosse seguida ao pé da letra, preconceitos linguísticos seriam combatidos, as hierarquias internas do espanhol seriam discutidas, e o mercado internacional funcionaria como, ao menos em tese, na elaboração do *Diccionario Panhispánico de Dudas: en pie de igualdad*. No entanto, a ideologia linguística da expansão do espanhol mostra-se, em muitos aspectos, inaplicável ao mundo das ciências econômicas, e a suposta *hermandad panhispánica* não se aplica fora dos dicionários.

O objetivo destas considerações não é o de caracterizar a Espanha como vilão e vitimizar os demais países que têm o espanhol como língua oficial, mas sim situar a política linguística espanhola no contexto que a rege. As marcas dessa política não são inéditas.

(...) la colaboración entre empresa y agencias de política lingüística y cultural no es exclusiva de la España contemporánea. La política exterior y la propaganda cultural han estado siempre estrechamente vinculadas y su uso combinado forma parte del *modus operandi* de cualquier gobierno que sienta la necesidad y posea los recursos para adoptar medidas oportunas. En cualquier caso, es el objeto de la aproximación crítica que adoptamos el viabilizar esta conexión y señalar los intereses concretos que yacen bajo aquellas políticas (...) ²⁰¹ (DEL VALLE & VILLA, 2007, p. 127)

Durante toda a análise da perspectiva econômica do espanhol realizada neste capítulo, a língua ganhou características de produto, de objeto de comércio. Mas que produto é esse? Qual é a língua comercializada, vendida e negociada nesse mundo de interesses, mercados e influências?

Em uma análise sobre o processo de aprovação da lei que determina a implantação do espanhol no sistema educativo brasileiro, Bugel (2005, p.7) afirma que a variedade escolhida é a peninsular.

Vemos entonces que está en cuestión la elección de la lengua obligatoria, pero que la elección de qué variedad de qué lengua se

²⁰¹ “(...) a colaboração entre empresa e agências de política linguística não é exclusiva na Espanha contemporânea. A política exterior e a propaganda cultural têm estado sempre vinculadas e seu uso combinado faz parte do *modus operandi* de qualquer governo que sinta a necessidade e possua os recursos para adotar medidas oportunas. Em qualquer caso, é o objetivo da aproximação política que adotamos o fato de viabilizar esta conexão e assinalar os interesses concretos que jazem sob aquelas políticas (...)”

enseñará, ya está tomada. En el caso del español se enseñará la variedad peninsular y eso se ha establecido por la vía de los hechos. Y esto se debe principalmente a las gestiones diplomáticas entre los gobiernos español y brasileño, que responden, en primer lugar, a los intereses empresariales de ambos países, a juzgar por lo difundido por la prensa española.²⁰²

Moreno Cabrera (2011) e Senz (2011) também defendem que a expansão internacional do espanhol está diretamente relacionada à promoção do castelhano e ao nacionalismo espanhol. Não obstante, na atual conjuntura, não é conveniente — de um ponto de vista mercantil e ideológico — a promoção ou a difusão explícitas de uma variedade identificável com um único país. Em um mundo globalizado, o que é *global* vende mais, e melhor. E aqui ressurgem o conceito de *español general* que impulsionou a análise que se realiza nesta tese. Cabe verificar, no entanto, qual é a relação desse *español general* com as diferentes variedades de prestígio do espanhol, e em que medida se aproxima ou se distancia delas.

A Espanha não pode difundir de forma escancarada uma variedade dialetal própria para manter a liderança no setor do espanhol língua estrangeira, uma vez que suas atividades mercantis se respaldam em uma ideologia e em uma política linguística que se baseiam no princípio de unidade e igualdade de um mundo que vai além das suas fronteiras. Mas pode difundir uma variedade dita comum e geral, que supostamente pertence a todos. Cabe analisar em que medida essa variedade se aproxima de uma variedade peninsular ou não.

Mesmo que haja fissuras na intersecção dessa ideologia e do mundo dos negócios — e as há —, é preciso reconhecer que, pelo menos até o presente momento, a política linguística espanhola tem funcionado bem e a expansão do espanhol como língua internacional — acompanhada pela internacionalização da empresa espanhola dentro do que lhe permite a conjuntura econômica mundial — teve efeitos positivos. A presença massiva e ostensiva de instituições espanholas em espaços de expansão, as

²⁰² “Vemos então que está em questão a escolha da língua obrigatória, mas a escolha de que variedade e de que língua será ensinada, já está tomada. No caso do espanhol será ensinada a variedade peninsular e isto foi estabelecido pela via dos fatos. E isto se deve, principalmente, pelas gestões diplomáticas dos governos espanhol e brasileiro, que respondem, em primeiro lugar, aos interesses empresariais de ambos países, a julgar pelo que foi difundido pela imprensa espanhola”.

cifras apresentadas (incansavelmente) pelo IC e a frequente relação entre o setor e o PIB espanhol são a prova disso.

Situar corretamente a relação entre língua e economia é fundamental para entender a ideologia linguística propagada pela expansão do espanhol e o espaço glotopolítico em que se move.

Neste capítulo fica claro que o lucro econômico e o fortalecimento de posições políticas de influência são o motor da expansão linguística espanhola. Nesse sentido, pode-se chegar a algumas conclusões:

1) De fato há resultados positivos no projeto de expansão linguística e no retorno econômico gerado pela *indústria da língua*, mas esses resultados não são tão significativos (por não dizer espetaculares) como os alardeados pela mídia e pelas instituições promotoras da política linguística espanhola. As fissuras da *hispanofonía* ficam evidentes quando olhadas de perto sob o prisma econômico;

2) Há um movimento que visa alcançar a hegemonia em assuntos linguísticos que vai além de instituições como a RAE ou o IC. Nesse sentido agem as certificações criadas ou veiculadas por instituições de caráter político ou econômico. Observe-se que o CEELE (*Certificado de Calidad en la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera*) é emitido pela *Eduespaña (Asociación para el Progreso del Español como Recurso Económico)* em parceria com a Universidade de Alcalá de Henares. Já a criação do SICELE (*Sistema Internacional de Certificación del Español como Lengua Extranjera*), emitido pelo IC em parceria com universidades, foi anunciada em uma *Cumbre Iberoamericana* (Salamanca, 2005), evento de caráter claramente político. Com as certificações tudo passa, obrigatoriamente, pela Espanha.

3) Parece haver uma crença na relação automática entre a hegemonia linguística e posições privilegiadas nos âmbitos político e econômico: uma língua majoritária conduz a uma economia majoritária, com peso político. Dentro desse ideal o sucesso de *el español* está diretamente relacionado à projeção de *lo español*.

4) A difusão ideológica depende da aceitação da comunidade em que é propagada, daí os esforços midiáticos em transformar a língua espanhola em petróleo, dentro e fora da Espanha.

5) A promoção do espanhol como língua internacional é bem sucedida porque o espanhol comercializado é de todos na mesma medida em que não é de ninguém. De acordo com a propaganda que o veicula, ele reflete várias culturas, conjuga várias histórias, serve a diferentes espaços de comunicação: é uma língua globalizada. De acordo com Woolard (2007), nas sociedades ocidentais modernas, as línguas hegemônicas fundamentam sua autoridade no anonimato: o que é público inclui a todos, mas não como indivíduos e sim como abstração. Dessa forma, o *español general* é o que vende melhor.

Cooper (1997) afirma que para compreender a planificação linguística é preciso compreender as mudanças sociais que a impelem. Com esse propósito, este capítulo, assim como os dois anteriores, tratou de situar o dinâmico contexto social em que se inscreve a planificação linguística espanhola. Nos próximos capítulos o foco será a posta em prática dessa planificação por meio de seu principal agente — o Instituto Cervantes — e os instrumentos usados para esse fim.

Capítulo 5

O espanhol e seu dia: a planificação linguística e sua execução

*¿Por qué no convertir un día al año en la celebración mundial de la lengua que nos une?*²⁰³

Carmen Caffarel

A cada ano, no mês de junho, o Instituto Cervantes celebra o *Día E — Día del Español* —, evento promovido em todas as suas sedes. A celebração também marca o lançamento anual do informe *El español, una lengua viva*, com dados sobre a situação do espanhol no mundo e projeções para o futuro. Ao ler a introdução do informe de 2010, assinada por Camen Caffarel, então diretora do Instituto Cervantes, o leitor era recebido da seguinte forma: “bienvenidos al Día E, bienvenidos al español”²⁰⁴ (p. 05). A edição de 2011 do *Plan de Acción Cultural* (p. 25) do IC explica:

El Día E nació como un proyecto del Instituto Cervantes para celebrar su mayoría de edad, incrementar la visibilidad de sus centros y a la vez difundir la cultura en español en los cinco continentes. Se celebra, desde 2009, el sábado más cercano al solsticio de verano. A lo largo de estos dos años, todos los centros del Instituto Cervantes en los cinco continentes, desde Sidney hasta Brasilia, festejaron este día, celebrando así la grandeza de nuestra lengua y nuestras culturas.²⁰⁵

A escolha da data merece atenção. O solstício de verão é um fenômeno astronômico que marca o dia mais longo do ano, marca também o início do verão. Reconhecido e celebrado por muitas e diferentes culturas ao longo da história, o solstício de verão, associado à agricultura, indicava que a colheita havia chegado a seu ápice. Assim, o dia do espanhol é precisamente o dia mais longo do ano. É também o dia de colher frutos, de resgatar os resultados dos esforços e investimentos do ano todo. Interessante simbologia. Mais interessante ainda ao se atentar para o fato de que se trata do

²⁰³ *Plan de Acción Cultural 2011*. Instituto Cervantes, 2011, p. 25. “Por que não dedicar um dia do ano à celebração da língua que nos une?”

²⁰⁴ “(...) bem-vindos ao Día E, bem-vindos ao espanhol (...)”

²⁰⁵ “O Dia E nasceu como um projeto do Instituto Cervantes para celebrar sua maioridade, incrementar a visibilidade de seus centros e, ao mesmo tempo, difundir a cultura espanhola nos cinco continentes. É celebrado desde 2009 no sábado mais próximo ao solstício de verão. Ao longo destes dois anos, todos os centros do Instituto Cervantes nos 5 continentes, de Sidney a Brasília, festejaram este dia, celebrando assim a grandeza de nossa língua e de nossas culturas”.

solstício de verão no hemisfério norte, onde a Espanha é o único país de língua espanhola.

Vale observar, ainda, que o fragmento citado acima enfatiza a palavra *lengua* no singular, em contraposição ao plural de *culturas*: “celebrando así la grandeza de nuestra lengua y nuestras culturas”. A insistência em *la lengua* aparece em diferentes espaços da política linguística espanhola: os *Congresos de la Lengua* promovidos pelo IC²⁰⁶, o anseio de representar *el español de todo el mundo* expresso na introdução da *Nueva Gramática* da RAE, e as diversas declarações sobre *la lengua* e *el español* que circulam pelos meios de comunicação. Também o *Día E* é o dia de *la lengua española*, “la lengua que nos une”. O excesso de determinantes que acompanham *lengua* reflete mensagens diferentes: a unidade enquanto fato (e não anseio), a existência de uma única língua geral e comum a todos (uma língua *panhispánica*), uma língua-produto que se expande no mercado internacional, uma língua como espaço de irmandade para diferentes povos. Já *cultura* permanece no plural, o que deixa a língua-produto mais atraente e demonstra que ela — *la lengua* — é capaz (como sempre foi) de unir, aglutinar e refletir a diversidade, sem perder, naturalmente, sua unidade.

Os breves comentários sobre a fala de Caffarel tratam de direcionar o que será discutido a seguir. O presente capítulo tem como objetivo analisar o comportamento do Instituto Cervantes enquanto principal agente da execução da planificação linguística espanhola. Para tanto, serão analisadas diferentes versões do *Día E*, além de outras ações e posicionamentos do Instituto Cervantes diante do projeto de expansão mundial do espanhol — *la lengua*. Do ponto de vista teórico, se fará uma revisão do conceito de planificação linguística com base no que propõe Robert Cooper em *La planificación lingüística y el cambio social* (1997).

5.1 As diversas faces da planificação linguística

O capítulo 2 situou a análise realizada nesta tese no âmbito da glotopolítica, estabelecendo um elo entre as ações sobre a língua espanhola e sua participação

²⁰⁶ Para esta questão, vale a leitura de *Suya, la lengua*, artigo de Adrián Fanjul publicado no blog *Addenda et Corrigenda*. Disponível em <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/2007/032801-suya-la-lengua.php>

direta em relações de poder. Os capítulos 3 e 4 se dedicaram ao *habitus* linguístico espanhol e mostraram fatos históricos, construção de espaços hegemônicos, elaboração e aplicação de projetos de expansão e o contexto social em que se inscreve a planificação linguística espanhola. Na análise que se propõe a seguir, o foco passa a ser a planificação linguística em si.

Diferente de outros autores, Robert Cooper (1997) afirma que a planificação linguística geralmente responde a objetivos não linguísticos, e que motivações políticas, econômicas, científicas ou de outra natureza são seu principal motor. Já o modelo de Haugen (apud HAMEL, 1993), por exemplo, situa os problemas relacionados à comunicação como o cerne dos esforços da planificação linguística, como seria o caso da necessidade de uma língua nacional diante de uma marcada variação dialetal. Cooper, no entanto, afirma, como já foi mencionado no capítulo 2, que a grande questão da planificação linguística não é resolver problemas linguísticos, mas sim influenciar comportamentos linguísticos com o fim de alcançar determinados interesses dentro de determinadas relações de poder. A definição de planificação linguística proposta pelo autor caracteriza-se pela abrangência: ela não limita planificadores a organismos autorizados — o Estado ou suas agências —, não restringe o tipo de grupo a que se destina a planificação, não indica um modelo ideal de planificação e se formula mais em termos de comportamento do que de solução de problemas. Finalmente, estabelece uma relação direta e intrínseca entre a planificação linguística e as mudanças sociais que a promovem, ou seja, a planificação linguística não pode ser entendida ou analisada fora do seu contexto social ou da história que a produziu.

No caso do espanhol, como já se apontou nos capítulos anteriores, é possível pensar na intersecção de fatores que, em princípio, poderiam não ter nenhuma relação, mas se encontram e funcionam de forma conjugada no espaço glotopolítico analisado aqui: a construção da hegemonia espanhola em assuntos linguísticos desde o século XIX, a crise das economias latino-americanas da década de 70 e o início da internacionalização da empresa espanhola e sua entrada no mercado mundial na segunda metade do século XX.

A descrição adequada de um caso de planificação linguística deve considerar ainda, segundo Cooper, as seguintes perguntas: Quem (planeja)? O quê? Para quem? Como? Até aqui já se traçou um perfil do ator principal, no caso a Espanha, que opera lado a lado com representantes do capital — cada vez mais internacional —, e que adota a política expansionista da língua como uma política de Estado.

La presencia exterior permanente y activa es objetivo estratégico de los países más avanzados. *La difusión del conocimiento de la lengua y la expansión e influencia de la cultura son instrumentos que permiten dar coherencia y sentido a la acción exterior del Estado*, en especial de aquellos estados de larga historia, lengua universal y vieja cultura²⁰⁷. (Exposición de Motivos. Ley 7/1991)²⁰⁸

Traçou-se também um perfil que responde ao “o quê”, e a expansão da língua se situou com o fim de ocupar lugares de poder e prestígio e facilitar a internacionalização de empresas, produtos e serviços.

Quanto ao “para quem”, seria possível afirmar que os consumidores de espanhol como língua estrangeira são o principal alvo, mas nada disso seria possível sem convencer os hispanoparlantes do prestígio de seu idioma e de suas inúmeras vantagens — e aqui, converter a língua em elo entre povos e símbolo de irmandade opera um papel importante. Desse modo, é possível afirmar que os países falantes de espanhol (incluída a própria Espanha) são um público alvo tanto quanto a comunidade internacional.

Para a análise do “como”, recupera-se a ideia de difusão de uma variedade — *español general* — como sendo a versão internacional do espanhol (comum, geral), e se analisa uma das ações que a promove, assim como o papel que cumpre a *cultura* na mencionada promoção.

²⁰⁷ O grifo é nosso. “A presença exterior permanente e ativa é objetivo estratégico dos países mais avançados. A difusão do conhecimento da língua e a expansão e influência da cultura são instrumentos que permitem dar coerência e sentido à ação exterior do Estado, especialmente daqueles estados de longa história, língua universal e velha cultura”.

²⁰⁸ “Exposición de Motivos” da Lei 7/1991 de 21 de março que cria o Instituto Cervantes. Disponível em http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l7-1991.html Acesso: 06/06/11.

A perspectiva adotada por Cooper parece ser a mais adequada para a análise de políticas de difusão linguística no exterior como a que se observa no caso espanhol. Nesse sentido, ganham destaque aqui dois conceitos estabelecidos pelo autor: a planificação de aquisição e a ideia de planificação linguística como *marketing*, que contribuirão para a validade descritiva da análise proposta.

As primeiras definições mais exatas dos processos de planificação linguística determinam a distinção entre planificação de *corpus* e planificação de *status*. Cooper usa os termos planificação formal e planificação funcional da língua respectivamente. A planificação funcional, afirma, consiste em atividades deliberadas — influenciadas pelas elites — que têm como objetivo influenciar a distribuição de funções entre as línguas de uma comunidade. Ela frequentemente responde a motivações ideológicas, acrescidas, ao menos no caso que se analisa aqui, de anseios relacionados a ocupar um lugar de destaque no cenário político-econômico. Já a planificação formal supõe criar novas formas ou alterar formas já existentes, e está subordinada à função: são desenhadas ou selecionadas estruturas a partir da hipótese de que uma modificação ou tratamento formal podem beneficiar uma determinada função.

O fato de os processos de planificação envolverem, em diferentes instâncias, o ensino de línguas e seus usos levou alguns autores a considerar um terceiro tipo de planificação linguística, a planificação de aquisição. A existência dessa terceira categoria justifica-se, segundo Cooper, por dois aspectos: 1) parte significativa da planificação tem como objetivo a expansão linguística: um aumento de usuários²⁰⁹ ou de usos da língua ou de uma determinada variedade da língua; quando o objetivo é incrementar usos de uma língua podemos pensar em planificação de *status*, mas quando o objetivo é aumentar o número de usuários da língua — falantes, leitores, escritores etc. — então podemos pensar em planificação de aquisição; 2) as mudanças decorrentes da planificação de *corpus* e de *status* afetam e são afetadas pelo número de usuários da língua, uma vez que novos usuários podem ser atraídos por novos usos

²⁰⁹ Aqui se emprega *usuário*, e não *falante*, pela abrangência do termo. Os processos de planificação podem ser completamente diferentes de acordo com o contexto em que estão inseridos. Por exemplo, os casos em que se ensina a escrever a falantes de uma determinada língua, que vivem em um país em que se fala outra língua, ou ainda casos de aquisição de uma língua estrangeira para fins específicos, como pode ser a leitura.

ou por uma imagem mais *útil* da língua quando esta se expande como língua franca, e novos usuários influenciam a língua por meio do contato e, conseqüentemente, introduzem novos usos.

Assim, Cooper estabelece a divisão da planificação em três categorias: *corpus*, *status* (formal, funcional) e aquisição, e observa, ainda, mediante o estudo de casos, que na prática a distinção não é tão clara e que função, forma e aquisição se relacionam entre si, ou seja, a planificação de um deve considerar os outros.

Ao pensar no espanhol, observa-se que o aumento no número de usuários promovido pela planificação de aquisição supõe uma mudança de imagem da língua na comunidade internacional — um maior prestígio, ou seja, uma mudança de *status* —, e sua difusão por meio de instrumentos de aquisição e aprendizagem — material didático, cursos, capacitação de professorado — um *corpus* determinado. *Corpus*, *status* e aquisição se relacionam entre si, portanto, de forma intrínseca.

A planificação de aquisição se executa por meio de atividades organizadas para promover a aprendizagem de uma língua. Cooper menciona instituições como o *British Council* ou a *Alliance française*, que mantêm bibliotecas e centros de ensino no exterior e enviam especialistas para organizar cursos, eventos e oficinas, e, dessa forma, assessorar o pessoal local sobre métodos de ensino da língua em questão. O Instituto Cervantes funciona da mesma forma e foi criado especificamente com essa função: difundir a língua espanhola mundo afora.

Ao pensar em planificação de aquisição, é preciso ainda considerar seu objetivo e os métodos usados para alcançá-lo. Em um primeiro momento, a palavra aquisição pode levar a pensar somente na relação com uma língua estrangeira, no entanto, este tipo de planificação pode ter como objetivo a manutenção de uma língua — no sentido de que esta seja adquirida por novas gerações —, ou a reaquisição de uma língua por populações das quais essa língua já foi vernácula. Nesta análise, ou seja, no contexto da expansão mundial do espanhol, situa-se sua aquisição como língua estrangeira como objetivo da planificação de aquisição.

Quanto aos métodos, Cooper faz a seguinte divisão: 1) aqueles que criam em primeiro lugar a oportunidade para aprender; 2) aqueles que criam em primeiro lugar o incentivo para aprender e 3) aqueles que fazem as duas coisas ao mesmo tempo. No caso da difusão do espanhol, o método usado tem como foco incentivo e oportunidade, simultaneamente: a presença expressiva do Instituto Cervantes em todo o mundo, e os esforços para promover o espanhol como língua franca são um indicador bastante claro. Também é preciso considerar a criação de incentivos para aprender, como por exemplo, a inclusão da língua entre as matérias obrigatórias no ensino regular ou sua presença em exames de ingresso em universidades, ou ainda convênios de pesquisa e ensino com universidades, como o celebrado recentemente pelo IC com a Universidade de Harvard.

É preciso observar a amplitude daquilo que envolve a planificação de aquisição. Da mesma forma que ela tem a instrução linguística como principal foco (apesar de funcionar também por meio de outros tipos de promoção, como se verá adiante), ela é, em si mesma, uma característica dessa instrução em todos os seus níveis de organização, desde os Ministérios de Educação e Assuntos Exteriores, até o professor da escola. No caso do espanhol, o capital simbólico da RAE marcado na autoridade de seus instrumentos linguísticos, o sistema de certificação criado e administrado pelo IC, os movimentos de política e presença no exterior, a extensa produção de materiais didáticos, somados aos movimentos para participar internacionalmente na formação de professores e aos esforços para elevar o *status* da língua a um patamar mais interessante funcionam conjuntamente e operam com igual importância.

Contudo, são relativamente poucas as decisões e ações de uma planificação linguística que podem ser levadas a cabo por decreto e imposição explícita. Os efeitos da Lei 11.161/2005 que determina a oferta obrigatória do espanhol no Ensino Médio das escolas brasileiras são um bom exemplo. O anseio de imposição pura e simples, por meio da promulgação de uma lei cheia de brechas²¹⁰, fez com que a oferta do espanhol diminuísse em alguns estados — como é o caso da Rede Municipal do Rio de Janeiro

²¹⁰ Sobre a obrigatoriedade do ensino de espanhol no Brasil e seus arquivos jurídicos, vale a leitura de CASTELANO RODRIGUES, Fernanda. *Língua viva, letra morta. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. São Paulo: Ed. Humanitas / Fapesp, 2012.

ou de inúmeras escolas particulares em São Paulo — e simplesmente não acontecesse em outros — como é o caso da Paraíba. Na grande maioria dos casos, afirma Cooper, os planejadores devem pensar em como convencer os usuários a aceitar o que desejam e nesse processo costumam ser usadas técnicas persuasivas de promoção. Promove-se a língua, seu uso ou alterações sobre ela a partir dos mesmos mecanismos usados na promoção de qualquer produto, serviço ou ideia. Assim, considerando objetivos e métodos presentes na expansão mundial do espanhol, surge o conceito de planificação linguística como *marketing*. Cooper afirma que tal conceito pode soar estranho em um primeiro momento, uma vez que não é costume (ainda) olhar para o uso da língua, sua estrutura e aquisição como produtos que possam ser promovidos. Assim como os marqueteiros, os planejadores linguísticos devem reconhecer, identificar ou desenvolver produtos pelos quais o consumidor ideal se sentirá atraído. Para ser realmente competitiva, uma língua, principalmente quando na posição de língua estrangeira, tem que se vender como produto através de meios adequados para seduzir o público.

Após analisar a dimensão econômica que a língua espanhola ganhou nas últimas décadas, não é tão estranho imaginá-la como objeto comercial e, na perspectiva da política de difusão linguística espanhola, delimitar dois produtos: um principal, a língua, e outro secundário, a cultura, que ajuda na promoção da língua e eleva seu prestígio. O espanhol como língua de cultura é uma assertiva que tem se repetido em diferentes contextos, e que pouco a pouco parece convencer o público de sua autenticidade. De acordo com Cooper, a promoção de uma língua consiste em persuadir o público para que se ensine, aprenda ou aperfeiçoe a língua em questão. Um dos meios aos que se pode recorrer são as atividades culturais.

O público pode se definir em função da relação que mantém com a língua. Suas instituições de difusão²¹¹ devem, por meio da publicidade, dar a conhecer sua

²¹¹Atualmente, as instituições espanholas de difusão de língua e cultura mais expressivas são o Instituto Cervantes e a *Consejería de Educación de la Embajada de España*, ambos com uma presença significativa em vários países. Há também outras instituições espanholas no exterior, como os colégios espanhóis de educação básica, no entanto, estes estão dirigidos, ao menos em tese no caso brasileiro (já que a realidade revela outra coisa), à comunidade espanhola residente no país em questão e não especificamente à difusão do espanhol como língua estrangeira.

existência e, ao mesmo tempo, aumentar seu prestígio e ressaltar suas vantagens. Tais instituições, ao operarem fora do território nacional, precisam elaborar estratégias e planos de ação que convençam o público da importância de suas atividades. Nesse sentido, o Instituto Cervantes age sobre dois públicos: o mais importante e numeroso são as pessoas que aprendem espanhol; o segundo, menor, mas com um crescimento evidente, é o professorado de espanhol de cuja formação o IC trata de participar. Assim, as estratégias de promoção da língua devem passar pela necessidade e conveniência de aprender espanhol e também pela possibilidade de capacitação para ensiná-lo. É importante observar que, para esses dois públicos, a cultura, enquanto produto, ocupa um papel tão importante quanto a língua no panorama atual: aquisição, capacitação e inserção em uma comunidade globalizada.

O preço é um fator importante para determinar quão atrativo é um produto. A promoção do espanhol, como mencionado no capítulo 4, promete para seu público um retorno do investimento realizado. Cooper usa o seguinte exemplo: milhares de adultos estudam inglês como língua estrangeira em cursos de idiomas. Essa aprendizagem tem incentivos econômicos eficazes, pois muitos desses estudantes acreditam que saber inglês aumentará sua capacidade de ganhar dinheiro. Dessa forma, a retribuição financeira será superior ao investimento realizado e ao tempo dedicado. No Brasil, por exemplo, determinadas áreas profissionais requerem, para seus cargos mais interessantes, o domínio de, pelo menos, duas línguas estrangeiras, em geral o inglês e o espanhol. E dessa forma a relação custo benefício deixa o espanhol — produto — atrativo. Apesar de a língua espanhola estar longe de se equiparar ao inglês como língua franca, sobretudo na extensão geográfica em que transita, esse mecanismo promocional tem sido aplicado, com relativo sucesso, nos principais espaços de difusão do espanhol.

Como em qualquer campanha de natureza publicitária, também é fundamental certo monopólio dos meios de comunicação que evite o surgimento de contrapropaganda. No caso do espanhol, como já se mencionou, a blindagem da imprensa opera de forma muito significativa: enquanto pululam notícias sobre as mil maravilhas da expansão da

língua espanhola²¹², de seu papel de elo entre povos e culturas e de sua infinita capacidade de gerar dinheiro, são, por outro lado, quase invisíveis e numericamente pouco significativas as notícias relacionadas a uma descrição mais real das diversas situações e contextos do espanhol nesse ambiente expansivo. A construção dessa ideia de sucesso é determinante, uma vez que o consentimento do público é fundamental não só para o sucesso de um processo de planificação linguística, mas para sua própria execução: “Cuando existe una resistencia generalizada entre el público, las políticas suelen evadirse, soslayarse o incumplirse”²¹³ (COOPER, 1997, p. 98).

Dessa forma, pode-se resumir a planificação de aquisição do espanhol como língua estrangeira da seguinte forma: o objetivo é a expansão da língua espanhola e de suas culturas pelo mundo — a venda de um produto e todos os subprodutos a ele relacionados —, sendo o método a própria transformação da língua (e de várias culturas a ela atribuídas) em produto; e a difusão deste produto sob as marcas de língua de cultura, língua franca, língua do mundo globalizado. A promoção de *lo español — Marca España* — surge como motivação: uma vez alcançados os objetivos da expansão linguística, outros setores terão as portas abertas para sua instalação. Ganha-se ao difundir o produto língua-cultura em si e ganha-se também a partir desta difusão. Dito assim, o lucro parece não ter fim.

5.2 Instituto Cervantes

Criado pela Lei 7/1991 de 21 de março de 1991, o Instituto Cervantes nasce com a missão de igualar a Espanha aos países mais avançados no que se refere à difusão da língua e à presença no exterior.

²¹² A título de exemplo, mencionam-se aqui exemplos de manchetes de três diferentes jornais espanhóis. *El País*: “El idioma español empieza a superar al alemán y al francés en los países nórdicos” (2004); “Se busca profesores de español en China y Brasil: razón, el Instituto Cervantes” (2013); “El español es la segunda lengua en twitter” (2013); “El español en el mundo, más goles que la roja” (2010). *El Mundo*: “Aznar destaca en México la capacidad de expansión de la lengua española en el mundo” (2001); “No existe riesgo de que el inglés invada el uso cotidiano del español” (2004); “El español tiene más fortaleza que sus hablantes” (2010); “El español es el idioma de consulta más usado en la Biblioteca Digital Mundial” (2010). *ABC*: “El idioma español, una fuente de riqueza lista para explorar” (2013); “Humberto López Morales: «El español está empezando un período de oro»” (2012); “Brasil ya habla español” (2010); “La demanda por aprender español creció en el último cuatrienio entre un 50 y un 70 por ciento en todo el mundo” (2008).

²¹³ “Quando existe uma resistência generalizada entre o público, as políticas costumam evadir-se, esconder-se ou não cumprir-se.”

Toda a atual política linguística espanhola funciona sobre uma crença de que a Espanha deve voltar a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, e, para tanto, deve fortalecer sua presença — tida como natural e legítima — na América. Esse anseio de recobrar posições do século XVI se reflete na lei fundacional do IC — “(...) la vitalidad y pujanza de la comunidad hispanohablante, en la que España ocupa un lugar singular, o la gradual recuperación de un papel significativo en el concierto internacional” (*Exposición de motivos*, Lei 7/1991)²¹⁴ — e se coloca claramente como forte motivação para a criação da instituição.

Presente em 43 países nos cinco continentes, o IC conta atualmente com 77 centros e incorporou grande parte dos centros de cultura e ensino de espanhol que existiam antes de sua criação, passando a ocupar uma posição centralizadora na difusão da língua. É importante não perder de vista que essa difusão é uma política de Estado, como tal articulada e planejada; dessa forma, a instituição nasce ligada aos Ministérios de Educação e Cultura e de Assuntos Exteriores.

Su conexión con la administración del Estado mediante su adscripción al Ministerio de Asuntos Exteriores garantizará ante terceros países la acreditación de las enseñanzas que imparta y asegurará su dotación material, la capacitación de su profesorado y adecuación de sus métodos pedagógicos. (1991)²¹⁵

Atualmente, a instituição conta com dois diferentes canais de difusão: as sedes físicas e o centro virtual. Suas atividades para o grande público se dividem basicamente em ensino e atividades culturais. Cada um deles — ensino e cultura — tem seu próprio sistema administrativo, colaboradores, agenda e objetivos específicos. Há, no entanto, uma forte interdependência entre eles.

²¹⁴ “(...) a vitalidade e pujança da comunidade hispanoparlante na qual a Espanha ocupa um lugar singular, ou a gradual recuperação de um papel significativo no acordo internacional”. *Exposición de motivos* da Lei 7/1991 de 21 de março. Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l7-1991.html Acesso: 06/06/11.

²¹⁵ “Sua conexão com a administração do Estado mediante sua inscrição no Ministério de Assuntos Exteriores garantirá perante terceiros países a acreditação do ensino administrado e assegurará sua DOTACIÓN material, a capacitação de seu professorado e adequação de seus métodos pedagógicos”. *Exposición de motivos* da Lei 7/1991 de 21 de março. Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l7-1991.html Acesso: 06/06/11.

As atividades de ensino consistem no ensino de espanhol como língua estrangeira e seu plano curricular segue o *Marco Común Europeo de referencia para las lenguas* (MCER); contudo, cada centro pode escolher ou elaborar seu próprio material didático de acordo com o perfil do alunado. Qual será, então, esse espanhol língua estrangeira ensinado pelo IC e difundido mundo afora? Ao encontrar-se com as assertivas veiculadas pela imprensa e pelas declarações do próprio IC — *español lengua de cultura; el IC se ha convertido en la casa de todos los que hablamos español* — o futuro aluno poderia imaginar que nessa instituição se depararia com a possibilidade de entrar em contato com uma ampla mostra da variação dialetal do espanhol. No entanto, há estudos como os de De Cock (2008), que demonstram que a Espanha continua ocupando uma posição central²¹⁶ nas aulas de espanhol como língua estrangeira, reafirmando, assim, a ideia de que tem um vínculo diferenciado com a língua.

Como já se apontou anteriormente, a questão não deve ser entendida somente como a promoção de uma variedade peninsular em detrimento de outras variedades do espanhol, esta seria uma visão reduzida e inevitavelmente simplificada do contexto analisado. A propagação ideológica — que de fato funciona na língua e pela língua — é, sim, o cerne desse espaço glotopolítico: a ideia da grande comunidade ibero-americana na qual a Espanha ocupa um lugar naturalmente destacado fortalece *lo español* e cria espaços de poder e influência. Portanto, o mais importante passa a ser ocupar um papel tutorial sobre a variação dialetal (FANJUL, 2008). Se em outras épocas era preciso tomar cuidado com as variedades, agora é preciso gerenciá-las. No âmbito do ensino de espanhol como língua estrangeira, isso significa, entre outras coisas, administrar o *corpus* a ser difundido. Significa também abandonar paulatinamente a problematização acerca da variação dialetal em prol da promoção de uma variedade supostamente internacional. Nesse contexto, não é preciso mencionar, discutir ou sequer se preocupar com as variedades da língua: o espanhol — *la lengua* — é um só.

²¹⁶ Como se verá no capítulo 6, o próprio *Plan curricular* do Instituto Cervantes explicita a adoção de uma variedade peninsular do espanhol.

Os eventos culturais ocupam um lugar destacado entre as atividades do Instituto Cervantes. Qualquer pessoa cadastrada no *mailing* de uma de suas sedes receberá semanalmente mensagens de divulgação de apresentações musicais, exposições, palestras e minicursos, todos eles sempre relacionados ao mundo hispânico. Aparecem também propagandas de cursos de especialização e pós-graduação na Espanha. Tais atividades não se dirigem somente a um público especializado, mas também ao público em geral, e cumprem um papel duplo: os alunos podem frequentar as atividades culturais e completar, assim, sua formação, e, por outro lado, as mesmas atividades culturais podem atrair um público que não estuda espanhol e não tem vínculos com a língua, mas que pode vir a tê-los. Assim, afirma De Cock (2008), os produtos ensino e cultura funcionam como meio de promoção de forma recíproca.

A autora afirma ainda que, apesar dos esforços de promoção de atividades culturais, o Instituto Cervantes ainda é visto pelo grande público como uma escola de idiomas, imagem essa que não corresponde ao ideário da instituição, tal como se observa em sua *Memoria 1999-2000*.

El Instituto Cervantes no es una academia de idiomas. Su misión, tal como le encomienda la Ley fundacional, consiste en promover universalmente la enseñanza, el estudio, y el uso de la lengua y a esa promoción ha dedicado sus mayores esfuerzos en el último año²¹⁷. (*Memoria 1999-2000*, p. 15, apud DE COCK, 2008, p. 701)

No entanto, uma mudança de imagem só é possível por meio de ações concretas. Sendo assim, o Instituto Cervantes somente deixará de ser visto como uma escola de idiomas e ganhará o estatuto de centro de ensino e cultura com a promoção de ações específicas para esse fim. É precisamente aqui, entre essas ações concretas, que é possível situar o *Día E*, evento anual de proporções consideráveis, que coloca língua e cultura no mesmo pacote por meio da projeção — no âmbito cultural — do mundo hispânico. Nele, língua e cultura se relacionam como nas mais tradicionais promoções: compre um e ganhe o outro. Também podem ser consideradas ações que visam desconstruir a imagem de grande curso de idiomas, as inúmeras publicações anuais do

²¹⁷ “O Instituto Cervantes não é uma academia de idiomas, sua missão, tal como lhe recomenda a Lei fundacional, consiste em promover universalmente o ensino, o estudo e o uso da língua, e a essa promoção dedicou os maiores esforços no último ano”.

IC — como *Anuario, Plan de acción cultural e Español, una lengua viva* — além da realização dos CILE, *Congreso Internacional de la Lengua Española*, a cada três anos. E finalmente, ainda nesta linha de ações, é preciso mencionar os esforços da instituição para oferecer (ou simplesmente participar) formação para professores de espanhol como língua estrangeira. O *Portal de Formación de Profesores*²¹⁸ do Instituto Cervantes afirma que a instituição atua na formação de professores em quatro diferentes âmbitos: 1) *Máster Universitario en Enseñanza de Español Lengua Extranjera* (realizado em conjunto com a *Universidad Internacional Menéndez Pelayo*); 2) Cursos do IC (na sede em Alcalá de Henares ou em outras sedes, como a de São Paulo, por exemplo); 3) Elaboração de cursos à medida (de acordo com as necessidades de quem os encomenda) e cursos com outras instituições; 4) Cursos com a FEDELE (*Federación de Escuelas de Español como Lengua Extranjera*) e *Red de Centros Asociados* do IC.

“Se trata de cursos de iniciación y perfeccionamiento que pretenden tanto mejorar la competencia docente en ELE como profundizar en otros conocimientos relacionados con la enseñanza del español”²¹⁹, esclarece o *site*.

Criado em 2009, o *Día E* consiste em uma série de atividades presenciais e virtuais que têm início muito antes do mês de junho de cada ano. Há diferenças significativas entre as suas três primeiras versões (2009, 2010 e 2011) e as duas últimas (2012 e 2013), celebradas em um período de intensa crise econômica na Espanha, o que acarretou um grande corte no orçamento destinado ao IC.

A essência do evento, no entanto, é a mesma. O jornal espanhol *El País* publicou em 19 de junho de 2010 o artigo *Una fiesta de la lengua de Cervantes*, que deixa claro para o leitor mais atento qual é essa essência. Nele, Carmen Caffarel, então diretora, explica que o evento se celebra no dia 19 de junho porque “El nuestro es un idioma cálido, y este es el sábado más próximo al solsticio de verano”²²⁰. No mesmo ano, no *site* do evento, afirma-se que “Además este año se ha invitado a los países hispanoamericanos

²¹⁸ In: <http://cfp.cervantes.es/default.htm> Acesso 10/06/2011.

²¹⁹ “São cursos de iniciação e aperfeiçoamento que pretendem tanto melhorar a competência docente em ELE quanto aprofundar outros conhecimentos relacionados ao ensino de espanhol”.

²²⁰ “O nosso é um idioma cálido, e este é o sábado mais próximo ao solstício do verão”. Disponível em http://cultura.elpais.com/cultura/2010/06/19/actualidad/1276898403_850215.html Acesso 04/07/2013.

y toda la comunidad hispanohablante a unirse a la celebración.”²²¹ Como já se apontou no início do capítulo, trata-se de uma festa na qual os países hispano-americanos são meros convidados e na qual se festeja o espanhol — *la lengua* —, língua de Cervantes, língua *cálida* do hemisfério norte. E tudo isso apesar de o espanhol ser *la lengua que nos une* e o *Día E* “la fiesta de todos los que hablamos español”²²², embora na prática pareça pertencer mais a uns do que a outros.

O início foi marcado por ares de grandiosidade. Na edição de 2010, a atividade que inaugurava a festa consistia em escolher sua palavra favorita em espanhol e, posteriormente, votar em um *site* criado para o evento. Depois de votar era possível desenhar um pictograma e/ou gravar um rápido vídeo no qual se explica o porquê da escolha e postá-lo na internet. Os blogs criados para o evento, assim como o *site* oficial do *Día E* e o Youtube contêm inúmeros vídeos de palavras preferidas: idades, sotaques, procedências e preferências se misturam em um enorme mosaico que empurra o idioma para a tão almejada comunidade global, o espanhol é de todos. Na edição de 2011 já não é possível propor uma palavra favorita e a atividade prévia consiste somente em votar. O Instituto Cervantes escolheu o que chamou de *embajadores del español*²²³: trinta personalidades do mundo hispânico — das quais 21 são espanhóis — de diferentes áreas: escritores, empresários, esportistas, jornalistas, cozinheiros, dançarinos, atores etc. Cada um deles, sob o lema *el español, una lengua que nos une*, escolheu sua palavra preferida e cabia aos internautas votar em uma

²²¹ “Além do mais, este ano foram convidados os países hispanoamericanos e toda a comunidade hispanoparlante a unir-se à celebração”. Disponível em www.eldiae.es Acesso 29/09/2010.

²²² “a festa de todos que falamos espanhol”. Disponível em http://www.cervantes.es/FichasCultura/Ficha89018_00_1.htm Acesso 04/07/2013.

²²³ *Embajadores del español* da Edição 2011 do *Día E*: Alicia Alonso (Cuba, dança), Valentín Fuster (Espanha, medicina), Ferrán Adriá (Espanha, gastronomia), Ángel Corella (Espanha, dança), Antonio Skármeta (Chile, literatura), Mara Torres (Espanha, jornalismo), Boris Izaguirre (Venezuela, literatura), Justo Bolekia (Guinea Equatorial, linguística), Ana María Matute (Espanha, literatura), Raphael (Espanha, música), Margarita Salas (Espanha, ciência), Mario Vargas Llosa (Peru, literatura), Emilio Botín (Espanha, empresarial), Jaime Plensa (Espanha, artes plásticas), Rosario Flores (Espanha, música), Antonio Gamoneda (Espanha, literatura), Julián López (Espanha, touradas), Ricardo Darín (Argentina, cinema), Elena Ochoa (Espanha, artes/arquitetura), Isidre Fainé (Espanha, empresarial), Diego Forlán (Uruguai, esportes), Gael García Bernal (México, cinema), Chayane (Porto Rico, música), Eugenia Silva (Espanha, moda), Luis Rojas Marcos (Espanha, medicina), Juan Luis Guerra (República Dominicana, música), Pedro Piqueras (Espanha, jornalismo), Isabel Allende (Chile, literatura), Antonio Banderas (Espanha, cinema), María Dolores Pradera (Espanha, música), Vicente del Bosque (Espanha, esportes), Shakira (Colômbia, música) e Pau Gasol (Espanha, esportes). Disponível em <http://www.eldiae.es/vota-tu-palabra> Acesso 04/06/11.

delas. Em 2011, a palavra vencedora foi escolhida pelo ator mexicano Gael García Bernal: *querétaro*. Uma palavra que “ni siquiera viene en el diccionario de la Real Academia”²²⁴

Caracterizado por essas e outras atividades interativas, como a invenção de palavras para o *Ficcionario*, o desenho de pictogramas, jogos que medem conhecimentos em espanhol e oficinas infantis, o papel da palavra era fundamental na concepção inicial do *Día E*. Era através dela que o público passava a fazer parte dessa comunidade, a relação com esse mundo hispânico se dava dentro da palavra e também por meio dela. Além disso, a palavra parecia se encaixar bem no mundo das cifras fomentado pelo Instituto Cervantes, como é possível observar nas informações dadas por sua então diretora.

(...) de un millón de entradas en 2009 se ha pasado a cinco millones en esta edición, y de 20.000 palabras inventadas y reales se ha llegado a 300.000 propuestas este año. (El País, 19/06/2010)²²⁵

500 millones de personas hablan español.

El español es ya la segunda lengua del mundo en cuanto al número de hablantes nativos, el segundo idioma de comunicación internacional y el tercer idioma más utilizado en Internet. (...) En 2030, el 7,5% de la población mundial será hispanohablante. En 2050, Estados Unidos será el primer país hispanohablante del mundo.²²⁶ (www.eldiae.es, 2011)

A inserção do espanhol e de seus falantes no mundo globalizado se dava também por outra via. A palavra desempenhava outro papel crucial no *Día E*, o de minimizar a marca da variação dialetal e de uma hierarquia entre as diferentes variedades, afinal,

²²⁴ “Querétaro, la palabra más bonita del español”. El País, 18/06/2011. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/Queretaro/palabra/bonita/espanol/elpepucul/20110618elpepucul_2/Tes. Acesso 20/06/2011.

²²⁵ “(...) de 1 milhão de entradas em 2009 passou a 5 milhões nesta edição, e de 20.000 palavras inventadas e reais chegou-se a 300.000 propostas este ano” Disponível em http://cultura.elpais.com/cultura/2010/06/19/actualidad/1276898403_850215.html Acesso 04/07/2013.

²²⁶ “500 milhões de pessoas falam espanhol. O espanhol já é a segunda língua do mundo com relação ao número de falantes nativos, o segundo idioma de comunicação internacional e o terceiro idioma mais usado na Internet (...) em 2030, 7,5% da população mundial será hispanoparlante. Em 2050, os estados Unidos serão o primeiro país hispanoparlante do mundo.”. Disponível em <http://www.eldiae.es/es/quienes-somos> Acesso 07/06/11.

“el español no tiene dueño es de todos los que lo hablamos”²²⁷, afirmava Carmen Caffarel na abertura do evento em 2011. Uma rápida busca nas sessões de vídeos e pictogramas na edição de 2010 mostra que há palavras preferidas procedentes de diferentes variedades geográficas, o que de alguma forma rompe a barreira do *espanhol de* e coloca a língua — mais homogeneizada²²⁸ — em uma comunidade mais ampla, uma comunidade que, segundo o *site* oficial do evento, cada dia 19 de junho, era inundada pelo espanhol. De fato, em uma grande catarse, o *Día E* se inaugurava em todas as sedes do Instituto Cervantes precisamente (e literalmente) com uma chuva de palavras seguida por uma série de atividades interativas com letras, mais palavras, confecção de enormes murais de palavras, palavras, palavras. A relação que começava de forma virtual se tornava física.

O *Día E* caracteriza-se também por uma serie de atividades culturais: grupos musicais, grupos folclóricos, obras teatrais, oficinas, produtos típicos, comida, mostras de cinema, e um sem fim de atrativos. No meio de tudo isso também é possível realizar testes de conhecimento em língua espanhola e formalizar a matrícula no centro em questão para estudar espanhol; em algumas sedes são sorteadas bolsas de estudo durante o evento. Dessa forma, língua e cultura atraem e mantêm o público simultaneamente.

Dentro da perspectiva de língua e cultura como produtos, o *Día E* pode ser visto como a ocasião que em esses produtos ganham sua melhor embalagem. O evento, em muitas sedes, teve, sobretudo nas edições de 2010 e 2011, um caráter espetacular e

²²⁷“Querétaro, la palabra más bonita del español”. El País, 18/06/2011. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/Queretaro/palabra/bonita/espanol/elpepucul/20110618elpepucul_2/Tes. Acesso 20/06/2011.

²²⁸“(…) el Instituto Cervantes enseña un español que permite comunicarse con diferentes acentos y diferentes giros y que enseña la literatura, la pintura, el cine, la gastronomía, la ciencia, la danza, etc. creada por autores que piensan en español. Además, el Instituto Cervantes sirve de puente a otras instituciones en los países no hispanohablantes para que penetren en ellos. Constituimos un lugar de encuentro para todos los hispanistas del mundo, formamos a profesores de español como lengua extranjera...” afirma Carmen Caffarel em entrevista ao programa *Encuentros Digitales en RTVE.es* em 17/06/2011. “(…) o Instituto Cervantes ensina um espanhol que permite comunicar-se com diferentes sotaques e diferentes expressões e que mostra a literatura, a pintura, o cinema, a gastronomia, a ciência, a dança etc. criadas por autores que pensam em espanhol. Além disso, o Instituto Cervantes serve de ponte com outras instituições nos países não hispanoparlantes para que aí penetrem. Formamos um lugar de encontro para todos os hispanistas do mundo, formamos professores de espanhol como língua estrangeira...” Disponível em http://encuentrosdigitales.rtve.es/2011/carmen_caffarel.html. Acesso 20/06/2011.

esteve marcado por um cuidado estético muito significativo: fachadas cuidadosamente decoradas, blogs e logotipos confeccionados, vídeos publicitários gravados, jogos gigantescos elaborados, tudo dentro de um padrão que ao mesmo tempo se repetia e permitia manifestações locais (algo necessário para sustentar a proposta de diálogo entre culturas). A sedução do público se dava, entre outras coisas, pela aparência. No *Día E* o espanhol é (literalmente) bonito.

As versões de 2012 e 2013 contaram com festas mais discretas e com uma divulgação menor. A contenção de gastos fez com que se transformassem em celebrações com um caráter mais familiar, mais voltadas para a comunidade de cada centro, sem o apelo anterior para atrair o público em geral. A edição de 2013, por exemplo, se caracteriza por eventos virtuais, sendo o principal deles um concurso de contos.

A edição de 2012 manteve a figura dos *embajadores del español* (agora denominados padrinhos e madrinhas) mas incluiu personalidades de países não hispanoparlantes, cuja vida ou carreira está vinculada de alguma forma ao espanhol. É o caso de Ian Gibson, hispanista irlandês, Eva Lootz, artista plástica austríaca radicada na Espanha, Ara Malikian, violinista armênio também radicado na Espanha, ou Zaryn Dentzel, executivo norte-americano que criou uma popular rede social na Espanha. A presença de diferentes sotaques situa as palavras favoritas no âmbito da comunidade internacional e, para além dos muros da comunidade ibero-americana, o espanhol parece ainda mais globalizado. Com ou sem crise, o movimento de empurrar o espanhol para a comunidade internacional e para a etiqueta de *globalizado* é contínuo.

A palavra favorita da edição de 2012 foi *ojalá*, escolhida por Eva Lootz. Mas o que realmente merece nesta edição é a palavra favorita de Víctor García de la Concha, atual diretor do IC. Geralmente, cada *embajador*, ao dizer qual é sua palavra favorita, dá uma pequena explicação do porquê da escolha, como Isabel Allende em 2011, que escolhe *espíritu* porque “(...) abarca todo, lo que está fuera, lo que está dentro, el

universo completo. Y además es la misma en muchos idiomas (...)”²²⁹, ou Carolyn Richmond, que em 2012 escolhe *aurora* porque “(...) cuando aprendí español me explicaron que el español carecía bastante (...) de sonidos de consonantes y a mí me enseñaron que el 60% del español son vocales. Y sólo hay cinco vocales y entonces adoro vocales (...)”²³⁰ De la Concha, no entanto, não economiza explicações:

Como antiguo director de la Real Academia Española y como director ahora del Instituto Cervantes, yo tengo una palabra continuamente en mi boca. Esa palabra es panhispánico. Panhispánico es lo que hace todo el español, todo lo español. Panhispánico es aquella acción que emprendemos todos cuantos hablamos español. Y entonces yo pienso, si todos los que hablamos español nos uniéramos para defender nuestra lengua, su unidad, para propagarla, para enriquecerla con nuestra expresión, para hacerla cada vez más nuestra, para hacer que lo que es lenguaje materno sea efectivamente matriz de todas nuestras acciones, de nuestro pensamiento, de nuestras expresiones, nos encontraríamos con que lo que llamamos la comunidad iberoamericana de naciones sería una realidad, sería una verdadera comunidad trabada, tejida, cohesionada por la lengua, por eso yo soy eminentemente panhispánico y animo a todos a ser panhispánicos, es decir, abiertos a la colaboración con todos cuantos hablamos español²³¹.

Del Valle (2007a) afirma que o nacionalismo *panhispánico* — diferente do nacionalismo linguístico — nega as ideias de cultura e território compartilhados e libera o espanhol de qualquer amarra para que possa assumir um caráter expansivo e internacional. É possível observar, nesse pequeno manifesto de García de la Concha, que o próprio espanhol se coloca como *posnación lingüística*. O chamamento de De la

²²⁹ “(...) abarca tudo, o que está fora, o que está dentro, o universo completo e além disso, é a mesma em muitos idiomas(...)”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=BvxLwIGH3i0> Acesso 09/07/2013.

²³⁰ “(...) quando aprendi espanhol me explicaram que no espanhol faltavam (...) sons de consoantes e me mostraram que 60% do espanhol são vogais. E só existem 5 vogais, então adoro vogais (...)”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WZe3d8xKMa8> Acesso 09/07/2013.

²³¹ “Como antigo diretor da *Real Academia Española* e como agora diretor do Instituto Cervantes, tenho continuamente uma palavra em minha boca. Esta palavra é pan-hispânico. Pan-hispânico é o que faz todo o espanhol, tudo o que é espanhol. Pan-hispânico é aquela ação que empreendemos quantos falamos espanhol. E então penso, se todos os que falamos espanhol nos uníssemos para defender nossa língua, sua unidade para propagá-la, para enriquecê-la com nossa expressão, para fazê-la cada vez mais nossa, para fazer com que o que é linguagem materna seja efetivamente matriz de todas nossas ações, de nosso pensamento, de nossas expressões, nos encontraríamos com que o que chamamos de comunidade iberoamericana de nações fosse uma realidade, uma verdadeira comunidade trabalhada, tecida, coesa pela língua, por isto sou eminentemente pan-hispânico e animo a todos a ser pan-hispânicos, ou seja, abertos à colaboração com todos quantos falamos espanhol.” Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6zjB3VWht6M> Acesso 09/07/2013.

Concha é um retrato da ideologia linguística espanhola, que relaciona a língua — *la lengua, nuestra lengua* — a um valor superior, valor de união, de construção conjunta de uma grande nação que é, de alguma forma, a própria língua.

De um modo geral, o *Día E* reforça o papel desempenhado pela Espanha em relação à língua. Repetidas vezes mencionou-se que a Espanha ocupa um papel de tutor com relação ao espanhol, suas variedades e sua difusão pelo mundo. O *Día E* — representando aqui o Instituto Cervantes como instituição de difusão — reforça esse lugar na medida em que a língua e a cultura por ele apresentados só podem ser vistos através da Espanha. Não é possível enxergar o espanhol, ou a cultura espanhola e, inclusive, a cultura hispano-americana — tradicionalmente reduzidas a blocos — sem o véu, o filtro, ou qualquer outra metáfora que se possa usar, incorporada pela Espanha²³².

Situar o *Día E* no referencial teórico desenvolvido por Cooper (1997) leva a concluir que o espanhol — produto — de caráter multiuso, que serve a todos na comunidade global e pertence a todos (sem barreiras, sem fronteiras) na comunidade hispanoparlante, é difundido — comercializado — mundo afora junto com e também por meio da cultura — produto — que completa, enaltece e enfeita a demanda do público. Um olhar mais atento encontrará no verso da etiqueta que indica *necesário, internacional e globalizado* o indicador de procedência: *made in Spain*.

Essa propagação do espanhol como língua global de caráter multiuso e o fato de situar sua autoridade e seu valor nessas características, se encaixam no que Kathlyn Woolard (2007) denomina ideologia do anonimato.

(...) el esfuerzo por legitimar el español como voz anónima de ningún lugar ha llegado también en algunos casos a naturalizarlo como un vehículo de objetividad libre de perspectiva con acceso privilegiado a

²³² É possível afirmar que a cultura hispano-americana e a cultura espanhola têm sido tradicionalmente reduzidas a blocos. Na Espanha apagam-se conflitos internos, de origem linguística, cultural, política e econômica. A língua é a de Cervantes e não o catalão, o basco ou o galego. A América, com sua suposta raiz cultural comum (na que se apaga a violência impositiva dos processos de conquista e colonização), funciona como grande complemento dessa Espanha pasteurizada.

verdades imprescindibles para la modernidad.²³³ (WOOLARD, 2007, p. 136)

Na ideologia do anonimato, as línguas se apresentam como abertas e disponíveis e podem, da mesma forma, representar a todos e ser usadas por todos. Amarras culturais muito específicas precisam ser desfeitas, o que requer um intenso trabalho ideológico — mais do que linguístico. Observe-se que é precisamente o caso do dito *español general*: é mais importante convencer o público de sua existência do que convertê-lo em uma variedade palpável.

A história da expansão do espanhol — então castelhano — na Península Ibérica está calcada na ideia de *koiné*: “La koiné es la lengua de todos porque no es de nadie en particular. No se trata de una ‘lengua propia’ sino más bien de un recurso anónimo y por lo tanto universal”²³⁴ (2007, p. 136). Esse mito fundador oferece, segundo Woolard, o fundamento para uma versão bastante particular da sociedade contemporânea: nele já se detecta a ideologia do anonimato.

Cabe lembrar, no entanto, que uma língua ou variedade nunca é realmente de todos, pois sempre pertence mais a uns do que a outros. A escolha de uma língua ou variedade supõe a exclusão de outras. Tal seleção se faz por meio de critérios políticos e ideológicos. Assim, a seleção de uma variedade determinada supõe mais exclusão do que inclusão.

Woolard situa também a ideologia da autenticidade como uma das ideologias linguísticas que no mundo ocidental moderno sustentam a autoridade linguística. Autenticidade e anonimato naturalizam diferentes tipos de relação entre variedades linguísticas e estados da sociedade.

A ideologia da autenticidade se funda sobre a expressão genuína de uma comunidade, ou seja, situa o valor de uma língua como expressão do espírito de uma sociedade concreta. Na autenticidade, o que se explora é o autêntico, o local, as raízes.

²³³ “(...) o esforço por legitimar o espanhol como voz anônima de nenhum lugar chegou também, em alguns casos, a naturalizá-lo como um veículo de objetividade livre de perspectiva com acesso privilegiado a verdades imprescindíveis para a modernidade”

²³⁴ “A “koiné” é a língua de todos porque não é de ninguém em particular. Não se trata de uma “língua própria”, mas sim de um recurso anônimo e portanto universal”

Apesar de que, em um primeiro momento, não é possível detectar autenticidade na expansão global do espanhol, há, sim, uma clara tensão entre anonimato e autenticidade na ideologia linguística que circula nos espaços onde vive — e se difunde — o espanhol, e essa tensão se dá mais claramente no *panhispanismo*. Woolard observa essa tensão na própria defesa do espanhol globalizado: se por um lado ela se constrói sobre o anonimato da língua de todos, por outro ela também tem suas bases sobre o valor simbólico da língua como patrimônio histórico, identidade cultural, como a cara e a essência de uma comunidade ibero-americana.

É verdade que a autora afirma que hoje a ideologia da autenticidade costuma estar associada a línguas minoritárias ou a variedades com menor prestígio. Mas é verdade também que não se pode desvincular a autenticidade desse desejo de dar ao espanhol uma cara *panhispánica*. Por outro lado, ao ser toda a planificação linguística pensada e orquestrada pela Espanha, fica difícil limpar a língua das marcas que a relacionam com esse lugar e com essas pessoas: não é simples livrar-se das marcas da autenticidade para abraçar o anonimato.

Essa dificuldade de se afastar do autêntico se manifesta concretamente em alguns pontos. A título de exemplo, pode-se apontar a presença — constante e marcante — da família real espanhola, ou ainda as declarações e discursos do atual diretor do Instituto Cervantes, Víctor García de la Concha.

Todo ato relacionado à língua espanhola conta com a presença da família real espanhola. Assim foi na apresentação das obras da RAE, como o *Diccionario Panhispánico de Dudas*:

El texto básico del Diccionario Panhispánico de Dudas fue aprobado el 13 de octubre de 2004, en una sesión plenaria conjunta de la RAE y de la Asociación de Academias presidida por SS.AA. Los Príncipes de Asturias en el Monasterio de Yuso de San Millán de Cogolla.²³⁵ (DPD, Presentación, 2005)

²³⁵ “O texto básico do Diccionario Panhispánico de Dudas foi aprovado a 13 de outubro de 2004 em uma sessão plenária conjunta da RAE e da Associação de Academias presidida por SS.AA. os Príncipes de Astúrias no Mosteiro de Yuso de San Millán de Cogolla”.

Assim é anualmente na Reunião de Diretores e também na Reunião do Patronato do Instituto Cervantes, que contam com a presença e com a manifestação de membros da família real por meio de seus discursos.

O próprio García de la Concha, ao explicar a execução da política linguística *panhispánica*, quando ainda era diretor da RAE, afirma para a imprensa: “Fue un encargo del Rey”, como já se mencionou em outro capítulo. Em 2012, já como diretor do IC, afirma: “(...) la labor de expansión es posible por el apoyo decidido de la corona”²³⁶.



*Víctor García de la Concha e os Reis da Espanha durante apresentação do texto básico da Nueva Gramática de la Lengua Española em Medellín, Colombia*²³⁷.

Nada mais autêntico do que a benção simbólica da coroa espanhola, que além de marcar uma identidade muito peninsular para o espanhol, marca também sua relação com a América, fundada sobre um passado colonial.

Observe-se que esse passado colonial se esfumaça na imagem da Espanha moderna, globalizada e multilíngue propagada pelo anonimato, mas ganha (ou recupera) certo ranço imperialista quando relacionada à monarquia.

No capítulo 4 já se apontou que, dentro do quadro atual, a escolha de Víctor García de la Concha para a direção do IC parece acertada. Mas se por um lado ele possui atributos de bom administrador, por outro ele expõe paradoxos de difícil transposição

²³⁶ “(...) O trabalho de expansão é possível pelo apoio decidido da coroa”. “La lengua no está en crisis” 13/06/12 *El Universal*. Disponível em <http://www.eluniversal.com.mx/notas/853200.html> Acesso 17/06/12.

²³⁷ Disponível em <<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/03/24/cultura/1174762678.html>> Acesso 08/07/2013.

para a *hispanofonía*, que se manifestam aqui precisamente na forte tensão entre anonimato e autenticidade, entre o que é supostamente de todos e o que é marcadamente espanhol. García de la Concha é autêntico. Isso não significa que ele não se esforce para fortalecer os alicerces da *hispanofonía*. Em 2000, ainda diretor da RAE, reformula a frase pronunciada por Fernando Cruz em 1892²³⁸, “la lengua nos hace patria común en una concordia superior” (a língua faz de nós pátria comum em concórdia superior) e reforça a ideia da língua espanhola como vínculo entre os povos (VÁZQUEZ, 2008). Em 2012 toma posse da direção do IC afirmando “Hemos de lograr, y estoy seguro de que vamos a lograr, que el Cervantes sea sentido en América como algo propio, simplemente porque lo es.”²³⁹. No entanto, na apresentação do *Plan de Acción Cultural* de 2013 deixa bastante claro que o IC é uma casa espanhola — espanhola e central.

(...) Nosotros simplemente queremos poder llegar a todo el mundo con un mensaje de lo que realmente es la cultura, que es la que nos presenta en aquello que somos, la que nos configura como realmente somos. Entonces es cierto que el programa ya no es tan amplio como otros años, pero todo lo que hay es realmente cultura, cultura de España, cultura de lo hispánico. Nos están ayudando mucho en estos momentos, quiero subrayarlo, todos los países iberoamericanos, los gobiernos de los países iberoamericanos están proyectando cultura de sus países en todos los centros Cervantes, y esto nos parece maravilloso, nosotros colocamos sus banderas, aquello ya no es solamente la casa de España, es la casa de Guatemala, la casa de Colombia, la casa de Perú, la casa de Chile y eso es maravilloso porque no solamente es una ayuda que en estos momentos tiene una especial significación, sino que da la verdadera dimensión de lo que esta casa quiere ser, que *es una casa central* pero no es una casa absorbente, es una casa abierta a todos cuantos hablamos español (...) ²⁴⁰.

²³⁸ O acadêmico guatemalteco Fernando Cruz afirma em 1892, durante o *Congreso Literario hispanoamericano*, “Nada simboliza tan completamente la patria como la lengua” (VÁZQUEZ, 2008).

²³⁹ “Vamos conseguir, e estou seguro de que vamos conseguir que o Cervantes seja sentido na América como algo próprio, simplesmente porque o é”. Discurso de Víctor García de la Concha na posse da diretoria do Instituto Cervantes em 01/02/12. Disponível em http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2012/noticias/nota-discurso-toma-posesion-victor-garcia-de-la-concha.htm Acesso 07/02/12.

²⁴⁰ “(...) nós simplesmente queremos poder chegar a todo o mundo com uma mensagem do que realmente é a cultura, que é a que nos apresenta naquilo que somos, a que nos configura como realmente somos. Então é certo que o programa já não é tão amplo como em outros anos, mas tudo o que há é realmente cultura, cultura da Espanha, cultura do hispânico. Estão nos ajudando muito nestes momentos, quero sublinhar, todos os países iberoamericanos, os governos dos países iberoamericanos estão projetando cultura de seus países em todos os centros Cervantes, e isto nos parece maravilhoso,

Dessa forma, explicita algo que até então aparecia de forma não enunciada — talvez pelo ar de naturalidade que se queria imprimir —: a Espanha ocupa um lugar privilegiado. E De la Concha menciona com todas as letras esse papel central (e consequentemente privilegiado) em seus discursos e declarações, inclusive sob o risco de resgatar um passado colonial que, para o anonimato, não convém trazer à luz.

Recuerdo que, a poco de emprender su andadura [el Instituto Cervantes], invitó la Real Academia a su primer director, Nicolás Sánchez Albornoz, a explicar ante el Pleno académico los objetivos y propósitos de la nueva Institución. [...] Con el ingenio que le caracterizaba Fernando Lázaro Carreter [então diretor da RAE] resumió al final: “está claro, los Académicos somos los padres conciliares y el Cervantes formará y enviará a todo el mundo misioneros que enseñarán el evangelio del español”.

(...)

Aquí está hoy junto a mis compañeros de la RAE, cuya compañía agradezco muy sinceramente, un miembro de la Academia Paraguaya de la Lengua Española, nuestro correspondiente el P. Barteméu Meliá, que vivió gran parte de su vida, como un quijote cristiano y libre, en la selva con tribus desconocidas hecho un indígena más y que fundió con nuestra lengua lenguas extrañas de la familia guaraní. Es todo un símbolo.²⁴¹ (Víctor Gracia de la Concha, Discurso da posse da diretoria do IC, 2012)

colocamos sua bandeiras, aquilo não é somente a casa da Espanha, é a casa da Guatemala, a casa da Colômbia, a casa do Chile e isto é maravilhoso porque não é somente uma ajuda que nestes momentos tem um significado muito especial, mas sim o que dá a verdadeira dimensão do que esta casa quer ser, que é **uma casa central**, mas não é uma casa absorvente, é uma casa aberta a todos quantos falamos espanhol (...). O grifo é nosso. Transcrição de fragmento da apresentação do *Plan de acción cultural 2013*, disponível em www.cervantestv.es/2013/01/29/actividades-culturales-de-2013 Acesso 08/07/2013.

²⁴¹ “Recordo que, um pouco antes de iniciar seu caminho,[o IC] convidou a Real Academia, seu primeiro diretor, Nicolás Sanchez Albornoz, a explicar perante o PLENO académico os objetivos e propósitos da nova instituição. [...] com a inteligência que o caracterizava Fernando Lázaro Carreter [então diretor da RAE] resumiu ao final: está claro, nós os Acadêmicos somos os pais conciliares e o Cervantes formará e enviará a todo o mundo missionários que ensinarão o evangelho do espanhol. (...) Aqui está hoje, junto a meus companheiros da RAE, cuja companhia agradeço sinceramente, um membro da Academia Paraguaya de Língua espanhola, nosso correspondente o Pe. Bartolomé Meliá, que viu grande parte de sua vida como um Quixote cristão e livre, na selva com tribos desconhecidas como um indígena a mais, e que fundiu com nossa língua línguas estranhas da família guarani. É todo um símbolo”. Fragmentos do Discurso de Víctor García de la Concha na posse da diretoria do Instituto Cervantes em 01/02/12. Disponível em http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2012/noticias/nota-discurso-toma-posesion-victor-garcia-de-la-concha.htm Acesso 07/02/12.

É possível concluir que, em suas falas, o atual diretor do IC deixa patentes brechas, ou melhor, rachaduras da ideologia linguística que acompanha a língua espanhola. Para sobreviver, essa ideologia precisa que se aceite com a mesma naturalidade que os lucros políticos e econômicos gerados pela expansão mundial (ou *universal*, como diz García de la Concha) do espanhol não sejam divididos *en pie de igualdad*; e que os *misioneros de la lengua* de Lázaro Carreter, depois de fazerem com que a América sinta o Instituto Cervantes como algo próprio, voltem para casa com os baús cheios de ouro e deixem na América somente uma parcela dos frutos da pátria comum.

Este capítulo teve como objetivo observar a execução da planificação linguística espanhola por meio das ações de seu principal agente, o Instituto Cervantes. No capítulo 6 serão analisados alguns dos instrumentos linguísticos aplicados na planificação analisada aqui, o que permitirá a reflexão sobre a natureza da variedade, ou eventualmente variedades, difundidas na expansão mundial do espanhol. Quem é e como soa afinal, *la lengua*?

Capítulo 6

¿La lengua?

Este é o último capítulo do estudo que se apresenta aqui. Os capítulos anteriores trataram de estabelecer o contexto em que surge e se move o dito *español general* — *la lengua* — no âmbito da política linguística espanhola. Para tanto, foram apontados importantes aspectos relacionados à sociologia, à linguística, às ideologias linguísticas, à história e à economia, todos eles imprescindíveis para a análise glotopolítica²⁴² proposta. Este último capítulo tem como objetivos procurar, literalmente, o *español general* e tentar averiguar quem é e como soa a tão comentada *la lengua*. Os capítulos anteriores mostraram que, para além da existência palpável dessa suposta variedade, a sua propagação enquanto ideia e produto responde aos objetivos da *hispanofonía* e da planificação linguística posta em prática pela Espanha nas últimas décadas. Mas uma vez que essa planificação linguística criou mecanismos de difusão internacional bastante concretos — e o Instituto Cervantes é o melhor exemplo disso —, pareceu acertado olhar mais detidamente para esse produto que se propaga (ou se vende) mundo afora.

Dessa forma, o presente capítulo consiste na análise de alguns instrumentos linguísticos usados pelo IC, principalmente aqueles destinados ao ensino de espanhol como língua estrangeira (ELE). Talvez a palavra análise não seja a mais apropriada, uma vez que não serão comentados aqui aspectos relacionados à metodologia e abordagem, à concepção de língua e aprendizagem, à tipologia de atividades, a gêneros textuais, avaliação etc. Aqui o cerne encontra-se em dois pontos concretos: 1) observar a variedade linguística adotada nos manuais (apresentação, enunciados), além das que aparecem em textos escritos e orais; e 2) observar como é tratada a diversidade, ou seja, dentro do próprio ideal *panhispánico*, como se mostra ao aluno que o espanhol é uma língua plural, multicultural e policêntrica.

²⁴² Como mencionado nos capítulos 2 e 5, o termo glotopolítica está sendo usado neste trabalho para referir-se à participação das ações sobre as línguas nas relações de poder.

A análise tem início com o *Plan Curricular del Instituto Cervantes* (2007), coleção de três volumes que tem como objetivo oferecer um amplo repertório de material que possa servir a diferentes fins nos processos de ensino, aprendizagem e avaliação do espanhol. De acordo com o próprio *Plan Curricular*, ele não se destina somente às equipes docentes do IC, mas aos profissionais de ensino de espanhol em geral.

Depois, serão analisados os livros adotados pelas sedes do Cervantes no Brasil. A inclusão de materiais usados em outros países do mundo propiciaria uma visão muito mais ampla, contudo, esse recorte — centros brasileiros — se sustenta, uma vez que o Brasil é o país do mundo com maior número de sedes do IC (oito) e porque constitui um foco importante e estratégico no projeto de expansão do espanhol como língua estrangeira. Foram escolhidos materiais que se usam em todos (ou quase todos) os centros. Casos isolados não foram contemplados porque não são de fato representativos; por exemplo, o livro *Prisma* (2007), usado somente no IC de São Paulo, ou *Abanico* (2005), usado somente no IC de Salvador, não foram analisados. Assim, os materiais analisados aqui são *Gente 1* (2008), *El ventilador* (2006) e a coleção de quatro volumes do *Aula Internacional* (2005, 2006 e 2007), todos da Editorial espanhola *Difusión*.

Finalmente, faz-se uma rápida análise de *El libro del español correcto* (2012), recente publicação do Instituto Cervantes que inaugura seu ingresso no mundo das obras explicitamente prescritivas, e que não se destina exclusivamente ao ensino de espanhol LE, mas também a falantes nativos.

6.1 Central vs. Policêntrico: a dança das cadeiras dos enunciados *panhispánicos*

Esta análise tem início com o *Plan curricular del Instituto Cervantes. Niveles de referencia para el español*, projeto desenvolvido pela área acadêmica da instituição que, de acordo com as recomendações do Conselho da Europa, desenvolve e determina os níveis de referência para o espanhol. De acordo com o IC, esses níveis de referência garantem que o ensino de espanhol LE ocorra com base em diretrizes que

(...) permiten articular bases comunes de acción pedagógica, asentadas en el *Plan curricular*, y establecidas en una oferta de cursos que pretende proporcionar una respuesta adecuada a las

distintas necesidades y situaciones de la enseñanza y del aprendizaje (...) ²⁴³ (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 09)

Como já se mencionou, trata-se de uma coleção de três volumes, cada um deles destinado aos níveis comuns de referência — A1/A2, B1/B2 e C1/C2 — determinados pelo *Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas* (MCER). Os conteúdos dos níveis de referência apresentam a mesma estrutura nos três volumes: objetivos gerais e inventários ²⁴⁴ com a descrição do material necessário para a realização de atividades. As descrições dos inventários incluem material linguístico e não linguístico “(...) que se ha considerado pertinente para ofrecer un tratamiento amplio de la lengua desde la perspectiva de la comunicación ²⁴⁵” (2007, p. 13). Essa perspectiva comunicativa responde ao pragmatismo inerente às ideias de língua útil, língua franca, necessárias para a expansão internacional.

Ainda com o propósito expansivo, é bastante conveniente o vínculo com o MCER, que pode situar o espanhol no mesmo patamar que as demais línguas europeias — preferencialmente as de maior alcance — e estabelecer uma conexão clara e direta entre *la lengua* e a Europa, o que pode lhe render um *status* interessante. Assim, afirma o *Plan curricular*, os materiais que constituem os níveis de referência para o espanhol foram elaborados de acordo com as diretrizes do *Departamento de Política Lingüística del Consejo de Europa*, com o objetivo de garantir a coerência com as descrições desenvolvidas para outras línguas europeias (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007).

²⁴³ “(...) permiten articular bases comunes de acción pedagógica, basadas no *Plan Curricular*, e estabelecidas em uma oferta de cursos que pretende proporcionar uma resposta adequada às distintas necesidades e situaciones do ensino e da aprendizagem”.

²⁴⁴ À exceção do primeiro volume, que conta com uma apresentação de todo o projeto, os capítulos de cada volume do *Plan curricular* são: 1) *Objetivos generales* (objetivos gerais); 2) *Gramática* (gramática); 3) *Pronunciación y prosodia* (pronúncia e prosódia); 4) *Ortografía* (ortografia); 5) *Funciones* (funções); 6) *Tácticas y estrategias pragmáticas* (táticas e estratégias pragmáticas); 7) *Géneros discursivos y productos textuales* (gêneros discursivos e produtos textuais); 8) *Nociones generales* (noções gerais); 9) *Nociones específicas* (noções específicas); 10) *Referentes culturales* (referentes culturais); 11) *Saberes y comportamientos socioculturales* (saberes e comportamentos socioculturais); 12) *Habilidades y actitudes interculturales* (habilidades e atitudes interculturais) e 13) *Procedimientos de aprendizaje* (procedimentos de aprendizagem). Todos eles (menos o capítulo 1) contam com uma introdução e um inventário.

²⁴⁵ “(...) que considerou-se pertinente para ofrecer un tratamiento amplio da língua a partir da perspectiva da comunicação”.

A tarefa do Instituto Cervantes de difundir o espanhol pelo mundo se explicita já na apresentação do primeiro volume: “Es nuestro deseo avanzar con todos los interesados en la enseñanza del español en el desarrollo de los instrumentos más eficaces para la docencia y la difusión de la lengua²⁴⁶” (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 8)

A lo largo de estos años el Instituto ha entendido en todo momento el importante compromiso adquirido en la tarea de dar adecuada proyección internacional a una lengua que constituye un valiosísimo patrimonio no solo cultural, sino también económico²⁴⁷. (p. 7)

A introdução geral do primeiro volume da coleção conta com um subcapítulo cujo título é “Norma lingüística y variedades del español” (pp. 59-61). Nele afirma-se que o espanhol é uma língua que conta com várias normas cultas (correspondentes a diferentes lugares) e que a extensão geográfica do mundo hispânico e seu elevado número de falantes fazem com que seja necessário considerar sua complexidade ao descrever a língua e a comunidade cultural hispânica. Afirma-se também que tudo isso foi considerado na seleção do material lingüístico do *Plan Curricular* do IC e que esse material corresponde *preferentemente* à norma culta da variedade centro-norte peninsular espanhola. E a palavra *preferentemente*, usada na obra, dá início ao que pode parecer certo ruído dentro do conjunto de enunciados que conformam as justificativas e explicações sobre a *política lingüística panhispánica*. O que significa *preferentemente*? Se levado ao pé da letra, segundo o dicionário da própria RAE, *preferencia* supõe primazia, vantagem, a escolha de algo entre vários. Como se a escolha de uma determinada variedade não fosse suficiente para lhe conferir ares de superioridade com relação às demais, pareceu necessária a ênfase por meio da indicação explícita da preferência. E explica-se:

La selección de esta variedad se sustenta en los rasgos comunes que comparte con las restantes normas cultas del mundo hispánico y en su proyección dentro del modelo estandarizado prestigioso de la

²⁴⁶ “É nosso desejo avançar com todos os interessados no ensino do espanhol no desenvolvimento dos instrumentos mais eficazes para a docência e a difusão da língua”.

²⁴⁷ “Ao longo destes anos o Instituto compreendeu em todos os momentos o importante compromisso adquirido na tarefa de dar uma adequada projeção internacional a uma língua que constitui um valiosíssimo patrimônio não só cultural, mas também econômico”.

lengua para la propia comunidad hispánica, a lo que habría que añadir la propia adscripción de la institución encargada de elaborar el Plan Curricular²⁴⁸. (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 59)

Em resumo, dentro dos objetivos expressos pela instituição, trata-se da difusão e consequente expansão da variedade centro-norte espanhola (ou o já conhecido *español da Espanha* de outras épocas), uma vez que ela, de acordo com o IC e o MCER, é comum e geral, goza de maior prestígio entre as normas cultas da língua dentro do próprio mundo hispânico e, claro, uma vez que o Instituto Cervantes é espanhol, nada mais natural do que difundir sua própria variedade (comum, geral e prestigiosa). E aqui salta inadvertidamente um rompante de autenticidade em meio a um discurso que quer se inscrever no anonimato e alcançar o *status* de internacional, de globalizado. Observe-se que não se faz menção às demais normas peninsulares e a variedade centro-norte é tratada como se fosse a única (ou a única que vale a pena mencionar) não só no território que lhe corresponde, mas em toda a Península Ibérica.

Como se vê, a justificativa para a escolha da variedade adotada retoma a certeza espanhola de ocupar um lugar naturalmente privilegiado e claramente superior dentro do mundo hispânico. Dentro da sonhada comunidade ibero-americana, nem todos são iguais e, como já se apontou em capítulos anteriores, o equilíbrio *panhispánico* se baseia em uma estrutura em que o poder não se divide.

O subcapítulo em questão também afirma que a norma culta centro-norte peninsular espanhola é somente uma das várias normas cultas da língua espanhola, motivo pelo qual são “(...) anotadas y comentadas especificaciones de considerable extensión en las que la *norma central* descrita no coincide com amplias zonas lingüísticas del mundo hispánico”²⁴⁹ (p. 59). Interessante observar novamente o uso de *central*. No capítulo anterior foi possível ver como Víctor García de la Concha se refere ao Instituto Cervantes como *casa central* durante a apresentação do *Plan de Acción Cultural* de 2013. Aqui, no *Plan Curricular* da instituição, aparece a variedade escolhida como

²⁴⁸“A seleção desta variedade sustenta-se nos traços comuns que compartilha com as normas cultas restantes do mundo hispânico e em sua projeção dentro do prestigioso modelo padronizado da língua para a própria comunidade hispânica, ao que deveria se acrescentar a própria adscrição da instituição encarregada de elaborar o *Plan Curricular*”.

²⁴⁹O grifo é nosso. “(...) anotadas e comentadas especificações de considerável extensão nas quais a *norma central* descrita não coincide com amplas zonas linguísticas do mundo hispânico”.

norma central; nada mais natural, já que ela está diretamente relacionada a uma *casa central*. De fato, é possível inferir que, no universo *panhispánico* e na ideologia por ele propagada, a Espanha²⁵⁰ ocupa um lugar destacado: isso fica patente em seus próprios enunciados. No entanto, há certas discrepâncias nesses enunciados quando se trata da relação entre as diferentes variedades do espanhol, ou seja, na própria realização da diversidade. Já se citou neste trabalho o fragmento presente no portal da RAE que faz parte das explicações sobre a *política lingüística panhispánica* e o trabalho conjunto de todas as academias: “Las Academias desempeñan ese trabajo desde la conciencia de que la norma del español no tiene un eje único, el de su realización española, sino que su carácter es policéntrico”²⁵¹. (Real Academia Española²⁵²). Na RAE, o policentrismo aparece como elemento constitutivo da língua que determina, ao menos em teoria, a legitimidade de todas as suas realizações. Já para Humberto López Morales, como se viu no capítulo 1 deste trabalho, a ideia de policentrismo — a partir de suas perspectivas teóricas — poderia ser prejudicial aos ideais *panhispánicos* relacionados à unidade da língua.

(...) en ocasiones saltan por aquí y por allá algunas posturas teóricas, que esgrimiendo el estandarte del llamado policentrismo harían pensar en la existencia de una diversidad más que acentuada²⁵³. (LÓPEZ MORALES, 2010, p. 358)

Como também se apontou no capítulo 1, na perspectiva da Análise do Discurso, a formação discursiva é o modo de se relacionar com a ideologia vigente, ou seja, ela define o que pode ser dito dentro de uma formação ideológica. Contudo, as formações discursivas não são blocos homogêneos de funcionamento estável, “(...) são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 1999, p. 44). E isso fica patente nos diferentes sentidos que se produzem

²⁵⁰ Uma Espanha parcial, de fato, relacionada aos centros de poder e ao reflexo de seus projetos políticos e estatais.

²⁵¹ “As Academias desempenham este trabalho a partir da consciência de que a norma do espanhol não tem um eixo único, o de sua realização espanhola, mas sim de que seu caráter é policêntrico”.

²⁵² Disponível em <http://www.rae.es/rae%5CNoticias.nsf/Portada4?ReadForm&menu=4> Acesso 20/8/2013.

²⁵³ “(...) em ocasiões saltam por aqui e por ali algumas posturas teóricas, que esgrimindo o estandarte do chamado ‘policentrismo’ fariam pensar na existência de uma diversidade mais que acentuada”.

com os usos de policentrismo apontados aqui. Observe-se que os termos policentrismo / policêntrico, por meio dos significados que assumem em diferentes enunciados inscritos em uma mesma formação discursiva, mostram essa contradição interna apontada por Orlandi (1999). Na RAE ela se coloca como fato (positivo) constitutivo da língua, para López Morales configura uma ameaça, e para o Instituto Cervantes ela não existe, ou seja, sua ausência (e conseqüente substituição) produzirá sentidos que chocam com os dos dois enunciados anteriores, por sua vez contraditórios entre si.

A palavra policentrismo não é mencionada nenhuma vez no subcapítulo do *Plan curricular*, dedicado à escolha e justificativa acerca de uma variedade determinada (o já mencionado “Norma lingüística y variedades del español”). Por outro lado, a presença insistente do *central* fica bastante clara nos dizeres e fazeres do Instituto Cervantes enquanto sujeito.

As considerações sobre a questão das variedades seguem, e o *Plan curricular* afirma ainda que as variedades contempladas (para além da *central*) são gerais e de fácil compreensão, suas áreas de uso e validade são amplas e, além disso, são atuais e apresentam informação útil para a competência comunicativa. Da mesma forma, afirma, foram elaborados os inventários culturais que marcam a frequência e a importância de elementos referentes à América, e o conteúdo sociocultural que, apesar de se concentrar na realidade espanhola, incorpora também outras cotidianidades hispânicas (que aqui, ao não serem centrais, são marginais e periféricas).

Finalmente, afirma que os inventários permitem a cada professor de espanhol como língua estrangeira graduar a importância e o tempo despendido ao tratar traços dialetais e diversidade cultural.

Tudo isso se diz no primeiro volume da coleção, em um subcapítulo que é parte da apresentação geral do *Plan curricular*. Contudo, uma rápida análise dos inventários presentes nos três volumes — conseqüentemente nos três níveis contemplados para o

ensino de ELE —, mostra que as afirmações mencionadas se cumprem apenas parcialmente.

De fato, a variedade escolhida e contemplada é a centro-norte espanhola. Já as demais variedades dialetais do espanhol praticamente não aparecem, a começar pelas demais variedades peninsulares, que recebem pouquíssimas menções ao longo dos três volumes. Já a América recebe, normalmente de forma generalizada, algumas menções ao longo da coleção. Por exemplo, no volume dedicado ao nível A1/A2, o inventário de *Gramática* apresenta informações sobre o *Pronombre Sujeto* (pronome sujeito) da seguinte forma:

- Paradigma de las tres personas gramaticales *yo, tú, él, nosotros, vosotros, ellos*
- Variación de género: 3ª persona de singular y de plural; 1ª y 2ª personas de plural *él/ella, ellos/ellas; nosotros/nosotras; vosotros/vosotras*
- [Zonas voseantes de Hispanoamérica] Forma *vos* para 2ª persona del singular. Coexistencia del tuteo con mayor o menor alternancia de formas con el voseo
- [México, excepto Chiapas, y El Caribe] Uso exclusivo del tuteo
- La forma *usted/ustedes* [Hispanoamérica, España: variedades meridionales y Canarias] Uso exclusivo de la forma *ustedes* para la 2ª persona del plural. Ausencia de las formas *vosotros/as*²⁵⁴ (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 120)

Apesar da eventual menção a regiões específicas, o mais comum é que as referências a variedades americanas apareçam com a indicação [*Hispanoamérica*] de forma generalizada e sem maiores especificações.

Os inventários de *Referentes Culturales* são bastante abrangentes (e bastante exagerados para o que se espera de um aluno de língua estrangeira) e apresentam informações sobre todo o mundo hispânico. Contam com os seguintes itens: governo e

²⁵⁴ “- Paradigma das três pessoas gramaticais *yo, tú, él, nosotros, vosotros, ellos*

- Variação de gênero: 3ª pessoa do singular e do plural; 1ª e 2ª pessoas do plural *él/ella, ellos/ellas; nosotros/nosotras; vosotros/vosotras*

- [Zonas voseantes da Hispanoamérica] Forma *vos* para 2ª pessoa do singular. Coexistência do tuteo com maior ou menor alternância de formas com o voseo

- [México, exceto Chiapas, e Caribe] Uso exclusivo do tuteo

- A forma *usted/ustedes* [Hispanoamérica, Espanha: variedades meridionais e Canárias] Uso exclusivo da forma *ustedes* para a 2ª pessoa do plural. Ausência das formas *vosotros/as*”.

política; organização territorial e administrativa; economia e indústria; medicina e sanidade; meios de comunicação e transporte; religião; política linguística; acontecimentos e protagonistas do passado e do presente; produtos e criações culturais. Apesar de conter informações bastante completas sobre diferentes lugares, os conteúdos relacionados à política linguística situam a Espanha em sua posição *central* com relação ao resto do mundo hispânico:

Fase de aproximación

- Lenguas oficiales y cooficiales
- Organismos públicos e instituciones para el cuidado y fomento de la lengua: Real Academia Española, Asociación de Academias de Lengua Española, Institut d'Estudis Catalans, Real Academia Galega, Real Academia de la Lengua Vazca-Euskalzaindia...
- Organismos públicos e instituciones para la difusión de lengua y cultura

Fase de profundización

- Ámbito de uso de las lenguas oficiales y cooficiales
- Congresos de la Lengua Española
- Lenguas mayoritarias y minoritarias

Fase de consolidación

- Actuaciones de gobiernos e instituciones oficiales em materia de política lingüística
- Política educativa em comunidades bilingües en España
- La lengua y su relación con la identidad territorial²⁵⁵ (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p.382)

Já os inventários de *Saberes y comportamientos socioculturales* (com conteúdos do tipo *La unidad familiar: concepto y estructura* ou *Actividades de ocio, hábitos y aficiones*), *Funciones* (com conteúdos do tipo *Expresar opiniones, actitudes y*

²⁵⁵ “Fase de aproximação

- Línguas oficiais e cooficiais
- Organismos públicos e instituições para cuidado e fomento da língua: *Real Academia Española, Asociación de Academias de Lengua Española, Institut d'Estudis Catalans, Real Academia Galega, Real Academia de la Lengua Vazca-Euskalzaindia...*
- Organismos públicos e instituições para difusão de língua e cultura

Fase de aprofundamento

- Âmbito de uso das línguas oficiais e cooficiais
- Congressos de Língua Espanhola
- Línguas majoritárias e minoritárias

Fase de consolidação

- Ações de governos e instituições oficiais em matéria de política linguística
- Política educativa em comunidades bilíngues na Espanha
- A língua e sua relação com a identidade territorial”.

conocimientos ou *Expesar gustos, deseos y sentimientos*), *Tácticas y estrategias pragmáticas* (com conteúdos do tipo *Construcción e interpretación del discurso* ou *Modalización*) e *Nociones generales y específicas* (com conteúdos relacionados a estruturas comunicativas e léxico) se concentram unicamente na realidade espanhola — mais especificamente a centro-norte (comum, geral e prestigiosa).

As referências às variedades do espanhol aumentam um pouco conforme o aluno avança em seu grau de proficiência na língua. No volume dedicado ao nível B1/B2, há mais indicações (e mais completas) sobre a diversidade do que no nível A1/A2, e tais indicações aparecem no nível C1/C2 mais do que nos dois volumes anteriores. Segue-se uma espécie de gradação que parece indicar que o aluno só é capaz de enfrentar a variação e conseqüentemente a diversidade a medida que vai se tornando mais fluente na língua. Tal gradação repete uma postura bastante tradicional (no sentido de sua frequência e antiguidade) no ensino de ELE: a transformação da variação dialetal em conteúdo a ser aprendido de forma complementar. A diversidade deixa de ser fato constitutivo da língua e se transforma em um conteúdo a mais. Isso tem efeitos bastante efetivos para a sedimentação da ideia de *la lengua, do español general*, da variedade centro-norte espanhola ou de qualquer outra denominação que se queira usar. Essa variedade passa a ser a única (central/cêntrica), ou seja, do ponto de vista discursivo ela é o eixo, é a base, é a essência. As demais realizações linguísticas são simplesmente manifestações, acontecimentos isolados ou adornos exóticos (periferia). No imaginário do aluno de ELE, as demais normas do espanhol (que, segundo o *Plan curricular* do IC, são tão válidas quanto a centro-norte peninsular espanhola) ocupam, inevitavelmente, o lugar da exceção e do marginal, a despeito do número de menções à variação dialetal que poderia aparecer nos níveis mais avançados.

Observe-se o caminho percorrido pelos significados de policentrismo: de fato constitutivo da língua, passa por ameaça, se torna fato marginal e finalmente desaparece, substituído pelo *central*, que indica não só a escolha ou a legitimidade de uma variedade dada, mas sua existência, enquanto eixo linguístico. E assim se sedimenta *la lengua* aos olhos do aluno de ELE. No final dessa dança das cadeiras, quem se senta é o cêntrico/central, já o policêntrico (transformado em periferia) ficará

de pé, e conseqüentemente de fora. E ainda nesse movimento de coisificação da língua e de sua diversidade, o IC insiste:

De todo ello resulta un conjunto de inventarios rico y plural que abarca la realidad de una lengua *rentable, común y extensa*, y de la diversidad cultural de la comunidad de hablantes a la que corresponde, que los estudiantes no pueden desconocer²⁵⁶. (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 60)

De fato, trata-se de *uma* língua, de um produto, como já se apontou em capítulos anteriores, cuja diversidade cultural se transforma em atrativo e anula — pois ela é suficiente e mais adequada a um mundo globalizado — a diversidade linguística. Isso pode ser observado nas aproximadamente trinta páginas dedicadas aos inventários de referentes culturais que contam com variada informação sobre todo o mundo hispânico.

O que se disse até aqui corresponde às determinações de como deve ser — no âmbito da planificação linguística espanhola — o espanhol ensinado como LE, uma vez que quem as elabora é a instituição criada justamente para a difusão do espanhol, amparada pelas determinações de organismos oficiais que também se dedicam à difusão linguística. A partir de agora, se observará de que maneira tais determinações chegam à sala de aula e, conseqüentemente, ao aluno, através da análise de materiais didáticos.

6.2 Material didático

O primeiro material a ser analisado é o *Gente 1*, publicado pela editora *Difusión* e dedicado a alunos iniciantes (nível A1/A2). Não há, na apresentação do material, nenhuma menção à variedade adotada ou às variedades do espanhol em geral. No entanto, afirma que “Escuelas de idiomas, universidades y centros del Instituto Cervantes de todo el mundo han elegido nuestro manual para enseñar español²⁵⁷” (2008, p. 5), o que marca uma relação direta com o IC, visto que é a única instituição

²⁵⁶ O grifo é nosso. “De tudo isto resulta um conjunto de inventários rico e plural que abarca a realidade de uma língua *rentável, comum e extensa*, e da diversidade cultural da comunidade de falantes à que corresponde que os estudantes não podem desconhecer”.

²⁵⁷ “Escolas de idiomas, universidades e centros do Instituto Cervantes de todo mundo escolheram nosso manual para ensinar espanhol”.

que se menciona nominalmente. A variedade adotada é, como reza o *Plan Curricular* do Cervantes, a centro-norte espanhola: nos enunciados, por exemplo, usa-se o *vosotros*²⁵⁸, e todas as referências presentes — absolutamente todas: pessoas, nomes, lugares, produtos, hábitos etc. — que aparecem no vocabulário, nos conteúdos gramaticais, nas estratégias comunicativas e nos conteúdos socioculturais se referem à Espanha²⁵⁹, como pode se observar nos exemplos a seguir: “Uno de vosotros elige un nombre que figure en el mapa y pregunta dónde está. Si alguien lo sabe gana un punto²⁶⁰.” (MARTÍN, SANS, 2008, p. 39);

Daniel va de compras a Gentishop. Tiene que comprar varias cosas para él y un regalo para Lidia, su novia.
2 botellas de cava
americana
espuma de afeitar
aspirinas
desodorante
pilas
CD virgen
comida para el gato
calcetines
sobres
periódico
regalo para Lidia (¿un pañuelo?, ¿un reloj?)
pastel de cumpleaños
flores²⁶¹ (p. 42)

²⁵⁸ Pronome de tratamento da segunda pessoa do plural, para tratamento informal, usado exclusivamente na Espanha.

²⁵⁹ Convém mencionar que se trata de uma Espanha pasteurizada, de propaganda turística, e não uma Espanha plural e, conseqüentemente, real. Um bom exemplo aparece na atividade 1 das páginas 30 e 31: “En un sorteo has ganado un viaje: ¿Madrid o Barcelona? E a atividade consiste em relacionar fotos de pontos turísticos com o nome dos mesmos lugares (*El Escorial, Sagrada Familia, Retiro* etc.).

²⁶⁰ “Um de vocês escolhe um nome que apareça no mapa e pergunta onde está. Se alguém souber ganha um ponto”.

²⁶¹ “Daniel vai fazer compras em Gentishop. Tem que comprar várias coisas para ele e um presente para Lúcia, sua namorada.

2 garrafas de champanhe; blaser; espuma de barbear; aspirinas; desodorante; pilhas; CD virgem; comida para o gato; meias ¾; envelopes; jornal; presente para Lúcia (uma echarpe?, um relógio?); bolo de aniversário; flores”.

As menções à América se caracterizam por um viés turístico, com ares de cultura geral, e se limitam a personagens famosos, nomes de países e capitais. Muito do que se fala da América se transcreve por meio de relatos de espanhóis que narram experiências turísticas ou de trabalho.

Bueno, Buenos Aires es una ciudad increíble. Es grande, llena de sitios para visitar y muchas salas de teatro y cines. Puedes ver absolutamente todo tipo de espectáculos, y al mismo tiempo es una ciudad con mucha gente diversa y distinto tipo de gente... [...] La Avenida Corrientes no cierra durante las 24 horas y tienes todo abierto... No como aquí...²⁶² (atividade 12, unidade 9, *Transcripciones*, 2008, p.8)

Em *Gente 1*, a América não fala, os espanhóis falam dela. O livro apresenta uma série de textos curtos ao longo das unidades, todos eles sem referências bibliográficas, o que indica que todos — apesar de sua semelhança com textos de imprensa — foram produzidos para o livro empregando a mesma variedade presente nos enunciados. À exceção de três pequenos textos literários, não há textos autênticos. Nas transcrições das atividades de compreensão auditiva, há um único texto em que aparecem outras variedades. Na unidade 1, a gravação de título *El español suena de diferentes maneras* (p. 19) apresenta um pequeno diálogo lido três vezes: por dois argentinos, por dois canários e por um castelhano e um vasco; e aparentemente tem como objetivo chamar a atenção para diferentes sotaques.

Pelo apontado aqui, pode-se concluir que *Gente 1* é um autêntico representante de *la lengua*, onde a variedade (peninsular) escolhida apresenta pinceladas de uma discreta diversidade cultural que lhe imprime um exotismo moderado.

El ventilador, também publicado pela editora Difusión, é o próximo material a ser observado aqui. Destinado a alunos do nível C1, afirma, em sua introdução, que

Una de las novedades fundamentales que aporta consiste en dar cabida a todos los modelos de lengua y en incluir los registros más

²⁶² “Bom, Buenos Aires é uma cidade incrível. É grande, cheia de lugares para visitar e muitas salas de teatro e cinemas. Pode-se ver absolutamente todo tipo de espetáculos, e ao mesmo tempo é uma cidade com muita gente diferente... [...] A Avenida Corrientes não fecha durante as 24 horas e permanece tudo aberto... Não é como aqui...”

variados, de modo que el alumno tenga experiencias comunicativas en múltiples espacios²⁶³ (2006, p. 08)

Afirma, ainda, que livros para cursos de nível avançado tradicionalmente se baseiam em modelos de língua culturalmente sacralizados e na excessiva exploração de textos literários e autênticos longos e difíceis, o que não acontece nele. Não há nesta introdução nenhuma menção à variedade adotada ou às variedades em geral. No entanto, há referências explícitas à *Real Academia Española* e ao Instituto Cervantes, além de indicar a presença de questões de versões passadas do DELE Superior²⁶⁴, para dar aos alunos interessados a possibilidade de se prepararem para o exame.

Como em *Gente 1*, a variedade adotada também é a centro-norte espanhola e também, como no caso anterior, léxico, conteúdos gramaticais, referências socioculturais, formas de tratamento e estratégias comunicativas pertencem, sem exceção, a usos e realidades espanholas (em geral a mesma Espanha pasteurizada do *Gente 1*). É o que ocorre nos exemplos de expressões de ênfase:

En español puedes utilizar expresiones hechas para enfatizar lo que dices. Normalmente se utilizan en contextos informales o muy coloquiales.

Expresiones enfáticas

de miedo: ¡Este disco suena de miedo!

de maravilla: ¡Huele de maravilla este arroz!

para parar un tren (solo para hablar de cuerpos): ¡Vaya cuerpo! ¡Está para parar un tren este chico!

para chuparse los dedos: para expresar que nos encanta una comida

que te mueres: impresionantemente. ¡Baila que te mueres!

que no veas: impresionantes. ¡Tiene unos ojos que no veas!

que (te) echa para atrás: repulsivo. ¡Suelta un olor que te echa para atrás!

de la hostia**: increíble, estupendo (muy vulgar aunque usual). ¡Yo soy un conductor de la hostia!²⁶⁵ (CHAMORRO GUERRERO et al., 2006, p. 47)

²⁶³“Uma das novidades fundamentais que apresenta consiste em dar lugar para todos os modelos de língua e em incluir os registros mais variados, de modo que o aluno tenha experiências comunicativas em múltiplos espaços”.

²⁶⁴ DELE *Diploma de Español como lengua extranjera* – exame de proficiência elaborado e aplicado pelo Instituto Cervantes.

²⁶⁵“Em espanhol você pode usar ‘frases feitas’ para enfatizar o que diz. Normalmente são usadas em contextos informais ou muito coloquiais.

Expressões enfáticas

que te mueres: de maneira impressionante. ¡Baila que te mueres!

que no veas: impressionante. ¡Tiene unos ojos que no veas!

A primeira página de cada unidade apresenta um pequeno texto que introduz o tema que será tratado. A grande maioria desses textos não apresenta fonte e adota a mesma variedade do manual, a única exceção são alguns poucos fragmentos literários de autores espanhóis e americanos, como Gabriel García Márquez ou Elvira Lindo.

Por se tratar de um livro para alunos de nível mais avançado, há vários textos ao longo das unidades²⁶⁶. A maioria deles não apresenta indicação de fonte, o que indica, apesar de sua semelhança com textos jornalísticos e de enunciados do tipo “Lee esta noticia real y subraya la información²⁶⁷ (...)” (p. 34), que são textos produzidos para o manual. Há outros, no entanto, que apresentam referências e, em geral, foram extraídos de grandes jornais espanhóis. Em ambos os casos — textos produzidos e textos autênticos — a variedade é a peninsular dita *central*. Há algumas exceções, como pequenos fragmentos literários, por exemplo, de autores consagrados como Gabriel García Márquez, Juan Rulfo, Alejo Carpentier, Julio Cortázar ou Jorge Luis Borges.

Nas transcrições dos textos usados nas atividades de compreensão auditiva, a diversidade linguística também não é contemplada, e a única menção que se faz a ela consiste em três relatos de espanhóis que expressam seu estranhamento linguístico ao contar incidentes em que, em contato com americanos, houve certo ruído na comunicação devido a diferenças lexicais.

Pues esto me pasó con una amiga cuando estábamos en el servicio de una estación de autobuses. Estábamos esperando para entrar en uno de los lavabos y... estaban todos ocupados y de repente de uno de ellos oímos a una mujer sudamericana que dice: “Y ahora mi amor, súbase los pantalones”. Nos quedamos sorprendidas. Y bueno, nos quedamos más sorprendidas cuando vimos que del lavabo salía un niño de tres o cuatro años ajustándose el cinturón²⁶⁸. (Sección 2.5, actividade 3, faixa 24, 2006, *Transcripciones*, p. 6)

*que (te) echa para atrás: repulsivo. ¡Suelta un olor que te echa para atrás!
de la hostia**: incrível, fantástico (muito vulgar ainda que usual). ¡Yo soy un conductor de la hostia!”.*

²⁶⁶ O que corrobora a crença de que a leitura em língua estrangeira está destinada somente a aqueles que supostamente sabem muito.

²⁶⁷ “Leia esta notícia real e sublinhe a informação²⁶⁷ (...)” (p. 34),

²⁶⁸ “Pois isto aconteceu comigo e uma amiga quando estávamos no banheiro de uma estação rodoviária. Estávamos esperando para entrar em um deles e ... estavam todos ocupados e de repente em um deles

Observe-se que o achatamento e a generalização aqui transcendem o linguístico e chegam ao indivíduo — “mujer sudamericana” —, com um tom que beira o depreciativo. Difícil imaginar neste contexto uma América ou uma Espanha real e diversa ocupando um lugar não marginal.

De um modo geral, há pouquíssimas referências à América, nem sequer as de cunho turístico que enfeitam algumas páginas do *Gente 1*. A única exceção é um texto de Graciela Reyes²⁶⁹ — acompanhado de um mapa da América Latina — na unidade que trata dos pronomes de tratamento. Para além disso, as referências gramaticais, e também as culturais, se concentram na Espanha.

A coleção de quatro volumes de *Aula Internacional* encerra a análise de materiais didáticos proposta aqui. Também publicada pela editora *Difusión*, se destina a alunos dos níveis A1/A2 e B1/B2, respectivamente inicial e intermediário.

De todo o material analisado neste capítulo, esta coleção é, sem dúvida, a que mais se aproxima da proposta do *Plan Curricular* do IC. Como nos dois casos anteriores, observa-se que a variedade adotada é a centro-norte espanhola e também, como nos manuais anteriores, léxico, conteúdo gramatical, referências socioculturais, exemplos de enunciados e estratégias comunicativas estão vinculadas à Espanha. Como em *Gente 1* e *El ventilador*, a variedade *central* continua ocupando o lugar do protagonista, literalmente o lugar central, como é possível observar nos exemplos a seguir: “En grupos de tres, elegid una de estas cuatro épocas de la historia u otra que os parezca interesante²⁷⁰” (Aula internacional 2, CORPAS et al. 2005, p. 79)

Lee estos fragmentos de diálogos. ¿Quién crees que dice cada frase:
el camarero o el cliente?
- Hola. Buenos días. ¿Qué le pongo?

ouvimos uma mulher sul-americana dizer: “E agora meu amor, ponha a calça”. Ficamos surpreendidas. E então, mais surpreendidas ainda ficamos quando vimos que do banheiro saía um menino de três ou quatro anos ajeitando o cinto”.

²⁶⁹ Linguista, argentina, professora da Universidade de Illinois, Chicago. Autora de inúmeras obras, entre elas *Manual de redacción. Cómo escribir bien en español* e *El abecé de la pragmática*, ambos publicados em 1995. O fragmento citado em *El ventilador* pertence ao livro *Ejercicios de pragmática*, no entanto não há indicação de volume (são dois), ano de publicação ou número de página.

²⁷⁰ “Em grupos de três, escolham uma destas quatro épocas da história ou outra que lhes pareça interessante”.

- Hola. ¿Me pone un café, por favor?
- [...]
- ¿Qué le debo?
- Dos con treinta. (Aula Internacional 1, CORPAS et al., 2005, p. 60)

¿Cómo reaccionarías ante las siguientes situaciones? ¿Por qué? Escribe alguna de las reacciones del cuadro después de cada frase.

¡Menos mal! ¡Justo a tiempo! ¡Qué susto! ¡Qué rabia! ¡Qué mal! Qué disgusto, ¿no? (¡Uff!) ¡Por suerte!

- Justo cuando estaba a punto de poner pimienta en la sopa me di cuenta de que a Rosa le da alergia.
- Estaba llegando al aeropuerto y en aquel momento me di cuenta de que me había dejado el pasaporte en casa.
- Después de haberle dicho mil veces a la niña que no se juega en el recibidor, va y se pone a jugar allí a la pelota. Y ahora ya ves, ¡el espejo roto en mil pedazos!
- Vi a la niña con la cámara justo cuando estaba a punto de borrar todas las fotos del verano.
- Estábamos en la inmobiliaria y, justo antes de firmar el contrato del piso, me di cuenta de que había un error em las fechas²⁷¹ (Aula internacional 4, CORPAS et al., 2007, p. 22)

Há, no entanto, uma diferença relacionada ao tratamento dedicado à diversidade. Afirmar que a abordagem da diversidade linguística e cultural é mais consistente seria um exagero, uma vez que consistência caracteriza o que tem solidez, credibilidade e estabilidade. Não é para tanto. Mas, de fato, a América, pelo menos, aparece com

²⁷¹ "Leia estes fragmentos de diálogos. Quem você acha que diz cada frase: o garçon ou o cliente?

- *Hola. Buenos días. ¿Qué le pongo?*
- *Hola. ¿Me pone un café, por favor?*
- [...]
- *¿Qué le debo?*
- *Dos con treinta*".

Como você reagiria ante as seguintes situações? Por quê? Escreva alguma das reações do quadro depois de cada frase.

¡Menos mal! ¡Justo a tiempo! ¡Qué susto! ¡Qué rabia! ¡Qué mal! Qué disgusto, ¿no? (¡Uff!) ¡Por suerte!

- Quando estava quase pondo pimenta na sopa me dei conta que Rosa é alérgica.
- Estava chegando ao aeroporto e naquele momento percebi que havia deixado o passaporte em casa.
- Depois de ter dito mil vezes à menina que não se brinca na sala, ela vai e começa a jogar bola ali. E agora aí está! O espelho quebrado em mil pedaços!
- Vi a menina com a câmera justamente quando estava prestes a apagar todas as fotos do verão.
- Estávamos na imobiliária e, justamente antes de assinar o contrato do apartamento, percebi que havia um erro nas datas."

mais frequência, ainda que não da forma mais adequada. Diferente da Espanha, que continua reduzida à imagem pasteurizada já observada nos outros dois manuais.

A coleção segue a apresentação gradativa da diversidade: quase inexistente no primeiro volume e aumentando paulatinamente nos volumes 2, 3 e 4. Ou seja, primeiro o que é central e essencial e mais tarde o que configura o periférico e complementar. Contudo, tal diversidade se restringe ao âmbito cultural²⁷², já as amostras linguísticas do que pode ser a variação do espanhol — em toda a sua dimensão e não somente relacionadas a diferentes regiões — é bastante insipiente (apesar de que a coleção contempla, ainda que de forma insuficiente, a variação dialetal regional).

A grande maioria dos textos não apresenta referências bibliográficas, o que indica que são textos produzidos para a coleção. Porém, há também textos autênticos de jornais espanhóis e vários fragmentos de textos literários de autores de todo o mundo hispânico (a grande maioria deles encontra-se na seção “Más cultura”, presente no final de cada volume e dedicada a temas culturais em geral). As referências à América presentes nas unidades ora têm um viés turístico, ora são apresentadas no formato de questionários tipo *quiz*, no melhor estilo do *Quem sabe, sabe*²⁷³. Como em *Gente 1*, há inúmeras referências à América enunciadas por espanhóis.

Mas apesar da forma, do ponto de vista desta pesquisa, inadequada como é tratada, a ideia da diversidade (uma diversidade pasteurizada, é verdade) aparece com mais frequência em *Aula Internacional* do que em *Gente 1* e *El ventilador*, e parece responder à proposta do *Plan Curricular* do Cervantes: adota-se (e ensina-se) a *norma central* com pinceladas de manifestações culturais e linguísticas que gravitam em torno dela. O aluno aprende *la lengua* e aprende também que ela — *el español* — tem seus exotismos impressos em uma diversidade controlada. Não seria exagerado afirmar que *Aula Internacional* é uma coleção genuinamente *panhispánica*.

²⁷² Por exemplo, em *Aula Internacional 3* é possível encontrar o bolero *Contigo aprendí*, acompanhado de texto sobre a história do bolero (p. 64), ou texto e atividades sobre as linhas de Nazca no Peru (p.74) ou ainda pequenos textos sobre os *Voladores de Papantla* no México e os *Castells* na Catalunha (p. 96).

²⁷³ Competição organizada e veiculada pela TV Cultura no Brasil na qual os participantes respondem à inúmeras perguntas sobre temas diversos.

Não foi possível incluir neste estudo a análise do AVE²⁷⁴ — *Aula Virtual de Español* — nem dos demais conteúdos do CVC²⁷⁵ — *Centro Virtual Cervantes*. Porém é possível ter uma visão bastante clara dos tópicos observados na análise feita neste capítulo por meio de um artigo sobre o AVE realizado pela COPESBRA²⁷⁶ (ABIO et al., 2010) e de um artigo sobre o CVC (LEONHARDT, 2012). Neles é possível averiguar que, por um lado, no AVE há “(...) um evidente predomínio de conteúdos nocionais e funcionais que remetem exclusivamente à cultura espanhola, mais precisamente a uma parte dela, que constantemente é focada como padrão.” (ABIO et al, 2010, p. 07); e ainda que “(...) não há uma preocupação com o desenvolvimento da consciência do aluno com respeito à heterogeneidade no uso da linguagem (...)” (p. 08). Por outro lado, no CVC

Lo que se echa de menos (...) son presentaciones de textos o grabaciones sonoras en una u otra variedad hispanoamericana como ejemplo concreto. Los alumnos podrían así descubrir las diferencias de forma autónoma. Lo que falta también es una presentación global de las variaciones lingüísticas del español fuera de la norma estándar de la Península Ibérica. Los usuarios del CVC no obtienen la posibilidad de ver en su totalidad las variedades que ofrece la lengua española²⁷⁷. (LEONHARDT, 2012, p. 325)

Em todos os casos, — material da internet e material de cursos presenciais — a necessidade de elaborar praticamente todos os textos dentro da mesma variedade e a ausência de textos autênticos afasta definitivamente a possibilidade de o aluno ter contato com uma diversidade real, indicada inclusive no *Plan Curricular* do Instituto Cervantes, que afirma que, para a demonstração de variedades, devem ser usadas amostras reais de língua oral e escrita, ou pelo menos verossímeis em sua coerência linguística. No entanto, nem autenticidade nem coerência são possíveis diante da

²⁷⁴ AVE é um curso de espanhol à distância idealizado, elaborado e veiculado pelo Instituto Cervantes.

²⁷⁵ O CVC é uma plataforma da internet que disponibiliza materiais didáticos e cursos elaborados pelo Instituto Cervantes.

²⁷⁶ COPESBRA – Comissão de Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro.

²⁷⁷ “Do que se sente falta (...) são apresentações de textos ou gravações sonoras em uma ou outra variedade hispano-americana como exemplo concreto. Os alunos poderiam assim descobrir as diferenças de forma autónoma. O que falta também é uma apresentação global das variações linguísticas do espanhol fora da norma padrão da Península Ibérica. Os usuários do CVC não têm a possibilidade de ver em sua totalidade as variedades oferecidas pela língua espanhola”.

premência de fortalecer a variedade a ser difundida. Como já se viu, na *política lingüística panhispánica* algo se perde entre o dizer e o fazer.

Pode-se concluir, assim, que os cursos e o material virtual elaborados pelo IC se inscrevem na mesma visão sobre o espanhol e sua diversidade que caracteriza os livros de ELE analisados aqui. Mais um ponto para *la lengua*.

6.3 El libro del español correcto

Para finalizar esta análise e, conseqüentemente, este capítulo, vale observar brevemente *El libro del español correcto. Claves para hablar y escribir bien en español*, publicado pelo Instituto Cervantes²⁷⁸ e pela editora Espasa em 2012. Não se trata, como se afirmou no início do capítulo, de uma obra destinada exclusivamente a aprendizes de ELE, mas sim de um manual que pode ser usado por todos os falantes de espanhol (nativos e estrangeiros) uma vez que, como afirma Francisco Moreno²⁷⁹ em artigo do jornal espanhol *El País*²⁸⁰, “Facilita el acceso a la corrección lingüística de manera fundamental” (facilita o acesso à correção linguística de forma fundamental), além de ser, de acordo com Florentino Paredes, um de seus autores “(...) útil, claro, ameno, riguroso y actual” (útil, claro, ameno, rigoroso e atual).

Difícil afirmar se a obra inaugura uma linha prescritiva do Cervantes — antes reservada à RAE — como parte do processo de planificação linguística em que se inscreve esta instituição e suas ações ou se simplesmente é um reflexo das inquietações de seu novo diretor, preocupado, desde sempre, pela *qualidade* da língua espanhola. Na época do lançamento da obra, García de la Concha afirma, para o jornal *El País*, que “(...) hay una gran dejación en la forma de hablar, estamos en un momento más bien zarrapastroso” (há um grande desleixo na forma de falar, neste momento falamos um espanhol esfarrapado). Segundo ele, na mesma entrevista, o manual ensina como escrever um texto corretamente, como falar em público, quais são as principais regras

²⁷⁸ Os autores da obra são Florentino Paredes, Salvador Álvaro, Luna Paredes y Zaida Nuñez, no entanto, na capa só aparece o nome do Instituto Cervantes, o que configura o caráter institucional da obra.

²⁷⁹ Diretor acadêmico do Instituto Cervantes.

²⁸⁰ *El País*, Madri, 04/12/12, “Víctor García de la Concha: ‘Se habla un español zarrapastroso’”.

de ortografia, gramática e semântica e, finalmente, quais são as ferramentas e recursos disponíveis para resolver dúvidas e melhorar o uso da língua.

Para além da motivação da obra, de sua suposta utilidade ou da propaganda veiculada, salta à vista, antes do que qualquer outra coisa, o título: *El libro del español correcto*, cujos determinantes corroboram não só a existência, mas a validade e a autenticidade de um único espanhol, de um único modelo de língua, como já se apontou no capítulo 5 ao mencionar o nome adotado para os *Congresos de la lengua* promovidos pelo IC. Agora esta língua tem seu manual, único, como ela.

E não é somente no título que se insiste nessa ideia. Já na introdução, ao explicar a gradação usada para classificar os usos linguísticos mediante rótulos (*agramatical – incorrecto – no recomendado – preferible – correcto*), afirma-se, ao explicar o que seria correto: “(...) lo que se considera correcto, lo que está bien y resulta válido para (casi) todas las circunstancias. Esta es verdaderamente la norma culta del español²⁸¹” (PAREDES et al., 2012, p. 19). Mais adiante, no capítulo 3, dedicado ao espanhol normativo, explica-se ainda

La norma se crea dentro de una comunidad de habla, concepto este que no coincide con el de localidad o ciudad. A los hablantes de dos localidades españolas como Madrid y Toledo podemos considerarlos de la misma comunidad de habla porque valoran de manera similar los hechos lingüísticos y adoptan ante ellos una actitud semejante, del mismo modo que coinciden básicamente en sus preferencias las ciudades mexicanas de México D.F. y Puebla. Pronunciar [asúl], con ese, o llamar *carro* al vehículo se considera lo «normal» en estas últimas localidades, mientras que la norma de las ciudades españolas citadas es pronunciar [azúl], con ce, y usar *coche* para denominar ese mismo medio de transporte.

Pero, al lado de las normas cultas regionales, válidas para todos los hablantes en los respectivos territorios, existe una norma culta supranacional, que se corresponde con el carácter internacional del español. Esta norma, que se constituye en modelo de validez general, recibe a veces el nombre de español estándar y esencialmente se identifica con la lengua que se enseña en los centros educativos, la que usan los hablantes de instrucción más elevada, como los abogados, los médicos, los periodistas o los profesores, y los buenos

²⁸¹“(...) o que se considera correto, o que está bem e é válido para (quase) todas as circunstâncias. Esta é verdadeiramente a norma culta do espanhol”.

usos que aparecen en los medios de comunicación. Este modo de hablar constituye la norma culta del español²⁸². (2012, pp. 145-146)

E assim, recuperando o termo *estándar*, há muito abandonado em prol de *general*, *común* e *globalizado*, se explica (e se instala) o ideal de *policentrismo feliz* já comentado no capítulo 3 deste trabalho: um único centro normativo realmente válido que se sobrepõe aos demais e é marcado por uma diversidade colorida e harmônica (representada pelas *normas cultas regionales*), como nas fotos dos manuais de ELE. Nas observações finais da introdução da obra se faz a única referência sobre a escolha de uma variedade específica para ocupar o lugar de *el español correcto*:

(...) el propósito de la obra no es el de censurar ninguna variedad lingüística y menos aún a los hablantes que la usan. La obra pretende tan solo proponer pautas y modelos que pueden seguir quienes estén interesados en conocer los usos más aceptados socialmente en español, que coinciden con el llamado «registro culto»²⁸³. (2012, p. 22)

Observe-se que o manual se limita a registro culto e faz desaparecer completamente qualquer referência à procedência. Isso se faz partindo da premissa de que tudo o que é culto é bom e, portanto, válido e legítimo, o que não é supostamente culto simplesmente não é correto, ou melhor, não é. Mas ao negar a sua procedência, esse registro culto se transforma em uma entidade única, aqui o dito culto supranacional. E a essas alturas já nem se tem memória do policentrismo, que alguma vez habitou (mesmo que com diferentes sentidos) o discurso *panhispánico*.

²⁸²“A norma é criada dentro de uma comunidade de fala, conceito este que não coincide com o de local ou cidade. Os falantes de duas cidades espanholas como Madri e Toledo podem ser considerados da mesma comunidade de fala porque valorizam de maneira similar os fatos linguísticos e adotam ante estes uma atitude semelhante, do mesmo modo que coincidem basicamente em suas preferências as cidades mexicanas de México D.F. e Puebla. Pronunciar [asúl], com *ese*, ou chamar de *carro* ao veículo se considera o «normal» nestas últimas cidades, enquanto que a norma das cidades espanholas citadas é pronunciar [azúl], com *ce*, e usar *coche* para denominar este mesmo meio de transporte.

Mas, ao lado das normas cultas regionais, válidas para todos os falantes nos respectivos territórios, existe uma norma culta supranacional, que corresponde ao caráter internacional do espanhol. Esta norma, que se constitui em um modelo de validade geral, recebe às vezes o nome de espanhol padrão e essencialmente se identifica com a língua ensinada nos centros educativos, a usada pelos falantes de instrução mais elevada, como os advogados, médicos, jornalistas ou professores, e os usos adequados que aparecem nos meios de comunicação. Este modo de falar constitui a norma culta do espanhol”.

²⁸³“(…) o propósito da obra não é o de censurar nenhuma variedade linguística e menos ainda os falantes que a usam. A obra pretende somente propor pautas e modelos que possam seguir aqueles que estejam interessados em conhecer os usos mais aceitos socialmente em espanhol, que coincidam com o chamado «registro culto”.

A diversidade regional — harmônica e contida — é representada por meio de menções a realizações como o *voseo*, a duplicação de pronomes ou ainda *leísmo/loísmo/laísmo*, sempre acompanhadas de uma indicação territorial como “en muchos países de América” (em muitos países da América) ou “algunas zonas de Hispanoamérica” (em algumas zonas da América hispânica) nos casos do *voseo* e da duplicação pronominal, ou “Castilla” no caso do *laísmo*. Sempre acompanhadas também pela gradação adotada pelo manual: “(...) no es aceptable en ningún caso en la lengua escrita ni el laísmo de personas ni el de cosas²⁸⁴” (2012, p. 263); “(...) el complemento directo aparece tras el verbo, en su posición habitual. Este uso se encuentra extendido por algunas zonas de Hispanoamérica, pero no se considera propio de la lengua culta²⁸⁵” (p. 261); “El voseo consiste en el empleo de vos con formas específicas del verbo y es un uso plenamente aceptado en la norma culta de los lugares en que se practica²⁸⁶” (p. 264).

Chama a atenção, no capítulo 2 do manual, dedicado a falar corretamente, a explicação sobre os diferentes *acentos* (sotaques). Afirma-se que uma dada maneira de pronunciar não pode ser tachada de vulgar ou incorreta por pertencer a uma região determinada. Afirma-se, ainda, que não há nenhum país ou região em que se fale espanhol melhor, e que esta ideia deve ser combatida e completamente erradicada. Em todas as regiões há pessoas que cometem incorreções e outras que falam corretamente.

Son precisamente esos hablantes cuya habla se toma como modelo los que crean la norma de pronunciación de cada zona. El prototipo de persona cuya habla se considera digna de imitación suele coincidir con quienes están más formados culturalmente, sobre todo cuando hablan en público; es decir, los intelectuales, los académicos, los profesionales de la palabra hablada y la expresión oral (locutores, actores, recitadores...). *Las diferencias dialectales que se producen entre los hablantes de español de bajos niveles de formación prácticamente desaparecen entre los hablantes cultos.*²⁸⁷ (pp. 94, 95)

²⁸⁴“(...) não é aceitável em nenhum caso na língua escrita nem o *laísmo* de pessoas nem o de coisas”.

²⁸⁵“(...) o complemento direto aparece atrás do verbo, em sua posição habitual. Este uso encontra-se difundido em algumas zonas da América, mas não se considera próprio da língua culta”.

²⁸⁶“O *voseo* consiste no uso de vos com formas específicas do verbo e é um uso plenamente aceito na norma culta dos lugares onde que é usado”.

²⁸⁷ O grifo é nosso. “São precisamente estes falantes cuja fala é tomada como modelo os que criam a norma de pronúncia de cada zona. O protótipo de pessoa cuja fala é considerada digna de imitação

O fragmento grifado na citação demonstra um anseio de higiene linguística que beira a eugenia. De fato, *la lengua* é para poucos.

Finalmente, vale mencionar outros dois aspectos de *El libro del español correcto*: a filiação e a ousadia. Como não poderia ser diferente, todas as referências bibliográficas presentes ao longo do manual são a obras da RAE: ortografia, gramática e dicionários. Há inclusive um capítulo que ensina como usar esses instrumentos. Nesse mesmo capítulo mencionam-se manuais e livros de estilo, outro instrumento que pode complementar e aprofundar os conhecimentos e, conseqüentemente, o bom uso do espanhol. São citadas 26 obras²⁸⁸ (entre livros e manuais), todas elas publicadas na Espanha. Mencionam-se ainda recursos disponíveis nas páginas eletrônicas da RAE e do IC e, em um subcapítulo intitulado “Otros”, aparecem, junto com as páginas eletrônicas da Fundeu (*Fundación Español Urgente*) e da *Escuela de Escritura* da Universidade de Alcalá, o *Centro Virtual de Escritura* da Universidade de Buenos Aires e o *Centro de Escritura* da *Pontificia Universidad Javeriana*, da Colômbia. Que ninguém diga que a América não está representada quando se fala *del español correcto*.

A palavra ousadia usada no parágrafo anterior refere-se à presença de elementos não linguísticos no manual e à pretensão de legislar não apenas sobre a língua, suas variedades e usos (o que não é pouco), mas também sobre comportamentos e

costuma coincidir com aqueles que estão mais formados culturalmente, sobretudo quando falam em público; ou seja, os intelectuais, os acadêmicos, os profissionais da palavra falada e a expressão oral (locutores, atores, recitadores...). *As diferenças dialetais que se produzem entre os falantes de espanhol de baixos níveis de formação praticamente desaparecem entre os falantes cultos*”.

²⁸⁸ Manuais e livros de estilo: *Manual de español correcto* (Madri, 1989); *Vademécum del español urgente* (Madri, 1996); *Nuevo manual de español correcto* (Madri, 2004); *Manual de corrección gramatical y de estilo: español normativo, nivel superior* (Madri, 1997); *Manual de español urgente* (Madri, 2008); *Guía práctica del español correcto* (Madri, 2009); *Manual de estilo de la lengua española* (Gijón, 2012); *Manual de estilo para informadores de radio* (RTVE-Radio Nacional de España, Madri, 1980); *Libro de estilo de los servicios informativos de TVE* (RTVE, Madri, 1985); *Manual de estilo del lenguaje administrativo* (Instituto Nacional de Administración Pública, Madri, 1990); *Libro de estilo* (*El Mundo*, Madri, 1996); *Manual de estilo de TVE* (Barcelona, 1993); *Libro de estilo* (*El País*, Madri, 2002); *Manual de español urgente* (Agencia EFE, Madri, 2005); *Libro de estilo de ABC* (ABC, Barcelona, 2011); *El buen uso de las palabras* (Madri, 1992); *Cómo se escribe* (Barcelona, 1994); *El dardo en la palabra* (Barcelona, 1997); *Defensa apasionada del idioma español* (Madri, 1998); *Cómo escribir bien en español* (Madri, 1998); *Manual de redacción y estilo* (Madri, 1999); *El nuevo dardo en la palabra* (Madri, 2004); *Escribir en español* (Oviedo, 2005); *La cocina de la escritura* (Barcelona, 2008); *Saber escribir* (Madri, 2010) e *Saber hablar* (Madri, 2011).

posturas. Talvez esta palavra soe de forma estranha em um texto acadêmico, mas será mantida aqui sob sua aceção que indica “falta de reflexão, imprudência, temeridade” (HOUAISS et al., 2001, p. 2092). Aparentemente, *el español correcto* vai além da opção por uma variedade culta que supõe uma formação institucional também dita culta, relacionada a uma parcela específica da sociedade. Também é preciso ter bons modos. O capítulo 2 do manual — falar corretamente — conta com um subcapítulo intitulado “Los movimientos y la postura corporal” (Os movimentos e a postura corporal), por sua vez dividido em: “Los gestos”(os gestos); “El contacto físico y los saludos” (o contato físico e os cumprimentos); “Orientación y actitud del cuerpo” (orientação e atitude do corpo); “La mirada” (o olhar) e “La apariencia física y el vestido” (a aparência física e a vestimenta), onde é possível encontrar orientações tais como

La mano debe tenderse firme, pero sin exceso de energía (procuremos evitar los desagradables extremos de una mano «blanda» o un apretón doloroso) en posición vertical (la posición horizontal denota dominio o sumisión dependiendo de que se coloque en posición superior o inferior), y no debemos colocar el dedo pulgar sobre la muñeca de la otra persona²⁸⁹. (p. 129)

Assim, para fazer parte do seleto grupo de *la lengua* e ser membro dessa comunidade globalizada, é preciso, além de dominar determinados usos linguísticos (condizentes com uma formação adequada), adotar posturas e comportamentos bastante específicos. E isso vale para todos, sem a possibilidade de incluir nada com antepositivos como *poli*, *pluri* ou *multi*.

A análise realizada neste capítulo mostra que o projeto de planificação linguística espanhola, centrado na difusão internacional da língua, chega à sala de aula consonante com as demais ações empreendidas pelas instituições que a promovem. A mesma língua — comum, geral, una — festejada no *Día E* é ensinada nos centros do IC e também por seus parceiros, e se expande pelo mundo como segunda língua/língua estrangeira na tentativa de galgar espaços cada vez mais influentes no cenário internacional (abrindo caminho para *lo español*).

²⁸⁹ “A mão deve estender-se firme, mas sem excesso de energia (procuremos evitar os extremos desagradáveis da mão «suave» ou um apertão doloroso) em posição vertical (a posição horizontal denota domínio ou submissão se colocada em posição superior ou inferior), e não devemos colocar o dedo polegar sobre a munheca da outra pessoa”.

Os instrumentos linguísticos adotados nesse processo de planificação cumprem, em diferentes níveis (livros didáticos, currículo e manual de estilo), a função de reforçar a validade (existência?) de uma única variedade do espanhol. Nesses instrumentos, tal variedade finalmente recebe uma filiação explícita e é apontada como a norma culta centro-norte peninsular espanhola ou simplesmente norma culta. Ela, *la lengua*, não representa somente um perfil linguístico: está diretamente relacionada a um nível sociocultural determinado (nada fora do dito culto parece ser tolerado) e, inclusive, a determinada forma de se comportar socialmente em situações de comunicação.

Apesar de o *panhispanismo* — no qual se baseia a planificação linguística analisada aqui — pregar a promoção e o reconhecimento de diversidade inerente à língua espanhola, os livros didáticos usados para a sua difusão lhe reservam um lugar marginal e uma visão enviesada: nos níveis iniciais a diversidade é quase que completamente omitida; ainda é possível encontrar a dicotomia Espanha vs. América como se configurassem dois blocos homogêneos; a diversidade se mostra mediante informações sobre cultura e/ou civilização de forma bastante pasteurizada; a diversidade linguística tem aparições restritas e acaba ocupando o papel de curiosidade ou exceção, quiçá exotismo, e, finalmente, a América geralmente é tratada como grande destino turístico e a Espanha reduzida a uma pequena parcela relacionada à variedade adotada nos livros.

Na promoção do ELE há, para o mercado internacional (possível cliente) e para o mercado interno (cuja aprovação é essencial), um discurso que permeia todo o projeto de difusão de língua e cultura: o espanhol é uma língua plural, de inúmeras realizações e que pode refletir diferentes culturas. Mas na sala de aula o que se aprende é *la lengua / el español* com o qual será possível reproduzir e incorporar o discurso *panhispánico* da diversidade (mesmo sem tê-la visto, ouvido, provado ou apreendido de qualquer forma). Na política linguística *panhispánica*, a diversidade não se realiza por si só, ela é falada por *la lengua*, o que é pior que a negação completa que poderia provocar, como em outras épocas, reações mais contundentes.

Apesar disso, é curioso notar que alguns fantasmas do passado ainda aparecem vez ou outra: “La visión de que el español es una lengua plural y diversa debe apoyar el

planteamiento de que esta diversidad no impide el mutuo entendimiento de sus hablantes²⁹⁰” (INSTITUTO CERVANTES, A1/A2, 2007, p. 61). A preocupação em reforçar a ideia de unidade parece, no contexto atual, completamente desnecessária, uma vez que, considerando discurso, propaganda e instrumentos linguísticos veiculados e adotados pela maquinaria da planificação linguística espanhola, um aluno de ELE do IC jamais poderá imaginar que a língua espanhola não é uma só. *La lengua* se encarrega disso.

Fazendo novamente uma breve incursão pela Análise do discurso, cabe retomar a noção de sujeito como alguém que ocupa um lugar determinado na estrutura social. Esse lugar de onde ele fala de alguma forma se plasma em suas palavras e, portanto, é constitutivo do que diz (BRANDÃO, 1998). Isso fica claro ao observar alguns dos diferentes sujeitos do discurso *panhispánico* observados aqui — RAE, López Morales, IC — e sua relação com a noção de policentrismo. Da difusão de uma ideia — *la lengua, español general, el español* — à posta em prática de sua expansão mundial — ELE no IC — sentidos se deslocam e inclusive se chocam em uma relação que, apesar de contraditória em ocasiões, serve a um mesmo propósito: a execução de um projeto estatal de planificação linguística.

Já se afirmou no capítulo 1 deste trabalho que, para que esse espanhol *central* realmente adquira valor no mundo globalizado, é preciso que ele adquira *status* de oficial com relação às demais variedades da língua, “(...) existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto.” (BOURDIEU, 2008, p. 112) E a análise realizada aqui mostra que se tem trabalhado arduamente para que isso ocorra.

²⁹⁰“A visão de que o espanhol é uma língua plural e diversa deve apoiar a abordagem de que esta diversidade não impede o mútuo entendimento de seus falantes”.

Considerações finais

Existe um livro infantil chamado *A grande fábrica de palavras*²⁹¹. Destinado a crianças de seis a dez anos, ele conta uma história que se passa em um estranho país — o da grande fábrica de palavras — onde as pessoas quase não falam. Lá é preciso comprar as palavras e engoli-las para depois poder pronunciá-las. A obra introduz seus leitores no universo do mercado linguístico por diferentes caminhos. Por um lado, enfatiza a diversidade constitutiva: “A grande fábrica de palavras funciona dia e noite. As palavras que saem de suas máquinas são tão variadas quanto a própria linguagem” (2011, p. 05); por outro, anula a ideia de que as línguas pertencem a todos da mesma forma: “Existem palavras que custam mais caro do que outras. As pessoas falam muito pouco essas palavras, a menos que elas sejam muito ricas. No país da grande fábrica, falar custa caro” (p. 08). Seu foco é a história de duas crianças, Philéas e Cybelle, que se apaixonam. Narra a angústia de Philéas, que quer declarar seu amor a Cybelle, mas não tem dinheiro suficiente em seu cofrinho para comprar as palavras que, em sua opinião, seriam as mais adequadas para isso: eu, te, amo.

A alusão a esse mundo fantástico das palavras se deve, antes de nada, à sensação que se tem ao entrar e transitar pelo discurso *panhispánico*. Lá, o mundo também tem ares de fantasia, mas não parece guardar, como em *A grande fábrica de palavras*, uma relação em sua origem mais realista com o universo da linguagem e suas relações com o poder. Daí a escolha desse conto infantil, que servirá de ponte entre o mágico e o real (e que assumirá o lugar ora de um, ora de outro) nas considerações finais deste trabalho.

O mundo mágico do *panhispanismo* é um mundo sem fronteiras e sem limites. Seus habitantes transitam livremente, unidos por um bem comum e superior: a língua. Ela, instrumento de comunicação profundo e sincero, possibilita o diálogo e a convivência harmônica. Ela é a pátria: comum, mas universal; particular, mas globalizada. Diferente do país da grande fábrica de palavras, no mundo *panhispánico*, aparentemente ninguém se preocupa em ter que pagar pelas palavras, ela, a língua, é de todos, sem

²⁹¹ LESTRADE, Agnès; DOCAMPO, Valeria. *A grande fábrica de palavras*. Belo Horizonte: Ed. Aletria, 2011.

ônus, sem barreiras. Também não é preciso se preocupar com dinheiro, pois ela, a língua, é rentável, aliás, é capaz de gerar lucros incessantes. Em sua análise da *hispanofonía*, José del Valle indaga acertadamente: “¿Quién podrá, en definitiva, resistir al atractivo de la patria/lengua que es la hispanofonía, conciliadora, universal y rentable?”²⁹² (2007a, p. 56).

A descrição do início do parágrafo anterior pode parecer fantástica, mas tem seu quê de verossimilhança, como atesta o questionamento de Del Valle. Afinal, o *panhispanismo* tem circulado nas últimas décadas por espaços bastante amplos e tem funcionado como fio condutor da expansão mundial do espanhol, o que não é pouca coisa. Não seria exagerado afirmar que se trata de um discurso hegemônico. Como apontado no capítulo 1, Gramsci (apud PAOLI, 1989) afirma que a hegemonia só pode ser exercida sobre um bloco histórico, ou seja, sobre um contingente humano unido que apresenta peculiaridades comuns, mas que também guarda as contradições inerentes aos conglomerados histórico-culturais. Há um mundo hispânico que conforma um bloco histórico, nele o *panhispanismo* ocupa um lugar hegemônico. Certamente há outros também, mas dentro da política linguística *panhispánica* eles não falam, são falados. Gramsci (apud PAOLI, 1989, p. 29) afirma, ainda, que um bloco histórico “(...) no puede más que surgir del viejo, que es el viejo pero negado y transformado por una nueva voluntad política que se convierte en hegemonía”²⁹³. Ao longo deste estudo, em várias ocasiões foi possível detectar como a atual planificação linguística espanhola se funda sobre uma base discursiva e ideológica que tem suas raízes em outras épocas, mais especificamente no século XIX e no início do século XX, como apontam as análises do *Congreso Literario Hispanoamericano*, Madri, 1892 (VÁZQUEZ, 2008) e do *I Congreso de Instituciones Hispánicas*, Madri, 1963, presentes no capítulo 3. Os mesmos ideogramas de então, agora reformulados e adequados ao mundo contemporâneo, circulam ainda hoje. Espanha e América ainda são encaradas como dois blocos e estão unidas por laços culturais, históricos e até mesmo afetivos, e episódios menos amorosos, como conquista, colonização e independência, apesar de

²⁹² “Quem era capaz, em definitiva, de resistir ao atrativo da pátria/língua que é a *hispanofonía*, conciliadora, universal e rentável?”

²⁹³ “(...) só pode surgir do velho, que é o velho, mas negado e transformado por uma nova vontade política que se converte em hegemonia”.

constitutivos de suas identidades, são apagados; a diversidade se converte em monumentos — patrimônio cultural — e sua realização linguística é apagada. Além disso, no espaço linguístico-cultural, a Espanha ainda trata de participar ativamente dos acontecimentos de suas ex-colônias, o que se manifesta (antes e agora) por meio da benção monárquica, concretizada na anuência e na presença constante da família real em eventos relacionados à língua, por exemplo. É verdade que no passado essas relações eram caracterizadas por uma ideologia de autenticidade (WOOLARD, 2007) marcada pela autoafirmação espanhola no sentido de insistir que sua língua era a melhor, a correta, a verdadeira língua espanhola e, portanto, era sua função combater barbarismos e influências estrangeiras de modo a garantir a manutenção da unidade linguística. Coisas da *madre patria* (pátria mãe). Hoje, o que impera é a ideologia do anonimato (WOOLARD, 2008), mais condizente com a expansão internacional e ao mundo globalizado. A *língua da Espanha* não é mais a melhor ou a mais correta, hoje ela é *central*, e com isso ela simplesmente é, em detrimento de todas as suas realizações que, apesar de festejadas em seus discursos, funcionam somente como enfeites eventuais.

Moreno Cabrera (2011) afirma que a atual promoção da variedade castelhana (denominada centro-norte peninsular nos documentos analisados aqui) está diretamente relacionada à promoção do nacionalismo espanhol. Apesar de ter sido um fato no final do século XIX e início do século XX, hoje já não se trata de um nacionalismo espanhol, mas sim de um nacionalismo *panhispánico*. O que está em jogo transcende a questão da língua nacional: o objetivo agora é a expansão em espaços linguísticos transnacionais, e para isso a Península Ibérica é muito pequena. Há, sim, vários pontos de intersecção entre esses dois nacionalismos, o mais importante é, talvez, o lugar privilegiado ocupado pela Espanha tanto na tarefa de gestão da língua (manutenção da unidade antes, expansão mundial agora), quanto em sua presença natural e legítima na América (para toda e qualquer atividade). Outro ponto muito significativo é que ambos os nacionalismos se enunciam a partir do mesmo lugar. Por muito globalizada que se mostre a ideologia *panhispánica*, ela surge e se propaga a partir da Espanha, e um olhar apurado para a história demonstra que o *panhispanismo* não poderia ter sido formulado a partir de outro lugar: ele é fruto do *habitus*

linguístico espanhol e da relação de submissão em assuntos linguísticos que a antiga metrópole desenvolveu com suas colônias.

No entanto, como apontado no capítulo 5, a atual ideologia do anonimato não consegue se livrar completamente da ideologia da autenticidade, em voga em outras épocas. Em 1972, Ramón Menéndez Pidal²⁹⁴ afirma, no *VI Congreso de la Asociación de Academias de la Lengua Española* que

El idioma no cesaba de empobrecerse y debilitarse; aún las personas pertenecientes a la clase educada, según el biógrafo de Bello, hablaban y escribían espantosamente mal la lengua nativa. La pronunciación era detestable, la ortografía peor, y las conjugaciones, concordancias y construcciones de toda especie no eran mejores que la pronunciación y la ortografía. Podía decirse que aquello era una jergonza de negros²⁹⁵. (2001 [1972], p. 245)

Em 2012, Víctor García de la Concha afirma, em entrevista ao jornal *El País*²⁹⁶, que

En el siglo XIX se había puesto de moda hablar mal y entonces la Institución Libre de Enseñanza se creyó en la obligación de hacer una campaña para hablar con corrección. No digo que ahora estemos en ese momento pero hay una gran dejación en la forma de hablar, estamos en un momento más bien zarrapastroso. No proponemos usar expresiones cursis o relamidas, sino de corrección normal²⁹⁷. (*El País*, 04/12/2012)

E nota-se que, apesar das grandes reformulações sofridas desde o século XIX, há coisas que praticamente não mudam: pouca diferença se observa entre *jerigonza* e *zarrapastroso*, e sobre tudo com a preocupação quase obsessiva em garantir uma suposta (e bastante parcial) qualidade linguística (ou a *corrección normal*, como afirma De la Concha). No fundo, ainda se trata de *limpiar, fijar y dar esplendor*.

²⁹⁴ “Hondureñismos de Alberto Membreño: nota crítica”.

²⁹⁵ “O idioma não deixava de ficar mais pobre e mais fraco; inclusive as pessoas da classe educada, de acordo com o biógrafo de Bello, falavam e escreviam terrivelmente mal a língua nativa. A pronúncia era detestável, a ortografia pior, e as conjugações, concordâncias e construções de todo tipo não eram melhores do que a pronúncia e a ortografia. Podia se dizer que aquilo era uma linguagem ininteligível”.

²⁹⁶ “Víctor García de la Concha: ‘se habla un español zarrapastroso’”. *El País*, 04/12/2012. Disponível em http://cultura.elpais.com/cultura/2012/12/04/actualidad/1354642704_666398.html Acesso 04/09/2013.

²⁹⁷ No século XIX falar mal entrou em moda e então a *Institución Libre de Enseñanza* se viu na obrigação de fazer uma campanha para falar corretamente. Não digo que agora seja um momento como esse, mas há um grande desleixo na forma de falar, estamos em um momento esfarrapado. Não propomos o uso de expressões bregas ou cafonas, mas sim a correção normal”.

O *español general*, sua suposta invenção, promoção e comercialização, é a grande questão apontada no capítulo 1 como guia desta tese. Indagava-se, então, se se tratava da invenção de uma variedade — não necessariamente palpável — cuja promoção teria como objetivo a comercialização e consequente expansão de ELE, grande foco da atual planificação linguística espanhola.

Em primeiro lugar, é possível constatar que o *español general* (promoção e difusão) ocupa um lugar central na perspectiva de disputa de forças e de anseio por poder em que está inscrito, como se verá nos próximos parágrafos. Para tal constatação, cabe observar uma série de aspectos que serão elencados a seguir, entre eles, a evolução do próprio termo ao longo deste estudo. O que era o *español general* — neutro, globalizado — em López Morales (2006, 2010), passa por *la lengua, el español de todo el mundo, español panhispánico* (com direito a alguma retomada nostálgica de *español estándar*) nos instrumentos normativos e na propaganda promocional da RAE e do IC, até chegar a *norma central* nos instrumentos linguísticos elaborados ou adotados pelo IC.

Como se afirmava em antigos enunciados, ele não é imposto: cada um, dentro desse mundo globalizado, pode ou não adotá-lo. “Nunca fue la nuestra lengua de imposición²⁹⁸”, já dizia o rei Juan Carlos em 2001. Porém, sabe-se que nem toda imposição é explícita: certamente poucos optariam por ficar de fora dos círculos de poder quando o castelhano se fortalecia como língua do império no século XVI, assim como hoje em dia poucos são os que ficariam de fora do mundo dito globalizado, onde as coisas supostamente *acontecem*. Trata-se, simplesmente, de assumir e incorporar usos que podem funcionar como capital linguístico (BOURDIEU, 2008), marca, desde sempre, das variedades de prestígio.

Constatou-se que esse *español general* não se inventa, reformula-se. O próprio López Morales afirma, em *La globalización del léxico hispánico* (2006), que essa variedade nasce e se adota de forma natural e espontânea e, quatro anos mais tarde, em *La andadura del español por el mundo* (2010), insiste na importância dessa *nova*

²⁹⁸ “A nossa nunca foi uma língua de imposição”.

variedade para homogeneizar as demais. Não há, portanto, nada de surgimento natural, mas sim a premência de homogeneizar para difundir e expandir.

No início, este trabalho questionava a existência palpável dessa variedade *general* e centrava sua importância na promoção da ideia mais do que em uma suposta concretude. De fato, a promoção é fundamental e funciona como grande motor expansivo, porém constatou-se também que existe, sim, uma variedade palpável e homogênea na planificação linguística espanhola, identificada como centro-norte peninsular espanhola pelo IC, presente em seus planos curriculares, no material didático adotado em seus cursos de ELE e em seu recente manual de estilo. Como dizia Gramsci (apud PAOLI, 1989), o novo surge do velho reformulado e reinventado.

Ter encontrado tal variedade instituída com caráter de oficial e única no material dedicado à difusão e expansão de ELE demonstra que de fato há um movimento de transformação da língua em produto, que dá lugar à sua conseqüente comercialização. No entanto, constatou-se que esse comércio linguístico é somente a porta de entrada, e que há objetivos maiores do que o lucro imediato que se pode obter com o mercado de ELE. Como apontado no capítulo 4, dentro do projeto de política e planificação linguística executado pela Espanha, o contato e a aquisição de *el español* leva à formação de uma imagem positiva de *todo lo español — Marca España —*, o que supõe a abertura de inúmeros mercados e a circulação de incontáveis serviços e produtos. Senz (2011) afirma que é fundamental estabelecer essa relação entre *lo español* e *el español* enquanto elemento globalizador, uma vez que o prestígio mundial que se almeja se encontra mais facilmente no patrimônio histórico e cultural do que na realidade empresarial (que se projeta, portanto, por meio desse patrimônio). Dessa forma, difusão e expansão linguística funcionam como pelotão de choque nas relações de poder (político e econômico) das quais a Espanha quer participar (de uma posição confortável e preferentemente destacada).

Foi possível constatar, também, outras virtudes desse *español general*. Por um lado, ele acaba com um temor que durante muitas décadas assombrou o espírito de muitos dos homens de letras, tanto na Espanha como na América: o temor da fragmentação. Tantas discussões e ações direcionadas à manutenção da unidade linguística (tão

necessária para a existência de um único gestor) se resolvem finalmente com a instituição de uma única variedade — *la lengua* —, ao menos aos olhos do aprendiz de ELE (mercado internacional). Ele já não precisa se preocupar com as diferentes realizações do espanhol ou estar atento para não usar a palavra errada no país errado: o espanhol que ele adquire — comum, geral, globalizado — é um só. Tudo parece perfeito no universo *panhispánico*: uma só língua, um só gestor. Dessa forma, o *español general*, ao ser um só e pertencer a todos igualmente, unifica. Daí que o lema da RAE “limpia, fija y da esplendor” seja repaginado e reformulado em “unidad en la diversidad”. No fundo nada mudou.

Além disso, esse *español panhispánico*, que é lugar de encontro e irmandade — um dos ideogramas apontados por Del Valle (2007 a) em sua análise da *hispanofonía* — tem atributos que podem ser muito interessantes. Se ele é capaz de apagar um passado violento na relação entre a Espanha e a América, talvez também seja capaz — e esta deve ser a aposta de muitos — de apagar o espaço privilegiado ocupado por *lo español* nos resultados das ações relacionadas a *el español*. Mas, ao menos por enquanto, não se sabe em que medida ele conseguirá fazer isso ou não.

Robert Cooper (1997) afirma que, para ter validade descritiva, todo relato de um caso de planificação linguística deve indicar que agentes trataram de influenciar que comportamentos, de quais pessoas, com que fins, por quais meios, em que condições e com quais resultados. Tais questões foram contempladas ao longo deste trabalho, apesar de, em alguns casos, de forma ainda incompleta, uma vez que se trata de um processo de planificação linguística em plena execução, cujos resultados não podem ser analisados globalmente, pois são parciais. Cooper afirma também que uma das tarefas do estudioso da planificação linguística é a predição e adverte que se trata de uma tarefa especialmente complicada, uma vez que nenhum analista conhece à perfeição todos os fatores relacionados a um processo de planificação, o que faz com que predições incorretas ou pouco exatas sejam frequentes.

Efetivamente, é muito difícil arriscar uma predição sobre os resultados futuros da planificação linguística espanhola. Apesar de se tratar de um projeto até agora bem sucedido — nas dimensões das possibilidades do contexto mundial e não exatamente

dos anseios estatais espanhóis —, é difícil prever qual será o seu futuro. A ideologia por meio da qual esse projeto se realiza tem, como é natural e constitutivo das ideologias, suas contradições internas. No entanto, é difícil determinar em que medida tais contradições podem efetivamente se transformar em rachaduras que façam surgir brechas grandes o bastante para outras ideologias — ameaçadoramente diferentes. Pode-se pensar quanta autenticidade o anonimato poderá aguentar. É o caso de Víctor García de la Concha; a longo prazo, o que pesará mais, suas habilidades gestoras e sua vocação expansiva *panhispánica* ou suas declarações (e inclusive ações) que parecem ter saído diretamente do século XIX? Até quando, por exemplo, a irmandade *panhispánica* suportará o fato de ser inaplicável ao mundo das cifras — a língua é de todos, mas o lucro só de alguns? Será *la lengua* capaz de se sobrepôr a isso?

Oscar Berdugo afirmava, em 2001, que se as economias hispano-americanas evoluíssem e passassem a participar ativamente da difusão de sua língua, o projeto de planificação linguística espanhol estaria em perigo. A Espanha precisa, portanto, conseguir manter uma posição de liderança no que se refere à difusão do espanhol, além de estabelecer uma relação de cooperação (e não de competitividade) com a América. E aqui surge novamente García de la Concha, que declara que sua missão é fazer com que a América sinta o IC como algo próprio: aí está a cooperação. Não se sabe se ele cumprirá ou não essa missão, mas vale observar que a análise do *habitus linguístico* espanhol mostrou que a variedade de prestígio é *a de sempre*, e a autoridade linguística também. Esses lugares — prestígio e autoridade — começaram a ser ocupados e construídos durante a colonização e precisaram de alguns séculos e inúmeras reformulações para adquirir a forma (bastante sólida) que têm hoje; isso certamente terá um peso significativo nessa questão. Nesse sentido, há dois pontos que merecem destaque. Por um lado, apesar das inúmeras reformulações mencionadas, há uma essência que permanece inalterada e ela está diretamente relacionada à necessidade de expansão e civilização: é preciso levar *la lengua* a todos, para inseri-los em uma comunidade mais ampla e também para poder ocupar espaços influentes. E observe-se que o mesmo enunciado serve ao mundo globalizado como antes serviu aos territórios colonizados. Por outro lado, e isto é importante mencionar, muito do prestígio e da autoridade linguística espanhola se deve a seus esforços

políticos e às instituições que criou para este fim, é verdade. No entanto, sua existência e manutenção não seriam possíveis sem o apoio ou ao menos a anuência americana, que neste caso se concentra na figura das Academias americanas da língua, desde sua origem extremamente conservadoras e submissas a uma suposta superioridade linguística peninsular. Isso é o que mantém vivos os lemas da RAE: o antigo “limpia, fija y da esplendor” e também o atual “unidad en la diversidad”. No início deste trabalho afirmou-se que no que se refere às políticas linguísticas, a Espanha é admirável, e o fato de que ela, enquanto Estado, sempre tenha mantido a língua (e seu manejo) como foco político, por si só, justifica a assertiva. Mais ainda ao pensar que os demais países do mundo hispânico²⁹⁹, se se dedicassem à gestão de suas línguas da mesma forma, proporcionariam um panorama linguístico, político e ideológico bastante diferente do que se tem hoje.

Sobre o futuro do *español general* também é difícil prever acontecimentos concretos. Já se mencionou repetidas vezes que ele é marcado por essa ideia de comunicação e igualdade, tão presente nos discursos do mundo globalizado. Mas no que se pode chamar de mundo real, sabe-se que as coisas não são bem assim. E para refletir sobre esse mundo real, retoma-se aqui a referência ao fictício por meio da *A grande fábrica de palavras*. No mundo real, assim como no país da grande fábrica, falar custa caro. Mais caro para alguns do que para outros e isso se aplica também ao *español general*. Já se viu no capítulo 6 que *la lengua* é para poucos. Lá, no país da grande fábrica, quem não tem dinheiro às vezes cata palavras no lixo, ou compra palavras (sem graça) nas promoções de primavera. Às vezes, as crianças conseguem pegar, com suas redes de pegar borboletas, algumas palavras soltas no ar. Foi o que aconteceu com Philéas, que apesar de pobre, tinha palavras guardadas oriundas do ar e do lixo. Se o garoto fosse um personagem do mundo *panhispánico*, ele certamente não seria um dos modelos escolhidos como detentores ou possíveis consumidores do *español general*. Ele não parece apresentar o perfil adequado para estar à altura de *la lengua*. Mesmo assim, transitando em espaços marginais, no mundo fictício, Philéas

²⁹⁹ Nesse sentido há movimentos bastante concretos, por exemplo, na Argentina, que nas últimas décadas tratou de situar a política linguística em seu espaço político estatal. No entanto, pouco se observa por parte dos demais países da América Latina nessa direção.

decide declarar seu amor a Cybelle com as palavras que tem guardadas: cereja, poeira, cadeira. E a despeito do que poderiam prever os detentores das palavras caras:

As palavras voam para Cybelle: elas são como pedras preciosas.
(2011, p. 23)

Cybelle (...) apenas olha para Philéas. Ela não tem palavras guardadas. Então chega devagarzinho perto dele e dá um beijo doce no seu rosto. (p. 29)

Na periferia do país da grande fábrica de palavras, Philéas e Cybelle provaram que as tais palavras caras não são assim tão necessárias quanto se afirma: para além delas estão salvaguardados discursos, ideologias, políticas e práticas comunicativas que funcionam e se realizam sem ter obrigatoriamente que se adequar ou se submeter à ideologia vigente, e aqui, a prova disso é um beijo na bochecha.

Resta saber de que maneira o *español general* — em toda a sua imensa variação de nomenclatura — vai transitar entre os caminhos e os mercados do mundo real e do mundo fictício, mas para conhecer esta resposta ainda será necessário esperar.

Referências bibliográficas

ABIO, Gonzalo; BAPTISTA, Livia M. T. R.; O'KUNGHUTTONS, Mônica M.; GONZÁLEZ, Neide M.; IRALA, Valesca. A plataforma "AVE" do Instituto Cervantes: a posição analítica da COPEBRA. **Linguagem**, São Carlos, 15ª edição, outubro/novembro/dezembro, 2010. Disponível em <<http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao15/ave.php>>

ACUÑA, Leonor. El español como recurso económico: de Colón al Mercosur. **Novedades de Antropología**, Buenos Aires, Año 11, n°42, pp. 19-22, enero – abril, 2002.

ALFARO, Consuelo. Política lingüística colonial hispánica, catequesis y castellanización. **XI Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos**, Brasília, Consejería de Educación y Ciencia en Brasil. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte del Reino de España, pp. 39-52, 2001.

_____. Elementos de política linguística colonial hispânica: o Terceiro Conselho Limense. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (org.). **Línguas Gerais**. Política e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003, pp. 43-55.

ALONSO, Amado. [1951] Prólogo para a **Gramática de la lengua castellana para uso de los americanos** de Andrés Bello. Edición digital. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponível em http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12145074229036051543435/p0000001.htm#l_2 Acesso em 22/3/11.

ALVAR, Manuel. Lengua nacional y sociolingüística: las constituciones de América. In: **Hombre, etnia y estado**. Actitudes lingüísticas en Hispanoamérica. Madri: Gredos, 1986, pp. 262 – 337.

ÁLVAREZ, Marcos César. Sociedade, norma e poder. Algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004, pp. 201 – 215.

ARNOUX, Elvira Narvaja. La Glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: **Lenguajes, teorías y prácticas**. Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado "Joaquín V. González", 2000. Cópia cedida pela autora.

_____. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842 – 1862)**. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008.

_____. "El dispositivo normativo en la *Nueva gramática básica de la lengua española*". Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Hispanistas.

Associação Brasileira de Hispanistas e Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Cópia cedida pela autora.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

AVOGADRO, Enrique Guillermo. Importancia económica del español en Brasil. **Actas del II Congreso Internacional de la Lengua Española**, Valladolid, 2001. Disponível em: http://congresosdelalengua.es/valladolid/mesas_redondas/avogadro_e.htm Acesso em 29/07/10.

BAGNO, Marcos. Língua, história & sociedade. Breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004, pp. 179 – 199.

_____. **Nada na língua é por acaso**. Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Ed. Parábola, 2007.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). “Estudo das Ideologias e Filosofia da Linguagem” e “Relação entre a infra-estrutura e as super-estruturas”. In: **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002, pp. 31 – 47.

BELLO, Andrés. [1847] **Gramática de la lengua castellana**. Madri: Ed. EDAF, S.A., 1984.

BERDUGO, Óscar. El español como recurso económico: anatomía de un nuevo sector. **Actas del II Congreso Internacional de la Lengua Española**, Valladolid, 2001. Disponível em http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/activo_del_espanol/1_la_industria_del_espanol/berdugo_o.htm. Acesso em 12/05/11.

_____. Es necesario internacionalizar la oferta educativa. In: **Cuadernos Cervantes**, 2002. Disponível em: <http://www.cuadernos cervantes.com/prensa0051.html>. Acesso em 20/02/11.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo**. Una civilización negada. México: Ed. Conaculta, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. **Aula inaugural**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, proferida em 07 de março de 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998 (?).

BRUMME, Jenny. Las Regulaciones legales de la lengua (del español y las otras lenguas de España y América). In: CANO, Rafael (org.). **Historia de la lengua española**. Barcelona: Ed. Ariel, 2005, pp. 945-972.

BUGEL, Talia. Sobre la planificación lingüística en América Latina: el español en Brasil o “Los Reyes viajan a Brasil para apoyar la enseñanza de español en la escuela – *El País*, Madrid, 10 de Julio de 2000”. Trabalho apresentado no **XIII Congreso Internacional de ALFAL**, San José de Costa Rica, 2005.

BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: **O Marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Ed da Unicamp, 2011, pp. 49-79.

CAFFAREL, Carmen. Intervención durante reunión de patronato del Instituto Cervantes. 11 de octubre de 2011. In: http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2011/noticias/nota_patro_nato_discurso_directora.htm Acesso em 20/02/2012.

CALVET, Louis Jean. **Las políticas lingüísticas**. Buenos Aires: Ed. Edicial, 1997.

CELADA, María Teresa; RODRIGUES, Fernanda Castelano. El español en Brasil: actualidad y memoria. In: **Real Instituto Elcano**, ARI nº 31, 2005. Disponível em www.realinstitutoelcano.org Acesso em 10/10/12.

CIFUENTES, Bárbara; ROS, María del Consuelo. Oficialidad y planificación del español: dos aspectos de la política del lenguaje em México durante el siglo XIX. **Iztapalapa**, nº29, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 1993, pp. 135-146.

I CONGRESO DE INSTITUCIONES HISPÁNICAS, 1963, Madrid. **Actas de la Asamblea de Filología**. Volumen 2. Madri: OFINES – Oficina Internacional de Información y Observación del Español, 1963. 438 p.

COOPER, Robert. **La planificación lingüística y el cambio social**. España: Cambridge University Press, 1997.

DE COCK, Bárbara. Instituciones españolas de cara a la difusión de la lengua. Con atención particular a la situación en Bélgica, Estados Unidos y Canadá. **Bulletin Hispanique**, vol. 110, nº 2, França, 2008, pp. 681-724.

DEL VALLE, José. La lengua, patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico. In: DEL VALLE, José (org): **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madri: Ed. Vervuert/Iberoamericana, 2007a, pp. 31-56.

_____. La RAE y el español total. ¿Esfera pública o comunidad discursiva?. In: DEL VALLE, José (org). **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madri: Ed. Vervuert/Iberoamericana, 2007b, pp. 81-96.

_____. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. In: DEL VALLE, José (org): **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2007c, pp. 13-29.

_____. La lengua, patria común: Política lingüística, política exterior y el post-colonialismo hispánico. In: WRIGHT, Roger & RICKETTS, Peter Ricketts (eds.). **Studies on Ibero-Romance Linguistics Dedicated to Ralph Penny**, Newark [Delaware], Juan de la Cuesta Monographs (Estudios Lingüísticos n.º 7), 2005, pp. 391-416. Disponível em: <http://miradassobrelaengua.blogia.com/2007/061102-jose-del-valle-la-lengua-patria-comun-politica-linguistica-politica-exterior-y-e.php> Acesso em 11/05/13.

DEL VALLE, José & VILLA, Laura. La lengua como recurso económico: español S. A. y sus operaciones en Brasil. In: DEL VALLE, José (org). **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2007, pp. 97-127.

_____. La disputada autoridad de las academias: Debate lingüístico-ideológico en torno a la *Ortografía* de 2010. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana** (RILI), n.º 19, Ed. Vervuert/Iberoamericana, 2012. No prelo.

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega do I Prêmio Internacional "Don Quijote de La Mancha", Toledo - Espanha, 13/10/2008 – enviado via e-mail pelo Instituto Cervantes de São Paulo.

Discurso do Rei Juan Carlos I durante a entrega do Premio Cervantes a Francisco Umbral em 23/04/2001. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=h43-krtR_Ts. Acesso em 15/09/2013.

DUBOIS, Jean (org.). **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

ESPAÑA. Lei n.º 7/1991 de 21 de março de 1991. Cria o Instituto Cervantes. **Boletín Oficial del Estado. Gobierno de España** Disponível em http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l7-1991.html Acesso em 06/06/11.

FANJUL, Adrián. 'Policêntrico' e 'Pan-hispânico'. Deslocamentos da vida política da língua espanhola In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Ed. Parábola, 2011, pp. 299–331.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**. Desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. Alfonso X el Sabio en la historia del español. In: CANO, Rafael (org.). **Historia de la lengua española**. Barcelona: Ed. Ariel, 2005, pp. 381-422.

_____. La lengua de Castilla y la formación del español. **Discurso** de ingresso na *Real Academia Española*, 13/02/11. Disponível em <http://literaturaiesbi.wordpress.com/2011/02/23/la-rae-recibe-a-ines-fernandez-ordonez/> Acesso em 29/3/11.

GARCÍA DE LA CONCHA, Víctor. **Discurso** de toma de posesión como director del Cervantes. 01/02/2012. Disponível em http://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2012/noticias/nota-toma-posesion-victor-garcia-de-la-concha.htm Acesso em 07/02/2012.

GARCÍA DELGADO, José Luis; ALONSO, José Antonio. La potencia económica de un idioma: una mirada desde España. **Actas del II Congreso Internacional de la Lengua Española**, Valladolid, 2001. Disponível em: http://congresosdelalengua.es/valladolid/mesas_redondas/garcia_j.htm Acesso em 14/5/11.

GARCÍA DELGADO, José Luis; ALONSO, José Antonio; JIMÉNEZ, Juan Carlos. **Economía del español**. Una introducción. Madrid: Ariel / Fundación Telefónica, 2008.

GONZÁLEZ, Neide T. Maia. A lei 11.161, as Orientações Curriculares e as políticas públicas de formação de professores: a história de um descompasso entre o dizer e o fazer. Trabalho apresentado no **V Congresso Brasileiro de Hispanistas**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/2008/100201-situacion-actual-de-la-ensenanza-de-espanol-en-brasil.php>

HAMEL, Rainier Enrique. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. **Iztapalapa**, nº 29, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 1993, pp. 5 - 39.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001, pp. 97–114.

HOUAISS, Antônio; SALLES VILLAR, Mauro; MELLO FRANCO, Franciso Manoel. **Houaiss**. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGLESIAS, Enrique V. El potencial económico del español. **Actas del II Congreso Internacional de la Lengua Española**, Valladolid, 2001. Disponível em: http://congresosdelalengua.es/valladolid/plenarias/iglesias_e.htm Acesso em 29/07/10.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: Sujeito & Língua. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaio, 22).

INSTITUTO CERVANTES. **Plan Curricular del Instituto Cervantes**. Niveles de referencia para el español. A1 / A2. Madri: Ed. Edelsa, 2007.

_____. **Plan Curricular del Instituto Cervantes**. Niveles de referencia para el español. B1 / B2. Madri: Ed. Edelsa, 2007.

_____. **Plan Curricular del Instituto Cervantes**. Niveles de referencia para el español. C1 / C2. Madri: Ed. Edelsa, 2007.

_____. **El español, una lengua viva**. Instituto Cervantes, 2010. Disponível em: http://www.elpais.com/elpaismedia/ultimahora/media/201006/19/cultura/20100619/elpepucul_5_Pes_PDF.pdf. Acesso em 20/09/2010.

_____. **Plan de Acción Cultural 2011**. Madri: Instituto Cervantes, 2011.

LAGARES, Xoán. A ideologia do panhispanismo e o ensino de espanhol no Brasil. **Revista de Políticas Linguísticas**, Córdoba, vol. 2, pp. 85-110, outubro, 2010.

_____. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. Uma reflexión a partir do galego. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Ed. Parábola, 2011, pp. 169–192.

LEONHARDT, Katharina. El concepto del pluricentrismo en los cursos virtuales del CVC. In: LEBSANFT, Franz; MIHATSCH, Wiltrud; POLZIN-HAUMANN, Claudia (eds). **El español ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?** Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2012, pp. 313-327.

LESTRADE, Agnès; DOCAMPO, Valeria. **A grande fábrica de palavras**. Belo Horizonte: Ed. Aletria, 2011.

LOCKHART, James. **Los nahuas después de la Conquista**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999.

LOPE BLANCH, Juan Manuel. **El español de América**. Madri: Ediciones Alcalá, 1968.

LÓPEZ MORALES, Humberto. **La aventura del español en América**. Madri: Ed. Espasa Calpe, 1998.

_____. La actuación de las Academias en la historia del idioma. In: CANO, Rafael (org.) (2005): **Historia de la lengua española**. Barcelona: Ed. Ariel, 2005, pp. 919-969.

_____. **La globalización del léxico hispánico**. Madri: Ed. Espasa Calpe, 2006.

_____. **La andadura del español por el mundo**. Madri: Ed. Taurus, 2010.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. [1972] Hondireñismos de Alberto Membreño: nota crítica. In: HERRANZ, Atanasio (Ed.). **El español hablado en Honduras**. Tegucigalpa: Ed Guayamuras, 2001, pp. 245-266.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Ed. Parábola, 2011, pp. 49–88.

MORENO, Francisco. Planificación lingüística en España. In: BARROS, Luizete Guimarães; COSTA, Maria José Damiani.; VIEIRA, Vera Regina de Aquino (Orgs.): **Hispanismo 2004: Língua Espanhola**. Florianópolis: UFSC-Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras, 2004, pp. 23-49.

_____. El español en Brasil. In: **Anuario 2000**. Instituto Cervantes, 2000. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_00/moreno/p07.htm Acesso em 10/06/11.

_____. Entrevista concedida a **Marco ELE** em 03/05/2011. Disponível em: <http://marcoele.com/entrevista-a-francisco-moreno/> Acesso em 10/06/2011.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. «Unifica, limpia y fija.» La RAE y los mitos del nacionalismo lingüístico español. In: SENZ, Silvia y ALBERTE, Montserrat (Eds). **El dardo en la Academia**. Vol. 1. Barcelona: Ed. Melusina, 2011, pp. 157–314.

NEBRIJA, Antonio. [1492] **Gramática de la lengua castellana**. Madri: Fundación Antonio de Nebrija, 1992.

ORLANDI, Eni. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Ed. Pontes, 1988.

_____. **Análise do Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas: Ed. Pontes, 1999.
ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Discurso na Cidade e no Campo**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

PAOLI, Antonio. **La lingüística en Gramsci**. Teoría de la Comunicación Política. Puebla: Premià Editora, 1989.

PAREDES, Florentino; PAREDES, Luna; ÁLVARO, Salvador; NUÑEZ, Zaida. **El libro del español correcto**. Claves para hablar y escribir bien en español. Barcelona: Ed. Espasa Libros, 2012.

PONTE, Andrea. Entre o dito e o feito. In: PONTE, Andrea. **O poder e a palavra: da implantação da língua espanhola à construção de sentidos para o Novo Mundo**. A conquista do México. São Paulo, USP, 2004, 109 páginas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Língua espanhola e literaturas espanhola e hispano-

americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la Lengua Española**. Madri: Espasa, 1999.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA & ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Diccionario Panhispánico de Dudas**. Madri: Ed. Santillana, 2005.

_____. **Nueva Gramática de la Lengua Española**. Madri: Espasa Libros, 2009.

_____. **Ortografía de la Lengua Española**. Madri: Espasa Libros, 2010.

RICENTO, Thomas. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. **Journal of Sociolinguistics**, Vol. 4. Nova Zelandia: AUT University / Wiley Blackwell, 2000, pp 196 – 213. Tradução realizada por Karina Savio para a disciplina Sociología del lenguaje, FFyL, Universidad de Buenos Aires, 2007. Cópia cedida pelo professor da disciplina.

SENZ, Silvia. Una, grande y esencialmente uniforme. La RAE en la conformación y expansión de la 'lengua común' In: SENZ, Silvia y ALBERTE, Montserrat (Eds). **El dardo en la Academia**. Vol. 2. Barcelona: Ed. Melusina, 2011. Extrato publicado em <http://miradassobrelengua.blogia.com/2011/102501-silvia-senz-de-la-espana-una-a-la-marca-espana.-estrategias-para-la-expansion-y-.php> Acesso em 12/04/2013.

VÁZQUEZ, Graciana. La lengua española, ¿Herencia cultural o proyecto político-económico? Debates en el Congreso literario hispanoamericano de 1892. **Revista Signos**, vol. 41, n^o66, 2008, pp. 81-106. ISSN 0718-0934. Disponível em www.scielo.cl Acesso em 20/4/11.

WOOLARD, Kathryn A. La autoridad lingüística del español y las ideologías de autenticidad y anonimato. In: DEL VALLE, José (Ed.) **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2007, pp. 129-142.

ZAVALA, Silvio. Sobre la política lingüística del imperio español en América. **Cuadernos Americanos**, vol. 28, n^o 3, México D. F., 1946, pp. 159-166.

Imprensa

AGÊNCIAS. El economista José Terceiro sustituye a Luis Ángel Rojo en el sillón «f» de la RAE. **Ine.es**, Madri, 15/06/12. Disponível em: <http://www.ine.es/sociedad-cultura/2012/06/15/economista-jose-terceiro-sustituye-luis-angel-rojo-sillon-f-rae/1257038.html> Acesso em 16/8/12.

ARIAS, Juan. Los docentes brasileños se vuelcan en la difusión del español. **El País**, Madri, 24/09/01. Disponível em

http://elpais.com/diario/2001/09/24/educacion/1001282406_850215.html Acesso em 16/09/2013.

CONSTENLA, Tereixa. Víctor García de la Concha: “Se habla um español zarrapastroso”. **El País**, Madri, 04/12/2012. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2012/12/04/actualidad/1354642704_666398.html Acesso em 05/06/2013.

EFE. La lengua no está en crisis. **El Universal**, México D.F., 13/06/2012. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/853200.html> Acesso em 17/06/12.

ESCALADA MEDRANO, Paula. Querétaro, la palabra más bonita del español. **El País**, Madri, 18/06/2011. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/Queretaro/palabra/bonita/espanol/elpepucul/20110618elpepucul_2/Tes Acesso em 20/06/2011.

INSTITUTO ESPAÑOL DE COMERCIO EXTERIOR – ICEX. Las letras cotizan al alza. **El Exportador Digital**, Madri. Disponível em: <http://www.el-exportador.com> Acesso em 12/05/11.

JARQUE, Fietta. Un despacho para dos continentes. **El País**, Madri, 27/02/10. Disponível em: http://elpais.com/diario/2010/02/27/babelia/1267233134_850215.html Acesso em 09/09/13.

LAFUENTE, Fernando. El idioma es el <<petróleo>> de España. **El ABC**, Madri, 01/03/2013. Disponível em: http://www.abc.es/cultura/20130301/abci-idioma-motivo-admirar-espana-201302282339.html#xmd_e=http%3A%2F%2Fwww.abc.es&xmd_c=default1326&xmd_p=1 Acesso em 05/03/2013.

_____. El Cervantes, la joya de la Corona. **El ABC**, Madri, 11/10/2012. Disponível em: <http://www.abc.es/20121011/cultura/abci-cervantes-joya-corona-201210091759.html> Acesso em 05/03/2013.

MENESES, Nacho. El (lento) avance del español en Brasil. **El País**, Madri, 25/02/2011. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/lento/avance/espanol/Brasil/elpepicul/20110225elpepicul_1/Tes Acesso em 28/02/2011.

REDAÇÃO. El ladrillo ha muerto, viva el idioma. **Diario de Alcalá**, edição digital, Alcalá de Henares, 12/04/10. Disponível em: <http://www.diariodealcala.es/articulo/general/2311/el-ladrillo-ha-muerto> Acesso em 12/5/2011.

REDAÇÃO. El español no es lengua oficial en México: Labastida. **Informador**, Guadalajara, 14/3/11. Disponível em: <http://www.informador.com.mx/cultura/2011/277513/6/el-espanol-no-es-lengua-oficial-en-mexico-labastida.htm> Acesso em 29/3/11.

RUIZ MANTILLA, Jesús. El director del Instituto Cervantes tendrá rango de secretario de Estado. **El País**, Madri, 16/02/12. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2012/02/15/actualidad/1329329932_893206.html Acesso em 24/02/12.

_____. El Cervantes pone una pica en Harvard. **El País**, Madri, 11/04/2013. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2013/04/10/actualidad/1365618494_883453.html Acesso em 20/04/2013.

SERVIMEDIA. Una fiesta de la lengua de Cervantes. **El País**, Madri, 19/06/10. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/fiesta/lengua/Cervantes/elpepucul/20100619/elpepucul_3/Tes Acesso em 10/08/2010.

Livros didáticos

CHAMORRO GUERRERO, María Dolores et al. **El ventilador**. Curso de español de nivel superior. Barcelona: Grupo Difusión, 2006.

CORPAS, Jaime et al. **Aula Internacional 1**. Libro del alumno. Barcelona: Grupo Difusión, 2005.

CORPAS, Jaime; GARMENDIA, Agustín; SORIANO, Carmen. **Aula Internacional 2**. Libro del alumno. Barcelona: Grupo Difusión, 2005.

_____. **Aula Internacional 3**. Libro del alumno. Barcelona: Grupo Difusión, 2006.

CORPAS, Jaime et al. **Aula Internacional 4**. Libro del alumno. Barcelona: Grupo Difusión, 2007.

MARTÍN PERIS, Ernesto; SANS, Neus. **Gente 1**. Nueva edición. Libro del alumno. Barcelona: Grupo Difusión, 2008.

Sites consultados

www.rae.es

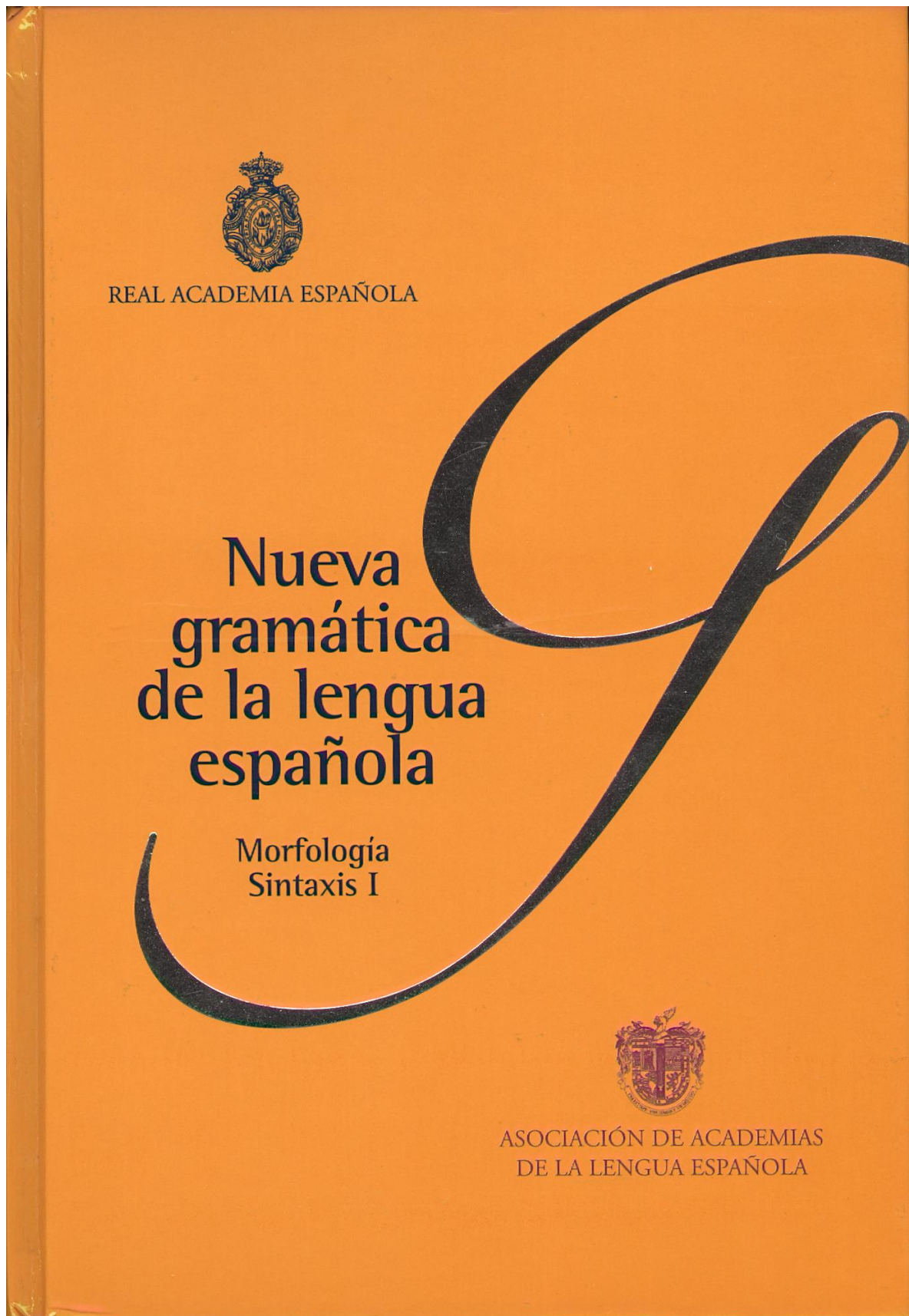
www.asale.org

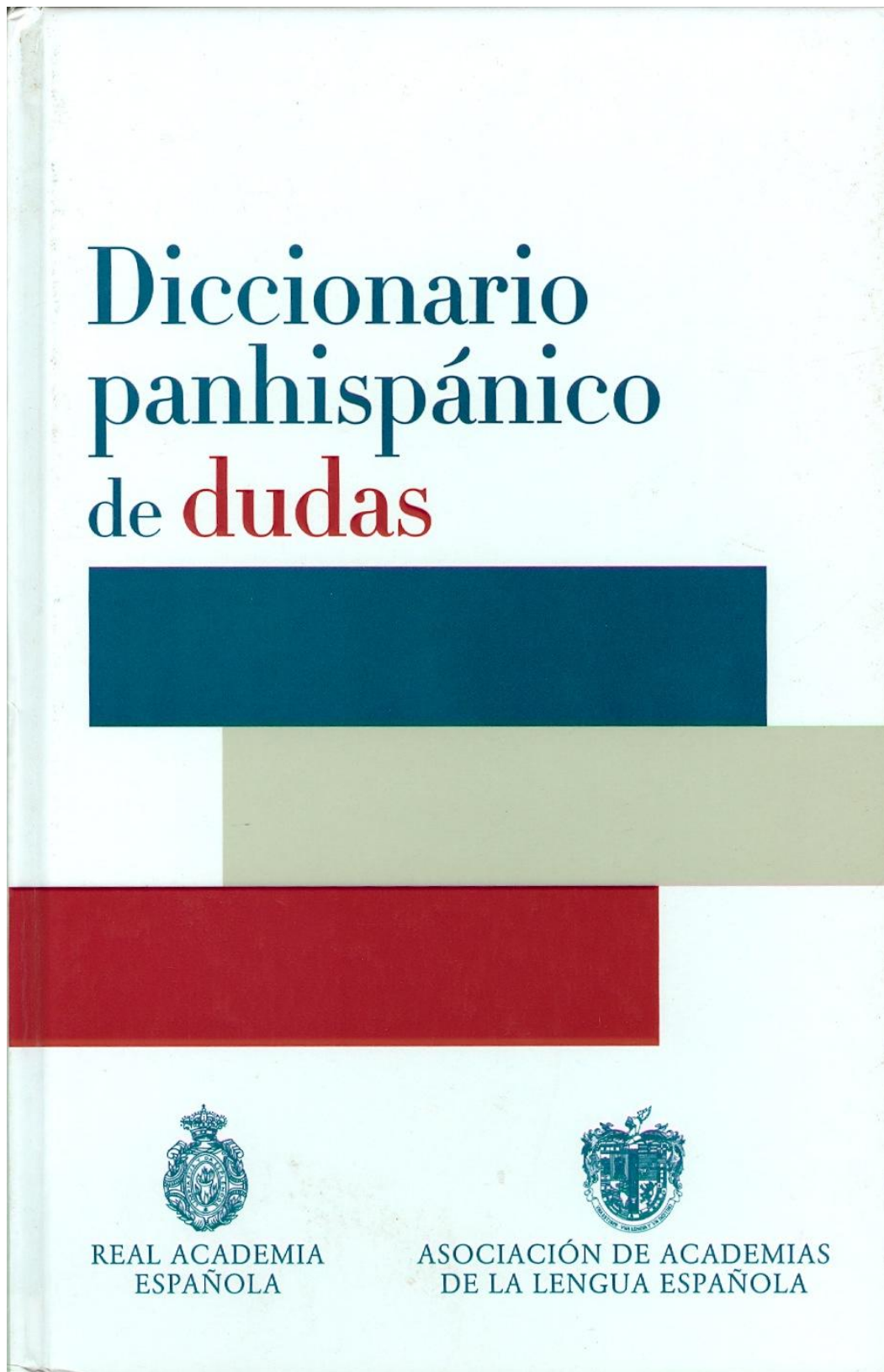
www.cervantes.es

<http://centrosociados.cervantes.es/>

www.eldiae.es

<http://cfp.cervantes.es>
www.fundeu.es
www.icex.es
www.marcaespana.es
www.eduespa.org
www.circulocervantes.es
www.marcaespana.es





Diccionario panhispánico de dudas



REAL ACADEMIA
ESPAÑOLA



ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS
DE LA LENGUA ESPAÑOLA